Figura 1

Figura 2

CmP 2.1.9.1.67

Revistas

Figura 3

Figura 4

1980

1 - 1º batizado da freguesia de Campinas. 2 - Viagem da família, de Hércules Florence. 3 - Copo de prata para cavaleiro, do Padre Feijó. 4 - Banguê, da"História de Santos" por Francisco Martins dos Santos.

Figura 5

Figura 6

Figura 7

Figura 8

5 - Banguê da Fazenda Militar do Chapadão. 6 - A liteira na "Relíquia da Terra do Ouro". 7 - A cadeirinha. 8 - Como se transportava carga pesada, para a primeira usina hidro-elétrica de Campinas.

hidrelétrica

Figura 9

Figura 10

Figura 11

Figura 12

9 - O bonde.-10 - A primeira estação de estrada de ferro, 1872. 11 - Altar-mór da Catedral de Campinas, talha nua de cedro, 1857 - xxxxx 12 - Manual Carmelitano, 1763, coleção do autor.

Figura 13

Figura 14

Figura 15

Figura 16

13 - Altar do engenho do Padre Manuel José Fernandes Pinto, no Museu Arquidiocesano de Campinas. 14 - Imagens portuguesas do engenho Mato Dentro de Baixo (Vila Brandina), 1838. ~~x~~ Imagens de Igrejas de Campinas: 15 - Paulistana do século XVII, por Frei Agostinho de Jesus. 16 - Baiana, de 1774, ambas do Museu Arquidiocesano.

Figura 17

Figura 18

Figura 19

Figura 20

Imagens de igrejas de Campinas: 17:- Portuguesa, de 1862. 18 - Portuguesa, de 1871. 19 - Paço Imperial de 1846, reformado. 20 - Paço Imperial de 1875 e 1878, aquarela de José de Castro Mendes, coleção de José Pompeu de Camargo.

Figura 21

Figura 22

Figura 23

Figura 24

21 - Paço Imperial de 1886. 22 - Paço Imperial de 1886, antes de sua modernização. 23 - O Imperador entrega prêmio na cavalhada de 1846, quadro de Hércules Florence, cópia de Benedito Calixto, coleção de Persano Pacheco e Silva 24 - O palácio dos Azulejos.

Figura 25

Figura 26

Figura 27 (e 28)

25 - Palácio dos Azulejos, 1832 26- Velha foto da cavalariça do mesmo palácio. 27 - Palácio dos Azulejos.

Figura 28 (29-30)

Figura 29 (31-52)

28 ~~x x x

Figura 30

Figura 31

Figura 32

30 - Palácio dos Alves. 31 - Palácio dos Alves. 32- Palácio Itapura

Figura 33

Figura 34

Figura 35

Figura 36

33 e 34 - Palácio Itapura: no vestíbulo central, a porta de entrada e a escada nobre para o andar superior. 35 e 36 - O salão nobre ou salão de visitas.

Figura 37 Figura 38 (41-42)

Figura 39

37 - Palácio Itapura, salão nobre. 38 - Palácio Itapura, pretório e escadaria para o jardim interno. 39 - Palácio Itapura, andar térreo. (43-44)

Figura 40

Figura 41

Figura 42 (47-48)

40 - Palácio Itapura, segundo pavimento. 41 - Palácio da Mojiana, projeto dos engenheiros Masini & ~~Comp~~ Cia. e 42 - Palácio da Mojiana, o pavilhão da direita. (47-48)

Figura 43

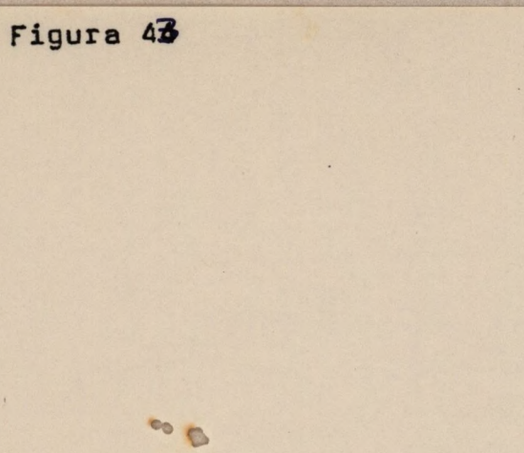


Figura 44

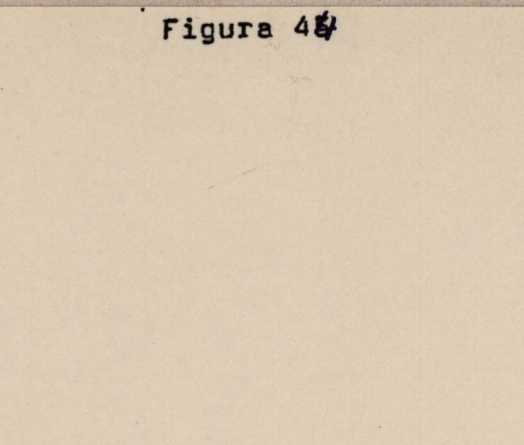
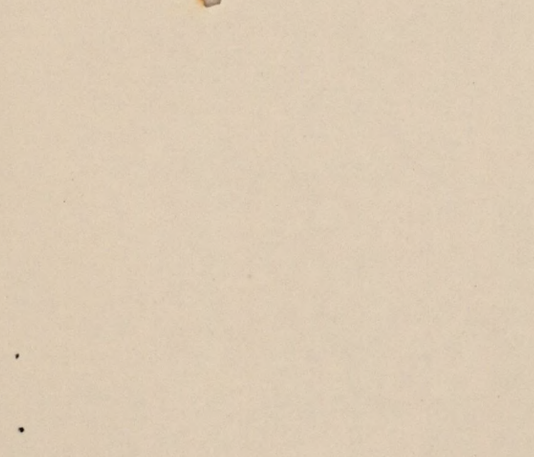


Figura 45



(51-52)

43 - Palácio da Mojiana, outra face do pavilhão da direita. 44 - Palácio da Mojiana, pavilhões da direita e central. 45 - Casa de Francisco de Paula Bueno, 1867.

Figura 46

Figura 47 (55-56)

46 - Casa do Major Luciano Teixeira Nogueira. 47 - Casa do Marquês de Três Rios.

Figura 48 Figura 50 49

Figura 50 Figura 51 (59-60)

49 - Bandeira de ferro da porta principal da casa de Francisco de Paula Bueno, com iniciais. 48 - Portão da chácara de Maria Brandina de Sousa Aranha, com iniciais. 50 - Portão da casa de Maria Cândida Novais Teixeira. 51 - Gradil da casa de Carlos Olímpio Leite Penteado, com iniciais, ainda conservado.

Figura 52 Figura 53

Figura 54 Figura 55 (62-64)

52 - Paço Imperial de 1875 e 1878, antes de Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, gradil da sacada, com iniciais. 53 - Câmara e Cadeia, 1820-1830, óleo de Ruy Martins Ferreira, coleção da Câmara Municipal. 54 - Tijolo Imperial de 1875, da Olaria Sampaio Peixoto. 55 - Verso do mesmo tijolo.

ÍNDICE

FUNDAÇÃO, CLERO, NOBREZA E POVO.

O Meio Rural e o Meio Urbano..... 6
Povoamento e Fundação..... 9
O Fato e o Documento..... 12
O Cartório Eclesiástico..... 14
O Pelourinho..... 16
Cidade Nova..... 19
O espírito Religioso..... 28
Os Paços Imperiais..... 33
Palácios da Cidade..... 40
A Casa e o Sobrado..... 50

DE PORTAS A DENTRO

A Vida em Família..... 58
Sala ou Salão de Visitas..... 65
Dormitórios e Alcovas..... 68
A Varanda..... 73
A Sobre-Varanda..... 76
Serviços e Serviçais..... 77

SENHORES DE ENGENHO

Localização de Sesmeiros e Latifundiários..... 8[illegible]
Grandes Solares do Açúcar..... 117
O Tipo de Sedes Rurais..... 12[illegible]
Açúcar e Café..... 129

DOCUMENTÁRIO DE CAMPINAS

O Livro do Tombo..... 169
Comentários à "Breve Notícia"..... 170
Atos da Fundação no Livro do Tombo..... 181
Paleografia e Diplomática..... [illegible]
Óbitos do Cemitério das Campinas..... [illegible]
[illegible]

Celso Maria de MELLO PUPO

Revisão

CAMPINAS, MUNICÍPIO NO IMPÉRIO

A freguesia - A constituição - Usos familiares - A morada - Sesmarias, Engenhos e Fazendas de Campinas.

CAMPINAS - Estado de São Paulo - BRASIL
1980

L I X D A C U N H A

oooOOOOooo

A história regional é, ainda, em nosso país, um campo imenso a ser percorrido. Generalizado o hábito de escrever para o município histórias de fatos isolados, ou de apresentá-las sob o modelo de almanaque com as longas listas de personalidades, de autoridades, de profissões, etc., a história fundamental, completa, articulada, foi esquecida.

Quando publicamos trabalho anterior, sob o molde de história fundamental de um só corpo e seqüência nos eventos pricipais, não esperávamos a observação elogiosa sobre este aspecto do nosso trabalho: devemo-la, em prefácio, ao acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, que a considerou "uma obra que se projeta como um marco na historiografia de Campinas"; enquanto o crítico, acadêmico Francelino de Sousa Araújo, classificou o trabalho como "obra que descortina aos olhos do leitor um panorama racional da História de Campinas", pois a "História de Campinas caminhava até há pouco, como uma colcha de subsídios".

Buscando, agora, a formação do município, vislumbramos a semente da organização municipal, firmando a diretriz da formação republicana do governo de colegiado, como foram os senados das câmaras, nascidos com as vilas compostas de distritos, estes, muitas vezes, de instituição de autonomia religiosa, ou seja, das freguesias, reunidas no campo civil, com seu órgão máximo legislativo-executivo. Então, o degrau fundamental da história político-ideológica materializou-se no município.

Sendo oral o instrumento da primeira história, a tradição passada de pais a filhos, estabeleceu ela, em todos os núcleos familiares e populacionais, a história local, que se consubstancia na colheita e documentação noticiosa de fatos e atos. Daí, então, o valor da história do município, o município que, segundo os doutos, tem a sua origem "na mais remota antigüidade".

A história do município é a história que mais de nós se aproxima, á a história doméstica vinda de antepassados remotos, é a história que vivemos com maior intimidade, com maior conhecimento, com maior afeto e interesse. Nela está o lar, o santuário da família, que cada vez menos se conserva, mas que merece nosso desvelo maior, para que não apliquemos a nós, as palavras de Eduardo Prado:

> "O desrespeito universal que nos dezorganiza, nos avassala e nos barbariza é, até certo ponto, o resultado da nossa ruptura com o passado, desta lamentável emancipação de sua autoridade. Este esquecimento dos antepassados poderia ser chamado apostasia, se não se tivesse já designado por independência de coração, essa coisa tão vulgar que se chama ingratidão. Vemos que a

casa, símbolo e templo da perpetuidade do lar, se desorganiza para sempre ao partir, e muitas vezes antes de partir, o chefe para a eterna viagem" (1).

Não nos cabe tal censura, pois nos dedicamos, com amor, à conservação do patrimônio histórico campinense, e com trabalho que vem em complemento ao nosso esforço, desde 1949, quando presidimos a primeira comissão para a fundação do museu histórico de Campinas, continuado com o encargo, conferido pelo governo do Estado, em 1969, de responder pela diretoria do criado por lei estadual, mas não instalado, Museu Histórico Campos Sales, encargo que exercemos por mais de dez anos, gratuitamente, obtendo, neste período, prédio para o museu (há sete anos) do próprio governo, acordos e compromissos verbais para vasto acervo, montagem, defesa e conservação de grande patrimônio histórico, artístico e documental, até que um rebaixamento imposto à nossa posição funcional nos obrigou a tudo abandonar, sob outro pretexto, por delicadeza para com amigo envolvido.

Agora, compomos uma visão rápida da vida social de Campinas no século dezenove, e fazemos esta tentativa de história imobiliária num texto da história da cidade, com as guirlandas dos hábitos tradicionais, e pondo-nos em contacto também, com os meios rurais, do atual e do antigo município de Campinas, hoje fracionado, procurando recordar o passado com todo o território que lhe pertencia (2).

Quanto à parte rural, encontramos, a trabalhar no mesmo rumo, noseo primo, ilustre engenheiro e cultivador da tradição, Fernando Pompeu de Camargo, que foi impedido, pelos afazeres de sua profissão, de continuar suas pesquisas, mesmo quando o desejamos para, em cooperação, levar a cabo tal projeto. Realmente, a pesquisa exige, muitas vezes, o tempo integral do pesquisador, o que bem sabemos, pois, só nos foi possível completar pesquisas programadas, depois da nossa aposentadoria como funcionário do Estado.

Sozinhos na presente pesquisa, não nos fixamos em normas unificadas de exposição, inatingíveis pela diversidade de tratamento recebido: de uns com encantador acolhimento e simpatia; de outros, em minoria, de restrições, o que não impediu o trabalho, e nos apressamos na apresentação do recolhido, conscientes de que os frutos alcançados comportam desenvolvimento vário, para nós e para outros, na amplidão do formoso campo histórico campinense.

Campinas, ?

C. M. de M. P.

Capítulo I

FUNDAÇÃO, CLERO, NOBREZA E POVO

O Meio Rural e o Meio Urbano - Povoamento e Fundação - O Fato e o Documento - O Cartório Eclesiástico - O Pelourinho - A Cidade Nova - O Espírito Religioso - Os Paços Imperiais - Palácios da Cidade - A Casa e o Sobrado.

O MEIO RURAL E O MEIO URBANO

Bem definidas são as diferenciações entre a cidade e a zona agrícola, entre a urbe e a fazenda, entre a vila e o sítio, entre o arraial e a roça. Para apreciá-las, se levamos em conta o aspecto econômico, válido para o caso, pois o campo produz e vende produção própria, enquanto a urbe a industrializa, transforma produção alheia, e o comércio faz circular produto bruto ou transformado, devemos considerar o panorama social de que fala o sociólogo em lição aplicável ao atual e passados séculos:

" A cidade, dissemos, constitui-se de um grupo humano que se reconhece copartícipe de uma mesma comunidade, assentado de forma permanente sobre determinado território, para alcançar objetivos comuns. Se a compararmos com o meio rural, observamos as seguintes diferenças:

a) maior densidade populacional;
b) maior heterogenidade social;
c) maior mobilidade social;
d) maior divisão de trabalho;
e) controle indireto de comportamento;
f) concentração em ciência, arte e tecnologia.

Porém a diferença fundamental reside no fato de que a população rural está em relação direta com o meio físico, enquanto que a urbana com o meio técnico. A população campesina é menos densa e mais homogênea que a urbana, daí o tipo de relação humana ser mais direto aí; embora a integração humana seja menor, o contato é mais pessoal e intenso que na cidade. A estratificação campesina é simples, em geral dual; um nível elevado com poder social e econômico e um nível baixo dependente do primeiro. Na cidade, ao contrário, se encontra maior variedade de estratificação, com numerosas escalas intermediárias, que impulsionam mecanismos ascendentes e descendentes na pirâmide social. Os contactos são maiores, porém menos intensos, daí uma certa impersonalidade no trato, onde os laços de parentescos e vicinais são substituídos por formas indiretas de controle social" (3).

A documentação de que o município estudado se conservou até 1774 como meio rural, está exuberante nos recenseamen-

1027
408

tos populacionais que o maldoso Morgado de Mateus - para conhecer famílias que se compunham de moços aptos para soldados - mandou levantar, anualmente, na capitania de São Paulo. Estes recenseamentos anuais iniciados em 1767, consignavam nomes, idades, atividades econômicas e patrimônios, como foi feito neste ano, ou com falhas nestas classificações; o de 1773, além dos caracteristicos apontados, registrou ainda os animais possuídos, a previsão das colheitas do ano, os títulos de propriedade ou terra ocupada, e o senhorio de escravos.

Revelam tais documentos, que percorremos demorada e repetidamente, e que foram objeto de estudos do advogado e historiador Omar Simões Magro, com atividade no rico manancial histórico que é o Arquivo Público do Estado, revelam as caraterísticas da vida puramente rural do bairro das Campinas, desde o início do seu povoamento até a fundação da cidade em 1774. O pronunciamento deste historiador, se fez quando projetavam comemorar uma data de centenário da fundação, inteiramente errada, em 1939:

> "como já dissemos, eram todos lavradores, havendo apenas dois que faziam profissão de tecelões: Antônio Moreira Pedroso e Francisco Xavier Moreira (4) talvez filho do antecedente. Francisco Pinto do Rego vivia no caminho das minas, com tropas, e no mesmo mister, provavelmente, se ocupava José Rodrigues Leme.
>
> "Nota-se porém, absoluta falta de negociantes de qualquer espécie. A população vivia espalhada, a concentração só se realizou mais tarde".

Enquanto a população de Campinas era, em 1774, só de roceiros espalhados pelos seus sítios, assim como em 1775, quando tinha por moradores urbanos apenas o vigário e sua família, a população de Jundiaí, constituída em categoria de vila, se classificava como centro urbano com profissões próprias consignadas em seu recenseamento:

> "vive de sua música",
> "vive de sua venda",
> "vive de seu ofício de sapateiro",
> "vive dos jornais de seu filho",
> "vive de oficial de carpinteiro",
> "vive do contrato de dízimos reais",
> "vive de loja de fazendas",
> "vive de seu ofício de alfaiate",
> "vive de seu ofício de ferreiro",
> "vive de seu ofício de latoeiro".

Tais documentos levam à conclusão de que Campinas foi núcleo exclusivamente rural até 1774, momento de sua fundação no dia 14 de julho ~~deste~~ disse ano. E tenha-se em conta que esta classificação diferencial entre a vila e o sítio, em nossos tempos vai se alterando com ~~uma~~ a fusão sítio, chácara, cidade, com ~~os~~ hábitos e a multiplicidade dos meios de comunicação, oferecendo ao cidadão a possibilidade de morar na zona rural ~~tendo~~ com costumes e possibilidades antes privativas do meio urbano.

POVOAMENTO E FUNDAÇÃO

Ao primeiro relance sobre o uso do vocábulo "fundar", encontramos com vário significado, a mando e ao sabor dos desejos de seus usuários quando se referem à fundação de uma cidade. Disto resulta ser impossível uma harmonização de opiniões sobre datas de fundação, entre estudiosos que divergem no sentido da palavra e na constituição do fato de fundar. Se fundar é, como ensina Frei Domingos Vieira, "(do latim fundare, fundus, fundo), lançar os fundamentos, alicerces de um edifício; edificar, construir", "fundar uma vila, uma cidade; ser o primeiro a edificá-la". Se fundar é, como esclarece Caldas Aulete, "construir, assentar (alicerces); edificar, levantar desde os alicerces". Se fundar é, como classifica Antenor Nascentes, "criar, construir" fundar uma cidade é estabelecer o seu alicerce, o alicerce de uma cidade é, em todos os tempos, a sua primeira construção urbana, de caráter urbano, em local próprio para se traçarem as ruas e praças; é a primeira realização de caráter citadino que constitua, indiscutivelmente, início com a continuação de cidade, com fatos e atos de direito decorrentes. Disto resulta uma distinção nítida entre fundação de núcleo urbano, e a constituição de núcleo rural, ambos com caraterísticos bem definidos que os marcam, distinguem, separam, personalizam, diferenciando-os de forma inconcussa.

O bairro rural se forma com a multiplicação dos roceiros a constituírem suas roças dentro de uma região geralmente escolhida pela excelência da terra produtiva. São lavradores que se estabelecem em glebas próximas ou confinadas, e que, multiplicadas, constituem o bairro rural.

O núcleo urbano tem variado caraterístico, pois se constitui de traçado de ruas, quase sempre contornando uma capela, e como centro de um núcleo rural e ponto de relações e comando para os interesses comuns, quando eles surgem.

Está a nosso alcance o ensino do mestre José Carlos de Ataliba Nogueira ao relatar o surgimento do núcleo urbano, dentro do núcleo rural, no qual os roceiros "quase que se bastavam, a tal ponto de os visinhos viverem uns ao lado dos outros sem precisão de maiores relações, separados por muitas léguas, até que um dia o aumento de visinhos e a prosperidade de cada um fêz que entrassem em relações. Surgiram elas em torno da capela que, por sua vez, teve como ponto de partida o modesto templo, muitas vezes erguido pela piedade de um dos visinhos, espontaneamente ou em virtude de ex-voto feito para obtenção de alguma graça".

Houve alguém que "fêz doação do terreno, constituiu-lhe patrimônio, e aquela gleba de terra em que se erguia a capela e terrenos adjacentes passaram para uma pessoa jurídica. Aliás, a expressão capela originariamente não significa templo, mas certo instituto jurídico-canônico" (5). Fundação, pois, é matéria de fato; o núcleo urbano, semente da cidade, só emerge com a sua materialidade citadina, prédio e rua, e pode não emergir, como se exemplifica com os núcleos rurais que não se tornaram cidades.

Certo é dizer que um aglomerado rural poderá ser um futuro núcleo urbano, mas também poderá não ser, como não o foram os aglomerados rurais de Campinas que se não tornaram cidades, do que temos exemplo nos bairros de Ponte Alta, Anhumas, Mato Dentro, Dois Córregos, Capivari, Campo Grande, que se igualavam à paragem de Campinas antes da fundação desta cidade, e cujas fundações, como cidades, até hoje não se efetivaram (6).

Antes de se marcar a data de uma fundação, é indispensável assentar a existência e data de uma realização de fato próprio de meio urbano, que possa caraterizar o início, um feito completo que constitua uma urbanização. Nem todas as cidades poderão marcar sua data de fundação nesta forma positiva; muitas deverão adotar uma data representativa, o que não é o caso de Campinas. Esta cidade, foi, primeiramente, uma idealização de Barreto Leme, o mesmo que, se a idealizou, realizou o que constitui uma fundação, não por povoar ruralmente a região; não por ter, com companheiros, construído um cemitério; não por possuir ali uma sesmaria - mas por ter idealizado uma futura cidade, o que se testifica com os seus atos de ter promovido a construção de uma capela e, alcançando nova oportunidade, de ter conseguido a instituição de uma freguesia, por seus próprios esforços.

Suas intenções se revelaram antes de 13 de setembro de 1772, na petição dirigida ao Governador do Bispado, pedindo autorização para construir uma capela na paragem das Campinas; no seu segundo pedido, de janeiro de 1773, agora almejando, não mais uma capela, mas uma igreja matriz e freguesia, o que era próprio, indisfarçavelmente, de uma vila incipiente. Assim, Barreto Leme foi, de forma integral, o autor intelectual e material da fundação de Campinas. E só a seu único e eficiente colaborador, Frei Antônio de Pádua Teixeira, se pode dar o título de co-fundador.

O FATO E O DOCUMENTO

Tendo visto que fundação é matéria de "fato", volvamos para o documento que revela quanto estão em erro aqueles que desejam situar a data de uma fundação, em data de qualquer documento, o que intentam, mesmo sem que aquela tenha efetivo relacionamento com este; e procuremos como os doutos classificam o fato:

> "Ontologicamente considerando, o fato jurídico se biparte em dois fatores constitutivos, de um lado um fato, ou seja, uma eventualidade de qualquer espécie, que se erige em causa atuante sobre o direito subjetivo, quer gerando-o quer modificando-o, quer extiguindo-o; do outro lado uma declaração do ordenamento jurídico, atribuitiva de efeito àquele acontecimento. Sem esta última o fato não gera direito subjetivo; sem o acontecimento, a declaração da lei permanece em estado de potencialidade. A consignação de ambos, eventualidade e preceito legal, é que compõe o fato jurídico." (7).

No caso do município estudado, nós temos, de inteiro, uma "declaração do ordenamento jurídico" e o acontecimento, o fato, sem o qual a declaração permaneceria em estado de potencialidade. Concretamente, o município estudado dispôs de ordenamento jurídico-eclesiástico que criou uma freguesia, e se investiu no direito subjetivo com a criação, de fato, da freguesia, sua instalação e vital atividade.

A religião oficial do Estado dava, à Igreja, autoridade para a criação de freguesias (paróquias) no interesse da assistência religiosa, como no caso de Campinas: sua assistência era deficiente pelo afastamento excessivo da matriz de Jundiaí e pela precariedade da mesma assistência religiosa. Inteirado desta deficiência, criou o Ordinário a freguesia de Campinas, como criou outras, e se criaram muitas, sem aprovação da Coroa, o que as privava da côngrua para o vigário, paga pelos cofres reais. O interesse apostólico levava o poder episcopal à criação de freguesias sem o recurso à Coroa, para obtenção de auxílio material, uma vez que a razão religiosa se sobrepunha ao interesse civil.

O documento da fundação de Campinas é, assim, o despacho do Administrador do Bispado, em 5 de novembro de 1772, que permitia a construção de uma capela nas paragens das Campinas, ampliado pelos despachos do bispo diocesano, Dom Frei Manuel da Ressurreição,

dos quais um

~~um~~ modificando o ~~anterior~~ para transformar a criação de capela em criação de freguesia, e outro ~~permitindo~~ de 7 de maio de 1774, para permitir a instalação da freguesia em capela provisória, ~~este de 7 de maio de 1774~~; todos os despachos, porém, constituindo a "declaração do ordenamento jurídico", atributiva de efeito ao fato da fundação em 14 de julho de 1774, que constou de instalação ~~[illegible]~~ da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, subordinada civilmente ao Senado da Câmara de Jundiaí (mas não à freguesia de Jundiaí, à qual se igualava em atribuição e poderes), com benção da capela provisória, missa solene e início de atividade do cartório eclesiástico (fig. 1), com os livros de assentamentos de batizados, casamentos e óbitos, e com o assentamento do primeiro batizado no mesmo dia da fundação:

clichê

O CARTÓRIO ECLESIÁSTICO

Tratando do chamado registro civil, e hoje registro de pessoas naturais, escreve um mestre:

"o registro moderno" "origina-se da prática adotada na Idade Média pelos padres cristãos, que anotavam o batismo, o casamento e o óbito dos fiéis, visando o melhor conhecimento de seus rebanhos e à escrituração dos dízimos e emolumentos. Por muito tempo, em razão disto, perdurou a praxe de deixar a cargo da Igreja tais anotações que perpetuam os momentos principais da vida civil: nascimento, casamento, óbito.

Em nosso antigo direito, ligado o poder espiritual da Igreja ao temporal do Estado, aceitava-se a prova resultante dos assentos eclesiásticos como específica para estes fatos, o que era princípio universalmente admitido.

No século passado, em razão de se mostrarem os assentos eclesiásticos insuficientes para atender às necessidades públicas, não só pela predominância, neles constante, da data do batismo sobre a do nascimento, como ainda pela proliferação dos filiados a outras crenças que ficavam sem meios de provarem aqueles momentos essenciais de sua vida civil, instituiu-se, pela lei nº 1.144, de 11 de setembro de 1861, o registro de nascimentos, casamentos e óbitos para as pessoas que professassem religião diferente da oficial do Império. Posteriormente, a lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, determinou a organização do Registro Civil, o que somente foi feito pelo decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888." (8)

Quanto ao campo religioso, Monsº Silveira Camargo afirma que à Igreja cabia "cumprir as Constituições de Lisboa" adotadas no bispado, mais o "Regimento" particular que fora feito pelo bispo e estava em uso" (9). E a vigência da função legal do cartório eclesiástico, permaneceu em nosso país até quando se criou o registro civil; mas antes da criação deste, tudo que se refere aos tempos passados, até hoje, são documentos de fé pública, expedidos pelas Cúrias Episcopais ou pelas Paróquias. Em acórdão de tribunal, facilmente se encontra decisão acolhendo documento eclesiástico, diocesano ou paroquial:

"Mas a verdade é que as certidões paroquiais sempre foram catalogadas como <u>verdadeiros instrumentos públicos</u>, desde que se relacionem com assuntos anteriores à instituição do registro civil" (Ribas, Consol. art. 365 - Ramalho, "Praxe" § 164 - Decº 181 - art. 50).

"Sempre se considerou a certidão paroquial como equivalente a instrumento público, desde que emane de autoridade competente e resulte de assento por ela lavrado, antes da instalação do registro civil".

"Assim no processo de casamento de ..... com ..... não se encontra certidão ou documento abonatório da idade dos nubentes. A declaração assim manifestada torna-se inteiramente ineficaz e não pode ser contraposta à certidão de batismo na qual não intervém o novo cristão. Nessa conformidade, dado o conflito entre os dois instrumentos públicos, forçoso é se manifeste a preferência pela certidão paroquial".

"Demais a omissão do nome ..... na certidão de batismo é perfeitamente explicada mediante a ponderação de que o aludido nome não pertencia à Santa canonizada, pelo que não podia figurar no assento de batismo, em consonância com a legislação eclesiástica" (10).

O cartório eclesiástico para o qual se exigiam os livros de assentamentos de batizados, de casamentos e de óbitos, e o Livro Tombo, teve início seu funcionamento com o livro de batizados, no dia 14 de julho de 1774, dia da fundação da cidade e da instalação da freguesia de Campinas, o que vem reforçar a prova da fundação da freguesia e distrito, nessa data.

E é o historiador acadêmico Américo Jacobina Lacombe, quem, na sua "Introdução ao Estudo da História do Brasil", diz:

"arquivos religiosos, que são da maior importância especialmente para a época em que não havia Registro Civil".

"Entre nós o abandono de cartórios eclesiásticos, que até a república desempenhavam papel oficial, e mesmo notariais, é a verdadeira calamidade que está longe de provocar uma reação razoável por parte das classes pretendidamente cultas" (11)

Mais longe, dizia Alexandre Herculano:

"Tanto se consideravam esses arquivos como dependentes do Estado, que os seus documentos mereceram sempre uma espécie de fé pública. Em muitos deles, até, existiam e existem cartulários, geral e impropriamente denominados Tombos, e feitos em diversas épocas, desde o reinado del-rei D. João II até o del rei D. João V, em que se contêm traslados dos documentos antigos, precedendo provisões régias, pelas quais se dá a estas cópias o mesmo valor dos originais, para delas se passarem certidões. Esses atos do poder supremo não provam só a consciência que o Governo tinha da incapacidade ordinária dos membros das corporações, e dos tabeliães desses lugares para lerem os antigos diplomas: provam também o caráter público de tais arquivos; porque não nos consta que provisões de semelhante natureza se passassem nunca a favor de cartórios particulares" (12).

O PELOURINHO

~~Celso Maria de Mello Pupo~~

Marca o Pelourinho uma graduação ~~significando~~ porque significa a promoção de uma freguesia à categoria de vila autônoma, com administração própria, com suas leis e ~~com~~ sua economia. Campinas fundada em 1774, já em 1797 atingia desenvolvimento suficiente para se tornar vila, o que não era comum no Brasil português, pois, na capitania de São Paulo, muitas freguesias se tornaram mais que centenárias para atingir foros de promoção.

Ricardo Gumbleton Daunt, médico, irlandês naturalizado brasileiro, mudando-se para Campinas em 1845, teve o patriótico cuidado de colher e registrar toda a tradição oral que alcançou. Mesmo não sendo história, a tradição contém preciosos esclarecimentos que facilitam a fixação de fatos, e luzes que podem levar a conclusões exatas no trato da documentação.

Francisco Quirino dos Santos, poeta, atividade que leva o rebuscador da história à fantasia, e jornalista, que visa a divulgação de incentivos à pesquisa, legou-nos utilíssimos relatos e indicações documentais valiosas que o grande Benedito Otávio, com sua consolidada cultura geral, utilizou em trabalhos que, com os seus dois antecessores, marcaram pontos a se repetirem no faiscar pelas fontes históricas.

Deste último, o "Almanaque Histórico e Estatístico" de 1914, transcreve documentação das mais valiosas, com indicação das publicações e arquivos onde foram encontradas, o que prestigia e enobrece o autor. Suas conclusões, assim como as de seus antecessores citados, à vista de outras documentações e em conseqüência de organizações modernas de arquivos que, ~~para nós de hoje~~, oferecem maiores facilidade, de consulta e mais ~~sólida~~ segurança de interpretação, podem exigir retificações, o que, em nada, lhes diminue o valor.

Discorre Benedito Otávio sobre a tentativa de recusa à Barreto Leme, do ~~seu~~ mérito ~~em~~ de ter doado área para o rocio, no território de sua sesmaria, como afirmara o Dr. Ricardo. E, para tanto, fundamentou suas conclusões em atas da Câmara Municipal, nas quais processou uma investigação, encontrando depoimentos idôneos, e confirmando-se que a área de Campinas fora doação de Francisco Barreto Leme, o único sesmeiro que povou e cultivou sesmaria antes da fundação em 1774.

Constituída a freguesia na fundação de Campinas, trouxe-lhe grande progresso a indústria açucareira, ~~resultando~~ que resultou na aspiração de independência administrativa de seus habitantes. Solicitada ~~por estes~~ a elevação da freguesia em 27 de outubro de 1797, foram atendidos pela portaria governamental de 16 de novem-

bro seguinte, pelo ato institucional de 14 de dezembro, sob a presidência do Ouvidor Geral e Corregedor Luís de Barros Monteiro, e pela elevação do pelourinho significativo da autonomia.

Da elevação do pelourinho, ficou lavrado um termo que registrou o ocorrido:

"foi escolhido um terreno livre e desembaraçado de todas as partes, que se acha em distância bastante da Igreja Matriz, e fronteiro à mesma" (veja-se que o terreno do pelourinho, "livre e desembaraçado de todas as partes", pois a matriz provisória já havia sido demolida), "por parecer melhor para nele se levantar o Pelourinho para sinal de Jurisdição, mandou o dito Ministro levantar, o qual é um pau de Cabreúva oitavado: E aí defronte do dito Pelourinho se escolheu o lugar para os Paços do Conselho e Cadeia, fincando-se três estacas em sinal de onde principiar a obra e seguir para a parte da Igreja, ficando de ambos os lados desembaraçado de cada parte quarenta palmos para passagem e saída do Pátio da Matriz e Praça do Pelourinho" (veja "Campinas, seu Berço e Juventude" página 71). (13).

Se examinarmos o significado das duas palavras, pátio e praça na época em que foram escritas, encontraremos:

"Pátio s. m. Área murada e descoberta que está à entrada da casa".

"Praça s. m. (Do latim platea) Logar espaçoso dentro de qualquer povoação, onde se fazem as feiras, mercados etc". (14)

Em Campinas existe igreja com seu pátio vedado por muros: é a Capela de Santa Cruz. E, então, pátio se entendia área privativa da casa ou igreja, imprópria para outras utilidades, enquanto a praça se classificava por um utilitarismo variado. Os mesmos dizeres "ficando de ambos os lados desembaraçados, de cada parte quarenta palmos para passagem e saída do Pátio da Matriz e Praça do Pelourinho" já foram por nós interpretados (trabalho acima citado) como indicativos da existência de dois logradouros distintos.

E esta nossa interpretação encontra documentos que a confirmam como exata, na mesma obra de Benedito Otávio, quando trata e transcreve do Livro de Atas da Câmara Municipal, documentos relativos à dúvida levantada sobre a doação de Barreto Leme, de área para fundar-se a cidade, cuja exatidão ficou provada por testemunhas e seus depoimentos no processo, quando também afirmaram "que os terrenos municipaid são os compeendidos dentro de um quarto de légua para os lados do Pelourinho, o qual era situado junto à Cadeia atual, no Largo do Mercadinho".

Sabido como é que a praça Antônio Pompeu teve vá-

rias designações, recordemos Júlio Mariano:

"Em 1853, O Paço Municipal, Cadeia, Forum, todos funcionavam num só edifício, por vezes chamado Cadeia Velha. Construção que datava de 1816, o casarão da Municipalidade se erguia no local onde se encontra o monumento a Carlos Gomes, tendo pela frente o Largo da Matriz; à direita o Largo do Pelourinho (15) ~~reto Popular de 20/12/1968~~".

Os dizeres do minucioso historiador testificam bem a utilidade, para os campinenses, de um pátio da Matriz e uma praça do Pelourinho, que também foi o largo do Mercadinho restaurado em 1872, na vacância do Pelourinho que se mudara para a antiga praça da bica do nascente.

E veja-se, ainda, o Livro do Tombo da Câmara Municipal, aberto em 5 de setembro de 1884, em cujo termo de abertura se encontra esta afirmativa:

"Este Pelourinho esteve colocado na pequena Praça do mesmo nome naquela época" (1797) "e anos depois, sendo depois denominada pela Câmara Municipal Praça Carlos Gomes e atualmente da Liberdade". (16)

Hoje é a praça Antônio Pompêu. E ainda temos conceituado historiador, Omar Simões Magro, que em belo trabalho de 1923, afirmava: "A Cadeia situada em uma praça oblonga", "ao lado o largo do Pelourinho". "O Pelourinho foi mudado do largo ao lado da Cadeia, para o largo que terminava a viela desse nome, largo que hoje se chama Heitor Penteado. Um dia porém, foi derrubado e queimado, e o largo se chamou da Liberdade por proposta de Francisco Glicério. Ali, uma chácara que a si própria se classifica de - Benemérita - levantou o novo mercadinho, hoje pouso das andorinhas" (17).

CIDADE NOVA

Depois de sua fundação a 14 de julho de 1774, Campinas, que vinha de paragem puramente rural, região só de sítios de cereais, tinha seus primeiros caraterísticos de vida urbana, o que lhe faltara em sua vida inteiramente agrícola até a fundação em 74 (18). Ainda com tal inovação, continuou a região como produtora de milho (a maior e mais útil mercadoria produzida), feijão, arroz, algodão, amendoim, etc., e da cana que se transformava em rapadura e aguardente para uso de seus produtores e poucas vendas.

As roças que se haviam iniciado em 1741 (19) com a vinda do pioneiro Francisco Barreto Leme, foram o alicerce do desenvolvimento de Campinas. Representaram o povoamento rural, o desbravamento do sertão, a semente geratriz da futura grandeza. Ela, [redacted], na sua modéstia de sementeira, não foi grande, mas foi o germe, foi o fundamento, foi a flor que se fertiliza a caminho do fruto dourado e saboroso.

Assim se manteve até que elementos de Campinas, em contato habitual com agricultores de Itu, onde se casaram, intentaram transformar a lavourinha de cereais de Campinas, em riqueza agrícola de cana de açúcar (20), o que fizeram acompanhados de ituanos. Tais elementos trouxeram de Itu esta indústria florescente, enriquecendo suas famílias e elevando a vila que se destacou entre as mais prósperas da capitania; logo foram seguidos por outros homens de haveres (21) do mesmo Itu e demais vilas, recebendo novos elementos que a vinham enriquecer (22).

Foi pelos anos de 1790-95, que Campinas se lançou na cultura extensiva da cana e na indústria açucareira; surgiram os engenhos com seu poderio, formando, cada um, um centro autônomo de produção, com sua vida independente, auto-suficiente, abastecendo-se pelas suas próprias forças. Construíam, socavam taipa ou trançavam o pau-a-pique; faziam telha, dando-lhe o formato arredondado e mais fino em uma das estremidades, como ainda hoje é a telha canal.

As matas ricas abasteciam das melhores madeiras as construções; toras imensas até de 16 metros de compridas, como vimos e medimos na fazenda Bonfim, ou de 22 metros como disse Baltazar da Silva Lisboa (ver adiante), e afirmam proprietários de velhas fazendas, eram tiradas dos matos dos engenhos, para serem vigas de suporte, ou baldrames, e esteios valentes firmados no solo sustentando os frechais e o telhado protetor de paredes de mão (pau-a-pique). As toras desdobradas eram batentes para portas, eram soalhos e forros, manipulados pela habilidade dos escravos "oficiais", muitos deles verdadeiros artistas.

Os móveis se faziam no Engenho; também os bangüês, os carros-de-bois, os arreios e os trançados de couro para fins variadís-

simos. O algodão plantado em terras do Engenho, colhido, era fiado em casa e tecido pelo tecelão sempre presente nos aglomerados de população rural. A forja trabalhava o ferro bruto transformando-o em material de trabalho, em petrechos de serviços, em utilidades caseiras. Tudo se fazia no Engenho, até que sua produção tivesse enriquecido seus senhores, então levados ao gosto do mais luxuoso, ao artigo importado que passou a ser símbolo de prosperidade.

Da alimentação, só o sal vinha de fora; o milho para assar, cozer, transformar-se em fubá que seria pamonha, curau, angu (hoje chamado polenta), farinha, pipoca, da mesa do pobre e do rico, e para a sustentação da tropa de animais de trabalho que, sem ele, não podia dispor da energia de tração claramente manifestada em necessários esforços - tudo se completava com os demais alimentos ~~que citamos acima~~.

A primeira fase da rica vida agrícola de Campinas se estendeu, principalmente, ao norte da vila, pelos bairros da Boa Vista, Anhumas, Ponte Alta, até o Jaguari, zonas de terras apuradíssimas, nas quais abundavam os padrões de terra ótima, como o pau-d'alho que deu seu nome a uma das mais famosas propriedades agrícolas da região, e pelo bairro do Mato Dentro, ao leste da vila, também de boas terras.

Dos engenhos destas zonas, engenhos mais tarde transformados em fazendas de café, ficaram as marcas do seu passado. As sesmarias cultivadas têm datas em torno do ano de 1790, com a transformação das roças que passavam a mãos diferentes e poderosas que, reunindo-as, formaram as culturas de cana com os seus engenhos de açúcar, modificava-se também o direito de propriedade, que ia da precariedade da posse, às sesmarias concedidas pelo Capitão General da Capitania, e aprovação del Rei anos após.

A riqueza traz o fausto, a comodidade, melhor nível de vida, que logo se revela nas áreas das propriedades e no afluxo de novos elementos que vinham dedicar-se à cultura da cana, cultura que exigia recursos financeiros para seu início e, por isto, inacessível aos antigos roceiros e primeiros povoadores rurais do bairro. Então, dos iniciadores da população rural de Campinas, [redacted], não houve contribuição valiosa para a implantação e desenvolvimento da indústria açucareira, a riqueza que projetou Campinas aos níveis das vilas importantes da Capitania. O alvorecer do século dezenove foi, então, para esta terra um madrugar brilhante, de poderio e fama que se extravasou para o exterior do país, na exportação do açúcar para Lisboa. Iniciado o povoamento rural [redacted] com o pioneiro Francisco Barreto Leme, em 1741; [redacted] fundada a cidade em 1774; ini-

ciada a cultura de cana entre 1790-95, a vila entrou no século dezenove com a pujança de suas terras ubérrimas para progredir incessantemente até a nona década da centúria.

Foi a estrada de Goiás o primeiro caminho que passou pela região. Certamente trilho de indígena, tornou-se a vereda dos bandeirantes em busca do sertão, percorrido, primeiramente, a pé pelos viajantes pioneiros, e, depois, com os muares e suas cargas balanceadas em dois picuás sobre o lombo do animal, com pesos iguais em cada lado. Este uso permaneceu por muitos anos.

O trilho, pomposamente chamado "estrada de Goiás", não se livrava dos atoleiros e demais percalços da viagem, obrigando a supressão das comunicações em tempo de chuvaradas. O burro, animal inteligente, ~~era~~ capaz de evitar buracos, atoleiros e outros inconvenientes na marcha, era utilizado ~~gf~~ para condução pessoal e de mercadorias, e se criava nos campos de Curitiba para as suas vendas nas feiras de animais, entre ~~elas~~ estas a mais famosa, a de Sorocaba.

A visita imperial de 1846, para a cavalhada, (23) provocou nos cavaleiros da cidade uma procura cuidadosa de cavalos esplêndidos e arreios requintados. Vieram eles de Indaiatuba, Itu, Monte-Mór, Sorocaba, Bragança, Moji-Mirim, Cajuru; ~~este~~ deste um "vermelho magnífico" "como ainda não se vira semelhante", "e o Imperador que se inclinava no camarote para o ver, desejou possuí-lo" e "foi o corcel oferecido ao imperador visitante por um campineiro", conta Benedito Otávio (24).

O cavalo era uso de luxo. Montado pelos mais abastados, geralmente de criação cuidadosa, de andar cômodo para o cavaleiro, tinha o porte majestoso, digno de um senhor de engenho e de seus familiares. Era o animal nobre, e quando de alta qualidade e beleza, cobiçado pelos mais destacados elementos da sociedade, servia a senhor elegante, no seu trânsito, e promovia a mulher trajada com as vastas saias de montar que ~~lhe~~ a cobriam até os pés. Era superior e era gracioso cavalgar um corcel de traços perfeitos, altivo, de olhos vivos, musculoso pescoço e de andar suave (sem o trote inglês), todos de avantajado porte como pintou Hércules Florence em 1838 e 1846 (figs. 2).

. A mulher, em suas viagens, preferia montar, e montava muito bem, dispensando o banguê para as pessoas mais idosas ou doentes. Os arreios eram luxuosos "de veludo verde" (1812) e com "arreaduras de prata" (1827), esporas de prata (1827), não dispensando os viajantes o "copo de prata com corrente" (1812) que servia para apanhar água de beber, do rio, sem apear do cavalo. Esta água era colhida do lado de cima do rio, quando a água ainda não havia passado pelas patas do animal (25)

Os transportes também se faziam em banguês (fig. 4 e 5)

ou liteiras (fig. 6) "com os competentes selins" (1836), duas conduções que, geralmente, são confundidas em seus nomes, mas que realmente são bem distintas e só a desatenção pode confundi-las. Rafael Duarte conta que, em 1862, "desciam em demanda de Santa Cruz, dois bangüês, baloiçando mansamente, ao ranger do correiame dos selotes, sob os quais arcavam os machos condutores. À frente o guia, agarrado à arreata, atrás o tocador, o bangueleiro a dirigir a marcha. Tanto um como outro bangüê, trazia cortinas de zuarte cerradas". (25). Como transporte urbano para senhoras e pessoas idosas, usava-se a "cadeirinha com retoque dourado" (1820) (fig. 7).

De rodas, o único veículo era o carro de bois (fig. 8) com quatro juntas, ou mais, para vencer qualquer defeito do caminho que não impedia a marcha de oito bovinos de hercúlea força, capaz de arrancar o veículo de qualquer depressão do solo, por mais grave que fosse. Ainda em 1846 não se usavam os trólis, só aparecidos na segunda metade do século, na cidade em causa. Eram eles veículos mais leves, de constituição delicada, exigindo caminhos próprios para tiro de muares. Foram seguidos pelas diligências de transporte coletivo e pelas carruagens de uso urbano, e mais o modesto bonde (fig. 9). A partir de 1866, surgiram as estradas de ferro na província, (fig. 10).

O café, pelas suas primeiras sementes, foi aqui introduzido por Raimundo Álvares dos Santos Prado, senhor de engenho que estava montando em 1798 (26). A difusão de sua cultura se deve aos pioneiros e maiores cultivadores, Antônio Manuel Teixeira, Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, Francisco Egídio de Sousa Aranha, José Teixeira Nogueira de Camargo e Bernardo José de São Paio (27). Em 1804 já o café se consignava na estatística de produção da vila.

A indústria manufatureira que se iniciara anos antes, teve, em 1867, um fato marcante que a Câmara Municipal registrou:

> "Auto - Ano de nascimento de N. S. Jesus Cristo de 1867, aos dois de outubro do dito ano, nesta cidade de Campinas, província de São Paulo, no Paço da Câmara Municipal, achando-se a mesma Câmara reunida em sessão ordinária, sendo presentes os vereadores da mesma Câmara, dr. Cândido Ferreira da Silva Camargo, presidente; Joaquim Alves de Almeida Sales, major João Martins de Azevedo, Joaquim Teodoro Teixeira, João Bierrenbach, aí deliberou a Câmara que neste livro se mensionem - ad perpetuam rei memoriam - dois fatos recentemente realizados neste município, que assinalam o seu desenvolvimento moral e material, quais são: a ereção e emprego na indústria da primeira máquina regida pelo vapor, estabelecida pelos cidadãos Bierrenbach & Irmãos (fábrica de chapéus), e o estabelecimento do correio diário, conduzido em carros, entre esta cidade e a capital do província" (28).

Joaquim Teodoro Teixeira em carta de 6 de setembro de 1869, louva a montagem feita por Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, "o Sampainho", afirmando: "A sua oficina ~~xxdfghexxyuaxx~~ vem preencher uma lacuna muito sensível com que lutava a lavoura e indústrias em geral". Referia-se ele ao que se publicou na imprensa em 21 de novembro do mesmo ano: "Grande Olaria - Ferraria e Oficina Mecânica a vapor e a água - Campinas - Antônio Carlos de Sampaio Peixoto tem em sua chácara nesta cidade, uma olaria completamente montada (sistema Clayton & Comp. -máquina BB) para tijolos de construção, sólidos, tubulares, de 3 qualidades, ladrilhos imprensados ou não, ditos para poços, tubos para encanar água e dessecar terrenos. Tem na mesma uma ferraria completa "que é uma fábrica de ferragens para carros, peças de máquinas" de ferro, aço e metal", peças de torno, parafusos" (figs.).

Aqui cabe recordar a realização da gente de Campinas, para alguns, apenas de senhores ricos de boa vida, quando, verdadeiramente, foram eles construtores de uma grandeza. Este solo, coberto de matas gigantescas que amedrontavam pioneiros, teve o valoroso iniciador, Francisco Barreto Leme que implantou a primeira roça, o primeiro"sítio", produtor de cereais para consumo próprio e venda de sobras aos viajantes. Seguiram-no seus parentes e amigos, seus admiradores e estranhos atraídos pela abundância do resultado do trabalho do amanho da terra ferraz e dadivosa, como facilmente não se encontrava outra.

Coube ao primeiro vigário, Frei Antônio de Pádua Teixeira, divulgar, como bem acentuou o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, divulgar a execelêmcia das qualidades do solo campinense, primeiro entre os irmãos, trazendo-os como pioneiros da indústria açucareira, e outros, parentes e conhecidos, que vieram constatar a uberdade de um solo privilegiado.

Tais elementos demandaram Campinas, formaram seus latifúndios, adquirindo sítios e ~~os~~ reunindo-os, ou obtendo sesmarias como doação condicional do governo da capitania. Tais elementos, plantaram cana, montaram engenhos, fabricaram açúcar, foram realizadores de uma indústria onde o proprietário produzia a matéria prima, e industrializava fabricando o açúcar, e a comercializava levando-a, em seus próprios cargueiros,, tropa de burros que conduziam no lombo duas canastras, uma de cada lado, com açúcar destinado à Lisboa, entregando-o em Santos para o embarque marítimo.

Então, foi no século dezoito que Campinas teve vida

industrial, continuando com semi-industrialização do café que era colhido, seco no sol, descascado, primeiramente com a roda que o premia dentro de um cocho circular, e, depois, com maquinismos especiais fabricados em Campinas, pela indústria de máquinas que nasceu nesta cidade, pela metade do século passado, para as fazendas de café desta região e de outras que os campinenses e ituanos, com seus escravos, abriram pelo interior da província, antes mesmo da primeira imigração do braço livre. A 14/2/1812, João Manuel do Amaral assinava escritura de compra de terras no "Sertão de Araraquara", que ele cultivou e povoou formando grande fortuna deixada para seu filho único (Cartório de Campinas).

Ainda na primeira metade do século passado, floresceram indústrias em Campinas, como a de chapéus, de serralheiria, etc. podendo-se ver na capela da Santa Casa as grades das tribunas e da capela-mór, fabricadas em nossa cidade, seguidas por outras indústrias como a de tijolos (antes fabricados nos engenhos), de lajotões, de tubos, de material para a lavoura, e outras.

O senhor de engenho trabalhou, cresceu, realizou e, sem ser o bárbaro senhor de escravos como quer dizer o observador parcial, entusiasmou-se com o resultado de seus esforços na terra generosa de Campinas, estendeu-se, viajou, conheceu o país, a Europa, a civilização. E foi à própria custa, em 1850, buscar na Europa o braço livre, o trabalhador que o acompanhou protegido, com viagem paga e subsistência garantida por um ano, para participar hoje da população brasileira.

É documento de nossa afirmativa, além de outros, o relatório do ministro suiço, especialmente enviado para constatar a situação dos primeiros colonos vindo da Europa para a província de São Paulo, elogioso a Campinas, publicada a sua versão portuguesa, feita para o "Jornal do Comércio" do Rio, por Afonso d'Escragnole Taunay, em 13 e 20 de março de 1938, mostrando bons patrões de colonos, como haviam sido bons senhores de escravos, ~~na forma que desmentimos~~ desmentindo a propalada dureza generalizada do senhor de escravos, adiante, no item "Serviços e Serviçais".

Voltando a antigos tempos, temos a lembrar que os órgãos legislativo e executivo, eram as Câmaras Municipais, dispondo o seu presidente, ou "juiz ordinário" até mesmo de poderes judiciais, quando o município tinha autonomia nunca mais alcançada no correr da história (29). Seus elementos chamavam-se republicanos, já que os Conselhos formavam uma república e seus componentes tinham por dever uma ação distributiva de justiça aos habitantes, como se esclareceu com segurança: "O verdadeiro republicanismo não existe na forma de governo, mas no respeito dos di-

reitos nacionais particulares" (30), donde, fundamentadamente se ter afirmado, na extinção do Império de Dom Pedro II, estar derruída a única república da América latina.

A vereança enobrecia, e era exercida pelos mais conspícuos elementos da vila, desde sua criação até o findar do século dezenove, com o qual encerramos nossas narrativas. Na fundação do Império, ano de 1822, eram componentes da Câmara, Inácio Caetano Leme, juiz ordinário; Antônio Francisco de Andrade, juiz companheiro; Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, Joaquim Guedes Barreto e Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme, vereadores; José de Sousa Campos, procurador. Foi esta Câmara, que também contou com o exercício dos veradores suplentes Bento José de Abreu Alves Guimarães, Pedro José Batista e Bernardino José de Sena Mota, aquela, a doze de outubro, em sessão extraordinária, fez a aclamação de Dom Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil, presentes as corporações eclesiástica, civil e militar, e o corpo de ordenanças e seu chefe.

Com a falta de um livro de atas da Câmara, não se pode fixar quando ela construiu o seu prédio próprio; em 1822 ela não o possuía, mas em 1829, já dispunha do paço levantado em frente à matriz, e tendo a sua lateral direita para o pátio do Pelourinho que usou deste nome, o de Mercadínho e outros, até se chamar praça Antônio Pompeu.

Campinas, em 1831, marcou a abdicação de nosso primeiro Imperador e elevação ao trono de Dom Pedro II, por comunicação do presidente da província, acompanhada de dados descritivos do acontecimento. A dois de dezembro já se celebrava missa cantada e Te Deum pelo aniversário do Imperador menino, com luminárias nas casas particulares.

Em 1836, tomou posse o primeiro prefeito de Campinas, Antônio Manuel Teixeira, que exerceu este posto até a sua extinção em 1838. A lei provincial nº 18, de 1835, havia criado cargos de prefeitos para as vilas da província; mas esta lei foi revogada por outra, a de nº 4, de 1838, voltando a função executiva para a Câmara.

Aos cinco de fevereiro de 1842, Campinas foi elevada a cidade, e neste mesmo ano se deu o combate da Venda Grande, como um padrão indelével na história da cidade. Em 1846 recebeu a cidade a visita do Imperador Dom Pedro II, ainda bem moço, com vinte anos de idade, mas já personalidade constituída em dignidade e cultura.

As câmaras municipais se extinguiram com a proclamação da República, substituídas, de início, por "Conselhos Municipais" que, mais tarde, tornaram à classificação anterior. Juízes municipais, juízes de direito, promotores de justiça e mais funções públicas, completavam o quadro da vida pública da cidade.

A vida política que de início se subordinava a duas famílias unidas por casamentos, Teixeira-Nogueira e Camargo, a primeira em Campinas desde 1774 e a segunda desde [illegible], já em 1804 se dividiu, privada da assistência do velho José de Camargo Paes, em seguida tendo filhos seus unidos aos Andrades para almejarem o mando até aqui entregue aos Nogueiras com apoio dos Camargos muito moços para chefias.

O primeiro comandante do povoado havia sido Francisco Barreto Leme, até a sua morte em 1782. Falecido, o povoado pediu a nomeação de outro que dependia de indicação, em lista tríplice, da Câmara de Jundiaí. Foi a 2 de julho de 1789 escolhido Filipe Néri Teixeira, por ato do capitão-general Bernardo José de Lorena. Néri permaneceu na função até 1792, quando novo capitão-general interferiu na vida política de Campinas, com autoridades suas, mas repudiadas pelos habitantes, provocando a primeira luta política de Campinas (31), contra o capitão-general, até findar o seu governo em 10 de novembro de 1802.

Então voltou para o comando Filipe Néri Teixeira, até 1804, quando se realizou a eleição de três nomes, para que deles um fosse escolhido capitão-mór, pelo capitão general. Já se haviam separado dos Teixeira-Nogueiras, filhos de José de Camargo Paes unidos aos Andrades. Elegendo, em 1804, uma lista sem o nome de Filipe Néri que, preferido em 1802 pelo capitão-general, seria o escolhido, consolidou-se a separação política.

O regime de eleição era o de voto descoberto, assinado, bastante revelador da conduta digna da gente de então. Na eleição de 1804, vinte e seis eleitores votaram em lista tríplice sem o nome de Filipe Néri, manifestando preferência por João Francisco de Andrade, estabelecido em Campinas em 1803; treze votaram com o nome de Filipe Néri, havendo votos justificados como o do juiz presidente da Câmara, que escreveu no voto preferir o "Capitão Filipe Néri Teixeira, por ter sido o que criou esta freguesia e ordenou-a desde seu princípio com muita atenção e acerto, e procedendo como pai deste povo, ele a quem de direito e justiça pertence o posto de Capitão-mór"; e como o do advogado José Barbosa da Cunha que preferiu Filipe Néri "em razão de que foi e tem sido comandante desta vila".

Dos filhos de José de Camargo Paes, falecido em 11 de setembro de 1804, Floriano de Camargo Penteado (futuro capitão-mór agregado) manteve-se com os Teixeira-Nogueiras, votando em Filipe Néri e cultivando esta velha amizade de seu pai; em 27 de março de 1807, Floriano de Camargo Penteado batizava seu filho ao qual deu o nome de Filipe Néri, levando para padrinhos o amigo homônimo do filho, Filipe Néri Teixeira, e sua mulher Maria Leite de Camargo. Neste mesmo dia, o Capitão Filipe batizou a sua filha Paula, que teve por padrinho o Capitão José Luís Coelho, de Porto Feliz, que para o ato dera

procuração a Floriano de Camargo Penteado, e por madrinha, a mulher deste Floriano, e homónima da afilhada, Paula Joaquina de Andrade.

Assim, compadres, e dando seus próprios nomes aos afilhados, consolidavam uma amizade que se fortaleceu sempre. Os irmãos de Floriano de Camargo Penteado, porém, votavam em seu cunhado João Francisco de Andrade, a ele se unindo politicamente. Foi o início da formação de dois blocos políticos que se tornaram, no futuro, os os partidos Liberal com os Teixeira-Nogueiras, e Conservador com os Andrades, para a política rotativa do Império, substituída na República pelo poder de um só partido, o do governo (32).

Mesmo com a classificação nominal dos partidos, segundo observadores, eles não representavam uma firme ideologia política, pois, muitas vezes, os liberais adotavam medidas conservadoras, e os conservadores, orientação liberal. Isto demonstra a falta de profundidade ideológica em nosso país, possivelmente com uma generalização do sentir romântico justificando a afirmativa de Carlos Maximiliano, ainda verdadeira, de que a nossa raça é "eternamente oscilante entre o entusiasmo pelos arroubos demagógicos e o fanatismo pela energia dominadora" (33).

Mas a realidade que se constata na história política é de que o Império tinha o poder moderador e dois partidos políticos; duas ideologias políticas definidas, e uma força prática de equilíbrio entre elas, enquanto a República, extinguindo os três poderes político-administrativos, os substituiu por um único, o do partido republicano.

Quanto à cultura intelectual na região, ela se classificou pela evolução, partindo da classe alta com sua familiaridade no latim, e da liderança de sábios como Correia de Melo e Hércules Florence, e do saber eclesiástico, para generalizações no campo religioso, científico, literário e artístico, especialmente este, mais difundido, como afirmou Josefina Sarmento: "Temos, porém, notado que esse gosto, nestes últimos tempos, tem-se, por assim dizer, afinado, ampliado, educado mais"(34). "O teatro de Campinas, melhor que o da Capital, faz honra ao bom gosto e riqueza da população" disse Emílio Zaluar.

Imperdoável seria falar da cultura local, sem especial menção a seu filho maior, Antônio Carlos Gomes, que levou o nome do Brasil à admiração do mundo culto. Não lhe têm faltado biógrafos de alto valor, e sua vida é bastante conhecida. Ainda resta, porém, na ignorância de muitos que erram depreciando a originalidade da produção do genial brasileiro, que teve, recentemente, quem o elogiasse nesta faceta. Foi o professor Rubino Lacarra que, em conferência proferida recentemente, sob o título "A Originalidade na Música de Carlos Gomes", proclamou:

"estão erradíssimos aqueles que pensam que Carlos Gomes, por ter estudado e composto suas óperas na Itália, deva ser consi-

derado imitador de um ou outro compositor italiano. Muito ao contrário, todas as suas composições, mesmo as menos importantes, mostram com incontestável evidência a marca do seu talento". "Chegando a Milão no início de 1864," "logo depois foi convidado a musicar duas revistas de autoria do escritor Scalvini, "Se sa Minga" (Não se sabe) e "Nella luna" (Na lua) que foram sucessivamente representadas no teatro Fossati de Milão. Carlos Gomes desincumbiu-se tão bem no honroso encargo que os motivos e as árias da sua música se tornaram popularíssimos em quase toda a Itália, e o seu nome ficou conhecido nas altas esferas musicais da cidade, que naquele tempo era a capital da música italiana e européia. Aquela música, primeira revelação na Itália do seu talento astístico, abriu-lhe as portas do célebre teatro "Alla Scala" de Milão".

E depois de relembrar cada composição operística de Carlos Gomes, exaltando a originalidade magnífica de cada obra, concluiu, como professor universitário que tinha sido na Itália:

"E podeis estar certos de que a fama do vosso grande conterrâneo atravessará os séculos, até enquanto estiver vivo na humanidade o culto à música, à divina música: vínculo misterioso e sublime entre o homem e Deus." (35).

Wanderley Pinho não deixou de se referir à sociedade campinense contrapondo-a aos brilhos da capital paulista:

"Campinas podia talvez disputar a palma e a precedência nessa reação de cultura e desembaraço social. La iam ter, de certa época em diante, algumas companhias teatrais que chegavam à capital. Campinas ouvia concertos dirigidos por Sant'Ana Gomes desde 1877, onde aparecem as pianistas Placidina do Amaral e Maria Isabel Gomide, e as cantoras Francisca Jacobina, Letícia Ralston e Adélia de Abreu. E em 1881 e 1882 fazem boa figura nos saraus musicais dos clubes "Sociedade Carlos Gomes" e "Clube Semanal": Sant'Ana Gomes, Ana Matilde Pinto, Placidina do Amaral, Teresa Pompeu, Adelaide Lopes de Sousa, Ana Sales, Maria José e Francisca de Paula Lopes Camargo e Ana Esméria Lobo" (36).

Outra glória campinense que brilhou nos meios culturais da Itália, Espanha, Áustria, foi Maria Monteiro, pensionista de Dom Pedro II em Milão, onde se diplomou como professora de música; cantou na Europa ao lado de "Tamagno, de Marchi e outros", com "primorosa voz de contralto", "voz admirável, auxiliada pela rigorosa disciplina dos grandes professores". "Veio a falecer a 13 de fevereiro de 1897, com 27 anos apenas" (37)

O ESPÍRITO RELIGIOSO

A população do século dezoito, profundamente religiosa, não deixaria de fundamentar toda a sua vida na convicção de fé cristã. Nesta convicção, Barreto Leme baseou seu ideal de construir uma capela e lançar, assim, a semente de uma urbanização. Criada a freguesia (paróquia) de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, exigia ela uma igreja nos moldes determinados pelos cânones eclesiásticos; mas seria a sua construção, demorada pela falta de recursos pecuniários dos roceiros do bairro.

Como a necessidade de assistência religiosa está acima de qualquer restrição legal, mesmo as da Igreja, foi autorizada a construção de uma capela provisória que, se observou as dimensões estatuídas, fugiu ao estabelecido para as paredes que se fizeram de paus roliços quando deveriam ser de taipa, e para a cobertura, de sapé, quando deveria ser de telhas.

Isto já era o fruto de uma convicção religiosa, pois, distando dez léguas da sede de sua freguesia, dez léguas da igreja onde poderiam cumprir seus deveres religiosos, tinham os moradores, como justificativa de criação de freguesia na paragem das Campinas, a impossibilidade de um cumprimento normal das práticas devocionais e obrigatórias do cristão.

A criação da freguesia, neste caso, libertou-se das Ordenações do Reino que só beneficiavam os párocos de freguesias criadas com autorização prévia del-Rei, pagando-lhes a côngrua. Foi, necessariamente, nomeado um vigário franciscano, sem côngrua, que celebrou a primeira missa, depois de benzer a igreja provisória, o que constituiu a instalação da freguesia e fundação de Campinas urbana, aos 14 de julho de 1774.

A capela provisória, funcionando como freguesia, serviu durante sete anos até o término da construção da igreja definitiva que, com várias reformas, serviu até ser demolida em 1929. Mas em 1797, já pensavam os campinenses em nova igreja e, assim, trataram de obter licença para sua construção, com o seguinte pedido à autoridade diocesana, conforme Cartório Eclesiástico de São Paulo:

"Dizem os Capitães Antônio Ferraz de Campos, Filipe Néri Teixeira, Joaquim José Teixeira Nogueira e mais moradores, abaixo-assinados, junto à nova freguesia das Campinas, termo da Vila de Jundiaí do Bispado de São Paulo, Paroquiados pelo Rvdo. Vigário Bernardo de São Paio Barros, a qual Matriz se acha bem danificada prometendo ruína da parte direita por ser feita naquele princípio, quando havia pouca possibilidade aos Suplicantes e, por isso, incapaz para nela se conservar o Sacramento, e administrar-se pasto espiritual aos Suplicantes, por cuja razão querem os Suplicantes e mais moradores reedificar

e levantar nova Igreja para Matriz, onde sem risco e com decência, se louve a Deus, e como os Suplicantes não podem fazer sem despacho de V. S.

P. a V. S. se digne, em atenção ao exposto, facultar aos Suplicantes a Licença que pretendem.

(a) O Vigª Bernardo de São Paio Barros - e mais trinta e nove assinaturas.

Foi cencedida a licença e iniciada a construção da matriz nova, como vamos dizer, construção que exigiu setenta e seis anos para ser completada. Antes do seu término, em 1870, foi a freguesia (paróquia) dividida em duas, agora pela presidência da Província, pois ainda o civil e o religioso se confundiam na delimitação da paróquia e distrito.

o poder diocesano baixou a seguinte provisão:

"Faço saber que por Lei Provincial de 18 de abril próximo passado como foi ontem comunicado por ofício da Presidência da Província, foi dividida em duas a Paróquia da cidade de Campinas, continuando uma com o antigo título de Nossa Senhora da Conceição e outra com a denominação de Santa Cruz, e atendendo o que me representaram diversos moradores daquela Cidade hei por bem confirmar, como esta provisão confirma, Erejo canonicamente e Instituo a dita Freguesia de Santa Cruz na forma do Sagrado Concílio Tridentino, concedendo-lhe todos os direitos, Privilégios, Honras e Insígnias e Distinções que lhe pertencem como Igreja Paroquial que de hoje em diante fica sendo. Será esta publicada à estação da Missa Paroquial de um dia e registrada no Livro do Tombo da respetiva Matriz, para todo o tempo constar. Dada na Câmara Capitular de São Paulo sob o sinal e selo da Mesa Capitular aos 4 de maio de 1870. Eu Antônio Augusto de Araújo Muniz, Escrivão da Câmara Capitutular a subscrevi. (a) Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade. (38).

A freguesia antiga de Nossa Senhora da Conceição, passou provisoriamente, enquanto não se terminava a construção da Matriz Nova, a funcionar na Igreja do Rosário. A freguesia de Santa Cruz, instituída a 4 e instalada a 8 de maio de 1870, teve portaria declarando sua padroeira, Nossa Senhora do Carmo, aos 15 de abril de 1871, para ser, em nossos tempos, a Basílica de Nossa Senhora do Carmo.

[illegible]

A construção da nova matriz só se iniciou em 1807, com Filipe Néri Teixeira na direção das obras até sua morte em 1812. Durante a construção, em 1853, o abastado português Antônio Francisco Guimarães, que se tornou campinense de coração, havia trazido da Bahia o entalhador Vitoriano dos Anjos Figueiroa, que até 1861, com seus discípulos, entalhou o altar-mór, as grades rendadas das tribunas e do coro, e as jóias esplêndidas que são os dois púlpitos, cabendo a Bernardino de Sena Reis e Almeida esculpir os altares das duas capelas laterais e os da nave, dentro dos planos trazidos por Vitoriano dos Anjos que encontrou nas matas de Campinas, esplêndidos cedros para a sua arte primorosa. E o cedro era a melhor madeira para os entalhes, como relatou Baltazar da Silva Lisboa, com reprodução em "Estudos Brasileiros" nº 6, 22:

"cedro - Árvore de maravilhosa grandeza, de cem e mais palmos de comprimento, três a vinte e quatro de grossura". "Pela sua cor, tomou o nome de cedro vermelho, de que se faz uso em" [illegible] "obras de entalhador".

Desta madeira foram talhados os primores da Matriz Nova de Campinas, a possuidora de preciosa obra de arte, arte verdadeira que, até hoje, encanta e extasia quem a comtempla;

"~~a jóia do rico do entalhe da nossa Catedral~~." Basta entrar e, ~~logo~~ da entrada, estender os olhos pelo templo, para assombrar-se com a grandiosidade dos seus altares e seus adornos, vastos monumentos que se elevam para o alto, majestáticos, dominadores, impressionantes, como tronos magníficos a pairar muito acima do apoucado observador. Colunas imponentes se alevantam a sustentar coroas olímpicas de aljôfares e magnificiência como a se revestirem de extasiante esplendor que as aproxima de páramos muito além da imaginação humana. Adornos e arabescos sobrepondo-se às paredes nuas como flores coloridas vivificando a fria imutabilidade das taipas branqueadas de cal, até a ~~vasta~~ cornija que ~~completa preciosidades~~ e sustém o forro recurvado e adornado com outros primores do cinzel, anjos e folhagens, numa harmonização do céu com o mundo, do excelso com a esplendente natureza humana".

"Mas, se à distância, toda aquela obra se agiganta como se fora maravilha por Deus criada, ao nos aproximarmos, vemo-la amorável, terna, agasalhante, chéia de alma e sensibilida-

de: as imensas toras que o homem colheu na mata, brutas e informes, transmudaram-se em graciosos suportes, delicados e esbeltos, elegantes no encanto de curvas e rebaixos perfeitos, interrompidos por grinaldas e diademas que bem estariam em alva e feminina fronte. Sobre as colunas, a cornija esculpida sustenta braços recurvados que alçam coroas de joalheria engrinaldadas de rosas e folhagens, e fechadas no cimo pela cruz ou pelo esvoaçar seráfico de anjo celestial."

"Quanta alma está em tudo isto; quanto ideal, quanto palpitar de coração de artista não se materializou naqueles cedros que deixaram de ser matéria dura para eternizar um vivente desabrochar de corolas extasiantes, e penetrar-nos pelos sentidos que se prostam, que genufletem diante de Deus em contemplação de tanta arte, obra de Deus através do homem elevado à sua semelhança." (39) (Fig. 11)

Pela metade do século dezenove, dizia Zaluar:

"Há quatro igrejas em Campinas, que são as do Rosário, San-Cruz, Matriz velha e Matriz nova. As três primeiras nada têm de notável, bem como a capela das Almas. A Matriz nova, porém, segundo as proporções com que é edificada e as somas fabulosas que já se têm gasto, promete ser um dos primeiros ou talvez o primeiro templo, não só do sul, como da província toda. O plano de sua construção geral foi confiado ao hábil artista baiano, o Sr. Victoriano dos Anjos, que fez da capela-mór, que está quase [illegible] terminada no que diz respeito à obra de talha, um verdadeiro sonho de artista.

O cedro que campeava outrora gigante no santuário das florestas, transformados agora pelas mãos do gênio em maravilhas de arte, adorna o santuário do Deus vivo. Tenho visto poucos trabalhos tão peregrinos executados em madeira. É um poema de flores, arrendados, colunatas, arabescos, grinaldas, florões enlaçados com profusão e simetria, beleza e unidade, traduzindo as idéias, de uma alma de poeta sob as formas mais puras, graciosas e sublimes que se podem reproduzir pelo cinzel do escultor! O cedro passou do templo da criação ao templo da arte, cantando um salmo não interrompido de louvor a Deus, primeiro como expressão da natureza, e depois como um hino da humanidade! (40).

E todo este esplendor revela o profundo espírito religioso do povo, de segurança e subordinação aos cânones da Igreja, fiel nos sacramentos e constante em suas devoções. Os batizados e casamentos realizavam-se na Matriz ou nas capelas e oratórios particulares; a desobriga, que antes de 1774 se fazia "nos próprios sítios" dos moradores da paragem campinense, passaram para a Matriz quando se erigiu, ou para a sede dos engenhos e fazendas mais tarde, (41)

com autorização especial do Ordinário. Nos enterramentos, a nobreza tinha sepulturas dentro da Matriz provisória até 1781, e depois na primeira Matriz permanente até 1846, quando esta prática foi proibida por lei; quanto aos escravos e administrados, enterravam-se no pátio da igreja. O primeiro cemitério, o "cemitério bento" ao lado da igreja de São Benedito, existiu a partir de 1753, para escravos e administrados; os senhores e seus familiares enterravam-se na matriz de Jundiaí até a fundação de Campinas e, depois deste fato, dentro da capela provisória e da igreja matriz até 1846, quando, proibidos os enterramentos nas igrejas, fez-se o cemitério público, para livres, onde se localizam hoje a praça Correia de Lemos e o Teatro Castro Mendes.

O luto era rigoroso e as solenidades fúnebres do maior rigor, quer particulares com os especializados, característicos do uso respeitoso, quer os oficiais como foram os de luto e nojamento ao falecer a "Augustíssima Nossa Soberana Dona Maria primeira Rainha de Portugal". O relato destas homenagens à Soberana, parece-nos, se consignou em valioso trabalho de José Nogueira Novaes, ainda, lamentavelmente, inédito. Mas consta de ata da Câmara, de 19 de março de 1816, e informa bem sobre as solenidades de luto oficial da época:

"procederam ao quebramento de Escudo nas quatro praças formadas nesta Vila, na rua de Santo Antônio na esquina das casas do Tenente Antº Francisco de Andrade (42) ao meio da rua o que foi feito pelo Verador Miguel Ribeiro de Camargo (fig.) proclamando em altas e inteligíveis vozes, por três vezes dizendo para o povo, chorai Nobres, chorai Povos, é falecida a nossa Augusta Soberana Rainha Nossa Senhora Dona Maria Primeira, e quebrando o Escudo em duas partes e o deitando ao chão se incorporou com os mais companheiros, e seguiu logo as três descargas na companhia que se achava destacada na dita primeira praça e fixando a marcha solene seguiu à segunda praça (43) que se formou no largo da esquina da casa do Alferes Miguel Ribeiro de Camargo e sendo ali pelo Segundo Vereador José Pedro de Morais foi proclamado em altas e inteligíveis vozes, para o povo o mesmo que havia dito o primeiro Veraador, e logo pelo Corpo Militar que se havia destacado unido com o primeiro destacamento da primeira praça deram três descargas; seguindo à terceira praça que se formou na rua do Comércio em lugar da quitanda (44), pelo Terceiro Verador Albano Leite do Canto foi proclamada as vozes e quebrado o Escudo na forma do primeiro e segundo verador, e se incorporando o primeiro e segundo destacamento das duas praças com o terceiro, findo este quebramento deram três descargas; e logo seguido a quarta praça que se formou no pátio da Matriz desta vila (45) pelo Procurador do Conselho Joaquim José

dos Santos foi proclamada a vozes ditas dos mais Veradores ao Povo, e quebrando o Escudo, e se incorporando com a Câmara deram as descargas os destacamentos juntos das quatro praças, que todas se incorporavam em uma só guarnição, sendo este Auto com todo passo fúnebre, e a Câmara e Conselho com as Capas e Varas pretas, Escudos tintos de preto, e feito todo este Auto se recolheram para a casa do Juiz Presidente (46) incorporados e os destacamentos se retiraram a quartéis ou casas, de que para tudo constar mandou o dito Juiz fazer este Termo".

Passando às festas religiosas, também com o seu aspecto social, eis a dos festejos em honra ao Espírito Santo. Todos os anos eram escolhidos os festeiros para o ano seguinte, e ser festeiro era uma elevação aspirada, mas também onerosa, pois cabia-lhe suprir a falta de recursos não coberta pelas esmolas tiradas antecedentemente.

Algumas notícias destas festas, mostram bem como eram. E comecemos por Rafael de Andrade Duarte, um dos mais deliciosos cronistas da história de Campinas. De 1851 foram festeiros José Alves de Almeida Magalhães e Joaquim Carlos Duarte, pai do nosso talentoso cronista. Em 1852 foram festeiros Sebastião José Xavier de Brito e Antônio Rodrigues Barbosa, e sobre esta disse o cronista:

"foi na esplendorosa festa do Divino, por sinal que no bom tempo, em que se distribuía carne e rosca benta ao povo, agrupado sempre à frente do Império. Cantaram missa; pregaram sermão; um bando precatório saiu com o imperador à frente, no centro de quatro varas, enfeitadas de fitas multicores, esmolando para a festa, ao som da banda de música e de grosso foguetório! À tarde jantar, antes da procissão; baile e pagodeira, à noite".

As festas de 1853, tiveram por festeiros Bernardino de Campos, pai do homônimo presidente do Estado, e Bento José Alves Guimarães, segundo conta o mesmo escritor (47).

De agrado foi também a festa de 1854, no dizer de Castro Mendes:

"O Coronel José Franco de Andrade realiza pomposas festividades em louvor do Espírito Santo, apresentando, pela última vez nesta cidade, as famosas cavalhadas, divertimento dos mais apreciados na época" (48).

Em 1862, foi festeiro o advogado provisionado Ildefonso Antônio de Morais, que havia feito promessa ao Espírito Santo, e a cumpriu quando escolhido para seu festeiro. Deu-nos o acaso uma oportunidade de reunir, à tradição oral recebida de antepassados e colaterais, o testemunho de Dona Noêmia Bueno Bierrenbach, quando a visitamos, aos 20 de agosto de 1970, em São Paulo:

"Sua mãe Dona Maria Clementina Bueno Bierrenbach, passou

a residir em Campinas onde pretendia assistir, pela primeira vez, uma das tão faladas festas do Espírito Santo; a 29 de junho de 1862, teve tal oportunidade, e assim, no domingo da festa, pela manhã, apresentou-se na igreja matriz da Conceição (local da atual basílica de Nossa Senhora do Carmo). Para início das festividades, abriu-se a porta principal da igreja, por ela penetrando com a corte do Imperador do Divino, o festeiro, um cavalheiro (figura) muito bem tajado, iniciando o séquito de nove casais de noivos que, lentamente transpuseram a nave até a capela-mór; celebrada a missa, nela se realizaram os nove casamentos, sendo Dona Maria Clementina informada de que o festeiro havia beneficiado as nove noivas, órfãs de pais, que o acompanhavam no cortejo, com o dote de duzentos mil réis para cada uma".

Esta solene missa cantada teve por pregador o Padre Antônio Casimiro da Costa Roriz (49), vigário de Indaiatuba, para esta festa trazido especialmente a Campinas. Depois da missa, seguiu-se o banquete, com procissão à tarde pelas ruas da cidade, e grande festa pirotécnica à noite, tendo-se armado um suntuoso castelo de fogos no local onde se acha a estátua de Carlos Gomes (50).

Sobre as festas de 1865, Wanderley Pinho cita carta do Visconde de Taunay à própria irmã, escrita de Campinas, na qual relata:

"temos tido grandes festas do Espírito Santo; no sábado começam a passar os penitentes com baldes, pedras, feixes de lenha

à cabeça. As senhoras com vestidos de seda e muito luxo carregavam grandes pesos e percorriam a cidade a pé. No domingo, grande festa, um jantar monstro com doces sublimes e vinhos idem. À noite sarau depois da procissão que fomos acompanhar (51).

Sobre a festa de 1874, Leopoldo Amaral fez um longo relato, contando a generosidade dos seus festeiros, a Baronesa de Três Rios e o seu cunhado Francisco Egídio de Sousa Aranha (II), descrevendo as festividades com minúcias.

Noticiou a imprensa a festa de 1880, quando o festeiro foi Joaquim Ferreira Penteado (dois anos depois agraciado com o título de Barão de Itatiba), que também comemorava suas bodas de ouro (52).

Outra festa ~~que nos chegou pela tradição (ficou)~~, foi a que se realizou em ~~3/6/1900~~ 3 de junho de 1900, quando a escolha da festeira recaiu em Dona Isolete Augusta de Sousa Aranha, filha e herdeira dos Barões de Itapura (fig.), em cuja herança se incluiu o belíssimo (hoje deformado) palácio da rua do Imperador, hoje Marechal Deodoro, sede atual da reitoria da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (fig.), como escreveu Benedito Otávio:

"Depois do respetivo setenário, cantado por distintas amadoras, as exmas. Snras. dd. Vitalina Ferreira, Laura Ferrão, Perpétua Duarte, Maria Néri, Isolete Aranha, Emília de Camargo, Coralie Decourt, Augusta Kaisel, Isolina Barbosa Aranha, Francisca e Branca Gomide e Maria Melchert, além de muitos professores, realizou-se domingo, na Matriz de Santa Cruz, a missa solene do Espírito Santo.

Chegou à igreja, às 11 horas da manhã o cortejo imperial, sendo a coroa de Imperatriz levada pela Senhorita Ana Egídio de Sousa Aranha, e a de Imperador pelo jovem Carlos Alberto Barbosa Aranha.

Era esse cortejo formado de inúmeras pessoas gradas, os genuínos representantes da elite campineira - senhoras exibindo riquíssimas e custosas toiletes e cavalheiros em grande tênue.

A execução da missa, que era denominada Santa Cecília, de Gounoud, foi confiada a uma grande orquestra composta de 42 figuras, professores e amadores; destacamos entre estes, mlles. Ilse Rohe, Zini Nogueira e Dinorá Penteado e os Snr. Cândido Álvaro, Dr. Antônio Lobo, Manuel A de Barros Cruz, etc.

Compunham o coro as exmas. snras. dd. Vicentina Ferrão, ~~Ixia~~ Camargo, Perpétua Duarte, Perpétua Duarte de Arruda, Laura Ferrão, Maria Néri, Alice e Augusta Kaisel, Ercília e Ana Alves Pinto, Laura Mundt, Elisa Krug, Amália e Eudócia Soares, Maria Melchert, Alexandrina Hiland, Izolete Aranha e Coralie Decourt( )

(53)

Snras

e parte da Sociedade Concórdia, além de profissionais vindos de São Paulo.

Encarregaram-se dos solos as exmas. sras. dd. Emília de Camargo que cantou a missa, e Teresa Pompeu de Camargo que deu a maior expressão à Ave Maria de Carlos Gomes (solo ao pregador), e o Sr. L. Veturazzo, o conhecido e apreciado barítono que à tarde exibiu a Salve Maria, de Marcante?

Os revmos. srs. dr. Francisco de Paula Rodrigues e Manuel Ribas d'Ávila recitaram, este à entrada da procissão e aquele na missa, os panegíricos respectivos".

"A regência da orquestra, bem como a orquestração das peças do setenário, estavam a cargo do proficiente maestro José Brachetto, que nos ensaios da parte coral foi auxiliado pelo conhecido professor F. Steudel".

"Saiu às 4 horas da tarde a procissão do estilo perante uma enorme affluência de povo.

Nada mais belo do que as procissões em Campinas. E do que esta, principalmente, que tinha o concurso de numerosos convidados para a realçar. As filas dos andores, as bandeiras de cores variegadas conduzidas por mais de duzentas meninas, os sons de duas bandas de músicas, as irmandades, o cortejo imperial - tudo isso deu uma nota harmoniosa e pinturesca à pacatez das tardes dos nossos domingos.

No palacete do Barão de Itapura (fig.), vasto edifício que todos conhecem e que se achava primorosamente ornamentado e iluminado brilhantemente, foi servido às 8 horas da noite um profuso jantar às exmas. mordomas.

Usaram então da palavra, entre outros, os Srs. Padre Ribas Padre Anunziata, drs. João Egídio, José Lobo, Costa Carvalho e Inácio Lacerda.

Era o seguinte o "Menu du diner du 3 Juin 1900. Fête du Saint-Esprit:

Potage Julienne.

Hors d'oeuvre - Jambon, Mayonnaise aux poissons, Galantine de poule d'Inde à la 3 Juin.

Relevés - Poisson sauce chinoise, huitres farcies, Petits patés de crevettes, Tourte de poulet.

Entrées - Filet piqué aux champignons, Poulet aux petits-pois, Cotelettes de mouton à la milanaise.

Rôtis - Poulet rôtis à la jardinière, Filet de Porc à la Gallicie, Mouton rôti à la jardinière, Dindon à la brésilienne et jambon.

Rostbeefs - Rostbeefs à l'anglaise

Entremets - Asperges sauce beije Amélia.

Salades - Aux pommes, au palmito, de laitue.

Legumes - Riz au four, Petits-pois.

Dessert - Piéces montées diverses, Fruits au jus, Gateaux assortis, Fromage et Café.

Vins - Saint-Julien, Richelieu, Chateau Margaux, Chambertin, Gevrey-Chambertin, Sauterne, Chablis, Oporto, Málaga, Champagne.

Liqueurs - Anisette, Cacáo, Chartreuse, Cognac."

OOooOO

Terminou a festa animada soirée dansante que seguiu pela noite além, até duas horas da manhã." (54)

Junho era o tradicional mês das festas nos engenhos e fazendas de café. Quem desta cidade rememorou fielmente o mês junino e seus festejos, que, além de missas e casamentos, eram profanos, foi Antônio Pompeu de Camargo em romances de costumes que escreveu em 1928:

"O termómetro marcava cinco acima de zero; e no terreiro, em local distante da casa uns cincoenta metros, começavam os preparativos para o grande samba". "Escravos bons da vizinhança pediam ao administrador autorização para batucar com os pretos da fazenda, assim como também pedia licença, o caboclo amulatado José Moringue, rival do João Barriga no porfiar; os grande potes de caninha quente com caldo de laranja e açúcar, o churrasco e outros comes e bebes, eram colocados ali ao lado".

"As labaredas da fogueira de Santo Antônio começavam nos grandes toros de lenha, amontoados em forma quadrangular". "Os pandeiros e chocalhos iniciaram o batuque". "O João Barriga, com sua voz de trovão, cantou como chefe que era", "para começar a dança, acompanhada de cantos africanos"; "as crioulas imitavam o serpentear da cobra com requebros dos quadris". "Após um novo silêncio o Barriga, em conjunto com as crioulas, cantou saudando Sinhá, Sinhô e Sinhazinhas"; "enquanto, nos salões, já se dançava alegremente a valsa".

"Realizou-se, em seguida, a ceia, ao rebombar do samba que, à medida que diminuia a caninha do pote, aumentava em vigor e entusiasmo". "Durante a ceia, todos os assuntos foram discutidos, "diante do peru, do leitão, da torta de galinha d'Angola, do carneiro e do pato com seu delicioso recheio; falou-se de caçadas, de pescarias no Capivari, que dava os seus dourados, as suas tabaranas maiores que em qualquer outro rio, os seus bagres de longas barbas e mandis de ferrões traiçoeiros, as suas vorazes piranhas, os seus chimbúrês leiteiros e piavas brancas e ferreiras " (55).

OS PAÇOS IMPERIAIS

Com toda a legislação portuguesa vigorando no Brasil antes da independência, continuaram as leis anteriores em vigor até que, paulatinamente, fossem elas revogadas ou substituídas pelas leis brasileiras que se promulgavam.

Desde séculos, residiam os soberanos do império português, em seus paços, o que originou um título para os edifícios de residência ou aposentadoria de Sua Majestade. Mesmo na república portuguesa, no regime anterior ao atual, que era conservador das tradições multi-seculares da nacionalidade, o pretendente ao trono residia no paço e, com aposentadoria, elevava o edifício que o agasalhava. Neste costume, Suas Majestades Imperiais teriam a mesma prerrogativa, e vamos, então, em busca dos paços imperiais da cidade, ou edifícios que agasalharam nossos imperadores quando nos visitaram:

A primeira visita imperial marcou uma efeméride histórica da cidade. "Quando nos visitou o Senhor Dom Pedro II pela primeira vez, em 1846, tinha ele, de idade, vinte anos e três meses. Era, porém, já reputado como um imperador na plenitude de sua missão majestática, quer o encaremos pela sua retidão, quer o contemplemos pela sua sabedoria." "Caráter cristalino, cultura vasta e variada que o fazia sábio, coração de excelsa bondade, atividade ímpar, esteve Sua Majestade, desde a adolescência, acima do nível mais alto dos seus contemporâneos. Não lhe falta hoje o reconhecimento de suas virtudes; e palavras dos mais doutos, abalizados e honestos, nos traçam a figura luminosa de Senhor Dom Pedro II" (56).

Pela manhã de 26 de março, vinha Sua Majestade de Itu, depois de deixar São Paulo, onde permaneceu a Imperatriz, e de ter visitado Cotia, São Roque, Sorocaba e Porto Feliz, almoçando em Indaiatuba. Ao seu encontro partiram de Campinas o juiz de direito Joaquim Fernandes da Fonseca, demais autoridades e a Companhia de Cavalaria, para recebê-lo no "Capivari-mirim", no "sítio de José Custódio" aí se reunindo "os cidadãos que foram ao encontro de S. M. I., que acompanharão até o Pavilhão", "onde devem se achar as Autoridades Judiciárias", "depois do que acompanharão o mesmo Senhor ao Pórtico onde se achará a Câmara Municipal e o clero, e mais Irmandades religiosas" (57).

Para a hospedagem de Sua Majestade, escolheu-se o sobrado de Felisberto Pinto Tavares, [illegible] a rua do Comércio (Dr. Quirino), esquina da rua do Alecrim (14 de Dezembro) que se vê na figura já com sua platibanda adornada, que não podia existir em 1846, mas que [illegible] foi [illegible] acrescida ao prédio na segunda metade do século. As vastas acomodações do sobrado, acolheram assistentes imediatos da [illegible]

Corte, dispondo Sua Majestade de um salão nobre com trono mandado montar pela Câmara Municipal (59).

Os festejos foram ruidosos, movimentando toda a cidade, e trazendo de muitas outras da província, uma multidão de visitantes ansiosos por contemplar um imperante, e por homenageá-lo como merecia o estimado monarca. Tudo se engalanou e as cerimônias foram concorridíssimas, exibindo-se o que havia de mais custoso em vestuários e ornatos.

A entrega da chave da cidade pela Câmara Municipal, presidida pelo juiz ordinário Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, e composta pelos vereadores Bernardo José de São Paio, Luciano Teixeira Nogueira, Joaquim Policarpo Aranha, Diogo Benedito dos Santos Prado, Francisco de Paula Sales, Manuel Fernandes Palhares, José de Barros Penteado e Quirino do Amaral Campos, todos vestidos de casaca preta, calções cerrados logo abaixo dos joelhos e sapatos com fivelas de prata, foi um início brilhante das homenagens.

O Te Deum que se repetia com especiais justificações, o beija-mão que não agradava ao jovem imperador, mas afigurava uma das mais significativas mostras de afeto dos seus súditos, representavam o apreço devotado pelo clero, pela nobreza e pelo povo; mas o ápice das festas foi o repetido torneio realizado nos dias 28 e 29, às 16 horas, composto por doze ou dezesseis cavaleiros trajados de fardas de veludo (vermelho ou verde), calça de casimira azul com o galão lateral, chapéu armado com plumas e galões, sapatos de verniz, montando os cavaleiros magníficos corcéis vindos das melhores criações, ajaezados de prata e com os ~~xaireis~~ xaréus das cores das fardas dos cavaleiros.

Sua Majestade premiou os melhores cavaleiros com relógios de ouro; e, na figura 21, quadro de Hércules Florense, o vemos colocando o relógio na lança de Joaquim Egídio de Sousa Aranha (futuro Marquês de Três Rios); sua barba e cabelos loiros, que aparentam ser brancos, davam-lhe o ar solene do sábio que, realmente, era.

Ao alvorecer do dia 30, partiu o Imperador, à cavalo, como tinha chegado, em demanda de Jundiaí, sendo acompanhado por numeroso séquito até longa distância. Toda a recepção à Sua Majestade retratou o que já era a cidade na primeira metade do século dezenove: o apuramento social e cultural; o refinamento de sua educação e a abastança de sua atividade agrícola. Os senhores de engenho versavam o latim, matéria indispensável à toda a composição do ensino, fosse coletiva ou individual, mas sempre acompanhada da inseparável retórica. As mulheres se instruíam, como diz o documentário que ostenta suas assinaturas.

Faltam elementos para uma apreciação mais profunda sobre o efeito da visita imperial de 1846. A vida já era faustosa desde os primeiros anos do século, com os resultados da indústria açucareira; magníficas residências nos engenhos, vestuários luxuosos, móveis abundantes e requintados como as "camas de armação", os bofetes, os embutidos, os relógios de pesos, os realejos, as louças de Macau, as cadeirinhas com retoques dourados e cortinas de seda, as nobres liteiras com seus animais escolhidos e de arreiame requintado, os selins de veludo e demais aprestos ajaezados de prata, e os vestuários quando os homens se vestiam de calções de seda fechados abaixo dos joelhos por fivelas de ouro, com sapatos de entrada baixa com grandes fivelas de prata, completado o vestuário com a casaca também de seda.

A presença imperial deveria ter marcado, ainda mais, o gosto pela etiqueta e, talvez, tivesse apurado o gosto pelas grandes residências urbanas, mobiliadas com mais requinte. É o que se pode concluir com os preparativos para receber, pela primeira vez, um imperador, quando a Câmara pede que os particulares caiassem "suas casas e muros" e capinassem "suas testadas"; quando pede a Francisco José de Camargo Andrade "para mobiliar sua casa onde hospedará o presidente da província"; a João Batista Rodrigues da Silva "para fazer o mesmo nos prédios de hospedagem dos veadores e mais pessoas da comitiva imperial"; quando "pedida a casa de Joaquim Ferreira Penteado (futuro barão de Itatiba) para residência do ministro do Império"; quando se incumbia "J. Policarpo Aranha de mobiliar e ornamentar a casa de hospedagem da comitiva, tendo esse vereador oferecido a sua própria mobília"; e conta-se que muitos dos hospedeiros primaram em remobiliar suas casas para hospedes tão elevados, verificando-se, em outras visitas de membros da família imperial, hospedados pelo Barão de Atibaia, pelo Visconde de Indaiatuba e pelo Marquês de Três Rios (60).

Nessas épocas se constata o costume dos homens de haveres viajando pelo país, visitando a Corte, e se interessando pelo Reino e outras regiões da Europa, o que se generalizou no perpassar da segunda metade do século. Em 1852 Joaquim Bonifácio do Amaral, o futuro Visconde de Indaiatuba, percorreu a Europa em busca do braço livre que haveria de permitir a extinção da escravatura. Depois, fundava a primeira colônia de trabalhadores estrangeiros que se estabeleceu no município. Neste gesto de humanidade e alta visão, foi seguido por vários outros agricultores.

Pela metade do século, a cultura do café suplantou a do açúcar. Nasceu o gosto pela residência urbana, e surgiram mais refinadas mansões na cidade, com mobiliário mais custoso, mais luxuoso e mais próprio para o contato com a Corte, estabelecido com

as visitas da Família Imperial. O primeiro internato para meninos foi aberto, numa fazenda, pelo professor João Batista Pupo de Morais, em 1862; no ano seguinte, abriu-se, na cidade, o primeiro internato para meninas, sob a direção da professora Carolina Krug e o nome de Colégio Florence, apelido do marido da professora, Hércules Florence. O Colégio Culto à Ciência, é de 1874, no mesmo ano do Colégio Internacional, e o Liceu Nossa Senhora Auxiliadora é de 1892.

A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, do ano de 1866, teve seguidores que fundaram a Companhia Paulista de Estrada de Ferro em 1867, inaugurando seu primeiro trecho de Jundiaí a Campinas, a onze de agosto de 1872; três anos depois, Dom Pedro II inaugurava a Estrada de Ferro Mojiana, de Campinas a Moji-Mirim. Ainda nas comunicações, sugiram os bondes de tração animal em 1879, e os telefones em 1884. Para a agricultura, a Estação Agronômica desde 1887 vem traçando uma tragetória das mais brilhantes na vida do país. O serviço de águas é de 1891.

A assistência de saúde que, como as citadas realizações, com excessão da Estação Agrônomica, se deveu à iniciativa particular, surgiu em 1871 com a fundação da Casa de Misericórdia inaugurando seu hospital em 1875, enquanto a colônia portuguesa fundava sua Beneficiência em 1879, e a colônia italiana o seu "Circolo" em 1884. Se iniciamos com uma referência à Corte Imperial, devemos anotar que os primeiros agraciamentos para elementos da cidade, datam de 1846, quando foram conferidas as Ordens de Cristo e da Rosa; os títulos nobiliárquicos, datam de 1862 a 1889.

Se tomarmos como épocas marcantes na vida de uma cidade da província, as visitas de membros da Família Imperial, quando tudo se apurava no que de mais significativo da evolução local se sintetizava para exibição ao visitante, percorreríamos pelo periodo de 1846 a 1889, a vida costumeira de uma cidade progressista e dinâmica, entrando superiormente na cultura cafeeira, colhendo resultados fartamente compensadores. Teve este período a marcar-lhe a passagem, um fato de elevadíssimo valor no futuro econômico do município, qual seja a ação do Visconde de Indaiatuba, adotando e executando igual iniciativa do Visconde de Vergueiro, em relação à busca na Europa do braço livre para a lavoura, como substitutivo do braço escravo.

À atuação destes titulares do Império deve a província de São Paulo uma fase áurea de progresso econômico com a disseminação da cultura do café, cuja extensão pelo interior do Estado se deveu a fazendeiros de Itu e de Campinas especialmente, que, ainda com seus escravos, deixaram seus lares para se aventurarem pelas regiões despovoadas, abrindo novas fazendas a se multiplicarem com o braço livre abundante, trazido de terras européias.

A segunda metade do século dezenove não teve similar na vida econômica do Estado, já que mais enriqueceu os ricos sem impedir a ascensão do braço trabalhador que, desta situação, galgou mais

altos níveis sociais de riqueza e de cultura, para, através de seus descendentes próximos, atingir posições mais altas na escala social, cultural e política da população. Seu progresso não foi avaro com o assalariado, não estancou a riqueza nas comportas dos mais poderosos; mas a gente paulista, então quase só de sangue português, absorveu as correntes imigratórias, com as qualidades que classifica, neste sentido, o povo brasileiro. E o filho de estrangeiro era e queria ser brasileiro.

Acompanhando o progresso da província, estenderam os Imperantes e mais componentes da Família Imperial, suas visitas a São Paulo, apoiando e prestigiando a atuação paulista. Em 1874 éramos visitados pelo Príncipe Conde d'Eu, hospedado por Dona Maria Luzia de Sousa Aranha (futura Viscondessa de Campinas), tendo Sua Alteza conhecido as fazendas Mato Dentro, de sua anfitriã; Sete Quedas de Joaquim Bonifácio do Amaral (futuro Visconde de Indaiatuba); Rosário, do Barão de Atibaia; Jaguari (hoje Santa Úrsula), do futuro Barão de Ataliba Nogueira; e Mato Dentro (do Jaguari), de Bento Augusto de Almeida Bicudo. Visitou, na cidade, oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Santa Casa de Misericórdia, o gazômetro e o Colégio Culto à Ciência.

O Imperador Dom Pedro II, em companhia da Imperatriz, chegou a Campinas a 25 de agosto de 1875, hospedando-se no sobrado de Joaquim Bonifácio do Amaral (futuro Visconde de Indaiatuba), onde recebeu muitas visitas como a de Joaquim Correia de Mello, da Baronesa de Campinas (futura Viscondessa); do Barão de Três Rios (futuro Marquês); e do Barão de Atibaia. A residência havia sido primorosamente preparada, tendo os aposentos de Suas Majestades compostos com rica mobília comprada na França (fig.). Suas visitas pela cidade foram numerosas e atentas, especialmente as que fez aos colégios, ouvindo e interrogando alunos. Às fábricas, oficinas, às obras do novo hospital da Misericórdia, outros hospitais, igrejas, cadeia, teatro, às linhas das Companhia Paulista e Mojiana, e às fazendas Sete Quedas (fig.) do seu hospedeiro, onde tratou demoradamente da importação de braço livre e sua atividade em nosso país, e onde, segundo a tradição, almoçou, sendo servido em baixela de porcelana francesa gravada com o nome da fazenda (fig.).

Inaugurando a estrada de ferro Rio-São Paulo, em julho de 1877, visitou nossa província o Conde d'Eu, com estadia em Campinas. Aos 14 de setembro de 1878, os Imperadores foram hospedados, novamente, pelos Barões de Indaiatuba (depois Viscondes), no Paço da rua Barão de Jaguara. Sua Magestade vistoriava as estradas de ferro.

Seis anos passados, a 13 de novembro de 1884, chegaram em visita à cidade, a Princesa Isabel, o Príncipe Conde d'Eu e os filhos do casal, recebidos pelo Conde de Três Rios (futuro Marquês), na mesma casa que pertencera à sua mãe, a Viscondessa de Campinas, então falecida, e que hospedara o Conde d'Eu em 1874, casa nessa época modernizada em seu aspecto externo [illegible]. Desta visita a Princesa deixou interessante diário (61) relatando-a, enquanto Amé-

lia de Resende Martins (62) registra em seu livro a visita que o Conde fez à fazenda Santa Genebra, do Barão Geraldo de Resende (fig).

Dom Pedro e a Imperatriz chegaram à cidade aos 27 de outubro de 1886, hóspedes dos Condes de Três Rios, com a faustosa e entusiástica recepção popular que os acompanhou da Estação da Paulista ao Pátio da Matriz Nova, em cortejo entre alas e sob chuva de pétalas de flores. Foi a última visita de Suas Majestades a Campinas, cidade que só recebeu, a seguir, em 1889, no mês de março, a visita do Conde d'Eu, que veio trazer a solidariedade da Família Imperial ao povo, presa do primeiro surto de febre amarela.

A casa do Conde de Três Rios, que vinha de herança de sua mãe a Viscondessa de Campinas, e de seu avô materno Joaquim Aranha Barreto de Camargo, era uma das casas antigas modernizadas da cidade (fig.), impondo-se ainda pela vastidão de sua área, com porta e doze janelas de frente para a rua Costa Aguiar, e pela lateral de quinze janelas para a rua do Rosário (Francisco Glicério). De exterior renovado, tinha o interior com os requintes de mobiliário importado da França, de estilo puro (fig.) digno de receber Suas Majestades.

Pelo que se pode concluir de referências várias, em 1812 já existia a grande casa urbana de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, no pátio da Matriz Nova, com todos os característicos da época, como se vê em pintura de Hércules Florence fixando o torneio em hônra ao Imperador, em 1846 (fig.). A casa tinha as suas vergas retas e o seu grande beiral; sua propriedade passou à filha de Joaquim Aranha, a Viscondessa de Campinas e, depois, ao então Visconde de Três Rios, mais tarde conde e marquês, filho da Viscondessa.

O então Conde de Três Rios, em torno de 1880, reformou a casa modernizando-lhe a feição arquitetônica, suprimindo os beirais substituídos por platibandas adornadas, e as vergas retas por vergas em semicírculo. Sobre esta casa escreveu Leopoldo Amaral:

> "Entre os edifícios que faziam figura por esses tempos, havia um que foi sempre considerado legítimo expoente da opulência local - o solar da decantada riqueza campineira outrora esplendente. Era aquele vasto edifício, a Casa Grande como a denominavam, com suas dezenas de janelas, com extensa platibanda revestida de azulejos claros e coroadas de estatuetas no alto, situado à praça José Bonifácio (Catedral) fazendo esquina com as ruas Costa Aguiar e Francisco Glicério" (fig.).
>
> "Data de quase um século a construção dessa casa histórica e foi levada a efeito pelo tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, chefe de importante família, lavrador abastado, que se dedicava à cultura da cana que, nesses tempos, era a que florescia em Campinas".
>
> "Os amplos e luxuosos salões do antigo palacete, ora demoli-

do, ficaram por muitas vezes regorgitando de famílias não só campineiras, como paulistanas e outras, por ocasião de suntuosas reuniões - bailes, banquetes ali realizados por motivo de casamentos, batizados ou outros casos de júbilo. Ricas "toilletes" - seda e veludo - joias e condecorações cintilavam à luz dos candelabros de prata; assim também se ostentavam as casacas solenes consoante a moda da época. Entre aquelas festas, lembramo-nos de um grande sarau musical dado em benefício da então projetada Santa Casa de Misericórdia, por iniciativa do padre Joaquim J. Vieira, mais tarde bispo de Fortaleza (Ceará)".

"Repetidas vezes foram hospedadas nesse vetusto solar, altas personagens de representação política e social. O Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, quando presidente da província de São Paulo, vindo a Campinas acompanhado de capitalistas, industriais e lavradores, afim de tratar da organização da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1867) foi ali recebido fidalgamente pelo comendador Joaquim Egídio.

Em novembro de 1884, ali estiveram hospedados durante dias a princesa imperial, snra. d. Isabel, o seu esposo, sr. Conde d'Eu e seus filhos, os príncipes d. Pedro, d. Luís e d. Antônio. Faziam parte da comitiva, a snra. baronesa de Suruí, veador Miranda Reis e dr. Ramiz Galvão.

Em fins de Outubro de 1886, o sr. d. Pedro II e sua veneranda consorte, a imperatriz, de regresso do interior da província, foram recebidos ali e hospedados pelo Barão de Três Rios, no meio de grandes manifestações de carinho e respeito" (63).

falta a folha 46

PALÁCIOS DA CIDADE

O Palácio dos Azulejos tem sua certidão de idade na própria fachada, aí inscrito o ano de 1878, de pleno domínio do estilo dos azulejos e platibandas azulejadas e encimadas de estátuas e vasos decorativos, estilo que Guilherme de Almeida chama "Império". Compunha-se o palácio de duas residências, a da esquina, a maior, dos Barões de Itatiba que, mudando-se para ela, deixaram a grande casa da rua Barreto Leme, que com a sua frente fundava fazendo findar a rua Barão de Jaguara.

Estes sobrados já estavam lançados em 1879 para pagamento de impostos, sendo o de número 88, da esquina, de Joaquim Ferreira Penteado, avaliado em 60:000$000 (sessenta contos de réis), e de número 90, o seu gêmeo, de Antônio Carlos Pacheco e Silva, avaliado em ... 40:000$000 (quarenta contos de réis)(64).

Tinha esta dupla residência duas fachadas para as ruas Regente Feijó e Ferreira Penteado, inteiramente revestidas de azulejos, destruídos na parte inferior e conservados no andar superior. Suas divisões internas caracterizam bem os hábitos da época, com vastos salões de jantar e de visitas, grandes dormitórios e indispensáveis alcovas. As fachadas (figs.) das duas ruas, com janelas no piso inferior, têm, no piso superior, somente portas, e numerosas, abrindo para uma só sacada em toda a extensão do prédio.

Continha o prédio um pátio interno formado pelos segundos lanços das duas residências, jardim nos fundos do palácio, e, em continuação da fachada da rua Ferreira Penteado, prolongada construção das cavalariças com grande portão para a entrada das carruagens (fig.).

O Palácio dos Alves, e assim o chamamos porque, em qualquer cidade civilizada, prédios como o do Barão de Itatiba, o de Custódio Manuel Alves e o do Barão de Itapura, são chamados palácios; entre nós, modestamente foram chamados de "sobrado do Ferreira Velho", "sobrado do Custodinho" e "sobrado do Nenê Aranha", reduzindo-os para os que não os conheciam. Como o primeiro deles tomou o nome de "palácio" quando a Prefeitura nele se instalou, injustiça seria negar aos outros o mesmo tratamento.

O Palácio dos Alves foi construído por Próspero Belinfanti, homem adiantado que tinha curso de belas artes feito na Itália, segundo tradição de sua família que também conta que, para construir o palácio, ele mandou buscar o mármore bruto em Carrara, de onde veio o marmorista que talhou os balaústres para as sacadas do andar superior. Não encontramos prova documental de que no palácio tenha residido o seu construtor Belinfanti; construção de 1882, em 1885 serviu para nele se instalar, no rés do chão e no andar supe-

rior, a "Primeira Exposição Regional do Município de Campinas", inaugurada a 25 de dezembro de 1885, pelo organizador Torlogo O'Connor Paes de Camargo Dauntre, o que atestava estar o palácio vazio.

Assim, os Belinfanti pouco ou nada residiram no palácio, transferindo-o a Custódio Manuel Alves que não mais deixou esta residência, nela permanecendo três gerações da família Alves. Daí o chamarmos Palácio dos Alves(fig.29). Era Custódio filho e neto de pai e avô homónimos, casado na Matriz do Carmo, a 11/3/1865, com Dona Januária Pinto d'Oliveira Nunes (fig.).

Tinha o Palácio dos Alves, lindas fachadas para as ruas Barreto Leme e Francisco Glicério, com porta monumental, de grande porte, que abria para um corredor largo, conduzindo para a escada do andar superior, escada também grandiosa, em círculo, iluminada por uma potente clarabóia que a engrandecia.

Internamente, no andar superior, apresentava as divisões de uso da gente paulista da época: vasto salão de jantar, corredor dividindo as salas, dormitórios e alcovas da parte da frente do palácio e, após o salão de jantar, outros dois lanços, um contendo a cosinha com escada interna para o solo e quintal, e outro com vários dormitórios e mais utilidades, com aberturas para a rua lateral, Francisco Glicério, lanço que se findava com terraço sobre o cômodo das carruagens, término dos cômodos do rés do chão, destinados, certamente, aos fâmulos, escravos e depósitos necessários. Jardim nos fundos do palácio(figs 30 e 31.

O Palácio Itapura teve quem, ha mais de cinquenta anos, lhe fizesse minuciosa descrição; foi Benedito Otávio que o conheceu em suas particularidades: (figs 32 a 41):

"O palacete Itapura - como só chamar-lhe o povo - cobre, na citada rua, uma extensa área de terreno. Iniciado em 1880, teve sua construção confiada ao hábil engenheiro Luís Pucci, autor da respetiva planta, sendo concluído e inaugurado festivamente em 1883, segundo cremos.

Compõe-se o edifício das três seguintes partes: rés do chão, e primeiro e segundo andares, tudo coroado por alto mirante, de onde se descortinam inteiramente a cidade e o horizonte circunjacente, nos quatro pontos cardiais.

Sua fachada, de imponente aspecto, é formada de dois corpos superpostos, o maior e menor, e obedece ao estilo italiano (Risorgimento) ostentando colunas de ordem jônica.

O corpo menor e mais em destaque possue dois terraços sobre o maior, e é prolongado pelo resto do edifício, tendo azas laterais, todas de vastas proporções.

À direita da casa, da-lhe acesso um elevado gradil de ferro prateado, e o portão, ao centro, é encimado por dois sober-

bos leões de cantaria.

Entre esse gradil e um pavilhão de dois andares, no fundo de serventia da habitação, ha um grande jardim plantado com magníficas palmeiras imperiais.

Atrás do edifício ainda existem outras dependências, anantigas cocheiras, e depois um imenso pomar caprichosamente formado e exibindo variados espécimes de nossa flora, e, em meio deles, considerável número de árvores frutíferas.

Este pomar se estende até ao córrego do Saneamento, limite dos terrenos de que dispõe a fidalga residência.

E, assim sendo, quem percorre aquelas enormes salas e quartos confortáveis, tão bem forrados e pavimentados, contemplando-lhes as pinturas e ornamentações, a boa qualidade das madeiras e ferragens ali empregadas, além de tudo admirar, verifica logo que, nos dias que correm, ninguém teria a coragem de se abalançar à factura de uma construção congênere.

O mármores não foi nele poupado, e daí os pavimentos e escadarias admiráveis do vestíbulo e do saguão que dá ingresso tanto para os cômodos do primeiro quanto para os do segundo andar. Essas dependências são de grande beleza e dizem bem com a sala de visitas à esquerda, com belas colunas coríntias e riquíssimos espelhos "biseautés".

Seguem-se-lhes no rés do chão vários e excelentes compartimentos; no primeiro andar, a sala de jantar, de magnífica vista, não só pela mobília (figs.) como pelas pinturas ao "plafond," feitas pelo artista Salinari, que aliás decorou todo o palacete com as suas concepções, além de ter um bonito assoalho em mosaico.

Continuando, admira-se um terraço deitando sobre segundo jardim, tão bem plantado quanto o primeiro, e com escadarias artísticas. E, à sua esquerda, após uma comprida galeria coberta e gradeada, procedem os quartos e outros cômodos, até uma bela sala de perfeito acabamento.

No segundo andar, existe uma área com passagem para os terraços, em primeiro lugar referidos, e a que se chega pela grandiosa escada de mármore do saguão, lançada em três planos.

Vê-se à frente outra grande sala e, do lado oposto, continuam os cômodos e quartos desse andar.

Mas não basta citar o bem elaborado da planta e a perfeita execução que lhe foi dada, nem os ornatos e móveis que enfeitam o edifício. É preciso afirmar ainda que mais admirável é o estado de conservação de todo o palacete, nas suas obras de arte, obras mortas e obras interiores, que se dirá não contarem o tempo que têm, tão limpas e completas se apresentam, do pavimento térreo ao mirante do edifício" (65)(figs.).

Lamentavelmente uma reforma, há poucos anos, aumentando o andar superior, deformou a fachada principal do palácio, tornando-o feio e pesadão. Entretanto, as figuras mostram interiores conservados no salão nobre; os demais cômodos foram adaptados ao uso atual da Universidade Católica. O salão de jantar, era iluminado por três lustres de cristal com a luz alimentada pelo acetileno, como também iluminava o salão nobre. No centro do salão de jantar, um lustre que se aproximava do apresentado na figura , enquanto nos extremos dois lustres iguais ao da figura , cada qual com seu lindo "plafonier" fundido.

As divisões internas deste palácio fugiram ao comum, para se iniciarem com grandiosa porta de entrada, larga escada de mármore de Carrara até uma segunda e soberba porta de vidros coloridos, abrindo para o saguão central, todo de mármore e com escada para o andar superior, também de mármore, e com corrimão de ferro artístico (figs.).

Este saguão é o cômodo de distribuição para o salão de visitas, para o salão de jantar, a biblioteca e dois dormitórios, sendo um, dos titulares proprietários que dispunham de vasto quarto de vestir com um nicho para o soberbo leito "de armação", como diriam os antigos, ou seja, com um decorado palanquim ou sobrecéu, enquanto os outros móveis se distribuíam pelo quarto de vestir (fig.) que se distingue, como alguns outros, pelo seu forro decorado. Difere ainda este palácio por não ter no rés do chão do primeiro lanço, os cômodos de utilidade, como era comum, mas um pequeno porão inaproveitável.

O salão de visitas (figs. 66 a 69) com três janelas para a rua do Imperador (hoje Marechal Deodoro), comunicava-se diretamente com a sala de jantar por uma passagem ao lado de duas alcovas. O salão de jantar abre quatro portas para um pretório descoberto, portas que defrontam outras quatro internas, formando, entre as oito, seções de parede nas quais se encostavam seis consolos ricos de entalhes e torneados, contendo, todos eles, doze donzelas de cristal lapidado resguardando doze castiçais de prata. Mas a iluminação ainda se fazia pelos três lustres de cristal pendentes do forro requintado.

A lateral direita é continuada por um outro lanço de construção contendo dormitórios acompanhados por extensa varanda coberta. Os cômodos de serviço situavam-se num terceiro lanço de construção, transversal aos primeiros, servindo de fundo para o jardim lateral da direita, que se inicia na rua com [redacted] portão monumental entre pilares terminados com figuras de leões.

Neste palácio residiram os Barões de Itapura, desde sua construção em 1883, até falecerem, ele em 1902, e ela em 1921. Sua filha solteira e herdeira do palácio, nele residiu por muitos anos. Os Barões, nesta mesma residência, assinaram a partilha de seus bens, entre os quais contava, além do palácio, a casa em que residiram na rua do Goes (hoje César Bierrenbach) esquina de Lusitana, as fazendas Chapadão e Dois Córregos neste município, e, fora deste, as propriedades agrícolas Santa Teresa, Fazenda Velha, São João da Glória e Guaiquica, deixando fora da partilha as fazendas Bom Retiro, Atibaia e, talvez, outros bens.

O Palácio da Mojiana construído desde o findar do século dezenove, pela Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, depois de servir de sua sede até a década de 1960-70, foi destinado, em julho de 1973, pelo Governo do Estado, mediante pedido de uma Comissão de Campinas e exposição verbal feita na ocasião pelo autor, e graças ao empenho do Sub-Chefe da Casa Civil, advogado Reinaldo Calil, foi destinado para sede do Museu Histórico-Pedagógico Campos Sales, que ainda está por ser montado.

"A Cidade" de 17/3/1909 estampou histórico sobre o palácio neo-clássico:

"Os trabalhos de construção do edifício, verdadeiramen-

te suntuoso, em que a direção da Companhia Mojiana resolveu alojar as inúmeras repartições do seu escritório central, vão em andamento continuado. Levantando o pavilão lateral esquerdo, já ali se acham instaladas as seguintes repartições: guarda-livros, caixa, uma seção da contadoria; no segundo andar uma seção de engenheiros da linha; por estes dias deverá passar para o novo pavilhão a secretaria que ainda se encontra na mesma sala antiga. O velho pavilhão da direita está todo desocupado, devendo principiar a demolição por estes próximos dias, talvez nesta mesma semana. As obras, como se sabe, estão entregues aos engenheiros Masini & Cia., sob fiscalização imediata dos provectos engenheiros Tobias Rabelo Leite e René Renaud. Terminada a construção do pavilhão direito, as repartições serão distribuídas definitivamente entre as duas partes do edifício, começando-se, então, a demolir o corpo central do edifício atual que, apesar do seu vulto, quase desaparece diante das duas seções laterais. Fomos informados de que a direção técnica da estrada cogitou do aproveitamento da parte central do prédio, pretendendo levantar sobre ela novo andar; descobriu-se, porém, e felizmente, que os alicerces não ofereciam a necessária solidez. Assim, virá abixo também esse resto, para surgir em seu lugar uma construção nova que acompanhe as partes construídas e por construir-se, do soberbo edifício."

Está o prédio ainda conservado, sem o seu pavilhão da lateral esquerda, demolido para o alargamento da rua, hoje avenida Campos Sales.

Iniciado o povoamento rural nas clareiras abertas na mata gigante, só o pau-a-pique atendia às necessidades, dentro dos recursos de que dispunham o pioneiro Francisco Barreto Leme e seus acompanhantes. Este sistema, simples, realizado com o material à mão, sólido e capaz de atravessar anos servindo à sua finalidade, não tinha competidor. Fazia-se com esteios principais nos cantos da casa e, às vezes, nas paredes mais longas, no centro delas. Com as pontas embutidas nos esteios, colocavam-se os baldrames e, acompanhando-os, os frechais; baldrames e frechais colocados já com os furos necessários à justaposição das varas verticais que sustentariam as varas logitudinais para formar a esteira que ia receber o barro jogado com a mão do operário. Então os nomes de "pau-a-pique" ou "parede de mão" (fig. 42).

Levantaram-se as casas dos roceiros formando o bairro rural. Quando o pioneiro, com idealismo criador, tratou de erigir capela e, em seguida, vislumbrou, com seu parente franciscano, a criação de freguesia, levantou no terreno escolhido para a futura vila, duas casas, a residência do vigário, na lateral da futura igreja definitiva, e a casa para renda da matriz, na rua transversal ao pátio berço da cidade. Não poderia ter feito estas construções senão de pau-a-pique com cobertura de telha, pois, para tanto, não lhe faltariam os recursos locais de bairro rural que contava com 38 fogos e 185 habitantes. (66).

Criada a freguesia, ela só se instalaria em igreja de taipa coberta de telhas como exigia a Constituição vigorante no bispado. Com o parente franciscano à frente, não foi difícil obter do bispo, também franciscano, dentro das preocupações de expansão do Evangelho no país novo, uma licença especial para se construir a matriz provisória que se fez de "paus roliços", provavelmente verticais, e barrotes (fig. 37), sistema de paredes não mais repetido na região, e tendo a cobertura de palha, para servir de matriz até o ano de 1781, quando a paróquia se instalou na igreja definitiva, de "taipa e cobertura de telhas".

A taipa em uso no interior da capitania era a taipa de pilão, "construção de terra de preferência a argila úmida, apiloada entre taipais ~~xxxxxx~~ de madeira adrede preparados, formando paredes monolíticas, após a dissecação e retirada dos taipais. É apiloada com seus aparelhos e também com os pés" (67). Os referidos taipais ou ou formas de contenção do barro, que tornavam ~~as paredes~~ lisas e a prumo as faces das paredes, ligavam-se, uma à outra, por varas que permaneciam dentro do barro durante o apiloamento, deixando, quando retiradas, furos redondos vistos hoje nas demolições. A forma ou taipal ia subindo com a levação da parede, assentando-se na parte da taipa já construida.

As primeiras taipas que se levantaram no povoado, com

setenta centímetros de espessura, existiram até 1929, no berço da cidade. Inicialmente como paredes externas laterais da igreja que antecedeu a atual Basílica do Carmo; pela metade do século dezenove, tornaram-se internas com a construção de duas alas laterais, com mais outras taipas, alas que se tornaram capelas, salas e sacristia.

Mais construções do século dezoito podemos relembrar, partindo pela rua Barão de Jaguara, subindo da rua Barão Leme em cuja esquina estava a casa que pertenceu ao senhor de engenho Antônio de Cerqueira César, avô paterno do Senador Francisco Glicério; junto a esta, à qual mais tarde foi anexada por compra, havia sido construída, no ano da fundação, a primeira casa paroquial, muito pequenina, que o vigário Manuel José Gomes vendeu com autorização episcopal.

Ao lado da primeira casa paroquial, com frente para a porta lateral da Matriz, o pai do primeiro vigário, o Capitão Domingos Teixeira Vilela, construiu a casa onde residiu deste 1774, com sua esposa Ângela Isabel Nogueira, até falecerem, ele a 16/2/1785, e ela a 23/10/1787, ambos sepultados dentro da Igraja matriz. Esta casa, ou outra construída no mesmo terreno, foi do filho do primeiro proprietário, Capitão Joaquim José Teixeira Nogueira. A seguir, mas já na esquina da viela que é hoje a rua Benjamim Constant, estava a casa [illegible] que mais tarde foi a célebre loja do Elói e, depois, o escritório de advocacia do Senador Francisco Glicério e do Deputado Antônio Lobo com seus irmãos e filho. Dela deixou crônica, [illegible] Leopoldo Amaral recordando a propaganda republicana:

> "Era um armazém de louças, molhados finos e outros gêneros, situado à Praça da Matriz Velha (depois Bento Quirino) atual nº 18, canto da rua do Caracol (Benjamim Constant)." "Haviam sido adatados naquela casa, alguns passatempos, tais como jogos de bilhar, xadrez, dominó e bola, sendo este último no quintal, num extenso corredor coberto de telhas" (68).

E Pelágio Lobo, citando Leopoldo, acrescenta:

> "A Loja do Elói ficou célebre e durante toda a propaganda republicana foi elevada à condição de centro obrigatório de encontro dos correligionários do credo novo - com portas largas, francas e leais, aos seguidores dos dois partidos monarquistas. É essa uma feição peculiar interessantíssima que atestava o nível de cultura política daquela gente e o dom de prolesitismo". "A casa foi adquirida" "por meu pai e ali tivemos jornal, de um lado, escritório de outro" (69).

Em frente a esta última, do outro lado da praça, o Vigário Manuel José Gomes, que vigariou de 1797 a 1831, construiu a segunda casa paroquial, por ser a primeira muito pequena; no local, o

benemérito Bento Quirino dos Santos, que adquiriu a casa da paróquia, teve seu estabelecimento comercial e seu sobrado residencial. Nos fundos desta casa paroquial, ainda na época da fundação, foi construída uma casa para renda da paróquia, mais tarde desapropriada pela Municipalidade para abrir a continuação da rua Dr. Quirino (70).

Também no século dezenove, fechando a rua de Cima, hoje Barão de Jaguara, com vasta frente para a rua Barreto Leme e fundos até a Marechal Deodoro, como eram em geral todos os quintais, estava a casa em que residiu o capitão-mór agregado, Floriano de Camargo Penteado; depois aí redidiu a filha deste capitão, e seu marido, Joaquim Ferreira Penteado, Barão e Baronesa de Itatiba, da qual se transferiram para o Palácio dos Azulejos; na casa ainda residiu o filho dos Barões, José Ferreira Penteado e sua viúva e filhos. Mais tarde, esta casa foi residência do Coronel Manuel de Morais, sendo hoje parte do prédio do ~~I. N. P. S.~~ INPS.

Antônio Correia Barbosa tinha sua viúva na casa da rua do Meio (Dr. Quirino) com frente construída de cerca de vinte e cinco metros, esquina da rua Barreto Leme e fundos na rua de Baixo; sua proprietária, Dona Úrsula Frando de Andrade se destacava pela generosidade de ceder sua grande casa, com grandes salões, para festas de casamento e outras, e para o Clube Semanal, como relataram os nossos melhores cronistas. José Manuel de Castro (I) construiu sua residência na rua Barreto Leme, com frente para a casa de Dona Úrsula, cuja porta principal tinha ~~sua~~ bandeira de ferro com as iniciais do proprietário; seu terreno deveria ocupar toda a quadra na rua Dr. Quirino, porque sua filha, Dona Mariana, tinha sua casa no final da quadra, esquina de Marechal Deodoro.

A casa de Francisco de Paula Bueno (fig.45) na rua Barreto Leme, próxima à Dr. Quirino, na qual residiu por muitos anos a família Castro Mendes, e em cuja platibanda afixou a data de 1867, tinha a curiosidade, talvez singular, de ser construída de tijolos nas paredes mestras e de pau-a-pique nas secundárias, quando a generalidade, depois do tijolo, era fazer as paredes mestras de taipa e as secundárias de tijolos. Sua porta monumental era encimada por gigante bandeira de grade de ferro, com iniciais de seu proprietário (fig.46), como já anteriormente se iniciara em uso nas grades do Paço, de 1875-78 (fig.47), no portão da chácara de Dona Maria Brandina (fig.50).

Se passarmos para a rua do Rosário (Francisco Glicério) encontramos a casa que Luciano Teixeira fez construir no fundo da casa de seu pai, para sua residência, com os mesmos vinte metros de frente (fig.). Ao término da mesma rua, com vasta frente para a rua do Picador (Marechal Deodoro) localizava-se a casa de Antônio Teixeira de Camargo, com fundos até o ribeirão (hoje avenida Orozimbo Maia). Mais para o centro, na mesma Francisco Glicério,

José de Sousa Campos teve sua residência construída, talvez com acréscimos, pois nela encontramos a taipa, o pau-a-pique e o tijolo Claiton.

A soberba casa de João Ataliba Nogueira, depois Barão de Ataliba Nogueira, na rua Regente Feijó, onde tinha sua monumental porta principal com bandeira de grade de ferro e iniciais do proprietário, marcava a época das platibandas. Estava na esquina da rua Campos Sales, em frente ao terreno onde os Barões fizeram construir, por Ramos de Azevedo, o sobrado que ainda se conserva, porém de menor beleza que a casa anterior (figs. 48 e 49). Ocorrem-nos, ainda, as casas de Joaquim Egídio de Sousa Aranha, futuro Marquês de Três Rios, construída na rua Barão de Jaguara, esquina de Ferreira Penteado, em vasto terreno até a "rua de trás" (fig.), e a casa de sua irmã, Maria Brandina, que a fez demolir para, em seu lugar, levantar o sobrado construído por Ramos de Azevedo, na mesma rua Barão esquina de Conceição.

Outras casas térreas, com amplos terrenos e fundos até "a outra rua" pela qual entravam os cavaleiros em seus cavalos, os bangüês e as liteiras, comduzidas por animais, as cadeirinhas portadas pelos escravos, assim como farto abastecimento trazido dos engenhos já com o café como segunda e futurosa cultura, caraterizaram o século passado, dando feição à vila, depois cidade.

Na segunda metade do século, muitos proprietários de residências no centro da cidade, tinham chácaras próximas, como Maria Brandina de Sousa Aranha que, residindo na rua Barão de Jaguara, dispunha de chácara de uma quadra inteira, frente para a rua Bernardino de Campos, com com grade e portão de ferro ostentando as iniciais da proprietária, M. B. S. A. (fig. 50), limitados os seus terrenos pelas ruas Onze de Agosto, Bernardino de Campos e Andrade Neves. Esta chácara foi, por muito tempo, a residência do Dr. Francisco Betim Paes Leme e sua família.

Os portões com iniciais, como o de Dona Maria Brandina, ou sem elas, como o de Dona Maria Cândida Novais Teixeira (fig. 51), estiveram em grande uso, ainda existindo o belíssimo da casa de Carlos Olímpio Leite Penteado, na rua Dona Libânia, com as iniciais C. O. L. P., casa esta da série que mandava o Barão de Ibitinga construir para seus filhos, em continuação ao seu sobrado, o Paço Imperial de 1846 (figs. e 52).

O interesse dos poderosos senhores de engenho e fazendas de café, em ter na vila suas casas faustosas, surgiu no final da primeira metade do século passado, e atraiu os mestres carapinas tão mal classificados ainda hoje como carpinteiros, quando, realmente, eram engenheiros práticos capazes de grandes cons-

truções, o que foi demonstrado no levantamento [redacted] dos nobres sobradões da cidade. Eram eles Antônio Alves d'Assunção, Francisco Romualdo, Serafim Gomes Moreira que construiu o sobrado de Teresa Miquelina do Amaral Pompeu; Francisco Ferreira Pires construtor do Teatro São Carlos e do sobrado de José Franco de Andrade que o passou aos Barões de Atibaia, construtor que reformou a Matriz Velha e a capela de Santa Cruz; Benedito Eudoro de Toledo que concluiu as obras de reformas da Matriz Velha e construiu o sobrado de José Francisco de Paula no Largo do Rosário (71), e outros.

Aproximando-se a metade do século dezenove, o lucro dos engenhos, já reforçados pela florescente cultura do café, proporcionou à família rural o luxo de viver na vila, em vastos sobrados, na vila que crescia e ilustrava-se com instrução mais profunda e mais generalizada cultura. Multiplicou-se o comércio, estabeleceu-se a importação; o engenho deixava de ser auto-suficiente, modernizava-se a lavoura e mecanizava-se o preparo do café com fabricação local de inventos e aperfeiçoamentos do seu preparo e benefício.

Já não bastava a casa térrea; aspirava-se o sobrado sobranceiro e altivo. Definiu-se assim a primeira fase arquitetônica da cidade, com as construções típicas de um período, qual seja a do grande beiral, defensor da taipa por excelência, a resguardá-la da chuva e a impelir suas águas jogando-as longe dos alicerces. A taipa, construção sólida de vida perene, se defendida da umidade, sua maior inimiga, prestava-se às maiores construções da época, como se exemplifica com a construção da Catedral, até hoje sólida.

Neste período do beiral, além das casas térreas que já citamos, destacam-se os sobrados, a começar pelo sobrado da Câmara e Cadeia, já em uso no ano de 1829 (fig. 53), seguido por outros, cujas datas não precisamos, como o de Felisberto Pinto Tavares (fig. 36); o de José Franco de Andrade (fig. 54), que em 1850 passou à propriedade dos Barões de Atibaia e no qual se hospedou em 1877 o Príncipe Conde d'Eu; o de três andares da rua Barão de Jaguara, citado por Rafael Duarte e que também chegou a nossos dias; o do Padre Manuel José Fernandes Pinto (fig.) que o legou à sua afilhada Maria Felicíssima de Abreu; o de Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, com grades na fachada, [illegible] hastes até o alto das portas com voltas no ferro formando ganchos para suster lanternas de iluminação, e, no centro da grande grade, as iniciais da proprietária T. M. A. P. (fig); e todos, excetuados o da cadeia e o de três andares, com sua grande sacada, única em toda fachada.

De sacadas menores e várias, eram os sobrados de José Francisco de Paula, que talvez não tivesse primitivamente os balcões, possivelmente postos em reforma posterior e por outro proprietário, já que a grade do balcão central, mais evidente, continha as iniciais de outro proprietário, C. X. B. S, Camilo Xavier Bueno da Silveira.

sobrado que passou à propriedade de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida. Com a mesma multiplicidade de balcões, era o grande sobrado de Francisco de Campos Andrade, no largo da Catedral.

Da fase do beiral, passou-se para a fase da platibanda, quando alguns proprietários reformaram seus prédios, suprimindo seus beirais, dando-lhes a platibanda que escondia as gigantes calhas de cobre. Nestas reformas, cremos que se poderia incluir o de Felisberto Pinto Tavares (fig.) e a casa do Marquês de Três Rios (figs. "), quando foram construídos os prédios térreos de Francisco de Paula Bueno (fig.) e o de João Ataliba Nogueira (fig.), surgindo após, o magnífico Palácio dos Azulejos (figs.) de 1878. O que não pode deixar dúvida, é que a platibanda veio com o tijolo industrial fabricado pela olaria Sampaio Peixoto (figs,).

A terceira fase arquitetônica seria a do neoclassismo, na qual avultavam dois belos exemplares, o Palácio dos Alves, 1881, lamentavelmente demolido, e o Palácio Itapura, de 1883, lamentavelmente deformado (fis.). Neste fim de século, outros sobrados foram construídos, e podemos citar, de construção de Ramos de Azevedo e ainda existentes, o dos Barões de Ataliba Nogueira (fig.) inaugurado a 30/1/1894 com grande baile "masqué", no 30º aniversário de casamento dos proprietários, e o da Justiça e Cadeia Nova, na avenida Andrade Neves (fig.), agora afogado entre dùas monstruosidades modernas, e, ao encerrar do século, o iniciado Pálacio da Mojiana (fig.), construído pelos irmãos Masini.

Capítulo II

DE PORTAS A DENTRO

A Vida em Família - Sala ou Salão de Visitas - Dormitórios e Alcovas - A Varanda - A Sobre-Varanda - Serviços e Serviçais.

A VIDA EM FAMÍLIA

A vida do roceiro só podia ser modestíssima, pois sua produção se destinava, quase exclusivamente, a consumo próprio. Poucas eram as sobras que podiam ser vendidas, e vendidas "na porta", isto é, a quem se apresentava no sítio para esta compra.

Fundada a freguesia de Campinas em 1774 e, consequentemente, o povoado, já neste ano aqui se fixaram os pais e irmãos do primeiro vigário, vindos de Minas Gerais com o poderio de fortuna adquirida em três gerações de mineradores. Minas Gerais, com as grandes fortunas adquiridas na extração de ouro, já havia adotado hábitos faustosos, vestuários, móveis, adornos, do que de melhor se conhecia, muita coisa trazida da metrópole; dando a Campinas a primeira família da vida urbana, transmitiu, também, o luxo que lhe era habitual, mas desconhecido no bairro.

E os Engenhos foram os primeiros repositórios dos nóveis finos, pois as famílias poderosas não viviam no povoado onde, apenas, tinham casas para a permanência nas festas e dias de guarda. Iniciaram as grandes construções residenciais nos engenhos, com mobiliário requintado, até que o café, sem provocar ausência de bom gosto e luxo na vida rural, trouxe o gosto das residências ricas na cidade, com uma vida mais letrada em caminho de apuramento intelectual, e requintes ao gosto da Corte e cidades européias. Dos engenhos e fazendas, ou casas nobres do centro urbano, um rememorar de hábitos nos faz penetrar na intimidade da família de Campinas.

Como em São Paulo e outros centros do Brasil, desde os primeiros tempos, e com a riqueza, formaram-se círculos sociais fechados, só entre grandes e poderosas famílias que conviviam nos solares dos engenhos e, depois, nas sedes ricas das fazendas de café, ou sobrados vistosos da cidade. Mas não só nas famílias dos senhores se notava o ambiente limitado, como também, nas divisas mesmo do engenho que tinha sua vida independente, completa e isolada, pois que, cada sobrado, rural ou urbano, pela vastidão dos seus cômodos e pela abundância dos seus recursos alimentares, acolhendo no alto a família do senhor, agasalhava no rés do chão, ou nas edículas, uma legião de agregados e apadrinhados, não escravos, vivendo da fartura e da generosidade senhorial, à qual prestavam pequenos serviços ou assistência de pagens acompanhantes.

No mesmo sentido, observou Clado Ribeiro de Lessa,

da"indústria doméstica, ou melhor, particular, exercida por operários ou escravos, vivendo sem o menor contacto com os oficiais do mesmo ofício, separados uns dos outros por léguas de latifúdios, deriva não só a ausência de espírito corporativo, que todos os sociólogos têm observado nas populações brasileiras, como uma tal ou qual anarquia estilística no trabalho de seus formões, que frequentemente desorienta o colecionador ao tentar classificar uma peça e determinar-lhe a época de fabricação" (72).

No rigorismo das práticas religiosas, estavam os batizados e casamentos. Sobre estes tomou foros de verdade uma afirmativa leviana que dá aos casamentos consanguíneos o único objetivo de conservar, dentro da mesma estirpe, as fortunas acumuladas. Nada mais falso, pois, desde o primeiro século de povoamento do Brasil, as famílias de alta qualificação encontravam dificuldade em casar os filhos, num meio onde as famílias dos abastados ou poderosos eram poucas.

Nunca faltou, em tempos passados, pelo menos nas regiões paulistas, as tradições de sangue limpo na classe dominante; e elas influíam basicamente nas escolhas e entendimentos nupciais. E tanto eram elas efetivas, que mesmo nos ramos empobrecidos, com empobrecimento de várias gerações, os casamentos se faziam com discriminação social e hereditária, de alta importância para o futuro da estirpe que, muitas vezes só a encontrava no círculo consanguíneo, que, aliás, podia oferecer graves riscos de males físicos.

São Paulo que teve no século dezoito o seu linhagista Pedro Taques, com o continuador no século dezenove, Luís Gonzaga da Silva Leme, e uma generalização do gosto por estes estudos, deu sempre provas de união familiar e preocupações genealógicas, como relatou Américo Jacobina Lacombe:

> "Em inquerito recente feito no interior de São Paulo, sob a direção de um sábio mestre de sociologia, Donald Pierson, com todos os preceitos da técnica, espantaram-se os pesquisadores exatamente com a força extraordinária dos laços de parentesco. Analfabetos, incapazes de conhecer pelo nome as autoridades locais ou nacionais, conhecem parentes até graus reputados remotos pelos povos que se consideram civilizados. É este emaranhado de relações que entra em ação na política, na religião, na vida social e nas tradições" (73).

Eram casamentos e batizados festas de unção piedosa, mas também de sentido social quando, nos sobrados dos engenhos, se reuniam parentes e amigos, todos formando seu círculo restrito com os preconceitos existentes. Assim, nos engenhos se realizavam os batizados e casamentos dos abastados; sempre havia o sacerdote, parente ou amigo, para ministrar ou presidir a cerimônia, de fervor religioso mas de esplendor social com as roupagens próprias e luxuosas; e hospedando os convidados por dias seguidos, já que tais comemorações

entre as mais destacadas famílias, reuniam convidados e parentes, compondo solenidades festivas e prolongadas, ora nas sedes dos engenhos, ora nas casas urbanas, circunstâncias registradas ou não, pelos vigários, nos respetivos assentamentos. Frequentes eram os casamentos de irmãos no mesmo dia, encontrados nos cartórios eclesiásticos.

O ano de 1806 confirma nossas relatos com o casamento, em 26 de novembro, na capela do engenho de Floriano de Camargo Penteado, mais tarde capitão-mór agregado, engenho que se denominava Ponte Alta, por se localizar neste já antigo bairro, no qual se casou a sobrinha do proprietário, Umbelina, com José Ferraz de Campos (SL IV 35), depois de viúvo Barão do Cascalho. Foram padrinhos o Sargento-mór Floriano de Camargo Penteado e o Tenente José da Rocha Camargo.

No oratório da residência urbana do Capitão Filipe Néri Teixeira, a 8/10/1807, casou-se a sua filha Maria Ângela, com Joaquim Ferreira da Silva, testemunhado pelo Vigário da Vara José Teixeira Vilela, e pelo tenente-coronel Joaquim Aranha de Camargo, mais tarde comandante militar da praça de Santos, como elemento de confiança do Príncipe Regente, depois Dom Pedro I.

Neste mesmo ano, duas filhas do capitão Inácio Ferreira de Sá, tronco dos Ferreiras de Campinas, casaram-se a nove de dezembro; a de nome Bárbara de Campos Penteado, com João Ferraz de Campos, tendo por testemunhas o capitão-mór de Campinas, João Francisco de Andrade, e o tenente José da Rocha Camargo; e a de nome Rita de Camargo Penteado, com o alferes Joaquim Pedro? de Barros, sendo testemunhas Antônio de Cerqueira César e o alferes João de Barros Pedroso.

Em 1808, o "casamento do ano" foi o da filha do capitão-mór de Campinas, João Francisco de Andrade, Francisca Margarida Cardoso que desposou José da Cunha Paes Leme. Do ano seguinte, 1809, foi o da filha do sargento-mór Floriano de Camargo Penteado, mais tarde capitão-mór agregado; este casamento, de Rita Antônia da Silva Serra, realizado no próprio oratório da residência de seu pai, a grande casa da atual rua Barreto Leme, que vedava a continuação da atual rua Barão de Jaguara, uniu tal noiva a seu primo José de

Campos Penteado perante as testemunhas, capitão Inácio Ferreira de Sá e capitão Antônio Francisco de Andrade. (61

O sobrado do engenho da Lagoa, acolheu muitos convidados para casamentos de filhas do seu proprietário, o major Teodoro Ferraz Leite; o da filha Maria, com Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, em 1814, teve por testemunhas os pais dos nubentes, o mesmo major Teodoro e o capitão de Dragões Joaquim José Teixeira Nogueira. É de tradição que tal rico senhor de engenho, dava aos casamentos das filhas, invulgar solenidade e luxo, e aos vestidos nupciais das noivas, requintes de elegância e riqueza. Se a filha Maria havia nascido do seu primeiro casamento, do segundo, com a linda Maria Luísa Teixeira, nasceram Francisca, casada em 1828 com o seu tio materno Luciano Teixeira Nogueira, e Rita casada em 1833 com o Dr. Francisco de Assis Pupo, juiz municipal de Campinas e cavaleiro da Ordem de Cristo, deixando destes casamentos a lembrança de esplendor.

O mesmo major Teodoro, com o capitão-mór João Francisco de Andrade, em 1817, foi testemunha de outro casamento de riqueza, o de Maria Luzia, a futura Viscondessa de Campinas, no engenho do Mato Dentro, do pai da nova, tenente-coronel Joaquim Aranha de Camargo, de quem já tratamos. Usavam, também, alguns noivos, escolher para testemunhas apenas sacerdotes. Foi o que houve no casamento do alferes Francisco de Paula Camargo, em 1816, com Damiana Marques, testemunhado pelo vigário da Vara padre José Teixeira Vilela e pelo padre Manuel José Fernandes Pinto, que fora vigário de Campinas e rico senhor de engenho. E o capitão-mór agregado Floriano de Camargo Penteado, com seu gosto de casar filhos no oratório de sua casa residencial urbana, assim fez casar, em 1820, o enteado Américo Ferreira de Camargo, com sua sobrinha Rita de Campos, sob as bênçãos do padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo, visitador diocesano.

Em palestra que fizemos a 5 de fevereiro de 1965, traçamos um quadro descritivo de uma destas festas, um casamento, reconstituído pelas memórias ~~prodigiosas~~ de velhos ~~do nosso~~ tempos:

"Os convidados chegavam a cavalo e só as pessoas idosas se conduziam em liteiras que se vedavam com as cortinas de seda. O sobrado do engenho era amplo e senhoril na simpleza harmônica que o fazia belo; internamente viam-se os cômodos pródigos de área permitindo melhor perspectiva para as peças de jacarandá ou de caviúna nos seus correntios traços do estilo Dona Maria Primeira."

"Um vasto salão com muitas janelas que se abriam para um pomar de mangueiras gigantes que as superavam, acolhia os convidados. Na parede oposta, da qual pendia espelho de cristal com moldura de talha, encostavam-se um longo canapé e numerosas cadeiras de palhinha trançada nas peças de pesado madeiro; interpunham-se dois consolos elegantes, de quatro colunas torneadas, e pés em graciosas recurvas que ocultavam a necessária solidez de suportes, consolos que fronteavam outras duas iguais, entre janelas, todas mantendo castiçais de prata, com

velas esguias resguardadas pelas donzelas, grandes mangas de cristal que vedavam a iluminação dos açoites da ventania. A espevitadeira e a salvinha cumpriam sua finalidade, enquanto marcava-se o tempo em grave relógio de pesos e correntes, presidindo no centro da parede e indicando aos dois realejos postados próximos a dois cantos extremos, as horas de prazer que deveriam sonorizar".

"No canapé e na maioria das cadeiras, assentavam-se as senhoras de mais idade e descançavam os anciãos alquebrados; as moças de pé, na graça e formosura da juventude, ocupavam toda esta metade do salão, como um ramalhete de botões de rosas a embelezar e alegrar o ambiente. Na outra metade, e separados pela passagem onde desfilaria a noiva, ficavam os senhores graves e os moços elegantes no viço da mocidade, a olhar para as moçoilas e com elas a trocar olhares tão profundos e significativos, que valiam pelos arroubos de uma declaração de amor, no tempo que se amava à distância e furtivamente."

"Em parede do extremo do salão, entre duas janelas, uma porta de meia rótula e arabescos, havia sido aberta desvendando o oratório do solar, um altar embutido, com a Senhora da Conceição vinda do Reino, talhada, doirada e rendada em cores, violácea no seu manto e rosa claro na sua túnica. Acompanhavam-na duas pequenas imagens marcadas pelo tempo, de São Joaquim e de São Mateus Evangelista; abaixo, à frente da Senhora, pequena cruz de jacarandá, sustinha o Cristo expirante."

"Ao lado direito, junto ao oratório, postava-se um jovem elegante, vestido de casaca e colete de seda, calça mais moderna que os calções, também de seda. Moço guapo, esbelto e bem posto, era noivo muito cubiçado; vindo de outras terras, de distinta família abastada e de boa linhagem, era bacharel pelas arcadas numa de suas primeiras turmas, antevendo-se-lhe um brilhante futuro. O que mais nele se denotava era a inquietação que a todos parecia justificada com a solenidade do ato; mas o que o mantinha alanceado de dúvidas, era, para ele, a desconhecida figura de sua noiva que jamais vira: seria feia, gordalhona, desageitada, ou minúscula, insignificante, sem vida? Bonita, como se lhe afigurava pelos pais? A mãe era apreciavel balzaqueana de bastante corpo, jovial rosto cheio de frescor e mocidade; o pai, bem mais velho, não era feio apesar de avantajado nariz que lhe dava ar de superioridade. Para o noivo, os minutos pareciam horas e suas mãos cruzavam-se e descruzavam-se, brincavam nervosamente com os botões do colete como se estivessem sobrando naquela hora de angústia."

"Finalmente, no outro extremo do salão, abriu-se uma porta ampla e surgiu um par: ele avelhantado, solene, de casaca e véstia de seda pura, calção de seda fechado abaixo dos joelhos e cobrindo o punho das meias; calçava sapatos com fivelas de ouro e a sua faixa militar sobreposta com a espada de punho de prata, significava seu antigo e alto posto; sua mão alçada e dentro de uma luva de seda, suportava a delicada mãozinha

da noiva que ele conduzia."

"O noivo se extasiou; a surpresa era de encantamento; a que iria ser sua esposa era uma faiança de graça e de beleza: menina moça de catorze anos, já feita de corpo elegante e esbelto, tinha um rosto de anjo, a tez pálida como as flores de estufa, boca bem esculpida e o nariz perfeito entre dois olhos fulgurantes; vestia rendas alvinitentes bordadas a ouro. E o par vagaroso avançou transpondo o salão até o altar onde os noivos prestaram, trêmulos, os juramentos sacramentais, recebendo as bençãos do vigário da paróquia, amigo dos mais caros da família da noiva que ele havia batizado náquele mesmo oratório." (74).

E mais outros casamentos se teriam realizado, ao som dos comentários sociais, com o prazer do requinte quando a abundância é plena nas arcas dos grandes senhores. Campinas de 1836 assistiu aos casamentos [redacted] de Maria Teresa Alves Nogueira, em casa do pai da noiva, com o sorocabano José Bicudo de Almeida (75); no mesmo mês, o pai desta noiva, capitão Francisco Teixeira Nogueira, casava-se, em segundas núpcias, com Maria Teresa do Amaral (irmã do Visconde de Indaiatuba); pelo ano seguinte, casava-se a rica herdeira de Antônio Francisco Guimarães, o Bahia, Alexandrina Rosa de Guimarães, com o português Luís Augusto de Mendonça; e a casa dos pais da noiva, a futura Viscondessa de Campinas e seu marido Francisco Egídio de Sousa Aranha, aos 14 de agosto de 1838, acolheu convidados que nela assistiram ao casamento de Maria Brandina, com Álvaro Xavier de Camargo, filho do capitão-mór agregado Floriano de Camargo Penteado.

Um casamento, em maio de 1838, em casa particular, descrito pela própria noiva, foi o da campinense Ana Gabriela de Castro Camargo, filha do capitão Francisco de Paula Camargo [redacted] e de Ana Querubina de Castro Camargo, com Joaquim Roberto Alves; a noiva teve o capricho de registrar em pequenino livro de notas, o seu casamento, no qual houve "um rico baile" com repetição na noite seguinte, uma festa dançante mais íntima, com "mais liberdade" (76).

Estes casamentos se realizavam "em oratório particular" em casa de residência, muitas vezes tomadas por empréstimo para as festas. De Campinas, era tradicionalmente generosa para tais empréstimos, a proprietária "Úrsula Franco de Andrade, senhora de saudosíssima memória, que deixou o seu nome ligado aos anais das festas e solenidades de então"; "dispondo o seu prédio de vasto salão, quase todos os casamentos e bailes, de pessoas gradas, ali se realizavam, encontrando todos da parte desta distintíssima senhora, o melhor acolhimento, a mais manifesta boa vontade em lhes ser útil." (77) O prédio que pertenceu à d. Úrsula, é o situado à rua Dr. Quirino, posteriormente dividido em dois, sendo o da esquina da rua Barreto Leme, pertencente a herdeiros de Francisco Gomes Pinto, e o outro, ao sr. Vicente da Fonseca Ferrão [redacted]. Tinha, a grande casa, area

de 25 metros de frente para a rua Dr. Quirino, com maiores fundos até a rua Luzitana.

Felisberto Pinto Tavares também cedia o seu sobrado aos amigos que desejavam festejar os casamentos de filhos; em 1839, ano em que o cirurgião-mór Cândido Gonçalves Gomide fez casar a filha, Cândida Querubina, com o futuro sábio Joaquim Correia de Melo, e em que Elisiário de Camargo Andrade casou a filha Francisca de Paula, que seria a Baronesa de Monte-Mór, com o futuro barão José Bonifácio de Campos Ferraz, casou-se no sobrado de Felisberto Pinto Tavares, o "Sete Quedas", Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro Visconde de Indaiatuba, senhor do palácio de Sete Quedas (fig), com a sua sobrinha Ana Guilhermina do Amaral Pompeu, bodas realizadas "às oito horas da noite" de 24 de junho.

É curioso como pequenos detalhes da vida particular imperam em certas épocas, dando caraterísticos repetidos a atos da vida familiar; se os casamentos em oratórios particulares entraram em uso, e continuaram até pela segunda metade do século, uma outra moda distinguiu casamentos com a dispensa de proclamas, já no decorrer desta metade de século.

A filha do comendador Joaquim Egídio de Sousa Aranha (futuro Marquês de Três Rios) e de sua primeira esposa Ana Francisca da Silva Aranha (que morreu baronesa em 1861), casava-se "na matriz" às 6 horas da tarde (18 horas) "dispensados os proclamas", com João Francisco de Andrade Franco. Dispensados de proclamas, casaram-se Carolina da Silva Serra (irmã da Baronesa de Monte-Mór) com Luciano Teixeira Nogueira Júnior, a uma hora da tarde, em casa dos pais da noiva; e o filho do primeiro Barão de Jundiaí, Luís de Queirós Teles, casou-se em oratório particular, dispensados os proclamas, com Amanda Miquelina Leite de Barros, filha do capitão Manuel Leite de Barros e de Cândida Maria Ferraz.

Vemos que a dispensa de proclamas entrou em moda, pois isto significava que as famílias dos nubentes gozavam de alto prestígio perante as autoridades eclesiásticas. Assim casaram-se o filho do futuro Barão de Paranapanema, Joaquim Celestino de Oliveira Soares, a 9/12/1863, com Elisa Augusta de Azevedo Soares; os futuros Barões de Ataliba Nogueira, a 03/01/1864; Manuel Ferraz de Campos Sales, o presidente da República, a 08/07/1865, e tantos mais

Se em 1838 celebrava-se casamento com "rico baile", o hábito permaneceu, e encontramos repetida esta celebração ainda muito mais tarde. O Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, relatando viagem sua a Campinas, diz: "Tratamos de descansar, ir à fazenda e preparar-nos para o casamento da prima Elisma com o Antônio Egídio, que teve lugar a 19 de janeiro de 1859. O baile foi muito bonito e Isabelinha serviu-se da mesma toillete que usara em Itu para o casamento da prima Aninha, o que fez muito bonito efei-

to, porque em Campinas era novo e não visto, e foi com justiça proclamada a rainha do baile. Na segunda noite ainda houve reunião e comparecemos" (78). A neta do Conselheiro, Camila Barbosa de Oliveira, relembra casamentos de filhas dos Barões de Ataliba Nogueira e os deixou historiados: a primeira, Luísa, a seis de janeiro de 1883. "O casamento, como era costume, foi à noite, com grande baile, que durou dois dias; aí anunciou-se o noivado de Camila, com o promotor da Comarca, Luís Albino Barbosa de Oliveira. Casaram-se na missa, no dia 26 de março do mesmo ano, não tinha a noivinha ainda dezesseis anos" (79). De outra filha dos Barões, a 15 de janeiro de 1899, a imprensa noticiou contado que a "bênção nupcial foi dada pelo exmo. Snr. Bispo do Espírito Santo, amigo da família", e que em seguida, "os convidados dirigiram-se para o palacete do pai da noiva, onde se realizou esplêndido báile" (80).

Do casamento do ilustre acadêmico Rafael de Andrade Duarte, um dos luminares da literatura em Campinas na sua época, com Maria Alves Pinto, reproduzimos o "carnet" distribuído no baile às senhorinhas (fig.57,58) para que elas o dessem aos pretendentes às contradanças inscrevendo seus nomes no"carnet".A capa do "carnet" decorada com mimosura, traz a data do casamento e as iniciais dos nomes dos nubentes. Usavam-se convites e participações impressas.(figs.59,62).E a correspondência particular se fazia em finos papéis(63)

O resguardo moral da família era muito cuidadoso.65 À mulher cabia um extremado recato, vivendo na intimidade só do lar, ao sabor de uma educação de virtude e santidade. Mas, os antigos, de maior sabedoria que os modernos, se não ministravam a educação sexual excluída dos costumes velhos, davam às mães uma missão neste sentido e atendiam às imposições da natureza casando as moçoilas com doze e catorze anos. E elas eram preparadas para a missão de mãe e esposa, de forma adequada e, em nosso município, com cultura intelectual. Uma carta particular de junho de 1845, dá bem o quadro então repetido nas famílias quando o senhor de engenho recebia do seu comissário em Santos, carta com notícias referentes à contratação de professora francesa e conselhos sobre

> "nunca ser útil sobrecarregar as pupilas com muitos e variados objetos ao mesmo tempo, como por exemplo - Música, Dança, Desenho, bordar, Gramática, ler,escrever, etc., tudo ao mesmo tempo, e sim adotar um sistema diferente e mais adequado à capacidade das pupilas" (81).

A mulher não era igual ao homem, mas superior; seu mundo era imaculado e sua força moral interferia nos mais delicados problemas da família, com prudência, sabedoria, delicadeza, e com segurança e objetividade . Está a história de São Paulo, plena de

exemplos de atuação segura da mulher paulista.

O tratamento dispensado ao sexo feminino era de elevada polidez, chegando a rigores de cavalheirismo como, sobre um moço da sociedade, conta Almeida Nogueira:

"Uma vez, em Campinas, num baile, dirigiu-se a solicitar uma valsa de uma distinta senhorita. Tinha ele pouco antes tirado as luvas, e, dando por isso somente naquele momento, acudiu, antes que lhe fosse dada a resposta:

--Queira perdoar-me, minha senhora. Eu retiro o pedido por um minuto e peço a v. exª que suspenda a sua resposta.

Calçou então apressadamente as luvas, e, já agora perfeitamente correto (cumpre lembrar que as luvas naquele tempo eram de rigor) e formando com o corpo graciosa linha curva, renovou o pedido:

- Tenho a honra de solicitar de v. exª uma valsa.

Por prêmio da delicadeza, teve ele um soriso da gentil moçoila e este deferimento:

- Com muito agrado, dr.!" (82).

Os moços se educavam na Europa e Estados Unidos; viajavam em busca de cultura e refinamento de educação, como as raras informações registram, ora em notícias de partidas, ora em notícias de retornos. São ainda indicações dessas viagens, as fotografias enviadas da estranja, infeliz e habitualmente destruídas pelo maléfico hábito de queimar "coisas velhas". Encontramos sem pesquisa objetiva, retratos e notícias sobre Antônio Carlos do Amaral Lapa e Adolfo Augusto do Amaral Lapa, de Bruxelas em 1876; Luís de Abreu Pereira Coutinho, de Paris; Urbano Sabino de Sousa Aranha, de Liège em 1877; Ataliba Teixeira Nogueira, Cândido Serra Neto, Carlos Olímpio Leite Penteado, João Alberto Sales, Joaquim de Sales, todos de Syracusa N.Y.; e, de retorno, Diogo Pupo Nogueira em 1876, e Otávio Pacheco e Silva em 1880. Em 1882 noticiava a imprensa: "Chegaram ontem da Europa onde estiveram oito anos pouco mais ou menos, os jovens Lupércio Teixeira e Artur Teixeira, filhos do sr. Eliseu Teixeira Nogueira, ultimamente falecido" (83).

SALA OU SALÃO DE VISITAS

A sala ou salão de visitas, era o mais nobre cômodo da casa, e se reservava às visitas de maior consideração ou cerimônia. Continham as melhores luminárias, móveis e adornos mais finos, mais luxuosos, espelhos, retratos, quadros valiosos, tapetes e cortinas. Ali se encontravam a marquesa(1822), o escabelo de sala, como ainda se dizia em 1830 (84), o canapé e, finalmente, o sofá; cadeiras de palhinha (1822), envernizadas, de braço ou de simples espaldar, os consolos com luminárias. [illegible] candelabros e serpentinas. O escabelo é "banco comprido e largo, de costas, com assento de levantar servindo como tampa, por baixo da qual corre um vão de caixa" (85), e próprio para os cômodos de serviços; mas cremos que as salas de luxo descritas em inventários usavam o nome, um nome antigo, para designar um canapé, este mais condizente com os demais móveis finos descritos. O canapé era o que hoje chamariamos um longo sofá, comportando uma pessoa deitada, e que tinha espaldar e braços de igual altura, espaldar que também podia ser de maior altura, com recurvas e decorações, mas sempre sobreposto: "escabelo de sala"(1831); "escabelo"(1836); "canapés"(1822). [illegible]

A iluminação se fazia com velas em castiçais, candelabros e serpentinas (86) de prata ou bronze. Enquanto os castiçais se agasalhavam dentro de donzelas grandes de cristal liso ou lapidado, hoje muito raras, as serpentinas, candelabros, arandelas, e outros castiçais, tinham suas mangas pequenas de cristal, exigindo uns os consolos para suportes, que eram pequenas mesas retangulares, em semi-círculo para encostar nas paredes, ou redondas e ovais para o centro da sala, estas com preferência para uso das serpentinas, e, já de origem francesa, os dunquerques fechados formando pequenos armários.úteis.

Na época do café, introduziu-se a iluminação a gaz acetileno, de fabricação própria, nos quintais ou proximidades dos sobrados das fazendas. O acetileno é um gaz combustível que produz uma chama brilhante, com ótima iluminação, e foi de uso nos mais civilizados países, em residências rurais, castelos, etc., distribuído pelos cômodos principais em canos de chumbo, aproximadamente, de meia polegada, até aos lustres de opalina ou cristal lapidado de apurado gosto, com formoso "plafonnier" de bronze (Fig. 66 a 86).

Dispondo, ainda, os salões de "mesa de jogo com dobradiças, forrada de pano" com embutidos" (1828); "mesa quadrada de abrir e fechar" (1830); "mesa de abrir" e "mesa-banca de jogar" (1828), encontravam-se nas salas os luxuosos, requintados e trabalhados bufetes, (fig 87) "bufete grande com gavetas" ou "bufete pequeno" (1828); os realejos (1822), o cravo e o piano, este em 1845. Na fase cafeeira, não se dispensavam as cortinas, reposteiros de estofo de fina confecção, com os tapetes importados, enquanto os mais antigos eram de Arraio-

los, os mais fim de século seguiam os requintes franceses com os de Aubusson e outros.

Saint-Hilaire (87) estando em Campinas em 1819, visitou, a 23 de outubro, o capitão-mór João Francisco de Andrade (88) e descreveu sua sala de visitas:

"era caiada até o forro de madeira, e havia, à volta deste, um cordão de flores pintadas. À meia altura das paredes, se via um abarrado".

Pela segunda metade do século, as salas passaram a ter decoração mais requintada, chegando, na riqueza do café, às decorações afresco, aos luxuosos papéis de parede vindos da França, aos vidros belgas transparentes e coloridos.

O culto ao passado e a pessoas da família ou de amizade e admiração, demonstrava-se com as paredes dos salões ostentando os retratos a óleo, guache ou creiom, de artistas de valor, como Hércules Florence no ciclo do açúcar, com o guache de Miguel Ribeiro de Camargo (fig.88) da coleção do Museu Arquidiocesano de Campinas, e os óleos do mesmo autor, reproduzindo os engenhos de açúcar da região, da coleção do Museu Paulista do Ipiranga.

Miguel Arcanjo Dutra (o Miguelzinho), em torno de 1840, reproduziu em tela a sede do engenho da Lagoa (fig.) coleção do Museu Paulista do Ipiranga, enquanto Claude Joseph Barandier, pelos anos de 1865, retratava personalidades de Campinas (figs. 89 a 91) e, em 1867 pintava para a Matriz Nova (Catedral) cinco quadros dos Passos da subida do Calvário (figs.) da coleção do Museu Arquidiocesano de Campinas.

Joaquim da Rocha Fragoso, entre 1870 e 1881, foi autor de muitos retratos de campinenses; a Steiwart, de 1876, se deve o retrato do então Cônego Joaquim José Vieira, fundador da Santa Casa, em tela que se deteriorou e que foi, magistralmente, substituída pelo exímio artista, nosso contemporâneo, Prof. Aldo Cardareli, salvando o precioso óleo. Elpinice Torrini, em 1877-82; Emílio Vilanueva em 1877 (fig.92); Salvador Scolá, em 1878-79, foram outros artistas que deixaram obras em Campinas, sendo, este último, autor de vários retratos (fgs.93 e 94).

Fernando Piereck, que reputamos um dos melhores pintores retratistas que passaram por Campinas, aqui se fixou contratado em 1878 pelo fotógrafo Henrique Rosen; pintou retratos de Joaquim Correia de Melo, do Barão de Itapura e do Barão de Itatiba, da coleção da Prefeitura Municipal, sendo que o último se encontrava na Escola Ferreira Penteado; da Viscondessa de Campinas (fig.95); de Manuel Ferraz de Campos Sales (fig.96) e de Carolina de Cerqueira César Monteiro (fig.97), do Centro de Ciências Letras e Artes; de Raquel Umbelina de Camargo, da coleção Lix da Cunha; do casal Francisco Fer-

nandes de Abreu-Maria de Campos Sales, da coleção de Avelino Antero de Oliveira Valente.

Em 1880, foram expostos retratos pintados por Narciso Figueroa Girbal, Firmino Monteiro & José Maria Vilaronga. Em 1881-83, trabalhos de Lucrcio Teixeira de Camargo e retratos de Carlos Ortells, de Miguel D'Alamo, de Leopoldino Faria. Entre 1885-89, de Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, Evangelista Costa, Ernesto Papf e Júlio Ohmstron (fig.). A partir de 1898, retratos de autoria de Agnelo Correia que, talvez, tenha encerrado a galeria dos pintores do século dezenove no município. (I.c.98)

Houve, também, acolhida aos trabalhos de creiom, podendo-se registrar os nomes de artistas deste ramo, como João de Morais Barros (1875), Vitor Teles (1878), Amador Florence (1883), Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, o Sampainho, (1885), que por sua arte e por sua engenhosidade, elevou o nome de Campinas; V. Morel ((1886) e Lino Muniz (1887).

Mas, antes do primeiro pintor-retratista, antes do primeiro artista do creiom, Campinas foi o berço da fotografia, pois, seu descobridor Hécules Florence (Antoine Hercule Romuald Florence), nascido em 1804 em Nice, depois de percorrer o Brasil na expedição Langsdorff que partiu de Porto Feliz em 1825, pelo rio Tietê em demanda de nossos sertões, e retornando pelo rio Amazonas, com o fim da viagem em 1829 - casou-se a 4 de janeiro de 1830 com Maria Angélica, filha de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos. Neste mesmo ano de 1830, Hércules Florence fixou sua residência em Campinas, para, dois anos depois, em 1832, descobrir a fotografia (88), e instalar a primeira poligrafia do país, de sua própria invenção, à rua do Rosário (Francisco Glicério) (89).

Depois de comercializada a fotografia, por outras mãos, ela se instalou comercialmente em Campinas, em 1862, conforme vimos impresso em fotografias de confecção campinense: "Fotografia Rosén de Nickelsen & Ferreira - Rua Direita 48. Henrique Rosén & Comp. Rua Direita 48." Em 18/5/1877, "Henrique Rosén, Rua Direita 50" "Nickelsen & Comp. - Premiados na Exposição de Paris, em 1889 - Rua Barão de Jaguara, 74". Cremos que tais firmas e endereços se referam ao mesmo estabelecimento, da rua Barão de Jaguara, praça Bento Quirino, onde, ainda na segunda década do século atual, residia e comerciava no ramo, o Senhor Nickelsen.

Mais fotografias comerciaram em Campinas, como Jacques Vigier, à rua Direita 35, canto da rua do Góes, Fotografia Alemã de S. Niebler & Cia. rua do Bom Jesus, e outras.

DORMITÓRIOS E ALCOVAS

Localizavam-se sempre no primeiro e principal lanço da casa. O dormitório maior e de melhor colocação, destinava-se ao casal senhor da casa, enquanto os secundários acolhiam os filhos e demais membros da família. As alcovas eram usadas para crianças e mocinhas ou para serviços atinentes à permanência da npite, ou ainda para os hóspedes, naquelas que se abriam para a sala de visitas, isolando-os da intimidade da família.

No setecentismo e primeira parte do oitocentismo, as casas de maior luxo tinham no principal dormitório as "camas de armação", camas de cujos quatro extremos que terminam nos pés, subiam finas colunas sustentando um sobre-céu e formando a armação, ou baldaquino, para adornos com panos, cortinados, tafetás e passamanes; encontram-se descritas em antigos inventários, "camas de armação (1812); "camas com seu preparo competente" (1822); "camas de armação com cabeceira lavrada com embutido" (1828); "cama com moldura" (1831); "cama grande de armação" (1836). Em menor graduação estavam os catres para solteiros; de luxo, torneados e de apurado acabamento, catres solados com embutidos (1828), ou simples e pobres como, geralmente, hoje se imagina, quando eram simples catres (1812).

Nos mesmos cômodos estavam ainda as arcas com seu tapete de cobertura que se chamava tapete de sobre-arca; foram chamadas, depois, de caixas, "caixas com fechadura e chaves" (1812); "caixa grande com ferragens" (1828); "caixas pequenas", "caixas com fechadura" e "caixas grandes" (1831). Sua utilidade se dividiu entre o baú (1836) e as cômodas de maior ou menor lavor e, mais tarde, os armários de roupa e o guarda-casaca. A cômoda podia ser simples (1822-1831); cômoda com prateleira" e "cômoda de caviuna" (1836), ou cômoda de cedro (1883). Note-se que as datas postas depois da citação dos móveis e demais peças, se referem a documentos sobre elas, mas o uso poderá ser anterior à data indicada.

A cômoda era móvel especial para a guarda, com segurança, de joias e adornos preciosos, além das suas grandes gavetas para rouparia. Nelas se escondiam "alfinete de peito, de ouro" (1827);"par de botões de ouro lavrado e par de brincos de ouro" (1812); "par de botões de ouro" (1827);"par de brincos de ouro" (1827); "cruz de ouro" (1827); "relicário de ouro" (1827); fivelas de ouro e de prata; "cordão de prata" 1827);"par de brincos com pedras" (1812). Sobre as cômodas usava-se o oratório da família, suas imagens, castiçais e campainhas para uso quando em casa se celebrava missa (1812).

De mesas ou lavatórios simples com bacias e jarros para a "toilette" sumária que se usava, passaram para os lavatórios de luxo com gavetas, espelho de cristal e tampo de mármore, sobre o qual ficavam a bacia, o jarro e pequenas caixas de porcelana francesa

~~casa~~, de opalina ou de prata e metal prateado. Invariavelmente, quartos e alcovas não dispensava o urinol - bispote, bacio, penico - feito de folha, metal esmaltado, porcelana e até de prata, como encontramos em Campinas (1817) de uso em família cuja fortuna provinha de antepassados mineradores de ouro. Para maior comodidade, usava-se a "banca", uma cadeira de braços, com o assento de madeira recortado um círculo no centro sobre o urinol que se punha por uma porta trazeira, já que os lados da cadeira, abaixo do assento, xxxx continham uma vedação de tábuas.

E nos móveis ficava toda a roupagem da família,que se descreveu no delicioso registro de Rafael Duarte (xxxxx) quando relata que "ia um homem a jurado, em 1842, metido na sua casaca; nos bailes, o seu bonito colete de seda lavrada, em xadrez, e mais as suas calças brancas, tão bem engomadas". "Não havia essa coisa esquisita, a que por aí chamam paletó: era a jaqueta, a boa e respeitável jaqueta, que caía tão bem, tão airosa" xxxxxxx "tão elegante, como dizem hoje! Eram os chapéus de pelo de seda, para o júri, para os casamentos e mais solenidades: formato alto para homens e baixinho para meninos."(90)

Mas, se pela metade do século a roupagem era a que nos descreve o talentoso cronista, outra era pelo início do mesmo século com a "casaca bordada,de alamares e passamanes de rica seda; nos seus calções curtos e apanhados nas joelheiras a ricas fivelas d'oiro; nas suas meias de seda e sapatos de verniz, d'entrada baixa com belos fivelões de prata lisa; no seu chapéu tricorne, debruado a frouxéis de arminho alvinitente" (91).

Quanto às senhoras, a moda do século dezenove teve as variações naturais à curiosidade feminina que acompanha com intensa vaidade estas variações, então bem menores que nos dias de hoje. O balão, saia vasta sobre uma armação de arcos de arame e barbatanas dominou sucedendo os vestidos pesados de encorpados tecidos, de finíssima confecção capaz de conservar-se por anos de vida, até que pela metade do século surgiu o balão. "Salvo o balão, era tudo o mais de um gosto delicadíssimo: usava-se, e até abusava-se, da seda, do veludo, da finíssima cambraia; predominavam as cores claras, como hoje; o corpinho do vestido,liso, enfeitado de delicadas rendas da mais pura seda," "tinha as mangas bem curtas, d'onde emergiam os braços nus, frente e costas grandemente decotadas. O vestido era de cauda regular para moças solteiras; bastante longa, já se começavam a usar, para as senhoras casadas; ornado de flores, muitas flores, aos lados e na frente. Eram as luvas curtas, de pelica; quanto a joias e adereços", "estavam em moda grandes bichas de brilhantes, da mais pura água, broches grandes, também, com delicados esmaltes coloridos, de flores, pássaros, etc.; as pulseiras em combinação com o adereço" (92).

E para se avaliar a opulência do luxo feminino da

da época, vamos transcrever uma relação de joias e roupas da Baronesa de Ataliba Nogueira, conservada na coleção de seu neto, Alberto de Ataliba Nogueira de Morais, o atual senhor da Fazenda Santa Úrsula, morgado da família desde a concessão da sesmaria em 28/7/1800:

1 "Um vestido de veludo preto, corpo decotado, o resto do veludo, as flores de coral.

2 Um vestido de veludo marrom, corpo afogado e decotado, chapéu e leque, flores e pluma para o cabelo.

3 Um de veludo preto, usado, dois corpos afogados e decotados, e faixa de veludo.

4 Um azul com corpo afogado e decotado, chapéu, leque, sapatinho, lenço e flores de macieira.

5 Um de gorgorão, novo, feito em Paris, mantilha, leque preto e chapéu para o mesmo.

6 Um vestido de gorgorão preto, enfeitado de veludo, de cauda.

7 Um outro feito em Paris, sem cauda.

8 Um novo, feito em Paris, cor da moda, enfeitado de marrom, tocado, chapéu de sol, leque e sapatinhos.

9 Um de gorgorão verde desmaiado, enfeitado com flores e faixa cor de rosa, e leque.

10 Um de gorgorão cor de alecrim, corpo decotado.

11 Um de seda e linho cor de cinza, chapéu e botinas.

12 Um de seda azul, enfeitado de setim branco.

13 Um de seda cor de rosa enfeitado de azul e um lencinho de pescoço para o vestido, azul.

14 Um de morantique amarelo escuro enfeitado de verde.

15 Um de seda azul claro, e uma segunda saia de creme enfeitada de de azul.

16 Um de setim macau, cor de rosa, enfeitado com filó e flores.

17 Um de gorgorão sulferino, listado.

18 Um vestido de seda e linho escuro, enfeitado com franja e veludo preto.

19 Um amarelo desmanchado, com ferrugem nos babados.

20 Um de seda de paletó, comprado feito.

21 Um cor de havana, enfeitado de veludo azul.

22 Um outro cor de havana, gorgorão de lã e seda enfeitado de veludo preto e vidrilho.

23 Um de setim branco enfeitado de roxo.

24 Um vestido de pano enfeitado de pêlo.

25 Um de gorgorão vermelho (corte), rendas brancas e flores brancas e setim branco para enfeite.

26 Um corte de vestido de gorgorão amarelo, flores encarreadas e rendas pretas legítimas para o mesmo.

27 Um vestido branco com babados, com renda.

28 Um corte branco, fantasia.

29 Um vestido branco de vinte e quatro babadinhos.
30 Um outro de babados com tiotê cor de cinza.
31 Um outro feito em Paris.
Um penhoar branco com tiras bordadas.
Um penhoar branco com tiras bordadas e tiotê.
Um outro liso.
Um outro branco com preguinhas e tiras bordadas.
Um vestido pêlo de cabra cor de rosa para ocupar por baixo do penhoar.
Um outro de lã azul para ocupar por baixo do penhoar.
Dois penhoares, um de lã, escocês, e outro pardo bordado de branco.
32-33-34-35 Cinco vestidos de lã.
37 a 42 Seis vestidos de lã.
43 a 50 Doze de cassa e de chita.
51 Um de fustão enfeitado com tiras bordadas.
Dois penhoares de linho bordado de azul e vermelho.
Um polonese de gorgorão preto enfeitado de veludo.
57 Um vestido de fustão enfeitado de preto.
58 Um costume para chuva.
59 Um vestido de linho verde, feito, vindo de Paris.
Uma túnica ou polonesa de linho para estrada de ferro, bordada, vinda de Paris.
Uma outra de rendas pretas.
60 Um costume de estrada de ferro.
61 Um polonese de gorgorão preto, enfeitado de setim.
62 Um outro de casimira vindo da Inglaterra, para inverno, bordado.
Um paletó de gorgorão preto.
Um paletó de veludo preto.
Doze paletós bordados, entrando os de dormir.
Uma capa de veludo preto, bordada e com renda legítima.
Uma túnica ou polonesa de rendas brancas.
Uma camisola de dormir, bordada a mão.
Doze saias.
Dez chapéus, sendo dois pretos, dois cor de havana, um branco, outro branco e escocês, outro verde-escuro, outro verde-claro, e dois de veludo preto.
Meias de luxo e ligas para ambas.
Roupas marcadas com minha firma.
Paletós e saias.
Capas, chales e saídas de baile.
Trinta e duas gravatas de todas as qualidades.
Uma bota de veludo preto e sapatinhos de luxo.
Flores e vários cachos (além das dos vestidos).
Quarenta e quatro metros de cambraia de linho.

"Joias":

" Uma pulseira de brilhantes.
Uma medalha de brilhantes.
Uma medalha de coco com minha firma, e brinco.
Um brinco de prata.
Um aparelho de prata e mais dois cravos para cabelo.
Um aparelho de passarinho com pérola.
Um aparelho azul.
Um anel moderno.
Um anel de brilhante com falta de uma pedra.
Um outro com a letra L.
Ouros que foram de minha mãe. "

E ainda mais objetos:

"Crespos, tranças e penteados, e preparos para o cabelo.
Dois colares à fantasia.
Faixas e laços.
Além dos leques dos vestidos, mais oito leques,
Um prendedor de cauda.
Dois colares à fantasia e fios de contas douradas."

A expressão "aparelho" encontrada várias vezes nas relações acima, não é satisfatoriamente esclarecida pelos dicionários, em sentido que terão as citações relacionadas.

A VARANDA

Não encontramos dicionário que dê à palavra varanda, o significado de sala de jantar; entretanto, com este significado, "varanda" se usou largamente na província de São Paulo, não só no início do século atual como ouviamos dos velhos, mas, ainda, em 1831 e 1832, segundo processos de inventários dos bens a serem avaliados, entre peças de fino lavor, onde estão "um escabelo de sala" e "um dito de baranda"". Rafael Duarte, em seu livro "Campinas de Outr-ora", usa repetidamente, com este sentido, a palavra varanda.

A varanda, ou sala de jantar, que se destinava às principais refeições da família, era o maior cômodo da casa e, num dos seus extremos, formava o recanto de estar, com sofá, marquesa ou canapé, poltronas, cadeiras de balanço e preguiçosas, tudo cercado de adornos em colunas e consolos, colocando-se o sofá em posição principal, junto à parede que, geralmente, ostentava o maior quadro, da Ceia de Cristo ou de paisagem em gravura valiosa. A mesa de jantar longa e solene, tinha de acolher família numerosa, de muitos filhos e amigos mais íntimos, no hábito das visitas participando, ~~muito~~ das refeições que eram abundantes e variadas, com os vinhos de Lisboa ou com os vinhos franceses no francesismo de fim de século.

Em fazenda que visitamos, encontramos, no canto do pomar, escavado no solo, um depósito de cacos de louça quebrada; ali abundavam os pedaços de louça de Macau, atestando o seu uso corrente. E podemos ilustrar nosso trabalho com reprodução de peças de aparelhos de jantar, geralmente de fabricação e porcelana francesa, tendo gravadas as iniciais dos seus proprietários e, muitas vezes, a coroa relativa a seu título nobiliárquico.

Não encontramos nenhuma louça com o brasão de armas, quase não usado fora da Corte. O uso do brasão dependia de um processo de investigação genealógica e conclusão do direito de uso ao brasão, contrariando o pensar de muitos ~~[illegible]~~ de hoje que julgam ter direito a brasão, só pelo fato de usarem e respetivo apelido de família. E basta pensar que os escravos, antes da libertação, chamavam-se "Fulano escravo do Senhor Tal," e que, depois da libertação, não podendo assinar assim, passaram a usar o nome de família do antigo senhor, sem direito ao uso do seu brasão. Acresce, ainda, que muitos nomes de família foram simplesmente adotados, sem qualquer direito sucessório, qualidade essencial do direito heráldico.

De louça encontramos os "pratos grandes e pequenos", sopeiras, xícaras, pires e bandejas, durinol (1822); de estanho, jarro, bules, pratos (1812). Acompanhavam-nos os "garfos e facas com cabo de marfim" (1822), garfos, facas e colheres de prata (1812, 1822, 1827), faqueiro (1822). Citamos apenas as datas mais remotas, pois, pela segunda metade do século, cresceram as fortunas e cresceu o luxo.

Documentado era o uso de "relógio com caixa e cadeias de ferro" (1828); "relógio de parede" (1812 e 1836);"mesa grande"(1812, 1828, 1831); "mesa de pés torneados" (bufete) (1831); "mesa de jantar" (1836); marquesa (1822); "marquesa com embutido lavrada de sola" (1828) o que quer dizer, de couro "ornado de lavores e relevos". Ainda a "marquesa de palhinha" e "marquesa encourada,de sala" (1831);"marquesa de sala" (1836); "cadeiras forradas de sola" (1818); "cadeiras de palhinha" (1822); "cadeiras de assento de pau" (1836); armários (1812);"armário grande com quatro gavetas" e "armário com embutido" (1831).

Um valioso móvel que já citamos como "mesa de pés torneados", e que existiu em Campinas, que tanto poderia ser usado na sala de visitas como na sala de jantar, é o bufete, mesa de lavor finíssimo, usada nas casas ricas dos séculos dezoito, dezessete e anteriores; podia servir de mesa de centro para adornos, ou em biblioteca de trabalhos. Alexandre Herculano cita várias vezes este móvel, dizendo que "à roda de um bufete de carvalho de lavor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma especie de escabelo, que pelos topos se embebiam neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram estas D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane". "Em cima do bufete está estendido um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos circunstantes se fitavam" . E mais, "à roda de um bufete, onde se viam em pratos de metal, não rico, mas pulido e brilhante, alguns restos de iguarias" (94).

Sob a orientação de Afonso de Taunay, F. Richter pintou para o Museu Paulista, quadro em que estão as figuras de Pedro Taques, Frei Gaspar da Madre de Deus e Frei Miguel Arcanjo da Assenção, discutindo em torno de um bufete, com documentos sobre ele estendidos (fig.).

Em tais ambientes de requinte, serviam-se, a qualquer hora em que chegassem hóspedes, as refeições abundantes em lares onde era comum "jantar sumptuoso, servido à antiga paulista, a saber, com profusão de iguarias brasileiras, muitos e volumosos assados, empadas, perus, leitoas inteiras, arroz de forno; todos os pratos expostos simultaneamente" (95). Os assados e o arroz de forno eram habituais, não faltavam aos banquetes e foram vistos por outro autor aos 19 de julho de 1858, em "lauta ceia, em que tiveram proeminete lugar o leitão assado, com as competentes rodelas de limão, o bom presunto de Lamego, um cabrito massiço (visto que era recheiado com os miúdos do mesmo), um travessão de arroz de forno, tudo regado com a indefectível cerveja Bass" (96).

Pelo início do século, os vinhos que bebiam os paulistas eram de fabricação própria, ou importados de Lisboa em barris. No avançar dos anos, entrando os vinhos franceses na metade do século, e sobre o que o mesmo cronista dá o seu testemunho: "era de ver-se a grande mesa, coberta de alvíssima toalha adamascada, enfeitada de grandes jarras com lindos ramos de flores, a reluzente baixela de prata, a fina loiça! Perfilada à direita de cada serviço uma delgada e rebrilhante taça de cristal, e, de espaço a espaço, o vinho virgem, o verde e o Porto velho, em respeitosa compostura, diante desse novo êmulo - o champagne, para a qual contritamente olhavam todos os convivas" (97).

A SOBRE-VARANDA

Nome antigo, tinha na "varanda" indicada a sua finalidade. Destinava-se a refeições menores, completando as funções da sala de jantar, ou seja, sendo a sala de almoço, lanche e dejejum. Seu mobiliário era mais simples e, além da mesa e cadeiras, só móveis para guardar louça de uso corrente. Cômodo sempre bem menor que as salas-de-jantar, localizava-se após, e a caminho da cosinha e outros cômodos de serviço, no segundo lanço da casa. Muitas continham o armário embutido, chamado "armarião" pelo seu vulto do chão ao teto, com longo pé-direito, cobrindo inteiramente uma das paredes.

Nela estava sempre o pote de barro com água de beber, água de fonte cuidadosamente colhida; acompanhava o pote a cuia de cabo comprido que permitia sua introdução quando a água está no fundo do pote. Nela se iniciava, geralmente, o corredor de ligação com a cosinha, despensa, quarto de serviçais, corredor no qual se punha o escabelo pobre (1828) de assento para o pesoal de serviço e guarda de material simples na caixa que se formava sob o assento (fig.).

Não participamos da opinião de Carlos Lemos, sobre a significação da palavra lanço, ("Notas Sobre Arquitetura Tradicional de São Paulo, 27) como partes de uma fachada, separadas por um corredor. São freqüentes, nos velhos inventários, as casas com dois lanços, sendo um assobradado, o que quer dizer que um tinha seu piso de assoalho acima do solo, e outro era de terra pilada. É encontradiço o imóvel de dois lanços, sendo "um de sobrado com duas camarinhas", o que quer dizer que o primeiro corpo da casa tinha assoalho e, como andar superior, duas câmaras; além deste corpo, o segundo corpo ou lanço, com os cômodos de serviço. O inventário de Bartolomeu de Quadros, de 1649, mostra a descrição do imóvel confirmando nossa interpretação: casa de Parnaíba com dois lanços e "seus corredores" (no plural); "umas casas de sobrado de dois lanços e seus corredores e mais um lanço de casa terreira" (Arquivo do Estado), e a casa de três lanços no inventário de Cornélio de Arzão, falecido em 1638. Aluísio de Almeida usa, dentro do nosso modo de entender, o vocábulo lanço, quando se refere a um puxado, nestas palavras: "foram derrubados o lanço da cosinha e o muro do poente" (História de Sorocaba" 240). Dizendo ainda dicionário que "lanço" é palavra deverbal (regressivo de um verbo) de "lançar"; dois lanços significam dois atos de lançar, dois movimentos, duas realizações, numa casa, corpo maior e puxado.

SERVIÇOS E SERVIÇAIS

Depois da sala de almoço, ou sobre-varanda, sempre o primeiro cômodo do segundo lanço da casa, vinham a cosinha, a dispensa e outros para depósitos, acomodação dos escravos de serviços da casa ou do sobrado. Sobrado, como já dissemos, significava a casa do engenho ou fazenda (nunca em São Paulo se usou dizer "casa grande"). Nos sobrados acomodavam-se as mucamas, as mamãs das crianças, e as escravas donzelas, enquanto os pagens dos moços da família, escravos de confiança encarregados de trabalhos da maior confiança, acomodavam-se no rés-do-chão ou fora dos sobrados.

A vinda para o sobrado dos escravos que deixavam a senzala, representava alta promoção, quando esta escravatura mudava sensivelmente de situação, livrando-se dos rigores do feitor (sempre o mais exigente e menos humano com os escravos), e obtendo melhor passadio, melhor tratamento e até carinho dos senhores e suas famílias, com os quais se entendiam até a amizade profunda e duradora, por mais de uma geração de senhores. E todas as famílias tinham as mamãs queridas, tratadas como parentes, carinhosamente, até o fim da vida, mesmo depois da libertação de treze de maio.

A um violeiro repentista não escapou a elevação do escravo que passava para o sobrado, e, num ponteio, saudou um pagem novo do senhor:

"Parente de couve,
primo irmão de cará,
subiu pro sobrado,
virou generá" (98).

Nos engenhos e fazendas adotou-se o costume de construir a casa principal numa encosta suave, dando ao primeiro lanço dois pisos sobrepostos de construção (dois andares), enquanto o segundo lanço, com o aclive do terreno, tornava térreo o andar superior, dando mais comodidade para os serviços com a comunicação direta para fora.

O porão, ou primeiro piso do primeiro lanço, usava-se para cômodo dos escravos do sobrado, e não cremos que ali fossem prisões habituais de castigo de escravos, pois isto incomodaria a família do senhor. Se tais cômodos tinham grades nas janelas, era porque os cômodos de escravos nunca as dispensavam (fig.). E é tradição muito repetida que pessoas da família do senhor, em especial as do sexo feminino, não suportavam ouvir gemidos e clamores de escravos castigados.

A escravidão se impôs como recurso indispensável à produção em escala volumosa, e teve, a justificá-la fatores que datam do primeiro século da vida brasileira. A metrópole portuguesa, assim como toda a Europa, era de pouca densidade populacional; não tinha braço trabalhador

para exportar. Mandava para o Brasil pessoas de famílias qualificadas, filhos cadetes sem herança, ou membros de ramos familiares empobrecidos, mas sempre capazes de conseguir recursos para a viagem de aventura a regiões desconhecidas. Então vinham pessoas em condições de ocupar cargos de serviço público, muitos com direitos hereditários a seus ocupantes, confiados na aventura para a formação de sua casa com cabedal, no país que adolecia. Com casta dominante e sem braços para o trabalho, surgiu a escravidão que se instituíra na humanidade desde séculos, como tributo do vencido de guerra para com o vencedor. Já não estávamos nestes tempos, mas a necessidade de produção, procurando braços, não os encontrava em outro sistema. Índio, e depois o africano, foram os caminhos.

O índio não podia ser escravizado, por disposição legal; mas encontrou-se a forma de burlar a lei: o índio passou a ser, em designação genérica, "gente forra" ou "peças" que se distribuíam pelos quinhões de inventário de bens deixados por senhor falecido. Isto no século dezessete, quando em processos judiciais se encontram bens sob títulos de "Quinhão das peças que coube à viúva" (99), sem avaliação em padrão monetário, mas transmissível a herdeiros. O índio, segundo se afirma, era homem para as grandes caminhadas; e as fazia por um dia todo, sem descanso, portando pesadas cargas. Mas entrou o preto africano muito melhor para a enxada, e sujeito a castigos corporais que a lei permitia.

Poucas são as indicações de existência da escravidão negra nos primeiros séculos, não se podendo atribuir ao africano afirmativas de haver citações em inventários, de negros de serviços, quando esta expressão designava o índio, fraudulentamente escravizado, citado e partilhado, como disse o viúvo de Suzana Dias, que "não possuía bens móveis, nem de raiz" "e que não tinha de seu mais que um negro do gentio do Brasil" pelo que "mandou o juiz que fosse o dito negro servindo aos ditos órfãos e a seu pai, visto não ser cousa que se possa avaliar" (100). Evidentemente, a expressão "negro" traz hoje a idéia de um negro africano e não de um indígena brasileiro, mas, no caso, é este que ela significava (101).

São Paulo foi das últimas capitanias a receber, em volume, o braço escravo africano. Já passada a fase econômica das bandeiras e da mineração, já superados o ciclo da roça e o do milho, e quando despontava a exportação para o reino, era o braço escravo preto o garantidor do trabalho. A riqueza mais se qualificava com o número de escravos possuídos, comprados em moeda corrente aos traficantes importadores ou comerciantes que os conduziam aos centros agrícolas. E o engenho de açúcar exigia o braço adquirido por compra, quando a terra pouco valia na aquisição das posses ou na gratuita obtenção da sesmaria que consolidava o direito imobiliário.

Em nosso trabalho anterior, "Campinas, seu Berço e Juventude", tratamos de autores que nos deram elementos para afirmar a bondade da maioria do senhor de escravos, para nós incontestável, conforme revelam: obras de viajantes estrangeiros; atos documentados da consideração e estima de senhores e seus filhos, pelo escravo; tradição oral de famílias que ainda viviam no primeiro quartel do século atual, mas contemporâneas da escravidão; testemunhos escritos e opiniões de conceituados e cultos pesquisadores.

Valha-nos a diplomática, a nós que, em função pública, por trinta anos nos adestramos obrigatoriamente na hermenêutica (diferença de nomes para um mesmo fim); valha-nos, em problema dos mais controvertidos, especialmente pelo abandono de estudos serenos e desapaixonados. Penetrar na vida do escravo, medir-lhe o sofrer e vislumbrar seus alívios, para o que não existe documentação própria, positiva, direta, irrecusável, não coube e não caberá a ninguem.

Daí, então, dizermos em nosso trabalho anterior (102), que "não deixou de haver maus senhores e péssimos feitores; não deixou de haver castigos que hoje nos estarrecem pela sua barbárie; não se apaga a lembrança de suplícios com que se marcava um regime econômico do qual não podiam fugir os homens que se dedicavam à produção das maiores riquezas do país; o braço trabalhador era só o braço escravo".

Discordando da generalização de qualificar-se de ~~maus~~ má a totalidade dos senhores de escravos de Campinas, reproduzimos no citado trabalho, conclusões de vários e respeitáveis autores moderados, cientes da existência de senhores bons, incapazes de permitir excessos na correção dos faltosos e insubordinados. Citamos brasileiros e estrangeiros contemporâneos da escravidão, elementos idôneos, senhores ou filhos de senhores de escravos, como nós mesmos que convivemos com parentes velhos, escrínios de memórias e fatos familiares, testemunhas da familiaridade, da benignidade, em muitos casos e em muitos engenhos e fazendas, com que se tratavam escravos.

Valendo-nos do testemunho de viajantes estrangeiros, citados, acolhidos, admirados por historiadores como fontes de boa observação e registro sobre o trato de escravos, e depois de relacionar estes viajantes estrangeiros que percorreram a capitania de São Paulo concluindo que aqui eram os escravos melhormente tratados que em outros países escravagistas, encontramos nestes viajantes escritores, uma comparação, fruto do que pesquisaram sobre o problema, no Brasil e em outros países que percorreram, ~~nestes~~ neles encontrando

maus tratos para escravos, e, em nossa terra, melhores tratamentos. A comparação indica estudos nos dois campos, aprofundamento de observação, o que valoriza tais testemunhos.

Além de vários autores que se impoem pelo valor de seus trabalhos, de outros que citamos anteriormente, unânimes em classificar o senhor de escravos do Brasil como dos mais benignos, encontramos valiosos argumentos em favor do julgamento equânime do senhor de escravos, o que aflora de uma análise ponderada de processo de tentativa de rebelião em 1832 em Campinas, processo duas vezes publicado, e que percorreremos para nossas conclusões.

~~xxxx

Em cada engenho, os pretos da rebelião tinham sua caixa com dinheiro,"para a qual concorria cada negro", o que confirma que lhes era concedida a faculdade de plantar para si, vender seus produtos, amealhar economias, como ainda vamos relembrar. E que entre os escravos, de uns para outros engenhos, comunicavam-se à noite, "em animais dos mesmos senhores," o que atesta ser pura fantasia a afirmativa de que os escravos eram, à noite, presos nos quadrados, quando, em verdade, eles se locomoviam livremente, fora das horas e dias de trabalho no eito.

As várias afirmativas no mesmo processo de que o chefe intelectual era o preto forro João Barbeiro, de São Paulo, continuam provando ser o projetado levante, ocasionado pela justa aspiração de liberdade e equiparação com a população livre, aspiração da maior justiça. Mas também prova o processo, que era necessário mentir à maioria dos escravos ocultando os propósitos de violência contra os senhores,"pois a muitos se diziam que era para os livrar de feitiços". Se a revolta fosse pela maldade dos senhores, porque necessitar da mentira como meio de obter dinheiro? Isto prova que muitos escravos não concorreriam sabendo que se tratava de eliminar seus senhores.

Um caraterístico curioso, é o que testemunhou ser a conspiração tramada, em sua maior parte, por "escravos da nação monjolo e congo", circunscrevendo o espírito revolucionário a fatores especiais que o processo não revela. Generalizada, porém, é afirmativa dos implicados, sobre a liberdade de se reunirem à noite, de tramarem sem tropeços a rebelião, quando o réu Joaquim Mestre Ferreiro, disse que almejavam a revolta "para bem de sua liberdade, assassinando brancos , e que para isso foi convidado por um moço branco de nome José Valentim de Melo, o qual dizia que esta intensão se achava tramada em São Paulo de comum acordo com os escravos desta, sendo que o dito moço branco dizia para ele Réu, que depois de conseguirem seus intentos, havia entre os que fossem entrados repartir o dinheiro, e mais cabedais que achassem" !

Nenhuma queixa contra maus tratos, contra torturas ou excessos nos castigos, foi feita por qualquer dos réus, quando já se conheciam processos de casos isolados de algum senhor maldoso que, por isto,tinham sido réus na justiça pública. O escravo não suportava excesso de castigo corporal, havendo aqueles que não suportavam nenhum castigo corporal, como relatou Júlio Mariano (103) historiador idôneo, pela imprensa de 14 de maio de 1967, expondo um fato de escravo que se recusou a apanhar, chegando ao crime de morte contra feitor violento.

Do senhor deste escravo, relata o mesmo historiador, que "nao era mau senhor para os escravos. Tanto assim que pelas faltas leves dos negros que possuía, aceitava facilmente o apadrinhamento de qualquer dos fazendeiros vizinhos". Este apadrinhamento era ha-

bitual entre donos de escravatura, e encobria-lhes a tolerância desfavorável à disciplina, mas espontânea em seus corações.

Podemos ponderar, continuando a análise do processo, que Campinas, em 1828, tinha população de 7.684 habitantes, 3.365 livres e 4.319 escravos (104). Dos livres, a menor parte habitava os engenhos. Campinas, então, tinha em atividade engenhos e fazendas de café, Seu destacamento policial era, apenas, de vinte soldados, o que justificava plenamente o receio que tinham os brancos de levante de escravos.

Diante da maioria negra, diante de uma possibilidade de levante da classe escrava que se locomovia livremente, se reunia, confabulava, e que dispunha de armas como diz um dos réus do processo, apontando "Miguel Monjolo do Alferes Teodoro Francisco de Andrade, este mandou fazer ferragens que indicam ofensivas na Ferraria do Capitão Mór Floriano do Engenho Atibaia, e que outros já mencionados cada um tinha sua zagalha" (Zagalha, zagaia, "arma de arremesso"; azagaia, "lança curta e arrojadiça")(105); diante de tal realidade, o próprio instinto de conservação e defesa do branco, o levaria a evitar revoltantes torturas contra o negro, já que pela força não o poderia conter.

Se Campinas tinha população negra superior à branca; se a população branca não poderia conter a fúria revoltosa da maioria negra; se o número de propriedades agrícolas era de e a população de 7.684, 3.365 livres e 4.319 escravos, não é possível concluir que a tentativa de sublevação de 1832, fosse originada pela maldade generalizada dos senhores, quando apenas em 14 engenhos e 33 escravos participavam da conjura. Injusto denegrir uma classe inteira com fatores compostos de pequena minoria.

A libertação dos escravos foi um fato econômico e social de imprevisiveis consequências; dependia mais do particular que deveria ter seguido exemplos daqueles que na década de cinquenta criaram em suas fazendas as colônias de braço livre como em Campinas, o Visconde de Indaiatuba e seus seguidores. O Barão Geraldo de Resende apontado como escravocrata por alguns, mas realmente abolicionista, a 13 de maio não tinha em sua fazenda, Santa Genebra, nenhum escravo, mas colonos remunerados, entre os quais famílias escravas alforriadas que quiseram permanecer na fazenda.

O Barão opinava por uma libertação gradativa; e tinha razão. Mas ela não dependia só de leis, mas de realizações práticas como as que citamos. Disse bem o republicano Carlos Maximiliano, sobre o imperador Dom Pedro II:

> "Nos dous fatos culminantes do seu reinado - a libertação dos escravos e a guerra do Paraguai, tornou-se evidente a influência direta e pessoal de Pedro II. Animado intensamente, se não inspirado por ele, o jurisconsulto Pimenta Bueno (mais tar-

de Marquês de São Vicente) elaborou em 1866 vários projetos tendentes a realizar a emancipação gradual dos escravos. Grangeou celebridade o conselho uniforme e insistente do soberano: "É preciso preparar essa reforma com prudência". Sobra-lhe razão. A filha sedenta de popularidade (106), precipitou, em 1888, o o desenlace da campanha abolicionista. Sobreveio crise pavorosa da lavoura (uma das vezes raras em que a exportação foi inferior à importação, durante um exercício financeiro) e as classes conservadoras abandonaram o trono, que um ano e meio depois ruía silenciosamente. Por outro lado os pretos, não preparados para a vida livre, definharam e, em sua maioria, acabaram desgraçadamente" (107).

Se cásos isolados somados tem valor probante, aos já enunciados em nosso trabalho anterior, mais um, altamente significativo, pode ser rememorado: Uma carta da viúva Dona Maria Cândida Novais de Camargo, de novembro de 1887, para seu filho na Europa, conta que ela resolvera alforriar toda a escravaria de sua fazenda, prevendo que seria "alegre esse dia ver realizado o meu desejo desde quando eu tinha nove anos".

Uma menina de nove anos que passou sua existência almejando a extinção da escravatura, o que realizou em sua idade provecta por não permitirem antes as contingências da vida! (108).

Mais fatos provam, à saciedade, que escravos tinham participação ativa na vida dos brancos, elevando-se pela cooperação que davam a seus senhores. A começar pelas tropas de condução de açúcar e café de Campinas para Santos, tropas muitas vezes conduzidas somente por escravos, cujo chefe recebia em Santos o dinheiro para compras de artigos a serem trazidos no retorno para Campinas, e de cuja movimentação alguns velhos assentamentos em livros de senhores de engenho de açúcar ou fazendas de café, nos oferecem provas robustas.

Encontramos mesmo, escravos em relações com poderes municipais, acionando a Câmara, vencendo-a em pleito judicial, e reembolsando-se de custas, o que consta de mandado de juiz, de cobrança e pagamento destas custas, conforme documentação no arquivo municipal:

"Relação dos processos, em cujas custas foi condenado o Cofre do Município desta cidade, por este Juízo de Paz do 2º Distrito -

A Câmara para João Francisco de Jesus.....3$391
para Cândido José da Silva Serra, Capitão.....3$385
para o Tenente Antôbio Benedito de Cerqueira Leite.....3$641
para Clemente Leite de Andrade.....3$367
para Serafim Gomes Moreira.....3$669
para Caetano José da Silva Costa Pessoa.....8$133

para Antônio Roiz de Carvalho.....3$677
para Joaquim da Silva Horta.....3$779
para Vicente Ferreira.....2$354
para Francisco Antônio d'Oliveira.....4$934
para o Preto Adriano por seu curador Sacramento Matos.....4$435
para Manuel da Cruz - Pracatú.....7$920
para Benedito Antônio da Silva.....4$415
para Felicíssimo Monteiro.....4$180
para os Pretos Francisco e José escravos de José da Cruz.....8$098
para Manuel Gomes da Graça.....6$039
para o mesmo Gomes.....9$906
85$130

Está conforme os Processos mencionados, que apresento - contados e assinados pelo Contador do Juízo.

Campinas, 3 de Julho de 1844

(a) Manuel Francisco Monteiro
Escrivão de Paz do 2º D.

Conferido

(a) L. Nogueira

(Pesquisa de José Nogueira Novais).

Debret, na iconografia que nos legou, oferece provas de atividade livre de escravos bem vestidos, encarregados de transportes e de comércio (figs. 213 a 222), ou fazendo seu próprio comércio, como provamos acima. Da tão frágil alegação de existência, em nosso país, de preconceito racial, que existe apenas na classe culta ex-escrava, tornada preconceituosa, um exemplo sadio nos deixou o engenheiro Rebouças, em suas memórias, como relembra Wanderley de Pinho, em seu "Salões e Damas" 134:

> "Além do que possua de pitoresco e informativo, revelam as notas de Rebouças o orgulho do homem de cor que sente num ambiente rico, distinto, aristocrático, desvanecer-se o desprezível preconceito de raça. Quando ele registrava as damas com que se honrava de dançar e o vis-a-vis que o escolhiam, era como se compusesse uma nota de propaganda contra a fátua futilidade dos que o tivessem na sociedade como um ente inferior só porque a natureza lhe pintara a pele com maior dose de pigmento. Mas também fixava para o futuro, para a história, para estas crônicas a lembrança desse nobre sentimento de igualdade democrática que a Princesa e seu marido faziam timbre em cultivar nos seus salões".

Hoje, o descendente de escravos que alcança posições mais altas, ao encontrar dificuldades comuns a todos os homens, de todas as raças, atribui, erradamente, os seus impecilhos, à sua cor, o que o faz um preconceituoso. No Brasil, como em todo o mundo, existem aqueles que se antipatizam com pessoas de determinadas origens: não gostam de alemães; não gostam de italianos, de ingleses, de asiáticos, de afriacnos, etc., o que não é preconceito generalizado como querem alguns.

Capítulo III

SENHORES DE ENGENHO

Localização de Sesmeiros e Latifundiários - Grandes Solares do Açúcar - O Tipo de Sedes Rurais - Açúcar e Café.

LOCALIZAÇÃO DE SESMEIROS E LATIFUNDIÁRIOS

Instituição secular como forma de distribuir terras para serem cultivadas, a sesmaria, que significava uma doação com o dever, para o beneficiado, de ceder à Coroa o sesmo (sexta parte) de toda a produção das terras doadas, teve suas condições alteradas para que o povoamento, desbravamento e produção se tornassem fatores de alto significado, servindo, mais tarde, à consolidação do domínio português. Isentou-se o sesmeiro de pagar o sesmo, mas exigiu-se dele o povoamento e cultivo da terra, a doação de área para a fundação de freguesias e a conservação de caminhos e pontes de uso comum, condições em vigor quando se aplicou no Brasil. A doação de atribuição real, aqui foi delegada ao capitão general da capitania, com aprovação da Coroa, anos após, como era a realidade burocrática.

Em igualdade com as capitanias que foram presenteadas a fidalgos de posses para fazê-las desenvolver, a sesmaria se dava a pessoas de capacidade financeira, já que, de início, exigiam inversão de recursos. Limitado se tornou, assim, o número de pessoas capazes à condição de sesmeiro. Se a entrega das capitanias a particulares que as deviam povoar não atingiu os objetivos, também a sesmaria claudicou nos seus intuitos em período inicial, o que se repetiu em nosso município.

Pode-se dividir em dois períodos a distribuição de sesmarias em Campinas: o primeiro, aquele que significou o fracasso da instituição, pois das doações nada resultou de povoamento e produção; e o segundo, o que frutificou por ter condições de comércio de produção volumosa, como foi o ciclo açucareiro da região. Não deixaram vestígio de vida e produção, as primeiras sesmarias concedidas de 1728 a 1754, cujos sesmeiros, influentes personagens da cidade de São Paulo e outras, apenas as obtiveram na fantasia de povoá-las e auferir lucros, o que se tornou dificultoso, conclusão a que se chega pela ausência integral de documentação em contrário. As cartas de concessão neste período não deixaram marcas de que tivessem alcançado frutos.

O povoamento rural de nosso município se iniciou, entretanto, em 1741 com a vinda do pioneiro povoador Francisco Barreto Leme, de seus parentes e seguidores, todos, porém, como simples posseiros que se estabeleciam em terras da Coroa. Era a forma usual dos que não tinham recursos para serem sesmeiros, e que almejavam o sustento próprio, em sítios pequenos de minguada produção, bastante

para a manutenção da família e agregados, e uns poucos escravos que tinham alguns, amparados no vetusto direito de posse, naquela época de adotada técnica romana (109), e com obrigações como a de "fazer o caminho da testada de suas terras" (110).

Excluídas as concessões anteriores que não deixaram resquícios de vida e produção, a primeira sesmaria que se registrou no recenseamento de 1775 (~~1776~~), como pertencente ao antigo posseiro Francisco Barreto Leme, e se confirmou em processo na Câmara Municipal, de doação de terras para o rocio, recenseamento no qual foi lavrado o seguinte termo:

> "Pelo que bem e verdadeiramente fiz a lista geral de todos os moradores desta Freguesia, os masculinos como os femininos e seus bens e rendimentos que têm, o que tudo vai sem causa que dúvida faça e por verdade de todo o referido, passo a presente de minha letra e sinal e juro aos Santos Evangelhos. Freguesia de N. S. da Conceição das Campinas, 8 de maio de 1776" (a) Francisco Barreto Leme.

Disse o mesmo recenseamento que Barreto Leme possuía um "sítio de uma légua de terras em quadra que as houve por sesmaria", e que as explorava com 9 escravos, possuindo 5 cavalos, 6 bois de carro, 2 vacas de cria, 2 bezerros, 2 "bois brabos", 2 capados e porcos, antevendo-lhe uma produção de milho, feijão, arroz e 60 canadas de aguardente."

Em nosso trabalho anterior (111), publicado em 1970, afirmamos que Francisco Barreto Leme se fixara em Campinas, vindo de Caçapava Velha, freguesia de Taubaté, entre os anos de 1741-45. Hoje temos em mãos indicação de documentos encontrados pelo pesquisador Mário Mazzuia (112) que reduzem esse lapso de tempo, para o ano de 1744, em que prova ser Barreto Leme juiz ordinário em Jundiaí. Mesmo que tivesse ele relações de amisade nesta vila, para ser eleito, a 2/1/1744, juiz ordinário, já devia residir na freguesia, pelo menos em 1741, pois até dezembro de 1740, residia em Taubaté como atestou o vigário desta vila. Não há, pois, temeridade em aceitar 41 como ano do estabelecimento de Barreto Leme em Campinas.

Não cremos que este fundador tenha residido na parte urbana de Jundiaí. Mesmo sendo vereador e juiz ordinário, as léguas que separavam o seu sítio da vila não impediam sua presença às espaçadas sessões da Câmara, assim como não impediam o comparecimento de veradores à residência do presidente em Campinas. É oportuno relembrar o que deixou relatado o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre o juiz de órfãos Francisco de Paula Camargo, que, residindo na Ponte Alta, partia pela madrugada, dava audiência em Jundiaí, "e vinha ceiar em casa". (113).

Outros campinenses ocuparam cargos públicos em Jundiaí, não tão cedo como Barreto Leme, porém mais tarde: em 1749,

Silvestre Martins Nogueira, vereador, e Manuel Vieira da Maia, procurador (114); em 1772, José de Sousa e Siqueira, juiz ordinário, e Simão Tavares da Silva, procurador do Conselho (115). Francisco Barreto Leme, entretanto, foi em Jundiaí presidente da Câmara, ou juiz ordinário, em 1744, 1756, 1759 e 1763, conforme o mesmo pesquisador, sem deixar de residir, pensamos, em terras campinenses.

José de Sousa e Siqueira, possuía, em 1774, "sítio por escritura" com produção de 230 canadas de aguardente; em 1775, em "sítio que houve por arrematação em praça", com 40 canadas de aguardente; em 1776, produzia 50 canadas de aguardente. Domingos da Costa Machado, em sítio por posse, também em 1775, produziria 55 canadas de aguardente e, em 1776, 40 canadas.

Tais recenseamentos provam a inexistência de produção de açúcar, sendo os sitiantes indicados produtores de aguardente, proprietários de engenhocas, para ~~esta~~ tal produção. Continuamos concluindo que a produção açucareira em Campinas só surgiu na década 1791-1800 (116), da qual existem documentos de força probante, embora documentos de Jundiaí chamem Barreto Leme de senhor de engenho, o que ele poderia ter sido mais tarde, se vivesse, pois tinha vastas terras, por sesmaria, quando a produção de açúcar exigia grandes matas fornecedoras de lenha para os engenhos.

Mas a localização das sesmarias em Campinas é problema de difícil solução. As dimensões das terras nas sesmarias, ~~da~~ criam sérios embaraços para a localização; a nomenclatura dos locais, constantemente erradas ou imprecisas, afiguram que os que as designavam não tinham segurança no que informavam. Basta recordar a expressão "Bairro do Atibaia" que se estendia por todo o percurso do rio, percurso longo e sinuoso pelo município de Campinas. Ponte Alta, Anhumas são aplicados em quase todo o traçado da estrada de Goiás, e Boa Vista em locais vários e afastados. Para nosso trabalho, chamaremos de alto Atibaia o trecho deste rio quando ele corre de Sul para o Norte, desde a serra de Cabras até a divisa com o município de Pedreira; de médio Atibaia, desde a curva nesta mesma divisa, até a estrada de Goiás; a desta estrada até a embocadura com o Jaguari, de baixo Atibaia.

É fácil constatar que quase todas as publicações contêm confusão de nomes entre proprietários, vendedores de sítios e vizinhos, como se todos fossem sesmeiros. O mesmo se pode dizer das localizações, nas quais não será exagero afirmar, do erro ninguém se livrou. Em continuação, é de admitir, que as dimensões das sesmarias não eram exatas até suas medições; e acresça-se o mau vêzo de tempos mais modernos, de serem mudados os nomes das fazendas que se transferem a novos proprietários.

Seria abtamente valioso para estes estudos o registro oficial de "Bens Rústicos", e os procuramos, ancontrando, ape-

nas os de 1818, que citaremos quando tratarmos particularmente das propriedades. Entretanto, reunindo as áreas de cada proprietário, obtivemos esta relação:

Luís Antônio de Sousa.....	10.932 alqs.
Manuel Teixeira Vilela.....	9.700
Francisco Antônio de Sousa.....	8.181
Teodoro Ferraz Leite.....	4.500
Joaquim José Teixeira Nogueira.....	2.250
Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo.....	2.247
Antônio Teixeira de Camargo.....	2.100
Joaquim Aranha Barreto de Camargo.....	1.515
Bento Simões Vieira.....	1.125
Ana Maria Cordeiro.....	900
Padre Diogo Antônio Feijó.....	720
Joaquim Antônio de Arruda.....	604
	44.771

É evidente a falta de outros proprietários não incluídos na relação acima, e de mais propriedades de alguns citados; e recordemos a grande sesmaria e engenho de Alexandre Barbosa de Almeida e irmãos; e engenho do Sertão fundado por José Joaquim da Costa Gavião; o engenho de Antônio de Cerqueira César; engenhos vários de Joaquim José Teixeira Nogueira, e outros, quando o município contava com muito mais produtores de açúcar.

As datas das concessões das sesmarias, ou aquisições latifundiárias, não significam que os seus proprietários, na mesma data fizessem a montagem de seus engenhos com produção, que foi colocada ordenadamente em nosso livro anterior, do ano de 1798 (117). Por ela vemos senhores de engenho que haviam sido premiados com sesmarias, mas, entre estes, outros que não estão como sesmeiros, e que também receberam sesmaria apontadas em documentos diversos e idôneos, ou adquiriram terras formando latifúndios, muitas vezes chamados de sesmeiros, como se fazia até em documentos oficiais.

Cremos que as primeiras sesmarias cultivadas e povoadas pelos sesmeiros, foram as obtidas pelos irmãos Filipe Néri Teixeira e Joaquim José Teixeira Nogueira, e mais o latifúndio comprado pelo cunhado deste último, Francisco de Paula Camargo, os três de boas relações com o capitão-general Conde de Sarzedas, que governou São Paulo de 1788 a 1797, substituído pelo governador Melo e Castro que perseguiu os Teixeira-Nogueiras e seu cunhado Camargo (118), em cujo governo nem mesmo escrituras de compra de imóvel (Salto Grande) quiz passar o guarda-mór Manuel Teixeira Vilela, outro irmão, certamente por sentir insegurança, também perseguido neste último período covernamental.

Temos que admitir a caducidade de várias concessões de sesmarias, que não foram povoadas e cultivadas, pois se repetem descrições em cartas concedentes, sem provas de que os primeiros concessionários tenham permanecido no direito sobre elas. Como já dissemos, a data da sesmaria não indica o início do cultivo das terras, mas apenas a consolidação da propriedade com títulos regulares, podendo as culturas ser anteriores ou posteriores à esta consolidação, o mesmo se verificando com as escrituras de compra e venda.

Usava a linguagem da época designar as propriedades agrícolas como "sítio e terras", querendo dizer sede com benfeitorias e área de cultivo de cereais, ou "engenho e terras" para a indústria açucareira. Elas não tinham nome próprio, mas, geralmente, se designavam pelo bairro ou lugar onde se localizavam. Vários proprietários não foram cultivadores permanentes, mais parecendo interessados em fracionar e revender para lucro.

Além dos registros de sesmarias, percorremos livros de notas tabelioas, conhecendo documentação entre os anos de 1798 e 1832, e notamos falta de um dos livros, contendo anotações de 1804 a 1806. Passamos a indicar sesmeiros, latifundiários e mais senhores de terras, em ordem alfabética do primeiro nome, fugindo desta norma o pioneiro:

Francisco Barreto Leme - Taquaral.

A primeira sesmaria útil foi concedida a quem presidia a Câmara de Jundiaí onde era pessoa de relevo, Francisco Barreto Leme, que nesta sesmaria já residia e continuou residindo, e a explorou com culturas e criações, em reduzida escala como lhe permitiam os recursos. Localizava-se, realmente, no bairro do Taquaral (nisto retificamos nossa afirmativa em contrário, feita em nosso livro de 1970, "Campinas, seu Berço e Juventude", 66), atingindo toda a área de Campinas antiga, que Barreto Leme doou para fundar-se a freguesia e vila. Sua testada seguia pela estrada de Goiás, como lhe intimou a Câmara de Jundiaí, "para fazer o caminho na testada de suas terras no Taquaral" (119).

Entretanto, Barreto Leme, como outros sitiantes, não passou da produção de aguardente para pequeno comércio, pois não dispunha de maquinários para engenho, e de mercado para o açúcar. Terras desta sesmaria deveriam compor a sesmaria de seu filho Bernardo Guedes Barreto e outros, citados em cartas de concessão a Manuel Fernandes de São Paio e outros. Bernardo teria sido sucessor do pai, ou beneficiário com a caducidade da concessão a Barreto Leme que nunca fundou engenho, limitando-se à produção de aguardente.

Albano de Almeida Lima - Tijuco, Anhumas.

Tendo comprado de Domingos de Góis Maciel, obteve carta de sesmaria sobre estas terras, com meia légua de testada, meia légua de sertão de um lado da estrada e meia légua do outro lado da estrada, na paragem Tijuco. O recenseamento de 1798 indica Albano com engenho em Anhumas, produzindo 880 arrobas de açúcar. Sua sesmaria era visinha de Francisco de Paula Camargo (Duas Pontes), e de Antônio de Cerqueira César, ~~por atravessar a estrada~~, de quem comprou mais terras em 1803. Foi procurador da Câmara em 1798 e faleceu a 22/9/1807.

Alexandre Barbosa de Almeida e outros - Mato Dentro, Jaguari.

A sesmaria foi concedida a Alexandre Barbosa de Almeida, João Damaceno Barbosa, Antônio Correia Barbosa (II), Bárbara Maria de Matos e Cecília Barbosa de Almeida, com meia légua de testada na estrada de Goiás, e três de sertão pelo rio Jaguari até entestar com a sesmaria de Luís Antônio de Sousa, cobrindo, nesta distância, as terras entre o rio citado e o Atibaia. (28/2/1800 - L 30 fls. 173v).

O nome de Mato Dentro do primeiro engenho que se montou na sesmaria, distinguindo também outras propriedades do município, deveria originar-se de engenhos fundados dentro de mataria exuberante que cobria as terras de Campinas, afastados da estrada, tornando-se engenho localizado mato a dentro. Nesta sesmaria construiu-se um dos grandes solares do açúcar (figs.), residência de Alexandre Barbosa de Almeida, que foi o lavrador residente no engenho, embora com sócios, como Antônio Correia Barbosa (II), que teve loja de fazendas na vila até 1805, residindo depois na sesmaria, e mais tarde, na sede da fazenda Jaguari, hoje Santa Úrsula.

Alexandre Barbosa de Almeida faleceu repentinamente, a 5/4/1819, com 35 anos de idade, sem geração, sucedendo-o na sesmaria, o irmão Antônio Correia Barbosa (II).

Nesta sesmaria formaram-se muitas fazendas, podendo-se registrar a atual Santa Rita do Mato Dentro (sede da sesmaria com o solar do açúcar), Jaguari (hoje Santa Úrsula), Castelo, Santa Clara, outro Jaguari, Duas Pontes, Bela Nápoli, Sete Quedas, Bom Retiro, Recreio, São José (Leão), Atibaia (hoje Santo Antônio da Figueira), Angélica, a Roseira, e a Santo Antônio das Mangueiras que foi da Viúva Doque.

~~Rita Joaquina da Silva Prado~~ -

Ana Joaquina da Silva Prado - Rio da Prata.

Foi esta sesmaria concedida a Ana Joaquina da Silva Prado, do tronco dos Silva-Prados vindos de Portugal para Jundiaí. Ela era tia do Barão de Iguape (120) e foi casada três vezes: a primeira com José de Morais Leme, e teve o filho Joaquim por quem foi avó das baronesas de Jundiaí e do Japi; casou-se segunda vez com An-

tônio de Queirós Teles, por quem foi mãe do primeiro Barão de Jundiaí, e avó do Conde de Parnaíba, do Barão de Japi e da segunda Baronesa de Jundiaí. Casou-se em terceiras núpcias com Luís José Pereira de Queirós (sobrinho do segundo marido), por quem foi avó da Baronesa de Anhumas, e deste marido teve netos dos quais, três, eram em 1867, proprietários da Fazenda Rio da Prata. A sesmaria tinha sua maior parte no município de Jundiaí e, menor parte em Campinas, na qual se fundou o Rio da Prata, e, cremos, a Santa Cândida.

Ana Maria Cordeiro Novaes - Boa Esperança.

Este bairro da Boa Esperança, nós o localizamos ao fundo da fazenda São Quirino, dirigindo suas terras para a margem esquerda do alto Atibaia. Em 1818, esta sesmeira constou do registro de "Bens Rústicos"; era proprietária em condomínio com Ana Matilde de Almeida. Se exata a localização, sucedeu nestas terras José de Sousa Campos (I) com fazenda do mesmo nome.

Ana Maria Novais casou-se a 3/3/1794 com o primeiro Custódio Manuel Alves; foi mãe do segundo Custódio e avó do terceiro, este proprietário, na cidade, do Palácio dos Alves no qual residiu, assim como duas mais gerações de seus descendentes.

Ana Matilde de Almeida e outros - Boa Esperança.

Carta de sesmaria concedeu a Ana Matilde de Almeida Pacheco, Ana Maria Cordeiro Novais, Miguel Ribeiro de Camargo, Miguel Antunes Garcia e Isabel Maria de Jesus, "uma sorte de terras no bairro da Boa Esperança, com seus matos anexos que houveram por compra". Casada com José Rodrigues Ferraz do Amaral, latifundiário do engenho de Sete Quedas, forçosamente cedeu sua sesmaria , ou sua parte, a outro proprietário.

André de São Paio Botelho - Campos da Bahia.

Recebeu sesmaria pelas regiões dos atuais municípios de Sumaré e Americana, com a visinhança de Joaquim José Teixeira Nogueira, Diogo de Toledo Lara Ordonhez (a Oeste), Inácio Caetano Leme (Engano), João Antônio Duarte Bueno. Vendeu terras a um grupo que as revendeu a Francisco Xavier da Rocha, em 18/9/1807, no ribeirão do Barreiro.

Antônio de Cerqueira César - Anhumas.

Esta sesmaria foi concedida em 1788, na estrada de Goiás, Anhumas, onde o proprietário havia adquirido direitos de posse de Pedro José Batista, Antônio Bicudo e Ana Teles Moreira. Em 1796, Antônio de Cerqueira César fundou o seu engenho cuja área, retificada, teria de testada a medida que pôde conter, em mãos de seus sucessores, as futuras fazendas Santa Cândida, Anhumas e Pau d'Alho, na estrada de Goiás, hoje Campinas-Moji-Mirim. Confrontava com João Correia Bueno e Antônio Ferraz de Campos (L28, fls. 24 v. e L 33 fls. 71v)

Antônio de Cerqueira César, falecido em 1822, deixou a sesmaria para o filho Antônio Benedito de Cerqueira Leite, casado,

que faleceu em 1861. Deste, a prole foi numerosa e notável, como seus filhos senador Francisco Glicério, Jorge Miranda, Leão e Eloi Cerqueira e outros. Sua viúva vendeu o engenho com toda a sua área a Manuel Leite de Barros, cuja esposa, Cândida da Rocha Ferraz ou Cândida Maria Ferraz de Barros, depois de viúva, dividiu a sesmaria nas três fazendas acima citadas.

Ângelo Cordeiro do Amaral (veja Cláudio Furquim de Campos).

Antônio Correia Barbosa (veja Alexandre Barbosa de Almeida).

Antônio da Cunha Raposo Leme - Sertão, Cabras.

Como seu avô, Antônio da Cunha de Abreu, este sesmeiro só teve em mira possuir terras para lucro e não para plantio e povoamento. Nunca residiu em Campinas, mas em São Paulo, e vendeu suas terras ao brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião. Sua sesmaria (L29 fls. 31 v), tinha uma légua de testada e duas de sertão, testada na divisa de Francisco de Camargo Pimentel.

Antônio da Cunha teve o sobrinho José da Cunha Raposo Leme, que foi morador na fazenda Terra Vermelha, em Moji-Mirim, e casado em Campinas com filha do capitão-mór João Francisco de Andrade, deixando geração em nossa cidade. Foi proprietário em Campinas, de terras que vendeu ao brigadeiro Luís Antônio de Sousa.

Antônio Ferraz de Campos - Além Ponte Alta.

Está no Livro 25, fls. 113, das sesmarias, a carta da primeira que foi concedida a Antônio Ferraz de Campos, em Anhumas, caminho de Goiás, "incluindo o sítio adquirido a Pedro de Sousa Campos que o herdara do pai", e entre os sítios de Luís Soares Ferreira (vendido depois a Sebastião de Sousa Pais), e Simão Tavares da Silva (vendido a Antônio Ferraz de Campos em 14/1/1804), este ao Sul da sesmaria, fazendo-a vizinha de Antônio de Cerqueira César.

Para que, tendo frente para a estrada de Goiás, o fundo alcance o barranco do rio Atibaia, a sesmaria teria de se localizar além da Ponte Alta, onde está hoje uma propriedade do Jóquei Clube de São Paulo, quando o rio deflete ligeiramente para o Sul. E sendo a sesmaria composta com o sítio de Pedro de Sousa Campos, pode ter relação com um fato que está em ata da Câmara Municipal de Jundiaí, de 26/12/1751, resolvendo "ser tomadas por devolutas as terras da Ponte Alta (nome usado, como outros, indiscriminadamente na estrada de Goiás), ordenando ao Procurador da Câmara mandar pôr em praça ditas terras (121). É de se admitir que tais terras, com demora burocrática, tenham ido à praça em 1753, quando, aqui chegado de Goiás, José de Sousa e Siqueira arrematou seu sítio referido no recenseamento de 1775, e adquirido de seu filho por Ferraz de Campos, para compor sua sesmaria.

Antônio Ferraz de Campos - Taquaral.

Obteve sesmaria por carta de 21/10/1796, tendo condôminos, José da Rocha Camargo, José Alves de Lima, Antônio da Silva Leme, Joaquim Cardoso de Gusmão e Bernardo Guedes Barreto, recebendo todos "uma légua de testada e outra de sertão em quadra, principiando em um pau de araruva e uma pedra, correndo a testada para a parte de freguesia, de Norte a Sul, pela estrada de Goiás até onde finaliza a dita légua de sertão de Leste a Oeste" (L 28 fls. 52).

Esta sesmaria, confinando com a fazenda Santa Cândida, não poderia deixar de atingir a maior parte da sesmaria de Barreto Leme, que continha contendo a fazenda Taquaral, Parque Portugal e outras terras rurais e urbanas.

Antônio Ferraz de Campos faleceu em São Paulo, a 9/6/1804.(129).

Antônio Ferraz de Campos - Poço.

Por escritura de 31/7/1798, Antônio Ferraz de Campos comprou da viúva e herdeiros de José Correia Marques, "sítio e terras" com casas de vivenda cobertas de telhas e outros depósitos, rodas de mandioca, "pilões de água e arvoredos", entre os rios, alto Atibaia e Jaguari, tendo divisas com José Domingues e Joaquim da Costa Gavião (Joaquim Egídio).

Antônio Manuel de Camargo (veja João Antônio Duarte Bueno).

Antônio da Silva Leme (veja Antônio Ferraz de Campos).

Antônio Teixeira de Camargo e irmão - Morro Azul

Antônio Teixeira de Camargo e seu irmão Joaquim Filipe Néri, tendo herdado de seus pais esta propriedade, requereram em seus nomes a respetiva carta de sesmaria, que descreve as a propriedade: "divide ao Norte com o Morro Azul de cuja extremidade segue uma linha a procurar a cabeceira de uma vertente chamada Água Podre, e seguindo pelo dito córrego até a barra do rio Capivari, os quais lhe servem de divisa ao Sul, até encontrar as terras de João Antunes, com quem se divide pelo Oeste, com um valo e um córrego até outra estremidade do referido Morro Azul".

Por escritura de 5/2/1819, Joaquim Filipe Néri adquiriu do irmão a metade do imóvel, tornando-se seu proprietário único.

Bárbara Maria de Matos (veja Alexandre Barbosa de Almeida)

Bento Simões Vieira - médio Atibaia.

Já era proprietário em 1798 na região do Atibaia; em 3/2/1802, comprou terras da sesmaria de Francisco Xavier da Rocha (sesmeiro na estrada de Goiás) e, em 11/7/1803, terras de Sebastião de Sousa Pais, sucessor por compra de Luís Soares Ferreira, na margem esquerda do médio Atibaia, nas quais produziu, nesse ano, 450 arrobas de açúcar; em 1806, 300 arrobas com 22 escravos e, em 1807, 400 arrobas, residindo em São Paulo, no estado de solteiro. Foi incluído em "Bens Rústicos" de 1818, com 1.125 alqueires de terras.

Bernardo Guedes Barreto - Taquaral.

Herdeiro de Francisco Barreto Leme, obteve sesmaria com Antônio Ferraz de Campos e outros, consolidando sua propriedade no Taquaral, em 1796 (L 28 fls. 52). Nestas terras era vizinho de Manuel Fernandes de São Paio, sucessor de Filipe Néri Teixeira e de Luís Antônio de Sousa, de quem se tornou sócio, sociedade que se desfez, entre seus herdeiros, em 1834, e José da Costa Carvalho que sucedera Luís Antônio.

Bernardo Guedes Barreto - baixo Atibaia.

Teve propriedade em divisas com Manuel Teixeira Vilela, João de Barros Pedroso e Joaquim José Teixeira Nogueira (veja o primeiro nome).

Cecília Barbosa de Almeida (veja Alexandre Barbosa de Almeida)

Cláudio Furquim de Campos e outros- Alto Atibaia.

Eram condôminos nesta sesmaria (L 28 fls. 8), com Cláudio, João Monteiro de Oliveira, João Franco (João Francisco de Andrade), Ângelo Cordeiro do Amaral, Francisco de Camargo Pimentel, Francisco Xavier da Rocha e José Domingos da Rocha (chamdo José Domingues) com terras que se prolongavam rio acima, nelas se fundando as fazendas Santa Maria, Bráulio, Pedras, Laranjal (Joaquim Egídio) e outras.

A parcela de Cláudio Furquim nesta sesmaria, situava-se ao Norte de outros condôminos, e foi vendida, em 23/12/1798, ao brigadeiro Luís Antônio de Sousa, para compor seu latifúndio Atibaia (Fazendinha), parte de suas terras à margem direita do alto Atibaia.

Diogo Antônio Feijó, Padre - Nossa Senhora das Dores.

Em 1809, o Padre Feijó, em Campinas como mestre-escola de meninos desde 1804, comprou terras para seu engenho (123), citado em "Bens Rústicos" e conservado até seu falecimento, e nas ausências do Padre, deputado às Cortes de Lisboa em 1820, deputado geral no Império, ministro e regente, nas ausências era o engenho entregue à direção do seu grande amigo Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme. Falecido o Padre Feijó em 1842, foi o engenho vendido, em 1843, a Joaquim José dos Santos. Este, enviuvando em 1844, fez-se o inventário dos bens do casal no qual constou o "Sítio de Atibaia" ou "Sítio Grande", imagens, trastes , "máquina de descaroçar algodão", semoventes, "liteira em bom uso com os competentes arreios", escravaria. escravatura.

Conservou-se a propriedade com o viúvo, Joaquim José dos Santos, falecido em 1867, e no sítio sucedido pelo filho Pedro José dos Santos, que o vendeu, em 1875, a Eliseu Leite de Barros e José de Sousa Siqueira (II). Mais tarde chamou-se fazenda São Pedro.

Diogo de Toledo Lara Ordonhez - Barreiro.

Pelo livro de sesmarias, 27 fls. 106 v., e confirmação no L 28 fls. 99 v., esta de Lisboa aos 7/2/1799, e ainda registrada em tabelião de Campinas, em 1801, era sesmeiro Diogo de Toleado Lara Ordonhez, que teve todos os cuidados para a segurança de sua propriedade, com títulos de concessão, de confirmação e registro em cartório.

Sua visinhança é que nos dá o caminho para localizar a propriedade, como visinho de Joaquim José Teixeira Nogueira, Inácio Caetano Leme, André de São Paio Botelho, que, por sua vez, era visinho de Joaquim José, Diogo de Toledo, Inácio Caetano e João Antônio Duarte Bueno que, também sesmeiro, confrontava com Joaquim José, desembargador Diogo, Inácio Caetano e a"estrada que vai de Piracicaba a Itu" (Santa Bárbara). Estava a sesmaria entre os campos da Bahia e o ribeirão dos Toledos, Americana.

Domingos da Costa Machado e outros - Salto Grande

Está no livro 30 de sesmarias, fls. 71 v., esta concedida a Domingos da Costa Machado, José Antônio do Amaral e João Manuel do Amaral, "umas terras da outra parte do rio Atibaia acima, e vem a ser duas léguas, e de sertão até dar no rio Jaguari, as quais estão devolutas". Desta sesmaria, o condômino João Manuel do Amaral, vendeu um quarto de légua de testada, principiando "do Salto Grande do dito rio Atibaia, correndo por ele acima", com "mais uma posse de terras" "na barra dos ditos rios que compreende até sobre o dito salto,""que no ano de 1799 haviam vendido ao guarda-mór Manuel Teixeira Vilela pela quantia de 15$000 (quinze mil reis) da qual davam quitação", porque sendo aqueles tempos anormais, "agora davam escritura". Esta anormalidade se referia à perseguição movida pelo capitão-general governador da Capitania, contra os Teixeira-Nogueiras de Campinas.

Filipe Néri Teixeira - Barra

Filipe Néri, um dos irmãos Teixeira-Nogueira que, a chamado do irmão Frei Antônio de Pádua Teixeira, primeiro vigário e co-fundador de Campinas, com os pais mudou-se para esta cidade em 1774. Foi ele um dos introdutores da indústria açucareira em Campinas, com o irmão Joaquim José Teixeira Nogueira e com o ituano Antônio Ferraz de Campos, iniciando sua atividade açucareira no latifúndio localizado na confluência do ribeirão de Campinas Velha (Proença) com o do Barbosa (em parte canalizado na avenida Orozimbo Maia), donde o seu nome de Barra, propriedade adquirida ao sitiante Francisco de Godói Colaço, na qual residia Filipe Néri em 1797, no "bairro da Vila" como dizem documentos, com 42 escravos (124).

As terras da Barra, com fundos para o Nordeste e devendo alcançar o terreno onde se localiza hoje a fazenda São Quirino, para o Sudoeste transpunham o ribeirão de Campinas Velha e deveriam ter sua testada na estrada de Goiás (hoje rua Coronel Quirino), fração de terras que o proprietário conservou e deixou para seus herdeiros, incluindo parte do bairro do Cambuí até a fazenda Laranjeiras, ou seja, a atual rua General Osório, hoje totalmente urbanizado, prolongando-se pela estrada de Goiás, no mesmo lado em que esta estrada deflete pela rua de Santa Cruz, como se verifica com terras destes locais herdadas por descendentes seus.

No engenho da Barra, em sua casa sede, Filipe Néri hospedou o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa e, na mesma casa, se lavrou e assinou a escritura de compra , a primeira que fez o Brigadeiro em Campinas.

Filipe Néri vendeu, sem a parte da margem esquerda do ribeirão de Campinas Velha, por escritura de 19/9/1798, "engenho e terras" da Barra, a Manuel Fernandes de São Paio, que obteve para ela carta de sesmaria, da qual vamos tratar adiante, transcrevendo o inteiro teor da carta confirmatória. Continuou, porém, a atividade agrícola-pastoril de Filipe, em suas propriedades da Boa Vista e do Morro Azul.

Teve Filipe Néri destacada atuação na vida de Campinas, da qual foi comandante em sucessão a Francisco Barreto Leme (125). Como presidente da primeira comissão de obras da Matriz Nova (Catedral), teve decisiva direção na escolha do local e adoção do projeto monumental da construção que se iniciou sob sua chefia, em 1809. Faleceu em 1812, em seu engenho Rio Acima, em Porto Feliz, no qual ditou seu testamento.

Os irmãos Teixeira-Nogueira foram os chefes político-administrativos desde que se mudaram para Campinas em 1774. No governo do Conde de Sarzedas (1788-1797), por ligações com este capitão-ge-

neral, mais fortes se tornaram e, certamente, neste governo obtiveram sesmarias, o que não continuou na seguinte administração, do capitão Mello e Castro, que entrou logo em luta política com os mesmos senhores de engenho (126), perseguindo-os até mandá-los prender. Na escritura de aquisição de terras para o engenho do Salto Grande, evidenciou-se esta luta que obrigou o comprador, guarda-mór Manuel Teixeira Vilela, a transferir esta escritura de aquisição para época posterior à retirada de Melo e Castro.

Filipe Néri Teixeira - Boa Vista

Por escritura de 1802, Januário da Silva vendia" a Cláudio Fernandes de São Paio, terras no "bairro da Boa Vista" que dividiam, "pelo sertão com o Capitão Filipe Néri Teixeira, pelo rumo de sua sesmaria". Por escritura de 9/9/1809, Filipe Néri e Luís Antônio de Sousa, amigavelmente estabeleceram suas divisas "no caminho novo que se está abrindo para Piracicaba, que servirá de divisa às terras".

Este caminho novo para Piracicaba, já havia sido objeto de uma reclamação de Filipe Néri, no mesmo ano de 1809, à Câmara de Campinas, "contra o traçado da estrada que se está fazendo desta vila para Piracicaba", "por entrar pela maior parte de suas terras, por ser feita a picada a beneplácito de um particular" (127). Hoje é a estrada Campinas-Barão Geraldo-Ródia.

Pelo recenseamento populacional, estava Filipe Néri estabelecido, em 1897, no "bairro da vila" (barra) e, em 1798, quando produzira 890 arrobas de açúcar "que exporta para Santos", na Boa Vista; com este nome também indicado no recenseamento de 1801, quando produzia 800 arrobas, localizando-se este engenho ao lado da propriedade do coronel Luís Antônio de Sousa, que era o engenho de Santo Antônio, mais tarde Monjolinho, do Marquês de Monte Alegre, enriquecido pelo seu casamento com a viúva de Luís Antônio. Entre as duas propriedades passava a estrada para Piracicaba, acima citada, por onde marchou a infantaria do coronel Bezerra, seguida dos mercenários do Padre Ramalho, para surpreender , pelo flanco, os revoltosos da Venda Grande, já em combate com a cavalaria imperial que os atacara pelo Chapadão.

Filipe Néri Teixeira - Morro Azul

Senhor desta sesmaria o capitão Filipe Néri Teixeira, encontramo-la na carta de confirmação concedida a seus filhos, com uma légua e um quarto em quadra, no Campo Grande, dividindo "ao Norte com o Morro Azul de cuja extremidade segue uma linha a procurar a a cabeceira de uma vertente chamada Água Podre, servindo esta linha de divisa a Leste e seguindo pelo dito córrego Água Podre até a barra do rio Capivari, os quais lhe servem de divisa ao Sul, até encontrar as terras de João Antunes, com quem divide pelo Oeste com um valo e um córrego até a outra extremidade do referido Morro Azul".

Este imóvel, ao falecer Filipe Néri e sua mulher, ela em 1811 e ele em 1812, passou a integrar a herança que coube aos filhos do casal, Antônio Teixeira de Camargo e Joaquim Filipe Néri que, recebendo-o, requereram nova carta de sesmarias sob seus nomes. A sesmaria sempre se destinou à criação.

Floriano de Camargo Penteado e outros - Ponte Alta

Este sesmeiro e mais José Inácio de Camargo Penteado e João Leite de Camargo Penteado, seus primos, e Ana de Campos e Maria Barbosa de Campos, todos moradores na vila de São Carlos, obtiveram "uma sorte de terras na paragem Ponte Alta do Atibaia" com uma légua de testada e outra de fundo. O nome de Ponte Alta, conhecido desde os primeiros tempos de Campinas, permaneceu até o século atual, lamentavelmente desaparecido, pela substituição pelo de Monte Deste. Aos 2/11/1811, os sócios José Inácio e João Leite, venderam suas partes ao capitão-mór Floriano, quando já residiam em Itu ou São Paulo.

Floriano de Camargo Penteado - Sertão, Cabras.

Segundo relata o Prof. Mário Neme, este latifundiário adquiriu a enorme sesmaria do brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião, com o engenho do Sertão e a fazenda Cabras que este fundara. Nesta gleba que foi dividida entre herdeiros de Floriano, criaram-se mais as fazendas Capoeira Grande, Rocio, São José, Santa Luzia, Boa Vista, Palmeiras, Santa Mônica, Cachoeira, São Joaquim, Bonfim, São Pedro, Três Pedras, Guariroba, Santa Helena. Entretanto, não encontramos a escritura de 1820, de compra do capitão-mór, citada pelo Prof. Neme.

Floriano de Camargo Penteado - Boa Vista.

Pelas transmissões que encontramos, verifica-se esta propriedade do capitão-mór Floriano, adquirida por compra, e que passou ao genro Barão de Itatiba, e foi, mais tarde, do senador Bento Augusto de Almeida Bicudo, com o nome de Chácara República, na qual se reuniam os propagandistas.

Floriano de Camargo Penteado - Duas Pontes.

A 12/3/1803, este senhor de engenho adquiriu de Francisco de Paula Camargo e sua mulher Petronilha Clara do Amaral, o latifúndio Duas Pontes, parte da margem esquerda do médio Atibaia, que, acrescida, passou a seus sucessores, dentre os da extinta a sociedade que o capitão-mór tinha com seu irmão Antônio de Camargo Penteado. A estas terras foi acrescida área na margem direita do rio.

Francisco Antônio de Sousa - Morro Grande e Morro Alto.

Em 1799, Francisco Antônio de Sousa comprou de José de Sousa Siqueira (II), sua parte em sesmaria, um terço das terras de sesmaria que o vendedor havia recebido com mais dois condôminos. A escritura só se lavrou a 27/6/1803, caso que se repete em nossas exposições, o que prova que os homens da época faziam compra e venda por compromisso, verbal ou escrito, com fio de barba ou escritura de mão, como se pode deduzir de escrituras tabelioas que declaram confirmar transações estabelecidas antes; esta agora citada, de 1803, declara ter sido a compra e venda realizada "há quatro anos".

Mais tarde, a 22/8/1808, Francisco Antônio, por escritura, adquiriu mais um terço da sesmaria, propriedade de João José

da Silva, com engenho e "fábrica de bois", trecho que se denominava Morro Grande.

Formando este latifúndio, Francisco Antônio o conservou e o deixou, por sua morte, a seu filho Francisco Inácio de Sousa Queirós, que passou como herança, o Morro Grande (depois Rio das Pedras) à filha Isabel Augusta, casada com Albino José Barbosa de Oliveira, e o Morro Alto (depois Santa Genebra), à filha Genebra Miquelina casada com Luís de Sousa Resende. Está em "Bens Rústicos de 1818.

Francisco Antônio de Sousa - Boa Vista.

Comprou terras neste bairro, Francisco Antônio de Sousa a Antônio de Cerqueira César, também sesmeiro, por escritura de 22/8/1811, propriedade que suas netas, filhas de Francisco Inácio, aumentaram com aquisição em 1834. Vizinho de Francisco Antônio era Manuel Teixeira Vilela, fazendo ambos, nestes engenhos e em outros, sociedade para exploração açucareira, "por escritura" como foi dito em documentação.

Francisco de Camargo Pimentel (veja Cláudio Furquim de Campos)

Francisco Ferreira - Americana (veja João Antônio Duarte Bueno).

Francisco de Paula Camargo (I) - Duas Pontes

Pelos anos de 1793 (128) mudaram-se para Campinas Francisco de Paula Camargo e sua esposa Petronilha Clara do Amaral, e os encontramos como proprietários de "sítio, engenho e terras" que haviam comprado a Miguel de Tal e Domingos de Góes, na vizinhança de Alexandre Barbosa de Almeida, João Francisco de Andrade, Domingos Bicudo, Nicolau Gonçalves da Silva e Albano de Almeida Lima, os dois primeiros já no século dezenove.

Tinha a propriedade de Francisco de Paula, casa de moradia de três lanços, "engenho e fábrica de fazer açúcar", com dezesseis formas, cinco cochos e resfriadeira, duas tachas, etc., oito bois de moenda, uma roça nova de quatro alqueires, porcos, capados, tudo que, por escritura de 12/3/1803, o casal vendeu ao Alferes Floriano de Camargo Penteado e Antônio de Camargo Penteado que, posteriormente, transferiu sua parte ao irmão e sócio.

Tratava-se, pelos vizinhos e pelos compradores, da futura fazenda Duas Pontes que, mais tarde, por herança, passou ao Barão de Itatiba.

Francisco de Paula teve posição de destaque na administração pública e, por sua atitude política desassombrada e como cunhado de Teixeira-Nogueiras, foi perseguido pelo governador Melo e Castro, sofrendo, como juiz ordinário (presidente da Câmara), prisão na fortaleza de Santos (129).

Francisco de Paula Camargo (I) - Boa Vista.

A 18/12/1800, comprou Francisco de Paula, de João de

Barros Pedroso e sua mulher Joana Maria de Jesus, sítio e terras entremeio do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira e tenente Pedro Gonçalves Meira, com dois lanços de casas e mais benfeitorias e culturas. A tradição, concorde com os visinhos, localiza a propriedade no hoje chamado bairro Jardim Aurélia, ex-fazenda. Francisco de Paula, nesta propriedade, produziu 800 arrobas de açúcar, com 28 escravos em 1806, vendendo-a em 26/10/1809, ao comprador Joaquim Duarte do Rego.

Francisco Xavier da Rocha - Cachoeira Grande.

"Terras unidas ao sítio aquém do rio Atibaia correndo para baixo até chegar ao rumo do capitão Antônio Ferraz de Campos, e para a parte de cima até a cachoeira grande e pelo outro lado correndo para a estrada de Goiás na distância de uma légua e daí, outro tanto de terreno até o rumo de Antônio Ferraz de Campos", diz o Livro 22 29, fls. 58. Este rumo estava à margem direita.

Estas terras se situavam à margem esquerda do alto Atibaia, na altura do ribeirão Pinheiros, que, nas cabeceiras, aproxima-se da estrada de Goiás, como diz a carta, e cachoeira grande é a que Bington & Comp. transformaram em primeira hidro-elétrica de Campinas, no alto Atibaia.

Confirmam nossas conclusões, a carta de sesmaria para Manuel Fernandes de São Paio, e a venda que fez Francisco Xavier da Rocha, em 1800, de parte de suas terras, ao mesmo Manuel Fernandes, e a Domingos da Costa Machado, ambos proprietários no Mato Dentro.

Francisco Xavier da Rocha - Alto Atibaia (veja Claudio Furquim de Campos)

Francisco Xavier da Rocha - Campos da Bahia.

Aos 18/9/1807, comprou terras no ribeirão do Barreiro, vendidas por José Antônio do Amaral e sua mulher Maria da Lapa e Sousa, Rafael Antunes de Campos e sua mulher Lucrécia Pais de Camargo, e João Manuel do Amaral e sua mulher Quitéria Maria de Jesus, que as haviam adquirido de André de São Paio Botelho.

Inácio Caetano Leme e outros - Ribeirão do Engano

"Inácio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardoso, Maria Teresa do Rosário e Joaquim da Silva Leme, moradores na vila de São Carlos, terras distantes 4 ou 5 léguas para adiante da sesmaria do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira e outros, da banda de cá do Atibaia, com duas léguas e quarto mais ou menos, até entesar no ribeirão do engeno que faz barra no rio Quilombo, principiando a medição no marco da sesmaria do dito capitão" (L30 fls. 77 v.).

Incongruente a descrição acima, pois, dizendo 4 ou 5 léguas para diante da sesmaria do capitão Joaquim José Teixeira", completa afirmando que principia "a medição no marco do dito capitão". Esta sesmaria do capitão, uma das menores que obteve, continha o engenho do Quilombo (depois Núcleo Nova Veneza) ao Sul, e, ao Norte, a fazenda São Francisco acima [illegible] da qual [illegible]

fazenda São Francisco, acima, ou ao Norte, da qual estariam as terras de Inácio Caetano, portanto, nas alturas de Nova Odessa-Americana.

Inácio Ferreira de Sá e outros - Morro Grande.

Está no Livro 27, fls. 93 v., a concessão confirmada no Livro 28, fls. 43 v., da sesmaria de Inácio Ferreira de Sá, João José da Silva e José de Sousa Siqueira (II), com a testada na margem esquerda do ribeirão de Anhumas, quando este rio corre de Sul a Norte. Cada sesmeiro se tornou proprietário de um terço da área total.

De 27/6/1803 é a escritura de venda que, em 1799, fez José de Sousa Siqueira (II), de sua parte, o Sul da sesmaria, a Francisco Antônio de Sousa, onde se localizaria o engenho Morro Alto, depois fazenda Santa Genebra. A 22/8/1808, João José da Silva vendeu sua parte ao mesmo comprador, parte que já se denominava Morro Grande, com suas terras, engenho e fábrica de bois, mais tarde chamada fazenda Rio das Pedras.

Inácio Ferreira deveria ter suas terras, nas quais fundou engenho, ao Oeste das terras de seus condôminos, vizinho de João Ferraz Castanho que vendeu terras ao major Teodoro Ferraz Leite, fundador, aí, do engenho da Lagoa. Neste seu engenho, Inácio Ferreira produziu 580 arrobas de açúcar em 1798, com 57 escravos

Inácio Ferreira de Sá - Quilombo.

Neste bairro comprou Inácio Ferreira, sítio e engenho de "Salvador Leme, ou Pinto da Fonseca" como diz a escritura de venda que fez, do mesmo engenho, em 14/5/1799, a João Leite de Camargo Penado e José Inácio de Camargo Penteado. Ainda na mesma "paragem chamada Quilombo", em 27/4/1801, comprou "um sítio com duas casas cobertas de palha e um bananal e seus cultivados", de Joaquim Barbosa dos Santos e sua mulher Leonor Maria do Prado Góis. Estrada da Ródia.

Inácio Ferreira de Sá e outro - Atibaia.

A 13/6/1800, Domingos Bicudo de Brito e sua mulher, Antônia Bueno de Morais, venderam a Inácio Ferreira de Sá e seu sócio, Luís Antônio de Sousa, "sítio que houveram por compra a Manuel Ferreira, na beira do rio Atibaia, para outro lado do rio, com as terras que lhe pertencem parte de um lado por um córrego, correndo até pela estrada até encontrar com Silvestre Machado, e dali à barra do mesmo córrego, parte pelo rio Atibaia abaixo, com arvoredo e três quartéis de canaviais". Baixo Atibaia.

Inácio Ferreira de Sá - Anhumas.

Comprou Inácio Ferreira de Sá, aos 30/4/1806, "sítio e terras" no bairro de Anhumas, caminho do capitão Teodoro Ferraz Leite, de João da Roso Dias e sua mulher Maria Dultra de Miranda.

Inácio Ferreira de Sá - Feital.

Um sítio na paragem Feital, vendeu Inácio Ferreira, aos 19/12/1808, a Pedro José de Campos.

Isabel Maria de Jesus - Boa Esperança (veja Ana Matilde de Almeida)

Jerônimo Cavalheiro Leite - Americana.

Descreve a carta de sesmaria (L 42 fls. 63): "Jerônimo Cavalheiro Leite, tenente-coronel, uma légua de terras em quadra no distrito da vila de São Carlos, nas vizinhanças do rio Atibaia" (melhor diria rio Piracicaba) "correndo a testada pelo caminho que segue da fazenda de André de Campos da vila de São Carlos e o sertão para a parte do ribeirão do Quilombo, ficando este no centro, dividindo-se por um lado com as terras do dito André de Campos, por outro com as do tenente Pedro Antônio de Oliveira. Concessão de 1822.

Joana Antônia Teixeira - Atibaia (veja Joaquim José Teixeira Nogueira).

João Antônio Duarte Bueno - Americana.

Obteve este sesmeiro, com Antônio Manuel de Camargo e Francisco Ferreira, "uma légua de terras de testada e três de sertão no distrito da vila de São Carlos, que principiam do marco do capitão Joaquim Teixeira e de onde principiam as do desembargador Diogo de Toledo Lara e do alferes Inácio Caetano Leme, correndo paralelas às sesmarias dos mesmos, ficando entre as do sobredito desembargador e de um campo que se diz ser do capitão André de São Paio, correndo sertão das mesmas, do marco do dito alferes Inácio Caetano, ficando no campo daquele capitão André 900 braças pouco mais ou menos fora do mato, e deste correndo rumo que seguir a medição da sesmaria daquele desembargador até entestar com a estrada que vai de Piracicaba para a vila de Itu" (Santa Bárbara) "que poderá ter do dito marco três léguas a rumo Oeste" (L 32 fls. 5).

João de Barros Pedroso - Monte Alegre.

"À beira do Atibaia, de uma e outra banda do córrego chamado Monte Alegre, entre duas sesmarias, do capitão Joaquim José Teixeira e outros, e o tenente Inácio Ferreira de Sá e outros, cujo córrego deságua no Atibaia", é a sesmaria de João de Barros Pedroso registrada no L 29 fls. 249, de 1798. Poderá "ter de comprido uma légua mais ou menos, de largura em parte 3/4 mais ou menos, e em parte meia légua e daí para baixo". É o solo onde se localiza a cidade de Paulínia.

João Damaceno Barbosa (veja Alexandre Barbosa de Almeida).

João Fernandes de Almeida e outros - Alto Atibaia

Este é um dos casos em que vários sitiantes com propriedades que se confinavam, reuniram-se em um só pedido de grande área de sesmaria composta de seus sítios. José Fernandes de Almeida, José de Barros Fajardo, José Rodrigues de Almeida, Joaquim José da Rosa e Manuel Rodrigues de Barros, obtiveram sesmaria com a testada no rio Atibaia, "a partir dos cultivados de Cláudio Furquim de Campos" e fundos até o rio Jaguari" (L 25 fls. 123).

Localizam-se estes sítios, constatando-se que Cláudio Furquim de Campos era vizinho do brigadeiro Luís Antônio, para quem vendeu terras anexadas à fazenda Atibaia (Fazendinha); assim, os sítios estavam entre os dois rios, quando eles correm do Sul para o Norte, ou seja, na parte alta do rio Atibaia, pouco antes de que ambos se voltem para o Noroeste. Estes sítios devem ter sido adquiridos pelo bigadeiro Luís Antônio de Sousa, cujas divisas, ao norte, entre os dois rios, em 1800, eram comuns com as da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida e outros.

João Ferraz de Campos (veja Pedro Gonçalves Meira)

João Franco (João Francisco de Andrade)(veja Cláudio Furquim de Campos

João Leite de Camargo Penteado (veja Floriano de de Camargo Penteado e Inácio Ferreira de Sá).

João Manuel do Amaral (veja Manuel Teixeira Vilela e Pedro Gonçalves Meira).

João Monteiro de Oliveira (veja Cláudio Furquim de Campos).

Joaquim Antônio de Arruda - Tapera.

Citado em "Bens Rústicos" de 1818, e em vários documentos de seus vizinhos, esta Tapera abrangia fazendas diversas, como a Samambaia, São Pedro, Contendas, Rosário, etc. Tinha em 1818, 604 alqueires de terras, vizinha da Tapera do brigadeiro Luís Antônio.

Pelo seu segundo casamento, Joaquim Antônio de Arruda foi pai de Francisco Antônio e avô de Querubim de Sousa Arruda, ambos proprietários da fazenda Figueira, em Valinhos. Joaquim Antônio de Arruda foi vereador em 1812, e faleceu em 1830.

Joaquim Aranha Barreto de Camargo - Mato Dentro.

Fundado em 1806 pelo Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Este militar, nascido em Cotia onde foi batizado em 1763, seguiu a carreira das armas, como seu pai e avô, como oficial de Infantaria da Marinha, em Santos, de onde foi destacado para diversos postos, até ser Tenente-Coronel Agregado de Milícias da Vila Nova de Castro (hoje Estado do Paraná). Teve aí grande fazenda de criar, nela residindo até 1806, quando mudou-se para Campinas, adquirindo terras e fundando o seu engenho neste mesmo ano, engenho registrado como "Bens Rústicos" em 1818, com área de "750 braças de testada e 1.000 de sertão"; construiu sua sede rural (figs) assim como sua casa urbana (fig), passando o engenho em 1820 à sua filha Maria Luzia (futura Viscondessa de Campinas) e a seu genro e sobrinho, Francisco Egídio de Sousa Aranha, que havia sido seu auxiliar de administração no Paraná.

Tinha o engenho uma área de 1.515 alqueires de terras que se fracionaram, fundando-se as fazendas Mato Dentro de Baixo (depois Vila Brandina) e Lapa, cuja sede é hoje a Sociedade Hípica de Campinas.

Joaquim Cardoso de Gusmão - Taquaral, Anhumas.
(veja Antônio Ferraz de Campos)

Joaquim Cardoso de Gusmão - Campos da Bahia.

Comprou em 27/12/1812, "campos de criar e terras lavradias" de José Antônio do Amaral e sua mulher Maria da Lapa e Sousa.

Joaquim Filipe Néri - Morro Azul (veja Antônio Teixeira de Camargo)

Joaquim Filipe Néri - Anhumas.

Em 14/4/1817, então residente em Moji-Mirim, comprou "sítio no bairro de Anhumas com casa de vivenda, engenho, quatro juntas de bois" "em sítio e terras" de Pedro Antônio de Oliveira e sua mulher Ana Joaquina de Sousa, dividindo com o ribeirão de Anhumas, Bento Simões Vieira e o caminho para a vila.

Joaquim José da Rosa (veja João Fernandes de Almeida).

Joaquim da Silva Leme (veja Inácio Caetano de Almeida).

Joaquim José Teixeira Nogueira - Chapadão.

Conforme trabalho de Omar Simões Magro, foi este senhor de engenho, detentor de cinco sesmarias. Com falta das respectivas cartas, destacamos o Sítio Grande, situado na Boa Vista (130), chamado depois engenho e fazenda Chapadão, ~~na qual o~~ cujo proprietário foi um dos três iniciadores da indústria açucareira em Campinas. ~~Neste engenho,~~ nele foi construído um dos "Grandes Solares do Açúcar" ~~xxxxxxxxxx~~ por ~~xxxxxxxxxxx~~ este mesmo proprietário, ~~em cujo~~ engenho ~~foi re-~~

censeado como produtor e exportador de açúcar para Santos.

Joaquim José acompanhou seus pais e irmãos na mudança para Campinas, como tratamos em "Grandes Solares do Açúcar". Morou permaneceu também em Itu, o maior centro açucareiro da capitania; relacionou-se com famílias ituanas, na vila onde teve o seu irmão Frei Antônio de Pádua Teixeira, como presidente do Convento Franciscano de São Luís, frei antônio, o primeiro vigário de Campinas onde tinha sido o braço direito de Barreto Leme, na fundação de Campinas e na criação e instalação da freguesia. Em Itu, e foi seu primeiro vigário casou-se Joaquim José, a 23/1/1787, com Ângela Isabel Maria de Sousa, dos velhos Camargos da capitania, assim como seus irmãos, Domingos Teixeira Nogueira casado com Maria Joaquina de Sousa, irmã de Ângela Isabel; Filipe Néri casado em Porto Feliz com Maria Leite de Camargo; Cirurgião-mór Tomé Jacinto Teixeira, casado em Cotia com Maria da Rocha Camargo. Domingos e Tomé viveram em Itu, onde faleceram. Em Campinas, Joaquim José foi juiz ordinário, juiz de órfãos e vereador.

Joaquim José Teixeira Nogueira e outros - Atibaia.

Em 1796 obteve Joaquim José esta sesmaria, em comunhão com Joana Antônia Teixeira (sua irmã), Maria Leite de Camargo (sua cunhada, esposa de Filipe Néri Teixeira) e Antônio Teixeira de Camargo (seu sobrinho filho destes últimos), "uma sorte de terras da banda de lá do rio Atibaia, com uma légua de testada e três de sertão, principiando em um pântano que está perto do dito rio e nele deságua, rio abaixo ao Noroeste" (L28 fls. 54). Dentro desta área, descendentes de Joaquim José tiveram fazendas como o São Francisco, Morro Alto, Saltinho, etc.

Com uma légua de testada e partindo de um pântano, entre os rios Jaguari e Atibaia, estas terras se localizaram ao Oeste (poente) de terras devolutas que foram, depois, requeridas e concedidas a Nicolau Gonçalves da Silva. O sertão estabelecido em três léguas, naturalmente foi reduzido, pelo menos à sua metade, já que outra sesmaria foi concedida na confluência dos dois xx rios citados, onde eles se findam formando o Piracicaba, local do Salto Grande e do solar do guarda-mór Manuel Teixeira Vilela.

Joaquim José Teixeira Nogueira - Quilombo

A carta desta sesmaria a favor de Joaquim José Teixeira Nogueira data de 24/4/1798, e figura em "Bens Rústicos" de 1818, com 750 braças de testada por 1.500 de sertão; suas terras eram banhadas por ribeirões entre os quais o Quilombo e do Engano, e se distribuíram por xxxxxx fazendas a descendentes do sesmeiro, destacando-se, entre eles, o capitão Francisco Teixeira Nogueira, oficial do exército imperial, voluntário das guerras do Sul, de onde voltou no posto de Capitão.

Próxima está a cidade de Sumaré, antiga Rebouças,

cujo nome anterior era, para o povoado, Quilombo. Uma bonita publicação da Câmara Municipal de Sumaré, inclue, entre os patronos da fundação da cidade, em primeiro lugar, Domingos Franklin Teixeira Nogueira, neto do sesmeiro Joaquim José Teixeira Nogueira. De fazendas constantes da antiga sesmaria, podemos indicar o São Francisco, do capitão Francisco Teixeira Nogueira e do seu filho homônimo, e o Quilombo, que Fernão Pompeu de Camargo, bisneto do sesmeiro, vendeu para o governo do Estado fundar o núcleo colonial Nova Veneza, com 580 alqueires de terras. Quilombo era, talvez, a sede primitiva da sesmaria, depois fazenda.

Discordamos da publicação de Sumaré quando afirma, à página 8, ser Inácio Caetano Leme condômino com Joaquim José Teixeira Nogueira, que era proprietário único nesta sesmaria do Quilombo. Inácio Caetano era condômino na sesmaria do ribeirão do Engano (L30 fls. 77v. do Arquivo Público) com Rafael de Oliveira Cardoso, Maria Teresa do Rosário e Joaquim da Silva Leme, que, conforme o citado Livro, distava quatro ou cinco léguas (léguas da época) da sesmaria de Joaquim José.

Joaquim José Teixeira Nogueira - Atibaia II.

Diz a carta de sesmaria de João de Barros Pedroso (L 29 fls. 249 de 1798) que a propriedade à beira do Atibaia, "de uma e outra bando do córrego Chamado Monte Alegre, estava entre duas sesmarias, do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira e do Tenente Inácio Ferreira de Sá. Esta citação refere-se a mais uma sesmaria do mesmo sesmeiro, além das que descrevemos, não podendo se referir à possuída por Joaquim José na margem direita do rio.

O córrego Monte Alegre tem a sua barra na margem esquerda do Atibaia, e a sesmaria de Barros Pedroso foi concedida em 1798, quando Joaquim José já ali possuía as terras da divisa. Como Inácio Ferreira era sesmeiro ao Leste (Nascente) de Barros Pedroso, Joaquim José só poderia estar ao Oeste (Poente) abrangendo a fazenda São Bento, quando Barros Pedroso se tornou senhor das terras onde nasceu a atual cidade de Paulínia.

Joaquim José Teixeira Nogueira - Barreiro, Americana.

Esclarece a concessão da sesmaria do desembargador Diogo de Toledo Lara Ordonhez, e escrituras de terras vizinhas, a localização desta sesmaria do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira. Está no atual município de Americana, confrontado com o citado desembargador, com André de São Paio Botelho, Inácio Caetano Leme, e João Antônio Duarte Bueno. Se é incontestável a concessão desta sesmaira, os seus detalhes continuam desconhecidos, mas se confirma a afirmativa de Omar Simões Magro de ser este sesmeiro, senhor de cinco sesmarias.

José Alves de Lima - Taquaral (veja Antônio Ferraz de Campos).

José Antônio do Amaral - Salto Grande.

Em condomínio com o seu irmão, João Manuel do Amaral, e com Domingos da Costa Machado, foi sesmeiro no Salto Grande, na confluência dos rios Atibaia e Jaguari, subindo por eles na extensão de duas léguas (L 30 fls. 71 v.). Seu irmão vendeu a parte que possuía, em 1798, ao guarda-mór Manuel Teixeira Vilela, por escritura de 2/11/1809, declarando que a venda havia sido feita em 1798.

José Antônio do Amaral - Dois Córregos.

Foi senhor de engenho em Dois Córregos onde, em 1798, produziu 300 arrobas de açúcar com 14 escravos. Neste anos, em 28/8, vendeu suas terras ao brigadeiro Luís Antônio.

José Antônio do Amaral - Mato Dentro.

Em condomínio com Rafael Antunes de Campos, teve imóvel no Mato Dentro, que vendeu a Francisco Xavier da Rocha em 18/10/1807.

José Antônio do Amaral - Boa Vista.

Sesmeiro nesta paragem, vendeu parte a Luís Antônio de Sousa em 1803, onde, neste ano, havia produzido 140 arrobas de açúcar com 16 escravos.

José Antônio do Amaral - Campos da Bahia.

Comprou terras de André de São Paio Botelho, das quais vendeu parte, em 22/7/1812, a Joaquim Cardoso de Gusmão, e parte a Francisco Xavier da Rocha que a revendeu, am 14/10/1815, a Rafael Antunes de Campos.

José de Barros Fajardo (veja João Fernandes de Almeida).

José Domingos (ou Dominques) da Rocha (veja Cláudio Furquim de Campos)

José Francisco Aranha Barreto de Camargo, Padre - Atibaia.

O grande solar que construiu em sua sesmaria, constou do levantamento que fizemos dos sobradões rurais do açúcar. Sua propriedade se situava na margem esquerda do médio Atibaia, mas suas terras transpuzeram o rio, por compra, com considerável área. Foram seus herdeiros o Barão de Itapura e o Barão de Anhumas. Constou de "Bens Rústicos" de 1818, este seu latifúndio, que passou a ter o nome de fazenda Atibaia.

José Inácio de Camargo Penteado (veja Floriano de Camargo Penteado e Inacio Ferreira de Sá).

José Joaquim da Costa Gavião - Sertão, Cabras.

Diz Mário Neme (131) que este brigadeiro adquiriu a sesmaria de Antônio da Cunha Raposo Leme, "compreendendo uma légua por duas, fazendo testada com terras de Francisco de Camargo Pimentel, (veja Cláudio Furquim de Campos) "e tendo o seu centro no ribeirão

em barreirinho, e um quarto de légua daquém do ribeirão, com o sertão até o rio Jaguari (L 29 fls. 32)". "Sabe-se que nesta gleba existiam posseiros entre os quais Clemente Pinto do Prado e José Correia Marques, este confrontante com as terras do grupo de Cláudio Furquim de Campos. Estas posses foram vendidas ao brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião, que também adquiriu a própria sesmaria concedida a Raposo Leme, fundando nela o engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão, e a fazenda de criar denominada Cabras; posteriormente (1820), os vendeu ao capitão-mór Floriano de Camargo Penteado (cart. do 1º tab. L 24 fls. 19)".

Nesta última citação do mestre Mário Neme, houve algum engano, pois examinamos cuidadosamente o Livro 24, nada encontrando; nota-se, ainda, que as escrituras do ano de 1820 acham-se no Livro 14 do mesmo cartório, e nele nada encontramos. Entretanto, as terras deste latifúndio pertenceram, realmente, ao senhor de engenho Floriano de Camargo Penteado, e se transmitiram a seus herdeiros que nelas fundaram muitas fazendas, como vamos indicar, desde o Sertão até o alto da serra de Cabras.

<u>José da Rocha Camargo</u> (veja Antônio Ferraz de Campos, Taquaral).

<u>José Rodrigues de Almeida</u> (veja João Fernandes de Almeida).

<u>José Rodrigues Ferraz do Amaral</u> - <u>Sete Quedas</u>.

Em 4/8/1802, lavrou-se a escritura de venda na qual compareciam como vendedores, José Antônio de Figueiró e sua mulher Isabel Correia da Cunha, e como comprador o tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral, de um "sítio e terras a eles pertencentes, na paragem chamada sete quedas". Tinha a propriedade por vizinhos, "de uma banda para a parte da estrada de Itu, com terras de Francisco Pedroso de Lima, e pela parte direita; e pela esquerda com Antônio Álvares da Silva, e na mesma forma partem com Águeda Correia, e mais adiante, com José Gonçalves Teixeira até entestar com Joaquim Álvares dos Santos".

Pagou o comprador pelas terras 260 mil réis, terras que continham "dois lanços de casa de taipa de pilão coberta de telhas", uma prensa de mandioca, um engenho de fazer farinha e um paiol coberto de telhas. Este mesmo comprador adquiriu mais terras: em 2/10/1807, de José Gonçalves Teixeira; em 20/10/1807, de Joaquim Alves dos Santos; em 5/9/1816, de Pedro Bueno de Camargo, e ainda em 1/4/1803, de Águeda Correia Pais.

A vastidão deste latifúndio permitiu sua divisão em várias fazendas como Sete Quedas, Jambeiro, Cachoeira, Pedra Branca, todas na descendência do latifundiário. Este senhor de engenho foi casado com Ana Matilde de Almeida Pacheco, faleceu em Campinas em 1819, deixando oito filhos, entre os quais o Visconde de Indaiatuba.

José de Sousa Siqueira (II) (veja Inácio Ferreira de Sá)
Comprou sítio a 3/5/1799, de Leonardo Moreira da Cunha.

Luís Antônio de Sousa - Tapera, Dois Córregos.

Pelas escrituras lavradas em Campinas, o brigadeiro Luís Antônio de Sousa iniciou suas atividades nesta região, com a compra do latifúndio Tapera. Na residência, ou como se dizia, "em casas de morada" do capitão Filipe Néri Teixeira, em seu engenho de Campinas Velha, a 28/8/1798, compareceu o tabelião e lavrou a escritura de venda que fazia o alferes José Antônio do Amaral ao brigadeiro Luís Antônio de Sousa do "sítio e terras" que aquele havia adquirido de José Machado de Lima, "partindo de um lado com o Dr. José Barbosa da Cunha; e "da outra parte com José de Camargo, e da outra com Bento Machado de Lima, e da outra com Joaquim de Arruda, e outro sítio que tinha adquirido de Luís Cardoso de Gusmão, cujo sítio é na paragem chamada Dois Córregos, com todas as terras que partem de um lado com Amaro Leme e de outro com D. Quitéria Pais de Siqueira, e outro com João de Camargo e seu irmão Inácio Bueno de Camargo até entestar com terras do Dr. José Barbosa da Cunha"

Fez-se, então, a transferência de dois sítios, um hoje propriamente chamado Tapera, e outro com engenho e oito juntas de bois, cujas terras atingiam a "paragem chamada Dois Córregos". A mesma Tapera está na relação dos "Bens Rústicos de 1818".

Certamente anexando à Tapera, pelo que revelam os nomes dos vizinhos, comprou mais o Brigadeiro, a 9/10/1801, um sítio na estrada que vai para Jundiaí, cuja divisa Norte confina com Maria Fausta (Maria Fausta Miquelina de Araújo e Azambuja) "por um caminho que vai até a estrada das sete quedas", propriedade da viúva de Bento Machado de Lima, Maria Gertrudes da Silva. Comprou de Rafael de Oliveira Cardoso, a 2/1/1804, terras no bairro de Dois Córregos. Neste bairro, comprou mais, a 14/10/1815, sítio e terras de Inácia Francisca e seus filhos; a 3/11/1816, terras e cultivados de Romão Álvares de Oliveira.

Luís Antônio de Sousa - Atibaia, Fazendinha.

Diz a carta de sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida e outros, de 28/2/1800, com a testada da estrada de Goiás, entre os rios Atibaia e Jaguari cuja margem percorre até "entestar a com a sesmaria do Cel. Luís Antônio de Sousa"; não se tratava de uma sesmaria, mas de um latifúndio adquirido por compra a diversos proprietários de menores áreas. A primeira área Luís Antônio comprou de Cláudio Furquim de Campos, a 23/12/1798, sítio e terras parte de sesmaria do vendedor, entre os rios alto Atibaia e Jaguari, com casas de telhas, de paredes de mão, de três lanços "com seu corredor", engenho de moer cana, duas caldeiras e formas, paiol, três juntas de bois,

carro, carretão, seis quarteis de cana. Entendemos que ao Norte das terras, estão outras adquiridas por escritura de 13/6/1800, em sociedade com Inácio Ferreira de Sá, comunhão que se desfez posteriormente, fazendo certo, como indica a vizinhança com Alexandre Barbosa de Almeida, que à Fazendinha pertenciam terras das fazendas que chegaram a netos do Brigadeiro, Iracema e Atalaia. Aproximando-se de Anhumas, ao mesmo pertenceu a fazenda São Vicente, esta ainda em poder de seus descendentes, originada em escrituras de 9/10/1813 e 23/8/1814.

Luís Antônio de Sousa - Santo Antônio, Boa Vista

A primeira referência que encontramos desta propriedade, consta da escritura de divisão amigável entre Filipe Néri Teixeira e o brigadeiro Luís Antônio, "no caminho novo que se está abrindo para Piracicaba, que servirá de divisa das terras". Após, a escritura de compra de "sítio, terras e seus cultivados", em 29/4/1815, de Francisco Xavier da Rosa, seguida da compra de 3/10 do mesmo ano, a José Antônio do Amaral, e da compra de 9 do mesmo mês, do sítio "denominado Santo Antônio", de Antônio da Silva Leme, visinho do comprador, de Bernardo Guedes Barreto e outros. Esta propriedade passou a pertencer, depois, a José da Costa Carvalho pelo seu casamento com a viúva do Brigadeiro, e figurou, também, com o primeiro proprietário, em "Bens Rústicos"de 1818.

Luís Antônio de Sousa - Campos da Bahia

Outro latifúndio formou o Brigadeiro, com várias compras: a 14/10/1815 de José da Cunha Raposo Leme que havia adquirido terras de sesmaria de José Antônio do Amaral e Rafael Antunes de Campos,"rumo de Francisco Xavier da Rocha e da Lagoa Grande seguindo para a parte do Capivari", "nos Campos da Bahia". Escritura de 27/8/1817, compra a José Antônio do Amaral, campos que este havia adquirido de André de São Paio Botelho, dividindo com Bernardo Guedes Barreto , barra do ribeirão de Areia Branca, e terras de Rafael Antunes de Campos; e mais, em 27/8/1817 ainda, terras de Rafael Antunes de Campos e que foram de André de São Paio Botelho, "até o fim da sesmaria", acompanhando terras que foram de José da Cunha Raposo Leme, "e hoje do comprador e divisa com o Galvão até o ribeirão do Toledinho".

Este campo, então chamado "da Bahia", situa-se no atual município de Americana (antes Campinas) a leste do cemitério dos protestantes que está próximo do ribeirão dos Toledos.

Luís Antônio de Sousa - Pirapitingui.

Com sociedade de Inácio Ferreira de Sá, foi requerida carta de sesmaria para terras já de posse dos requerentes, na paragem denominada Saltinho, da barra do Pirapitingui (L 30 fls. 122), na qual se estabeleceram "com engenho de fazer açúcar", "com casas e canaviais", devendo, da barra do rio à paragem Saltinho, conter todo leito do rio,quando ele tem seu percurso de Leste a Oeste.

Manuel Fernandes de São Paio - Barra

Comprou Comprando as terras de Filipe Néri Teixeira, pelas escrituras de 19/9/1798; na mesma data as de Ana Maria Josefa, que as havia adquirido de José Barbosa do Rego, sítio na paragem chamada Mato Dentro dividindo com Campinas Velha e Domingos da Costa Machado; escrituras retificadas pela de 23/11/1798, para dizer que tinham as terras, de um lado, "Rafael Antunes pelo rumo da vila que o dito Antunes fez", parte com Domingos da Costa Machado "até a direitura do espigão, com Bernardo Guedes Barreto e caminho de Cláudio Furquim que vem do Atibaia, e córrego de Campinas Velha por ele subindo "até as capoeiras e da parte de Ana Maria". Dividia, ainda, com Francisco Xavier da Rocha, acompanhava o alto Anhumas até a estrada de Goiás com a futura fazenda São Quirino, antes "dos Quirinos", entre os quais Joaquim Quirino dos Santos, genro de Manuel Fernandes. Manuel Fernandes ainda comprou, a 9/8/1800, parte de terras de Francisco Xavier da Rocha.

A área desta sesmaria, contendo as fazendas da Barra, São Quirino e "sitio na paragem chamada Mato Dentro", certamente abrangia a área do latifúndio do Mato Dentro, adquirido pelo tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, que ali fundou engenho e passou a residir em 1806, a qua não podemos documentar compra que não podemos documentar por falta do Livro de Notas IV no Tabelionato, livro que deveria conter escrituras de 1804 a 1806. Aos 14/10/1814, Manuel Fernandes de São Paio "homem doente, por seu procurador Floriano de Camargo Penteado, e sua mulher do dito São Paio, Custódia Mariana de Oliveira", vendeu "terras visinhas ao rumo da vila, ao falecido Filipe Néri Teixeira, a Bernardo Guedes Barreto, até sair na estrada que vai para Moji", venda feita a João Batista de Matos.

Pretence o original da carta de sesmaria de Manuel Fernandes de São Paio, ao Museu Arquidiocesano de Campinas, e do seu inteiro teor fazemos integral transcrição, com duas reproduções fotográficas, certos da raridade do documento carinhosamente conservado pelos descendentes do sesmeiro, e oferecido ao Museu, em nome da família, pela generosidade de Galdino de Abreu Soares:

"Dom João, por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia Pérsia e da Índia: Faço saber aos que esta Minha Carta de Confirmação de Data e Sesmaria virem: Que por parte de Manuel Fernandes de São Paio, Me foi apresentada outra mandada passar por Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, sendo Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, do teor seguinte - Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo. Faço saber aos que esta Minha Carta de Sesmaria virem, que atendendo a me representar Manuel Fernandes de São Paio, {xxx} da Vila de São Carlos, que é ele Senhor e possuidor de três sítios e das terras a eles prtencentes, na paragem chamada Barra do Córrego das Campinas Velhas, {xxx} com outro Córrego que vai da Vila, os quais ditos três Sítios estão anexos uns aos outros, e o suplicante os Comprou para formar Seu Engenho, como consta dos Títulos junto, que lhe passaram os vendedores, mas como destas terras do Suplicante se acha de um lado parte de baixo da Sesmaria do Alferes Francisco Xavier da Rocha, {xxx} e de outro lado se acha outra parte de baixo da Sesmaria de Bernardo Guedes Barreto, {xxx} ambas concedidas e medidas há pouco tempo, e fica-se entre estas duas Sesmarias um intervalo de terras do Suplicante, que não se acham munidas de legítimo título de Sesmaria, por se acharem possuindo aquelas terras por simples posses, posta que antigas, queria por isso que eu em Nome de Sua Majestade, lhe conceda por Sesmaria as mesmas terras, que se acham entre as Suas Sesmarias, e constam dos títulos juntos, e de que o Suplicante está de posse, as quais fazem sua testada pelo lugar onde se acha o rumo divisório feito pelo Capitão Filipe Néri Teixeira, {xxx} Antecessor do Suplicante, e Rafael Antunes, seguindo a mesma Linha do Rumo do Leste a Noroeste até a distância de Trezentas e oito braças {xxx} de onde torcerá o Rumo a buscar o marco antigo da Peroba da Cruz, que está na estrada, vindo a ter a dita testada, nesta parte,

quatrocentas e noventa braças, e mais ou menos, e da outra parte o que se achar entre as duas Sesmarias;e o Sertão correrá de um lado pelo Rumo da Sesmaria do predito Bernardo Guedes e do outro lado pelo Rumo da Sesmaria do Alferes Francisco Xavier da Rocha, por onde tem mil cento e setenta braças (9) de Sertão, mais ou menos, e do outro lado será o que houver dentro dos Rumos, compreendendo-se dentro da Sesmaria as pontas de matos que para as partes das Capoeiras das Campinas, existem e pertencem ao Suplicante, pois que sendo, como são, terras originadas de posses, não se lhe pode dar quadra num Rumo certo, porquanto o Suplicante só pede aquelas terras que se acham debaixo de seus títulos , o que só na sua medição se poderá melhor examinar, sendo certo que todas elas são muito menos de meia Légua, portanto me pedia lhe concedesse a Referida Sesmaria na forma declarada e pelos Rumos que se acharem mais próprias para divisar e limitar Conforme os Seus títulos, e sendo visto o seu requerimento, em que foi ouvida a Câmara da Vila de São Carlos, a quem se não ofereceu dúvida, nem aos Doutores Procurador da Fazenda e Coroa, e Ouvidor da Comarca, a quem se deu vista; Hei por bem dar a Sesmaria em Nome de Sua Majestade Fidelíssima, em virtude de sua Real Ordem de quinze de Junho de mil setecentos e onze, ao dito Manuel Fernandes de São Paio, as terras que pede na paragem mencionada com as confrontações acima indicadas e sem prejuízo de terceiro ou do direito que alguma pessoa tenha a elas,com declaração que as cultivará e mandará Confirmar esta minha Carta de Sesmaria por Sua Majestade, dentro de dois anos, e não o fazendo se lhe denegará mais tempo, e antes de tomar posse delas as fará medir e demarcar judicialmente, sendo deste efeito notificadas as pessoas com quem Confrontar, e será obrigado a fazer os caminhos da sua testada, com pontes e estivas, onde necessário for, e descobrindo-se nela Rio Caudaloso que necessite de Barca para se atravessar, ficará Reservada de uma das margens dele, meia légua de terras em quadra, para a comunidade pública e nesta Data não poderá suceder, em tempo algum, pessoa Eclesiástica, ou Religião, e sucedendo será com encargo de pagar Dízimos, ou outro qualquer que Sua Majestade lhe quizer impor de Novo, e não o fazendo se poderá dar a quem o denunciar, como também, Sendo a Mesma Senhora Servida, Mandar fundar no distrito dela alguma Vila e poderá fazer ficando livre e sem encargo algum, ou pensão para o Sesmeiro, e não compreenderá esta Data Vieiros, ou Minas de qualquer gênero de metal que nela se descobrir, reservando também os Paus Reais, e faltando a qualquer das ditas Cláusulas por serem conformes as ordens de Sua Majestade, e ao que dispõe a Lei de Foral das Sesmarias, ficará privado desta, pelo que mando ao Ministro e mais pessoas a que o conhecimen

to deste pertencer, deem pose ao dito Manuel Fernandes de São Paio, das referidas terras na forma que pede. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por Mim assinada e Selada com o Selo de Minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nela se contém, e se registrará nos Livros da Secretaria deste Governo e mais partes que tocar: e se passou por duas vias. Dada nesta cidade de São Paulo, Manuel Cardoso de Abreu e fez a quatro de Janeiro de 1799. Luís Antônio Neves de Carvalho, Secretário do Governo a fez escrever. Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça - Pedindo-me o dito Manuel Fernandes de São Paio, que porquanto o Referido Governador e Capitão General da Sobredita Capitania lhe dera em Meu Real Nome uma sorte de terras, com quatrocentas e noventa braças de testada, e mil cento e setenta braças de sertão, pouco mais ou menos, mensionadas na dita Carta, lhe fizesse Mercê mandar passar outra de Confirmação dela: E sendo visto seu Requerimento, e o que sobre ele responderam os Procuradores Régios de Minha Fazenda e Coroa, sendo ouvidos; Hei por bem fazer-lhe Mercê de Confirmar, como por esta Confirmo sem prejuizo de terceiros, as ditas quatrocentas e noventa braças de testada e mil cento e setenta braças de Sertão, no Sítio chamado Barra do Córrego das Campinas Velhas, com as confrontações Referidas que em Meu Real Nome lhe deu Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, sendo Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, na forma da Carta nesta inserta com todas as cláusulas e condições na mesma expressada, e com as mais que dispõe a Lei: Pelo que Mando o Meu Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Provedor da Fazenda Real e dela aos mais Ministros e pessoas a que tocar, Cumpram e guardem esta Minha Carta de Confirmação de Sesmaria e a façam Cumprir e guardar inteiramente como nela se contém, sem dúvida alguma: Pagou de Novos Direitos quatrocentos Reis que se Carregarão ao Tesoureiro de ..... a folhas .....e sete verso do Livro primeiro de Sua Receita e se Registrou o Conhecimento em forma a folhas cento e doze do Livro primeiro do Registro Geral : Dada na Cidade de Lisboa a doze de Setembro: Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo,de mil oitocentos e seis.

(a) O Príncipe.

Manuel Rodrigues de Barros (veja João Fernandes de Almeida).

Manuel Teixeira Vilela - Atibaia.

Duas compras fez o guarda-mór Manuel Teixeira Vilela nesta região; uma, parte de sesmaria "na paragem do rio Atibaia que parte com João de Barros Pedroso, Joaquim José Teixeira Nogueira, Bernardo Guedes Barreto e o rio Atibaia, com uma légua de testada por 3/4 de sertão", que vendeu em 6/8/1803 a João Antônio Álvares. Outra, comprada de Salvador do Prado Cortes e João Manuel do Amaral, "da outra banda do Atibaia até o Jaguari, dividindo com Antônio de Camargo Penteado e Nicolau Gonçalves da Silva, e que revendeu em 26/12/1803 ao Padre Caetano José de Abreu.

A compra destas duas propriedades deveria ter sido feita em 1796, quando, em 6/7, escrevia ele a seu irmão Filipe Néri Teixeira, relatando que fora visitado por Frei Antônio de Pádua Teixeira, irmão comum, aconselhando-o, como fizera, há mais de vinte anos com os pais e outros irmãos, a mudar-se para Campinas, a terra de seus encantos, de seus trabalhos apostólicos e de grandes ralizações.

Aceitou Manuel Teixeira o conselho do irmão franciscano, e pediu aos irmãos campinenses que tomassem providências para a sua chagada a Campinas. Não o acusava nesta freguesia o recenseamento até 1805, mas provavam-no as compras de imóveis e o batizado da filha com sete dias de nascida, a 1/11/1799, em Campinas. A carta enviada para o irmão, pedia que mandasse fazer plantações de cereais para seu consumo doméstico, o que indica intenção de mudança imediata, de Lagoa Dourada onde residia, para Campinas.

Manuel Teixeira Vilela - Boa Vista.

Residia já este senhor de engenho em sua propriedade do bairro da Boa Vista, antes de 1805, na propriedade que obteve em duas aquisições: a primeira, de Alexandre Bueno da Silva, e a segunda com escritura de 12/1/1807, de João Batista do Amaral Gurgel, com "um lanço de casas de paredes de mão, coberto de telhas, dividindo com Francisco de Paula Camargo, José Gomes, Gertrudes Pires, Inácio de Lemos e com terras de sua primeira aquisição.

Manuel Teixeira Vilela - Salto Grande.

Durante o governo do capitão general Antônio Manuel de Castro e Mendonça (132), por ato seu, foi concedida uma sesmaria a João Manuel do Amaral, José Antônio do Amaral e Domingos da Costa Machado, abrangendo a confluência dos rios Atibaia e Jaguari, incluindo o salto grande do primeiro. Os beneficiários não a cultivaram e não a povoaram até 1799, quando o primeiro vendeu sua parte, por quize mil réis, ao guarda-mór Manuel Teixeira Vilela. Não foi lavrada escritura, "por estar em tempos anormais" (133), procurando, porém, o comprador, vendedor e anuentes, aos 2/11/1809, o cartório onde se fez e assinou a respetiva escritura de compra e venda, anuência e qui-

tação. Neste engenho, o guarda-mor construiu sua vasta residência, que descrevemos, ilustrando-a, em "Grandes Solares do Açúcar".

Dos bens de inventário deixados pelo primeiro senhor do Salto Grande, além deste engenho, constam os da Boa Vista, Cachoeira, Beira do Atibaia, Morro Alto, a Invernada. Na cidade, casa no largo da Matriz (matriz nova, hoje Catedral), com fundos até a rua de Santo Antônio (hoje av. Campos Sales). Manuel Teixeira Vilela foi sócio "por escritura" do coronel Francisco Antônio de Sousa, em outros engenhos.

Maria Leite de Camargo (veja Joaquim José Teixeira Nogueira).

Maria Teresa do Rosário (veja Inácio Caetano Leme)

Miguel Antunes Garcia (veja Ana Maria Cordeiro)

Miguel Ribeiro de Camargo (veja Ana Matilde de Almeida).

Nicolau Gonçalves da Silva - Atibaia.

Requerida por este, "morador sobre o barranco do rio Atibaia acima, na paragem chamada barra das Anhumas", refere-se a "uma légua de testada de rio a rio". Não podiam as terras concedidas se localizar à frente da barra do Anhumas, pois este trecho já estava incluído na sesmaria concedida a Joaquim José Teixeira Nogueira, que começaria a ser medida desde o pântano, rio acima além da citada barra; e localizamo-la entre terras de outras sesmarias, não podendo as terras requeridas atingir uma légua em quadra. Muitos dos seus vizinhos citaram o nome deste proprietário, em suas escrituras, no baixo Atibaia. A carta foi registrada em cartório de Campinas, L 1º, fls. 40.

Pedro Gonçalves Meira e outros - Boa Vista.

Requerida em 1799, pelo primeiro citado e por Raimundo Álvares dos Santos Prado, João Manuel do Amaral e João Ferraz de Campos, "entre as terras do primeiro e do último", "possuidores de umas terras havidas por compra na vila de São Carlos", com duas léguas de testada e uma de sertão (L30 fls. 150 v.) Não ha dúvida de que esta sesmaria se situava na Boa Vista, incluindo o bairro dos Amarais; está registrada em cartório, L 2 fls. 3.

Pedro José Batista - Anhumas.

Primitivamente teve um sítio que, antes de 1788, vendeu a Antônio de Cerqueira César. Requereu e obteve sesmaria (L 30 fls. 91), confirmada (L 33 fls. 176 v.), no bairro de Anhumas, e registrada em cartório a 24/5/1799.

Rafael de Oliveira Cardoso (veja Inácio Caetano Leme).

Raimundo Álvares dos Santos Prado (veja Pedro Gonçalves Meira e outros).

Teodoro Ferraz Leite - Lagoa.

Foi sargento-mór, dignidade que se denominou major, e com esta se tornou conhecido. De Itu mudou-se para Campinas onde, por escritura de 29/3/1800, adquriu as terras para o latifúndio "Lagoa", de João Ferraz Castanho e sua mulher Ana Antônia de Almeida, que as haviam comprado de João da Rosa Dias. Por esta propriedade pagou o major Teodoro a importância de quatro mil cruzados, nela montando o seu engenho em 1801, e construindo sua sede que descrevemos, com ilustração, em "Grandes Solares do Açúcar".

Neste engenho foram produzidas; em 1803, 600 arrobas de açúcar; em 1804, 1.400 arrobas; em 1807, 950 arrobas. O major Teodoro faleceu a 19/11/1837, caindo o engenho em abandono e sendo suas terras fracionadas. Foi registrado em "Bens Rústicos" com a área de 4.500 alqueires de terras.

GRANDES SOLARES DO AÇÚCAR

A partir de 1790, maior afluxo de ~~elementos~~ pessoas abonados, interessados em instituir em Campinas a produção de cana e fabricação do açúcar, já ~~procuravam~~ procuraram esta cidade, esperançosos de grandes resultados em atividades açucareiras. Os antigos roceiros tinham desde os primeiros tempos seus pequenos canaviais, com engenhoca e fabricação de pinga; porém, faltava-lhes capital para a montagem de grande engenho, transporte e mercado para o açúcar. "As engenhocas de rapadura têm uma maquinária mais simples; um ou dois bangüês (134) de uma só tacha e sem chaminé, moenda acionada por animais (135) e formas de madeira para as rapaduras" (136).

Com a exportação explorada pela vila de Itu, tornou-se possível uma elevação da produção açucareira em Campinas, que teve início com elementos novos abonados, já familiarizados com Campinas, e que despertaram interesse em ~~demais elementos~~ outras pessoas, avolumando-se o número dos futuros senhores de engenho desta região. O grande engenho chamado colonial, "carateriza-se por evaporar a garapa em caldeiras ou tachas submetidas a fogo direto ou fogo nu". "Essas caldeiras hemisféricas ou chatas são colocadas sobre um fogão de tijolos que se chama bangüê, dentro do qual se acende, em uma das extremidades, a fornalha"; "um jogo de equipagem ou bateria de três tachas é suficiente para o fabrico do açúcar. Destas tachas, a mais próxima da chaminé destina-se à limpeza do caldo (clarificação ou defecação); a segunda, do meio, à concentração do caldo (evaporação) e a terceira por cima da fornalha, ao cozimento do xarope até atingir o ponto de açúcar" (137). "A estes utensílios se ajuntam em um engenho, uma moenda acionada à roda d'água ou animais (138) para extrair o caldo ou xarope das canas" que chegam do corte no canavial, destinadas à moenda da qual o caldo se encaminha aos cochos ou parói, por meio de calhas ou bicas. Diz a iconografia de Campinas, (Florence) que havia moenda acionada à mão por escravos ou por animais, enquanto inventários os apontam acionados por animais: "fábrica de açúcar de bois"(1822), ou " fábrica de bois" (1832) e outros.

Embora existindo outros engenhos contemporâneos, com os cinco seguintes que encontramos em pesquisas, formamos um grupo de solares típicos de um tempo de grandeza, ~~marcando~~ a marcar o primeiro surto econômico do município, e elevados no ocaso do século dezoito e raiar do dezenove, que, para a região estudada, é velha tradição. Outros engenhos da mesma época não se destacaram por grandiosidade de suas sedes, embora tendo suas casas-solares assobradadas, mas de um só andar, e, a seguir, de tipos ~~repetidos~~. Posteriormente alguns destas se repetiram

Teixeira Nogueira

Neto da paulista de velha cepa, Maria Leme do Prado, nascida em Piedade (hoje Lorena), e de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, fundador e capitão-mór de Baependi, que fundara em terras do seu próprio engenho de mineração; filho de Ângela Isabel Nogueira do Prado e do capitão Domingos Teixeira Vilela, que usava o nome último por ser natural de Vilela do Tâmega, o capitão de Dragões Joaquim José Teixeira Nogueira, irmão do co-fundador e primeiro vigário de Campinas, Frei Antônio de Pádua Teixeira, acompanhou seu pai Domingos e seus irmãos José e Filipe, para vir residir em Campinas.

Com permanência em Itu, aqui casou-se com Ângela Isabel Maria de Sousa, filha de Gonçalo de Sousa Rodrigues e de Inácia Maria de Camargo Lima, e por esta neta do capitão Fernando Lopes de Camargo; e na mesma região pôde observar as vantagens da cultura da cana e fabrico de açúcar. Fixou-se em Campinas onde foi um dos pioneiros na indústria açucareira.

Das cinco ~~ou seis~~ sesmarias obtidas por Joaquim José, como diz o historiador Omar Simões Magro (139), sua principal propriedade foi o "Sítio Grande", nome, após, mudado para Engenho do Chapadão e Fazenda Chapadão na época do café. Influenciado pelos costumes de Minas Gerais, onde os hábitos de grandeza e luxo se difundiam com a mineração, levantou, para sede do engenho do Chapadão, o sobrado (figs.) com característico da capitania natal, a residência da família em andar superior como cobertura da senzala de escravos. Neste hábito, seu irmão Manuel Teixeira Vilela, construiu o sobrado-sede do engenho de Salto Grande que vamos descrever adiante, e que, como o Chapadão, é de taipa de pilão no primeiro andar, e de pau-a-pique no andar superior (figs.). Da primitiva sede do Chapadão, ainda existente, só podemos dar a planta das paredes externas, pois, internamente foram as vedações destruídas para a montagem de maquina de beneficiar café. O solar é um quadrilátero perfeito, com telhado de quatro águas.

Fundou Joaquim José Teixeira outros engenhos que já recordamos e que, com suas outras sesmarias, deram origem a multiplicadas fazendas de café, herdadas pela sua numerosa descendência. Teve ele destacada atuação na vida política de Campinas, não só pelo seu prestígio pessoal, como pelo de seus irmãos e de sua família, na qual se destacou o seu primo-irmão, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, lente na Academia Real de Marinha em Lisboa, no Brasil ministro de Estado, e já em 1825, Marquês de Baependi.

Barbosa de Almeida

Foi em 1800 que Alexandre Barbosa de Almeida e outros obtiveram sua sesmaria, uma área imensa com meia légua de testada e três de sertão, testada que deveria acompanhar a estrada de Goiás, e fundos seguindo pela beira do rio Jaguari. A concessão beneficiou cinco pessoas: Alexandre Barbosa de Almeida, João Damaceno Barbosa, Antônio Correia Barbosa (II), Cecília Barbosa de Almeida (quatro irmãos) e Bárbara Maria de Matos.

O primeiro citado fundou o engenho e deve ter sido o construtor do solar, ainda existente, hoje sede da fazenda Santa Rita do Mato Dentro (figs.), pois foi o primeiro senhor de engenho dentre os irmãos; casou-se, e faleceu em Campinas em 1822, sem deixar descendentes, tendo os seus irmãos para a sucessão no engenho.

O segundo irmão citado, também se casou em Campinas, com Ana Clara Leite. O terceiro, que ainda em 1805 era comerciante de fazendas na sede urbana da freguesia, casou-se com Úrsula Franco de Andrade, filha do capitão-mór de Campinas, João Francisco de Andrade, casal que se estabeleceu em terras da sesmaria, à beira do Atibaia, iniciando a que se chamou fazenda Jaguari, hoje fazenda Santa Úrsula.

Estes irmãos, vindos de Piracicaba para Campinas, eram filhos de Antônio Correia Barbosa (I), "o povoador", casado com Ana Lara da Silva, já falecido em 1792; seu filho Antônio (II) foi a primeira criança batizada na freguesia de Piracicaba, a 29/7/1774; tornou-se proprietário único da sesmaria que, por seu falecimento em 1839, ficou sob a direção de sua viúva, D. Úrsula, vendedora em parcelas, da área da sesmaria, o que permitiu a formação, além da Santa Rita e da Santa Úrsula, das fazendas Sete Quedas, Recreio, Bom Retiro, Castelo, Santa Clara e outras.

O velho solar ainda estava conservado quando o visitamos a 1/12/1976, sem paredes internas nos lanços laterais, mas que foram reproduzidas na planta pelos sinais deixados na demolição. O corpo central se compõe de dois salões sobrepostos, ligados por ampla escada em caracol. Seus telhados, o do sobrado em quatro águas, e em três águas os de dois lanços laterais. Suas fotografias internas atestam bem sua idade. Figs.

Ferraz Leite –

Fundado em terras adquiridas pelo Major Teodoro Ferraz Leite, que em 1801 já estava montando seu engenho, teve como sede um dos grandes solares do açúcar (fig.), "fábrica de açúcar, de bois com massame", "casa de purgar com todos os utensílios", em 1818 está registrado em "Bens Rústicos" ( ) com área de 1500 braças (3.300 metros) de testada (frente), por 1500 braças de sertão (fundos), tendo em trabalho 55 escravos. Seu solar residencial, em quadrilátero perfeito com telhado de quatro águas, e senzala à parte, segundo hábitos locais, utilizava o rés do chão para outros fins, enquanto nos altos instalava sua residência.

Era o major Teodoro casado com Francisca Franco da Silva Lobo, em primeiras núpcias, com quem mudou-se para Campinas onde ela faleceu am 1805; casou-se em segundas núpcias, com Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, filha de seu compadre e vizinho, o primeiro senhor do engenho do Chapadão, Joaquim José Teixeira Nogueira. De seus filhos, Maria, das primeiras núpcias, casou-se com Ângelo Custódio Teixeira Nogueira que foi seu sócio em casa de comissões de açúcar, em Santos, onde Ângelo residiu de 1825 a 1837. Do segundo casamento, Francisca casou-se com o tio materno Luciano Teixeira Nogueira, segundo senhor do engenho do Chapadão; Rita, com o juiz bacharel Francisco de Assis Pupo; e Luís Nogueira Ferraz, o moço mais rico de Campinas em seu tempo, todos ascendentes de numerosas proles.

Teodoro Ferraz Leite acumulou grande fortuna e deixou a tradição de fazer brilhantes festas em casamentos das filhas, noivas sempre adornadas com riquíssimos vestidos e mais complementos. Ele faleceu, já viúvo pela segunda vez, em 1837, ficando paralizado o engenho durante seu inventário; no pátio do sobrado, deu-se o combate da Venda Grande em 1842, e nos altos do sobrado, foram trucidados, pelos soldados mercenários do Padre Ramalho, os idealistas liberais revolucionários, entre os quais o veterano das guerras do Sul, capitão Boaventura do Amaral Camargo.

As terras do engenho foram absorvidas por propriedades vizinhas, e o sobrado demolido no século atual. Estampamos a planta das paredes mestras do sobrado, tirada dos remanescentes das taipas, sobre as quais foi levantado um marco comemorativo do combate, remanescentes que tanto careceram do amparo oficial para que não desaparecessem, mas que foram arrazados pelo proprietário do terreno; o marco foi transferido para a proximidade.

Aranha de Camargo

Filho do comandante militar da praça de Santos, o sargento-mór Francisco Aranha Barreto, e de sua segunda mulher, Mônica Maria de Camargo, dos velhos Camargos de São Paulo, nasceu o Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo, em Cotia, terra de sua família materna. Deveria ter passado o início de sua vida em Santos onde o pai exercia seu ministério militar, e o encontramos em Atibaia nomeado vigário em 1791 (140), dedicando-se logo à construção de nova igreja matriz.

Diz o historiador de Atibaia, Waldomiro Franco da Silveira, que "em 1798 o principal templo do planalto já está concluído, mas só o vigário Camargo sabe com quanto sacrifício; quantas amarguras não teve ele de curtir em silêncio para vê-lo pronto". "Deve-lhe Atibaia grandes serviços como virtuoso pastor, e como construtor da Matriz a qual é, com poucas modificações, a mesma que temos até hoje" (hoje se refere a período anterior a 1950, quando Franco da Silveira publicou sua "História de Atibaia").

Em 1798 mudou-se o Padre Aranha para a futura província do Paraná, ou seja a Comarca de Curitiba da província de São Paulo, desmembrada para constituir nova província. Acompanhou o seu irmão Joaquim Aranha Barreto de Camargo, grande proprietário de fazenda de criar na mesma região, depois fundador do engenho do Mato Dentro em Campinas.

Continuando a acompanhar o irmão, mudou-se o Padre para Campinas em 1805 ou 1806, exercendo o cargo de visitador diocesano, com dedicação e competência de homem culto que era. Guarda o Museu Arquidiocesano de Campinas um breviário de seu uso, inteiramente anotado de seu próprio punho, identificado em técnico exame grafológico.

Em Campinas fundou o Padre Aranha o engenho do Atibaia, para sede construindo o vistoso sobrado, um quadrilátero perfeito com telhado de quatro águas, inteiramente de uso residêncial. O engenho passou à propriedade dos Barões de Itapura, [illegible] Abandonado pelos últimos proprietários, desmoronou-se o sobrado.

Teixeira Vilela

Senhor do latifúndio Salto Grande, nele construiu o guarda-mór Manuel Teixeira Vilela o seu solar. O sobrado tem resquícios de velhos castelos que abrigavam uma poupulação, suserano e vassalos, acolhendo a família do senhor no alto, e a escravatura e maquinário no piso térreo, com agasalho integral para todos os habitantes. É um quadrilátero perfeito, com telhado em quatro águas; no andar térreo, dispõe de amplo salão de entrada com escada nobre conduzindo para o andar superior (fig.)

No alto do sobrado termina a escada em grande vestíbulo (fig.), com duas janelas para a frente do sobrado e portas laterais, à esquerda para o salão de visitas de três janelas correspondentes a três portas dando entrada para três alcovas (fig.), geralmente cômodos para hóspedes, isolando-os da intimidade da família, e, à direita do vestíbulo, uma porta para o quarto do casal, de duas janelas de frente e portas correspondentes (fig.), com bandeiras de rótulas, para o dormitório seguinte, E a terceira porta do vestíbulo, dando entrada para o vasto salão de jantar que abre duas janelas num dos seus extremos, e opostas, duas portas para dois dormitórios. (fig.).

A seguir, transversal ao sobrado, em toda a largura, um vasto salão com apenas a sua terça parte de assoalho no andar superior, deixando os outros dois terços com o pé direito sem interrupção, do solo ao telhado (fig.). Ligando os dois pisos do terço do salão, há uma escada cuidadosamente vedada por grade e terminada com porta de tábua, o que impedia ao escravo subir do seu piso térreo de moradia, para a casa do senhor (figs.). O assoalho superior, de um extremo até o terço do salão, neste final, cessa com um parapeito e visão fiscalizadora sobre a parte inferior. Além do salão, no piso superior, seguem cômodos de serviços da família.

No piso inferior, vastos cômodos para numerosa escravatura, até o final do sobrado que se conclui com um salão em toda a largura do sobrado, sem andar superior, e com o pé direito do solo ao telhado (fig.). Este cômodo abrigaria a moenda, e, como suas paredes sobem até o telhado, da parte interna do andar superior abre-se janela permitindo uma fiscalização dos trabalhos, pelo senhor ou seus encarregados que se achassem no alto do sobrado.

Note-se que os dois sobrados, Chapadão e Salto Grande, de dois irmãos oriundos de Baependi, trazem o hábito de sua região, de abrigar a senzala nos baixos do sobrado da família, o que se não encontra na moradia rural paulista. E mais o comum telhado de quatro águas sobre quadrilátero de construção, encontradiço nas primeiras grandes construções açucareiras de Campinas.

Deixou o Guarda-mór dois casais de filhos; o primogênito, Antônio Manuel Teixeira, foi grande proprietário, senhor de engenhos, o maior plantador de café entre os pioneiros desta cultura e segundo senhor do Salto Grande. Foi o primeiro prefeito de Campinas (1836-1838), deputado provincial e chefe militar da região de Campinas na revolução liberal de 1842. Faleceu solteiro, deixando um filho reconhecido.

A MORADA CAMPESINA E O TIPO DE SEDES RURAIS

Morar no campo foi uma imposição de trabalho, que se tornou um hábito elegante dos grandes proprietários de Campinas, como de outras regiões paulistas. Henriquecidos com a exportação do açúcar para Lisboa - depois de outros que, privados de capital maior e de possibilidades de transporte, fabricavam aguardente e rapadura - o grande proprietário de engenho se tornou rico morgado (se a lei de morgadio lhe fosse aplicada). Sem qualquer vínculo legal do imóvel, ele mesmo vinculou sua vida e sua família às terras do engenho, e passou a viver do poderio de seu imenso território, na comodidade de seus vastos solares. Depois o café mais aumentou seus haveres, levando-o para os sobrados urbanos.

Mas a vida rural foi, apenas, dividida, aumentando-se o período de vida urbana, consolidando-se o interesse da permanência das famílias proprietárias, em equilíbrio entre o campo e a cidade. Dos grandes solares do tempo do açúcar, surgiram seus sucessores, os sobrados e as grandes casas do tempo do café que, se não acolhiam por todo o ano a família proprietária, serviam-lhe de lar temporário como par concorrente da casa urbana.

Preferindo a utilidade ao fausto, como se afirma para o geral das construções brasileiras de todos os tempos, as de Campinas não deixaram de repetir os mesmos caraterísticos. Do pau-a-pique dos roceiros (senhores de pequenos sítios) passaram para a taipa nas paredes mestras, ou nas paredes fundamentais, ou mesmo no primeiro andar dos sobrados, continuadas com o pau-a-pique para atingir os telhados.

Campinas cidade nova, não teve problemas em suas construções, pois as vilas mais antigas serviram-lhe de mestras e de exemplo para sua arquitetura. Seus riscos ou plantas, da oitocentista, mas seguiram modelos já tradicionais com a clássica corredor ladeado de cômodos principais sempre amplos, cercados de pequenas alcovas, até a sala de jantar que completava a primeira linha da construção seguida da linha de serviços, como generalidade nos hábitos.

Dos solares do açúcar, variada é a modalidade dos riscos, sendo que dos que recolhemos para o presente trabalho, dois dos [illegible] Outros grandes solares e os palácios, variaram segundo a época e fatores de influência, restando para casas de grande porte, especialmente na parte rural, dois tipos principais, o de distribuição longitudinal de cômodos, e o de alongamento lateral com maior fachada principal.

São muitas as construções grandiosas da época açúcar-

Campinas, cidade nova, não teve problemas em suas construções, pois as vilas mais antigas lhe serviram de mestras e de exemplo para sua arquitetura. Seus riscos ou plantas, do oitocentismo, seguiram modelos já tradicionais, com o clássico corredor ladeado de cômodos principais sempre amplos, cercados de pequenas alcôvas, até o salão de jantar que completava o primeiro lanço da construção, seguido do lanço de serviços, como generalidade nos hábitos.

Dos solares do açúcar, variada é a modalidade dos riscos, sendo que, dos que recolhemos para o presente trabalho, dois destacamos com disposições de uso mineiro, e os demais já encontrados com modificações e demolições impeditivas de afirmação característica. Outros grandes solares e os palácios, variaram segundo a época e fatores de influência, restando para as casas de grande porte, especialmente na parte rural, dois tipos principais, o de distribuição longitudinal de cômodos, e o de alongamento lateral com maior fachada principal.

Uma característica das mais velhas construções do final do século dezoito e primeiros anos do século dezenove, está nos telhados de quatro águas sobre quadrilátero perfeito de construção, ou de três águas com partes térreas adidas a sobrados; assim encontramos todos os que acabamos de descrever sob o título "Grandes Solares do Açúcar", e mais casas térreas, como a de Joaquim Aranha no engenho-fazenda Mato Dentro, telhados que podem ser índices da época da construção. Não haveria ainda habilidade para se construírem telhados principais com adicionais jungidos de lanços complementares?

São muitas as construções grandiosas da época açúcar-

-café, a primeira metade do século dezenove, em grande parte desaparecida ou transformada para o gosto moderno e comodidade atual. Uma já demolida, mas que foi um padrão respeitável em seu tempo, foi a chamada "casa grande" da cidade, que Leopoldo Amaral diz ter sido construída por Joaquim Aranha Barreto de Camargo, no largo da Catedral, rua Costa Aguiar esquina de Francisco Glicério. Ele teria construído, também, a casa-sede do seu engenho do Mato Dentro, e como tinha pequena família, pois enviúvou com três filhos apenas, poder-se-ia estranhar que construísse tão grandes residências.

Evidentemente os antigos olhavam para o futuro, e as casas que citamos acolheram a família da filha de seu construtor, a Viscondessa de Campinas com seus onze filhos, netos e bisnetos. E outros exemplos concorrem para as nossas conclusões, como a enorme casa da fazenda Santa Maria, construída por Antônio Manuel Teixeira, solteiro, pai de um único filho reconhecido ao ser batizado com dias de exixtência; como o palácio de Sete Quedas construído pelo Visconde de Indaiatuba logo após seu casamento; como o grande sobrado da Santa Úrsula, construído pela viúva Úrsula Franco de Andrade; a fazenda Lapa, da época do casamento do seu fundador, Francisco Inácio do Amaral Lapa, e outras que não se construíram para as necessidades da família, mas pela posição e hábitos da família que nas grandes residências ostentavam poderio econômico e gosto pelas ~~Casas~~ solarengas.

Em antigas construções residenciais de maior porte, nunca se encontra o pé direito inferior a quatro metros. E assim são os cômodos da interessante sede do engenho-fazenda Atibaia, conhecida até hoje por Fazendinha, fundada pelo Brigadeiro Luís Antônio de Sousa que, com seu irmão Francisco Antônio, foi o fundador da família Sousa Queirós do Estado de São Paulo. Luís Antônio, em seu tempo, foi o maior proprietário ~~de imóveis~~ e de engenhos em Campinas, onde não residiu, mas multiplicou a grande fortuna da família, valendo-se de administradores locais para seus bens.

A casa da Fazendinha se compõe de duas partes, a da sua esquerda, de mais antiga construção, com planta não comum nas construções do município, e que acreditamos seja uma das primeiras a adotar o grande pretório de entrada que se estende por toda a fachada. Com paredes internas de pau-a-pique e externas de taipa, a da lateral direita passou a apoiar uma segunda seção da casa-sede, construída dapois da primeira, com divisões que indicam novo proprietário e diverso construtor. Nesta segunda parte, conservam os atuais proprietários o mesmo mobiliário da sala de jantar que foi do uso dos Barões de Limeira, sucessores do Brigadeiro, pois o Barão era seu filho (figs.).

Das casas térreas, ainda do tempo do açúcar, destaca-se a que se tem como construída por Joaquim Aranha Barreto de

Camargo, homem viajado, conhecedor de fausto em outras regiões, e que construiu sua casa-solar urbana (fig.). A sua residência rural também teve requintes, com a porta principal com entalhes, o forro do salão nobre, e com a singularidade de ser a casa um perfeito retângulo, telhado de quatro águas, dispondo de um outro lanço, à direita da casa, com piso inferior (e comunicação interior), no alinhamento da fachada principal, destinado ao cômodo de serviços, cosinha, despensa, etc. Assim, o quadrilátero principal se destinou exclusivamente aos cômodos sociais e íntimos. A construção é de taipa até a altura do assoalho, subindo, daqui, as paredes de pau-a-pique com o pé direito de cinco metros, o que completa a grandiosidade dos cômodos.

É curioso como algumas casas indicam uma orientação diversa do comum, na execução de suas plantas. Geralmente pertencem a pessoas novas em Campinas, conhecedoras de outras regiões do país, e que deveriam trazer para a construção desejada, observações abundantes em cidades de maior adiantamento. A casa do engenho-fazenda Nossa Senhora da Conceição do Sertão, destaca-se pelo seu eixo central composto seguidamente de pretório, salão de jantar e pátio com piso em igual nível, todos de idêntica largura, como se formassem um só centro de comando. À direita deste eixo, em disposição transversal, o lanço de serviços com uma taipa central de segurança; à esquerda, paralelo ao eixo, o lanço de dez dormitórios, duas alcovas, uma saleta e dois corredores, tendo, também, no terço de sua área, outra taipa de consolidação. O engenho foi fundado pelo Brigadeiro Joaquim da Costa Gavião que adquiriu a sesmaria de Antônio da Cunha Raposo Leme, também elemento de fora de Campinas, que conseguiu a sesmaria, mas não a povoou e não a cultivou, vendendo-a como especulação imobiliária.

A vastidão da casa da fazenda Santa Maria, confirma a tradição de ter sido construída por Antônio Manuel Teixeira que, segundo o padre Joaquim Duarte Novais, era "grande em tudo, no patriotismo, no ânimo, nas ações" (141). Esta sede de fazenda de café, construída na primeira metade do século dezenove, na região montanhosa de Campinas, alto da serra de Cabras, indica o objetivo da cultura do café, na qual Antônio Manuel Teixeira foi, entre os pioneiros, o maior no vulto do número de cafeeiros plantados, confirmando a orientação dos fazendeiros que procuravam zonas montanhosas produtoras do café de melhor qualidade. Um primo de Antônio Manuel Teixeira, Luciano Teixeira Nogueira, segundo senhor do engenho do Chapadão, não plantou café nesta propriedade, mas adquiriu, tambem na região de Cabras, terras para fundar a fazenda Laranjal, de café, cuja sede se transformou em povoado de Joaquim Egídio.

Voltando à casa da Santa Maria, encontramos o seu pretório em corpo avançado da fachada, com escada nele embutida; se-

guem-se ~~seus~~ três cômodos de frente, ~~suas~~ dez alcovas com a seguinte sala de jantar de dezessete metros e vinte centímetros de comprimento, seguida, à direita, de dormitórios e cômodos de serviços, e à ~~sua~~ esquerda, de três vastos dormitórios, ligados por corredor que conduz à capela de dezoito metros de comprimento, uma das únicas casas que encontramos formando uma só unidade de construção com capela e residência.(fig.).

Do café ficou maior número de construções, agora apontadas entre suas antecessoras que haviam composto, com os grandes solares, o acervo de residências de engenho-fazendas. Destacamos o palácio de Sete Quedas, de taipa nas paredes externas e de pau-a-pique nas internas, e que tinha na ~~sua~~ porta principal, as letras iniciais do nome do proprietário, Joaquim Bonifácio do Amaral, mais tarde Barão e Visconde de Indaiatuba. Construção suntuosa, de vastas proporções (fogs.), tinha, como de hábito, o piso térreo destinado a serviços e depósitos, e a residência da família no segundo piso ((fig.). O prédio, evitando alcovas ou reduzindo-as a duas pequeninas, se estendia transversalmente, o que lhe dava ares de maior amplitude, elevando-o de categoria. Está conservado com o lindo parque fronteiro.

Outro sobrado do tempo do café, também de taipa nas paredes externas e pau-a-pique nas internas, foi construído pela viúva Úrsula Franco de Andrade, depois de 1847, ~~e com as iniciais na porta principal,~~ em sua fazenda Jaguari (hoje Santa Úrsula), que ela legou à ~~sua~~ neta, Luísa Xavier de Andrade, esposa do advogado João Ataliba Nogueira, Barões de Ataliba Nogueira. Como o primeiro, a entrada principal está no corpo do sobrado, por cômodo especial do piso térreo, dispondo de escada nobre que conduz ao piso superior residencial da família, enquanto os demais cômodos térreos se destinam a serviços. As iniciais da viúva estão na porta principal.

É carinhosamente conservado com parque, e relicário de adornos e móveis, pelo seu atual proprietário, Alberto de Ataliba Nogueira de Morais, neto materno dos Barões, o que atesta que a propriedade está na posse da mesma família desde o ano de 1800, quando foi concedida a sesmaria.

A Fazenda Lapa foi fundada em terras desmembradas do engenho do Mato Dentro, de Joaquim Aranha e, depois, de sua filha a Viscondessa de Campinas. Estas terras foram doadas pela titular à ~~sua~~ filha Petronilha Egídio, como dote de casamento com Francisco Inácio do Amaral, que ~~fundou da fazenda de café~~ nas terras fundou a fazenda de café, cujo nome passou a ser o designativo do proprietário (como Sete Quedas era o de Joaquim Bonifácio do Amaral); mas Francisco Inácio, depois, adotou a alcunha como apelido de família, formando o ramo Amaral Lapa, ou melhor, Aranha do Amaral Lapa.

A sede da Fazenda Lapa tem caraterísticas que a tornaram antecessora de ~~lhe antecederam em~~ outras: grandes salas e dormitórios principais, à fren-

te

te; nenhum pretório, a escada eminente dando acesso à porta da entrada com pequeno patamar; já vimos com esta escada, o engenho-fazenda Mato Dentro e ainda encontramos em outras como o Paraíso, o Barreiro, etc.

A fazenda Sant'Ana do Lapa que tem para enriquecimento de sua história, o fato de ter pertencido aos filhos de Hércules Florence, por doação da avó materna destes proprietários, Cândida Mª de Vasconcelos Barros que foi casada com o cirurgião Francisco Álvares Machado (fgs.). Sua casa-sede, construída depois que pertenceu a esses descendentes, simplificou traços já conhecidos em outras construções, adotando a escada principal de semi-círculo, hoje posta diante de uma varanda de construção mais recente.

As fazendas Palmeiras e a Laranjal cuja sede é hoje a parte urbana de Joaquim Egídio, fundada para a cultura de café por Luciano Teixeira Nogueira, antigo senhor do engenho do Chapadão, têm ambas o caraterístico de alargamento lateral da fachada principal, com menores medidas de fundo.

A fazenda Bonfim, na serra de Cabras, que hoje tem pretório de entrada, parece-nos, pela disposição de sua planta com o corredor iniciado na fachada principal, que ela teria sido, em tempos idos, uma eminente, sem pretório e, apenas com pequeno patamar junto à porta.

O mesmo não se poderá dizer das fazendas Bela Vista, de Renato Suplici de Lacerda (figs.), com sua planta primitiva de alcovas, de dois lanços, o principal de salas, dormitórios e alcovas, e o segundo destinado a cômodos de serviços. Com os mesmos caraterísticos, levantamos a planta da fazenda Santo Antônio da Boa Vista, na qual foi substituída a mureta da escada e do pretório da frente da casa, por balaustres valorizadores.

A fazenda Três Pedras (figs.) conserva os seus muros de taipa, integrais, compondo um conjunto perfeito do seu tempo de origem, o que a torna de aspecto encantador, com a casa exemplarmente mantida em seus detalhes primitivos, a escada de entrada embutida no pretório da frente, que como aquelas em continuação ao pretório, tem sido modificadas em outras fazendas, tendo exemplo na segunda sede do Chapadão, na Cachoeira, na Guariroba, na Anhumas, com fatura de entrada pelo piso do solo. Três Pedras está restaurada, tendo-se a lamentar, apenas, o acabamento de portas internas nunca usado em tempos passados, mas criados por decoradores de hoje.

AÇÚCAR E CAFÉ

Buscamos uma visão geral e histórica, sem desprezar realizações novas que modernizaram velhas construções, ou levantaram as que vieram substituir as destruídas pelo tempo, pelo descuido e, lamentavelmente, pela falta de amor aos testemunhos da história, hoje tão valorizados. Nestes intuitos percorremos o território do município de Campinas, colhendo o que nos foi possível, com anotações, medições e fotografias, sem traçar plano rígido para as observações, já que nosso trabalho teve a história como objetivo. Mas colhemos o que nos pareceu de valor para a perpetuidade e o que nos foi facultado.

As plantas residenciais foram reunidas em título anterior, para melhor observação do conjunto, trazida para aqui a ilustração fotográfica. Reproduzimos as aquarelas de José de Castro Mendes, quando a maior parte das fazendas antigas ainda não tinha sofrido modernizações, coleção que objetivou quinze fazendas no município de Campinas com quarenta e duas aquarelas, num total geral que se constitui de uma coleção, hoje pertencente ao Museu Arquidiocesano de Campinas, de sessenta e sete originais, dos quais cinquenta e quatro reproduzidas em album e publicadas, em 1947, pelo Instituto Agronômico de Campinas.

Valemo-nos de várias publicações, livros e almanaques, com dados estatísticos e informativos, por cuja exatidão não podemos responder, e as registramos para conservar o que existe; visitamos propriedades, repetindo visitas em algumas, e fotografamos, do natural ou de antigas fotografias e estampas, e delas passamos a informar:

Fazenda Alpes

Situada no alto da serra de Cabras, fazia parte do latifúndio fazenda Laranjal, de Luciano Teixeira Nogueira, que passou à propriedade de sua filha Maria Luísa Nogueira de Camargo, casada duas vezes, a primeira com Francisco José de Camargo Andrade (I) por quem foi proprietária da fazenda Sertão, e segunda vez com Antônio Pompeu de Camargo (II). Passou, depois de 1890, à propriedade de Dario Pompeu de Camargo, quando o engenheiro Ramos de Azevedo projetou e construiu a casa-sede.

"Campinas em 1900" diz que produzia 5.000 arrobas de café. Em 1914 pertencia a José Pereira Rebouças e cultivava 130 mil pés de café. Hoje é de herdeiros de Said Abdala.

Fazenda Angélica

Consta de publicação como sendo, em 1900, de Eduardo Guimarães, produzindo mil arrobas de café. Em 1914 era de Pacheco & Penteado, com 140 alqueires de terras e 160 mil pés de café. Em 1978, com benfeitorias em extinção, pertencia à herança de Sílvio Maia. Fez parte do latifúndio engenho Atibaia (Fazendinha) de Luís Antônio de Sousa.

Fazenda Anhumas (ex-Pau Grande)

Sesmaria de Antônio de Cerqueira César, xxxx

Fazenda Atalaia

Destacada do território da fazenda Atibaia (Fazendinha), vastíssima propriedade de Luís Antônio de Sousa, passou deste para os Barões de Limeira e destes para o neto do primeiro, Antônio Vicente de Sousa Queirós, que ainda era seu proprietário em 1900, ~~fazenda neste~~ nesse ano com produção de 10 mil arrobas de café; Sousa Queirós faleceu um 1903. Em 1914, a fazenda pertencia a Pedro Egídio de Queirós Lacerda, com 170 alqueires de terras e 184 mil pés de café. Depois foi a fazenda de Álvaro Bastos Machado que a deixou para seu filho único; em 1978 era de Jan David A. V. Schelle.

Fazenda Atibaia (Fazendinha)

Compondo um grande latifúndio que, em 1818, foi registrado como "Bens Rústicos" com 2.807 alqueires, do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, passou aos Barões de Limeira (o Barão era filho do Brigadeiro), ~~depois fracionada, [illegible] foi elevada a Barão em 1872, conservou a Baronesa como propriedade sua ou em sociedade com filhos, quando~~ e em 1851, produzia 6 mil arrobas de açúcar e 5 mil arrobas de café. Em a morte do Barão, ~~[illegible]~~ em 1872, conservou a Baronesa como propriedade sua ou em sociedade com filhos, tendo, em 1885, 250 mil pés de café em terras massapé brancas, com máquina de benefício a vapor e terreiro atijolado. Em 1900 era de "Baronesa de Limeira & Filhos", com produção de 15 mil arrobas de café. Em 1914 pertencia a Sílvio Maia, com 250 alqueires de terras e 180 mil pés de café; hoje é de seu sobrinho e herdeiro Geraldo B. Maia. (figs.).

Fazenda Atibaia (Solar dos Aranhas de Camargo)

Foi fundada e pertenceu ao Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo, que nesta propriedade construiu um dos "Grandes Solares do Açúcar", tendo sido registrada em "Bens Rústicos" de 1818, com área de 2.247 alqueires de terras. Em 1830, o Padre Aranha legou-a aos irmãos Joaquim Policarpo Aranha e [illegible] (depois Barão de Itapura) e Manuel Carlos Aranha (depois Barão de Anhumas), produzindo a fazenda, em 1851, 8 mil arrobas de açúcar e 3 mil arrobas de café. Mais tarde passou à propriedade plena do Barão de Itapura, possuindo, em 1883, 300 mil pés de café em terra massapé, com máquina de benefício à água e terreiro de terra branca.

Os Barões de Itapura, com partilha em vida, em 1890, destinaram esta fazenda a dois filhos, Joaquim Policarpo Aranha Júnior e Manuel Carlos de Sousa Aranha, tornando-se, meis tarde, o primeiro, seu proprietário exclusivo, tendo, em 1900, uma produção de 15 mil arrobas de café. Em sua vida, Joaquim Policarpo Júnior, falecido em 1925, havia vendido a fazenda à sua irmã Isolete Augusta de Sousa Aranha que, por sua vez, a vendeu a Cristiano Osório de Oliveira. Em 1978 estava na posse e domínio da herdeira deste último, Gabriela Ribeiro de Oliveira, com 363 hectares de terras. (figs.).

Fazenda Atibaia (Sousas)

Em 1885 era de João Batista de Camargo Dami, quando possuia 100 mil pés de café em terra salmorão e massapé, com máquina a vapor para benefício do café, e terreiros atijolados. Em 1900 era da herança do mesmo proprietário, com produção de 7.500 arrobas de café.

Passou esta propriedade a Maria da Conceição Franco de Andrade, neta materna do Marquês de Três Rios; instituiu ela um usufruto para os sobrinhos e legou a nua propriedade para a Irmandade de Misericórdia de Campinas - Santa Casa - que, em acordo com os usufrutuários, a fracionou e vendeu.

Fazenda Atibaia (depois Espírito Santo do Atibaia e hoje Santo Antônio da Figueira)

Localizada à beira do rio Atibaia, com terras em ambas as margens cremos que em 1885 pertencia a Antônio Carlos de Sales, com 74 mil pés de café, máquina de benefício a vapor e terreiros de "terra branca". Em 1900 pertencia à Baronesa de Paranapanema, produzindo anualmente 6 mil arrobas de café. Em 1914 era de Cícero de Sousa Morais & ~~Comp~~ Cia. (com Olavo Pinto de Morais, ambos genros da Baronesa), com 287 alqueires de terras e 130 mil pés de café; ~~depois~~, em 1932 ou antes, com 692 ~~actares~~ hectares de terras, era propriedade exclusiva do primeiro, para ser, mais tarde, de seu filho Cícero de Sousa Morais Filho. Hoje pertence ao Dr. Lincoln Junqueira de Azevedo. (Figs.).

Fazenda da Barra

Era a sede do latifúndio do mesmo nome, do capitão Filipe Néri Teixeira, na qual ele iniciou a indústria açucareira em Campinas, vendendo-a, depois a Manuel Fernandes de São Paio, cujos sucessores a dividiram, destacando do seu território as fazendas Barreiro e São Quirino e, possivelmente, o latifúndio Mato Dentro. A Barra, em 1900, produzindo 3 mil arrobas de café, e, em 1914, com 90 mil pés de café, era de Antônio Egídio Nogueira. Falecido este em 1930, passou à ~~sua~~ filha Zilda Egídio e ao ~~seu~~ marido Fausto Penteado, falecido em 1938, tendo a viúva e filhos vendido a Clotário Correia de Melo, à viúva de Francisco da Cunha Bueno e ao seu filho Luís da Cunha Bueno, passando, depois à firma comissária, de Santos, Cunha Bueno e Cia Comp., da qual os três participavam. A fazenda foi dividida em chácaras e vendida, sendo mais tarde urbanizada e transformada em bairro da cidade com o nome de Chácara da Barra. (Fgs.).

Fazenda Barreiro

Pertencia à sesmaria de Manuel Fernandes de São Paio. Em 1885, com 150 mil pés de café em terra massapé superior, máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados, pertencia ao coronel Joaquim Quirino dos Santos, neto materno do sesmeiro Manuel Fernandes de São Paio. Pertenceu depois a Lupércio Teixeira de Camargo, a seu filho Eliseu Teixeira de Camargo, falecido em 1962, sendo transferida pela herança deste último. Foi dividida em chácaras residenciais, e, sua antiga sede é hoje, restaurada, residência da família do médico Rubens Marcondes Pereira. (Fig.).

Fazenda Bela Aliança (Valinhos)

Pertencia, em 1914, a Antônio de Castro Prado, com 195 alqueires de terras e 266 mil pés de café.

Fazenda Boa Esperança

Em vasta gleba de terras, foi fundada por José de Sousa Campos (I), estendendo-se das proximidades ~~da [illegible] de Sousa~~ de Anhumas (estrada São Quirino-Fazendinha), até margens do rio Atibaia, na proximidades do rio Atibaia. Falecendo o fundador em 1858, fracionou-se a propriedade, cabendo a sede, com o mesmo nome de Boa Esperança, e com grande área, ao filho José de Sousa Campos (II), e ao genro João Batista de Camargo Dami, as margens do Atibaia superior, onde se formou nova fazenda Atibaia.

A parte ~~aproximando-se~~ próxima de Anhumas, pertenceu ao genro de José de Sousa Campos (II), Benjamim Reinhardt que a possuía em 1914, com 102 alqueires de terras e 117 mil pés de café. Mais tarde, terras desta fazenda compunham a fazenda de Vasco Pereira Bueno, que, com a maior porção da primitiva fazenda Boa Esperança, foi anexada à Fazenda São Quirino, sua vizinha.

Fazenda Boa Esperança (veja Fazenda Cachoeira)

Fazenda Boa União

Desmembrada ~~da~~ do latifúndio Sete Quedas, de José Rodrigues Ferraz do Amaral, em 1885 era de Francisco Pompeu do Amaral, com 100 mil pés de café em terra massapé, dispondo de máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados; em 1890 era de Eduardo Pompeu do Amaral e outros. Passou, mais tarde à ~~xxdfghjkzxxxxxxxx~~ Companhia Sul Brasileira Territorial e Colonizadora, da qual era sócio Elói Pompeu de Camargo que comprou, da mesma Companhia, esta fazenda. Desta compra foi Elói Pompeu cobrado em suposta ~~a~~ diferença de sisa pela Fazenda do Estado, representada em Campinas por inimigo pessoal da família Pompeu. Homem da mais sólida honradez, Elói Pompeu não se conformou com a injusta suspeição de sonegação de imposto, o que proporcionou demoradíssima ação judicial, com seqüestro da fazenda e seu depósito em mãos estranhas. Ganho o feito por Elói Pompeu, foi-lhe devolvida a fazenda em mau estado de conservação, pelo que o fazendeiro exigiu indenização e obteve decisão a seu favor na justiça do Estado, sem confirmação na justiça federal, quando ele já estava arruinado com sua luta em busca de justiça.

Em 1914, a fazenda Boa União e a fazenda Brejo (onde nasceu o presidente Manuel Ferraz de Campos Sales), hoje anexada, pertencia a Sílvio Pompeu de Sousa Queirós, com 260 alqueires de terras e 252 mil pés de café. Mais tarde foi adquirida por Domingos de Sousa Morais, com 241 hectares, herdando-a sua sobrinha e filha adotiva, casada com o advogado Alberto Lencastre Júnior. Figs.

Fazenda Boa Vista ~~(xxxxxx)~~

Latifúndio do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, passou a seu genro, o Barão de Itatiba. Deste, a Francisco Ferreira de Camargo Andrade (Chico Gordo) a quem pertencia em 1885, com 130 mil pés de café, em terra roxa, com máquina de benefício à água, e terreiros de terra. Seus sucessores, Pedro Ferreira de Camargo e outros, fracionando a propriedade, venderam a sede com terras, cafezais e benfeitorias, em 1891, ao senador Berto Augusto de Almeida Bicudo, que lhe deu o novo nome de Chácara República, utilizando sua sede para reuniões para propagandista republicanos.. Passou a ser, como é até hoje, sede do lar dos velhinhos. Terras urbanizadas.

Para sua casa-sede, foi pedido, em 1969, o tombamento, que não se fez, por força do parecer do arquiteto do Condefat, que opinou ser o pretório da casa, de construção posterior à construção do corpo da casa, no que errou, provocando a destruição de um belo exemplar de cosntrução rural, do século passado (fig.) e que nenhum prejuízo causaria com a sua conservação. A maior parte das terras remanescentes, passou, com o nome da fazenda, a Jorge de Morais Barros. Figs.

~~Fazenda Boa Vista (perímetro urbano)~~

~~Propriedade de Elisiário Penteado, em 1914 com 24 alqueires de terras e 25 mil pés de café, urbanizada, parte com o nome~~

Fazenda Boa Vista (perímetro urbano)

Propriedade de Elisiário Penteado, em 1914, com 64 alqueires de terras e 45 mil pés de café; foi urbanizada, parte com o nome de Jardim Leonor.

Fazenda Boa Vista (Cabras)

Fazendo parte do latifúndio de Floriano de Camargo Penteado, passou a seus descendentes, e hoje é propriedade leiteira de Renato Suplici de Lacerda (fls.).

Engenho Fazenda Bom Retiro

A mais velha fazenda destacada da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida; a sua sede tinha caraterísticos de ser da primeira metade do século dezenove, construída de tijolões confecionados no mesmo engenho, de grandes proporções, com vergas retas em janelas sem vidro, grades bem simples no seu pretório descoberto. Seu acabamento interno era requintado, tendo em seu salão de visitas, forro de caixotes com decoração de pinturas bem antigas. Quando lá estivemos pela primeira vez, vimos o sino fundido com o nome de Baronesa de Itapupura e com armas do Império.

Em outubro de 1869, o então proprietário, Tomás Luís Alves, diretor do Banco do Brasil em São Paulo, a vendeu ao Barão de Itapura que, em testamento de mão comum, a legou a seus filhos José Francisco Aranha e Alberto Egídio de Sousa Aranha que, posteriormente, passou a ser proprietário único, deixando-a para a sua viúva Isolina Barbosa Aranha, e seu único filho Carlos Alberto Barbosa Aranha. Estes venderam a fazenda à cunhada e tia, Isolete Egídio de Sousa Aranha, e era desta proprietária quando, em 1902, noticiou a imprensa:

> "Pouco antes da meia noite de ontem, manifestou-se pavoroso incêndio na fazenda Bom Retiro, deste município, destruindo cerca de mil arrobas de café e casas de máquina e tulhas. É proprietária da fazenda, exma. snra. d. Isolete Egídio de Sousa Aranha. Não é conhecida até agora a origem do incêndio, mas atribue-se à falta de cuidados de alguem que jogasse ponta de cigarros nas palhas de café que estavam próximas à casa de máquina. As informações que colhemos nada adiantam ao que acima dissemos. Quanto aos prejuízos, afirmam-nos que são superiores a duzentos contos."

Em 1914 pertencia a Ataliba de Camargo Andrade e, em , a ; falecendo este proprietário, herdaram-na suas filhas. Depois foi demolida a bela sede (figs.

Fazenda Bonfim

Na serra de Cabras, fazia parte da décima terceira sesmaria comprada pelo Capitão Floriano de Camargo Penteado em 1820. Passou, depois, ao Barão de Itatiba, genro e enteado do Capitão-mór. Em 1885 pertencia ao Major Álvaro Xavier de Camargo Andrade, com 150 mil pés de café em terra salmorão, máquina de benefício a vapor e terreiro atijolado. Em 1900 era de filhos do proprietário anterior, Antônio Ferreira & Irmão, e, em 1914, de Álvaro & Filho, com 135 alqueires de terra e 223 mil pés de café. Foi, depois, de Jarbas de Oliveira Andrade que a vendeu a Atenógenes de Camargo. Pertence hoje ao casal Estanislau Martins e ~~sua esposa~~ Maria Otília Penteado de Queirós, esta descendente dos Barões de Itatiba e do Capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, voltando à mesma estirpe que já a possuía em 1820. Figs.

Fazenda Brejo

Nesta fazenda nasceu Manuel Ferraz de Campos Sales, ex presidente da República. Em 1890 pertencia a José de Campos Sales, tio e sogro do presidente. Foi absorvida pela fazenda Boa União.

Fazenda Cabras

Fundada para criação pelo brigadeiro José Joaquim da Casta Gavião, vendida em 1820, com toda a área do latifúndio, ao capitão-mór Floriano de Camargo Penteado a cujos descendentes foi transferida, era, em 1890, da herança da Baronesa de Itatiba. Em 1900, como fazenda de café, pertencia a Fausto Ferreira, com produção de 14 mil arrobas; em 1914, do mesmo, com 306 alqueires de terras e 335 mil pés de café. Foi de Viúva Ofélia Ferreira & Filhos, com luxuosa casa-sede, ~~contendo~~ apresentando na porta principal a data de 1883. Pertence a Raul Diederichsen, com móveis e obras de arte.(Figs.).

Fazenda Cabreúva

Em 1885 era de Francisco Fernandes de Abreu, com 60 mil pés de café em terra massapé vermelha, com máquina de benefício a vapor. Em 1900, do mesmo proprietário, produzindo duas mil arrobas de café e, em 1914 tinha 40 alqueires de terras com 76 mil pés de café, de Francisco Fernandes de Abreu, e 10 alqueires de Antônio Fernandes de Abreu, com 16 mil pés. Em 1950 pertencia a João Milani, com 152 hectares, passando depois a Dario Freire Meireles que a anexou à fazenda Cachoeira, vendendo-as a Maria Pimenta de Camargo que as possuí sob o nome de fazenda Boa Esperança.

Fazenda Cachoeira (Cabras)

Como parte do latifúndio do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, em 1900 pertencia a seu descendente João Novais de Camargo, produzindo 5 mil arrobas de café. Em 1914, do mesmo proprietário, tinha 90 alqueires de terras com 70 mil pés de café. É hoje de herdeiros de Celestino de Cicco.

Fazenda Cachoeira (Boa Esperança)

Fazia parte do latifúndio Sete Quedas, que pertenceu a Francisco Pompeu do Amaral, sendo, em 1900, de sua viúva, sob a firma de Viúva Pompeu & Filhos", com produção de 12 mil arrobas de café. Em 1914 pertencia ao filho Raul Pompeu do Amaral, com 200 alqueires de terras e 281 mil pés de café. Em 1950 era de Dario Freire Meireles que a ela anexou a Fazenda Cabreúva, reformou a casa-sede, transformando-a para o estilo colonial americano. Vendeu a fazenda, que hoje pertence ao advogado Mário Pimenta de Camargo, com preciosa coleção de móveis e pratos brasonados do Império. Chama-se agora Fazenda Boa Esperança. (Figs.).

Engenho Fazenda Cachoeira

Fez parte da sesmaria de Joaquim José Teixeira Nogueira, passando a seu irmão Guarda-mór Manuel Teixeira Vilela (veja Grandes Solares do Açúcar), ao filho deste, Antônio Manuel Teixeira, sendo muito mais tarde, da Companhia Sul Brasileira Territorial e Colonizadora que a vendeu, com mais as fazendas Morro Alto e Monjolo, em 1896, a Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida e José Guatemozim Nogueira.

Fazenda Cachoeira (Valinhos)

Foi de Antônio Carlos Pacheco e Silva e, depois, de Orozimbo Maia que nela fundou o hotel de vilegiaturas "Fonte Sônia". Veja São João da Cachoeira.

Fazenda Cachoeirinha (Cabras)

Fazia parte da grande Fazenda Laranjal de Luciano Teixeira Nogueira; pertenceu a seu genro Prof. João Batista Pupo de Morais, e parte a seu filho Joaquim Teodoro Teixeira Nogueira, anexada à Fazenda Riachuelo, ambas desaparecidas por outras anexações.

Fazenda Capivari

Propriedade de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida em 1900, com produção de 12 mil arrobas de café, (fora antes de Camilo Xavier Bueno da Silveira, cuja viúva casou-se com Joaquim Teixeira) e, em 1914, com 500 alqueires de terras e 329 mil pés de café; passou, por inventário "mortis causa" em 1918, ao filho Francisco de Andrade Nogueira qua a possuía em 1950 com 1.067 hectares de terras. Herdeiros deste último a fracionaram para venda, cabendo a sede aos Padres Estigmatinos. Planta e figs.

Fazenda Capoeira Grande

Componente do latifúndio do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, engenho do Sertão, em 1885 pertencia a Floriano de Camargo Campos e sua esposa e prima, Paula, ambos netos do Capitão-mór Floriano; tinha a fazenda 120 mil pés de café em terra salmorão. Herdaram a fazenda dois filhos do casal, Cândido e Dr. José de Campos Novais, em 1900, sob a firma Campos Novais & Irmão, com produção de oito mil arrobas de café. Em seguida, passou à propriedade da prima destes últimos proprietários, também bisneta do Capitão-mór Floriano, Ana Novais de Camargo, e a outros proprietários, sendo hoje de herdeiros de Said Abdala.

Pela fotografia se vê a capela com entrada própria, mas fazendo parte da construção da casa residencial, o que só encontramos nesta fazenda e na Fazenda Santa Maria (fig.).

Fazenda Capoeira Grande de Baixo

Fazenda Castelo

Participando da sesmaria de Alexandre Barbosa, em 1900 pertencia a Antônio Américo de Camargo Andrade, produzindo 7 mil arrobas de café anualmente; em 1914 era de Alberto de Morais Bueno com 195 alqueires de terras e duzentos mil pés de café, passando depois à filha e genro deste último, Francisca e Albino José Barbosa de Oliveira. De 1928/30 a 1945, foi de José Strazzacappa e vendida, neste ano, a Erasmo Assunção. Pertence hoje (1978) a Pedro Gastão de Noronha Gonçalves Artmann, com produção de leite e criação de cavalos puro sangue inglês. Figs.

Engenho Fazenda Chapadão

Em sua sesmaria, o Capitão Joaquim José Teixeira Nogueira fundou este engenho de açúcar, um dos pioneiros da indústria açucareira em Campinas, com produção, em 1798, de 1.000 arrobas de açúcar, no qual construiu o mais antigo dos Grandes Sólares do Açúcar (figs.). Sucedeu-o o filho Major Luciano Teixeira Nogueira que construiu nova casa-sede, que serve, atualmente, ao Comando da 11ª Brigada do Exército Nacional. Nesta casa nasceu o Alferes Porta-Bandeira do primeiro Sétimo de Voluntários da Pátria, e que falecido após o combate de Tuiuti, a 22 de junho de 1866, no combate da Linha Negra.

Tendo o Major Luciano sido um dos chefes da revolução liberal de 1842, nesta casa se acomodaram seus voluntários, tendo suas terras sido percorridas pela cavalaria do que o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra enviou para combate aos revolucionários acantonados no sobrado do engenho da Lagoa (fig.), enquanto a infantaria atacava pelo flanco através o engenho do Monjolinho, propriedade do presidente da Província. Após o combate, morte e aprisionamento de reduzido troço de tropa revolucionária que se

Fazenda Cortenda (Valinhos)
[illegible] de Viuva Barbosa & Filhos

achava junto ao sobrado, Retiradas as tropas imperiais, passaram a guardar os prisioneiros os mercenários do chefe conservador de Moji-Mirim, Padre Ramalho, os quais durante a noite trucidaram prisioneiros, entre os quais o oficial da reserva e veterano das guerras do Sul, Boaventura do Amaral. **Pelos anos de 1850, com produção de 5 mil arrobas,** foi o engenho vendido a Tomás Luís Alves, gerente do Banco do Brasil em São Paulo; em outubro de 1869, já como fazenda de café, foi vendido ao Barão de Itapura, com o sítio anexado Estiva; em 1885 tinha 110 mil pés de café em terra roxa, máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados. Em 1890 os Barões de Itapura, por inventário amigável, transferiram a propriedade aos filhos José Francisco e Alberto Egídio de Sousa Aranha, tornado-se depois, este último, seu proprietário exclusivo. Falecendo Alberto Egídio, ficou esta fazenda, e o Bom Retiro, para sua viúva, Isolina Barbosa Aranha e seu filho único Carlos Alberto Barbosa Aranha, tendo, em 1900, uma produção de doze mil arrobas de Café. Estes últimos proprietários, premidos por seus credores, a firma Teles, Quirino & Nogueira, pagaram-nos transferindo a propriedade da fazenda que, em 1914, tinha 600 alqueires de terras com 500 mil pés de café. Transferido o imóvel a Antônio Carlos da Silva Teles, casado com Olímpia Nogueira, irmã de José Paulino Nogueira, herdaram a fazenda as filhas do casal, Olímpia casada com Joaquim Bento Alves Lima, e Ana casada com Otaviano Alves de Lima Filho, tendo este último, já proprietário exclusivo, vendido, em 1942, ao Exército Brasileiro, para sede do comando e unidades da 11ª Brigada de Infantaria. **Fig.**

Fazenda Cuscuzeiro

Fazenda Dois Córregos

Propriedade de Francisco Teixeira Vilela, filho reconhecido e herdeiro único de Antônio Manuel Teixeira, foi vendida a Tomás Luís Alves, diretor do Banco do Brasil em São Paulo, que, em outubro de 1869, a transferiu a Joaquim Policarpo Aranha (depois Barão de Itapura); em 1885 possuía 150 mil pés de café em terra salmorão manchada, e máquina de benefício a vapor; em 1890 era ainda do mesmo titular. Pertenseu a Pérsio Pacheco e Silva, casado com Escolástica de Lacerda (ele neto materno do Barão de Itatiba e ela filha do Barão de Araras), proprietário que dividiu a fazenda em lotes para venda, tendo antes mudado o seu nome para Santa Escolástica, nome que se perpetuou e que distingue, hoje, um bairro da cidade de Valinhos. Pérsio Pacheco e Silva foi "escritor, genealogista e historiador", e publicou o livro "Do Café no Este de São Paulo", editado em 1910, no qual cuidou, particularmente, da introdução da preciosa rubiácia no "Pouso de Campinas". (Figs.).

Fazenda Duas Pontes

Oriunda da compra, como engenho, feita em 12/3/1803, pelo capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, ocupando terras na margem esquerda do rio Atibaia (médio), acrescida com terras da margem direita onde está sua sede; passou ao enteado e genro do capitão-mór Floriano, Joaquim Ferreira Penteado, depois Barão de Itatiba, em seguida a seu neto, filho do Barão, Inácio Ferreira de Camargo, de quem era, em 1885, com 220 mil pés de café em terras massapé, com máquina de benefício a água e terreiros atijolados. Falecendo Inácio Ferreira, sua viúva passou a segundas núpcias com Artur Furtado de Albuquerque Cavalcante, que obteve, em 1900, uma produção de 20 mil arrobas de café, tendo, em 1914, uma área de 630 alqueires de terras com 425 mil pés de café, perdendo a fazenda por dívidas, este último proprietário. Na execução que sofreu, a fazenda foi arrematada em praça por Cristiano Osório de Oliveira, de quem se tranmitiu a Gabriela Ribeiro de Oliveira, que era proprietária em 1959, com 1783 hectares de terras, até que foi loteada e vendida, sendo a sede, com 8 alqueires de terras, hotel de vilegiatura. (Figs.).

Fazenda Espírito Santo

Em 1900 era de propriedade de Antônio de Castro Prado, com uma produção de 6 mil arrobas de café. Em 1914, do mesmo, tinha 180 alqueires de terras com 140 mil pés de café. (Fig.)

Fazenda Espírito Santo do Atibaia (veja fazenda Atibaia).

Em 1900 pertencia à Fazenda do Atibaia com uma produção de 6.000 arrobas de café. Esta tirou a vendas a seus genros Cícero de Sousa Arruda e Olavo Pinto de Arruda que a possuiam em 1914 com a Fazenda Cícero de Sousa Arruda e Campos com 287 alqueires de terras e 130 mil pés de café. Pertenceu a Francisco de Arruda, com o nome de Fazenda Santo Antônio da Figueira (Figs.

Fazenda Figueira (Valinhos)

Era seu proprietário em 1885, Querubim de Sousa Arruda, com 60 mil pés de café em terra salmorão, possuindo terreiros de "terra branca" e benefício de café no antigo sistema de carretão movido por animal. Foi este o único caso de uso em carretão que encontramos em nossas pesquisas referentes à época. Em 1900 a fazen- pertencia a Francisco de Sousa Arruda, com produção de 2.500 arrobas de café; mais tarde passou à propriedade de Sebastião Pedroso de Oliveira.

Fazenda Fontoura

Antiga Fazenda São João da Boa Vista, de José Pupo Nogueira, na posse de Cândido Funtoura Silveira sofreu profunda modificação em suas benfeitorias com o aproveitamento da antiga sede conservada como ala esquerda da atual, construída outra igual que forma a ala direita, e construída a parte central com enorme varanda de entrada, constituindo tudo uma suntuosa sede residencial; isolada, está uma capela desta mesma época, com altar e decorações tradicionais. Pertence aos herdeiros de Cândido Fontoura. (Figs.

Fazenda Iracema

Fazendo parte do engenho Atibaia (Fazendinha) do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, depois de propriedade de seu filho, o Barão de Limeira, passou ao filho deste, Teobaldo de Sousa Queirós, a quem pertencia em 1900, com produção de 8 mil arrobas de café. Em 1914 era de Sílvio Maia e, em 1978, de seus herdeiros (Figs.

Fazenda Jaguari (veja Santa Úrsula)

Fazenda Jaguari (estrada de Pedreira)

Originada da sesmaria de Alexandre Barbosa, em 1885 pertencia a Carlos Aranha & Irmão, com 250 mil pés de café, máquina de benefício à água e terreiros de terra vermelha; em 1900, a Carlos Norberto de Sousa Aranha, produzindo 10 mil arrobas de Café; em 1914, com 305 alqueires de terras e 290 mil pés de café, pertencendo ao mesmo proprietário que a vendeu a Amadeu Gomes de Sousa. Este último a transferiu a Benedito Pupo de quem a herdou o filho Antônio Pupo.

Fazenda Guariroba

Do latifúndio do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, era, em 1885, de sua neta Maria Cândida Novais de Camargo, viúva de Domingos Teixeira Nogueira, com 180 mil pés de café, máquina de benefício a água e terreiros atijolados, conservados ainda em 1890. Em 1900 era de Camargo & Irmão (filhos de Maria Cândida) produzindo 7 mil arrobas de Café; em 1914, pertencia a filho de Maria Cândida, Lupércio Teixeira de Camargo, com 220 alqueires de terras e 165 mil pés de café. Sucedeu Lupércio, o seu filho Eliseu Teixeira de Camargo, cujos herdeiros a venderam a Ipólito Vargas, que a transferiu ao atual proprietário, Everisto de Almeida e Silva, casado com Helena de Aguiar de Andrada, neta paterna dos Barões de Aguiar de Andrada. Os atuais proprietários mantêm a fazenda em perfeita conservação, realçando-se a sede em suas características tradicionais, e primorosamente mobiliada com peças do século passado. (Figs.)

Fazenda Jambeiro

Em terras do latifúndio de José R. Ferraz do Amaral, foi de Francisco Pompeu do Amaral, depois adquirida por Herculano Pompeu de Camargo a quem pertencia em 1885, com 90 mil pés de café em terra massapé vermelha, e,em 1900, do mesmo proprietário produzindo 6 mil arrobas de café; este proprietário construiu a atual casa-sede, com projeto de arquiteto francês, casa que teve abolida sua escada principal. Em 1914 era de José de Queirós Aranha, com 70 alqueires de terras e 100 mil pés de café; em 1950 pertencia a John Eduard Hoen, com 116 hectares, e, em 1978 a Maria de Lurdes da Silva Prado. (Figs.).

Fazenda Joapiranga

Em 1885 pertencia a Antônio Egídio de Sousa Aranha (filho da Viscondessa de Campinas) e tinha 220 mil pés de café em terras massapé vermelhas; do mesmo proprietário, a produção em 1900 era de 8 mil arrobas de café. José Bonifácio de Camargo era o proprietário em 1914, com 118 alqueires de terras e 198 mil pés de café. Depois foi de José da Silva Teles.

Fazenda Jurema (Depois São Domingos)

Compondo o latifúndio do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, em 1885 pertencia a seu neto paterno Francisco Antônio de Sousa Queirós Filho (filho dos Barões de Sousa Queirós) com 150 mil pés de café em terras massapé, com máquina de benefício a vapor e terreiros de terra; este proprietário vendeu a fazenda, em 24/12/1895, a Estanislau de Campos Sales, que a revendeu a Luís de Campos Sales aos 21/1/1896. Em 1900 era deste último, com produção de 9 mil arrobas de café; em 1914, do mesmo, com 200 alqueires de terras e 185 mil pés de café. Passou à propriedade de Otávio Neto e que mudou seu nome para fazenda São Domingos (veja este nome com fotografias).

Fazenda Laranjal

Luciano Teixeira Nogueira, segundo senhor do engenho do Chapadão, para o plantio de café, adquiriu vastas terras na parte montanhosa do município, fundando a fazenda Laranjal cuja sede constitui a parte urbanizada de Joaquim Egídio. A fazenda se dividiu em outras para descendentes do fundador: a sede que ficou para a viúva (segunda esposa) Joaquina Augusta Nogueira, conservou a grande residência, mais tarde de seu genro Vicente Maria de Paula Lacerda, médico, irmão do Conde de Santa Fé, que ainda se conserva adaptada para clínica médica, com grande terreno, na rua principal de Joaquim Egídio.

Em terras do Laranjal, fundaram-se as fazendas, São Luciano que, em 1914, pertencia a José Teixeira Nogueira, com 53 alqueires de terras e 55 mil pés de café, e que pertenceu depois a Salvador Teixeira Penteado; e mais as fazendas Alpes, Riachuelo, Pedregulho, Santa Rita, São Luís e outras. (Figs.)

Fazenda Laranjeiras

Propriedade de Francisco de Andrade Coutinho, transformou-se, em mãos de seus descendentes, no bairro de Nova Campinas, desta cidade, tendo sido a sua sede, no estremo Oeste do bairro, margem esquerda do córrego do Proença.

Fazenda Lage Grande (ou Jaguari)

Propriedade do juiz Francisco de Assis Pupo, por seu falecimento em 1874, conservou-a sua viúva Rita Luísa Nogueira, que faleceu em 1891. Alguns dos seus herdeiros receberam suas legítimas em terras da propriedade, enquanto a maior parte delas com a sede, em 1900 pertencia a Talvina do Amaral & Filho, com produção de duas mil arrobas de café e, em 1908 e 1914, pertencia a Irene Egídio de Sousa Aranha, com 62 alqueires de terras e 58 mil pés de café. Foi vendida à empresa de força elétrica que aí represou o rio Jaguari construindo sua usina.

Fazenda Lapa

Em terras destacadas do Engenho do Mato Dentro, da Viscondessa de Campinas e doadas por esta titular à sua filha Petronilha Egídio de Sousa Aranha, casada com Francisco Inácio do Amaral, em 1849, este agricultor fundou a fazenda Lapa com cultura de café; era homem de apurado gosto e hábitos requintados, a ponto de mandar confeccionar ternos de fraque, de linho inglês, para usá-los na fazen-

da e percorrer seus cafesais. A mobília de sua sala de jantar, com as iniciais de sua esposa (P. A. L. - Petronilha do Amaral Lapa) ainda é conservada em fazenda do município (figs.). Ele faleceu em 1868 com 47 anos de idade; ela em 1869, ficando a fazenda na propriedade de suas filhas, Olímpia casada com Antonio Álvaro de Sousa Camargo (figs.) e Leonor casada com Elisiário Penteado (figs.). Em 1885, sob a firma Sousa Camargo & Penteado, com 160 mil pés de café em terra massapé; em 1900, da mesma firma, produzia oito mil arrobas de café e, em 1914, dos mesmos, tinha 180 alqueires de terras com 238 mil pés de café. Passou depois à propriedade plena do casal Antonio Álvaro, herdando-a a filha e genro Judith-Celso Egídio de Sousa Santos. Foi ainda sua proprietária a bisneta do fundador, Iracema Lapa de Camargo, casada com **Osvaldo Prudente Correia**, que a transferiu a George Sim Whyte que a possuía em 1950, com 174 hectares; possuiram-na Gastão Vidigal, que a fracionou para venda, cedendo a maior área com a sede, à Sociedade Hípica de Campinas que a possue com a velha sede demolida e suntuosa sede nova construída (figs.).

Fazenda Macuco

Composta de vários sítios, por volta de 1870/74, foram eles reunidos com aquisições que fizeram, dentro da própria família, os irmãos Estanislau de Campos Sales, comprando do cunhado Luís Henrique Pupo de Morais o trecho que se chamou Dez Casas; e José de Sales Leme, trechos de seus filhos Francisco e Domingos, e talvez outros. Em 1890 era de Estanislau de Campos Sales e da herança de José de Sales Leme. Passou à Companhia Sul Brasileira Territorial e Colonizadora que, em janeiro de 1896, a vendeu aos cunhados Antônio Correia Barbosa (IV) e Otaviano de Sousa Bueno que, posteriormente, cedeu sua parte ao primeiro. Em 1900 era de Bueno & Barbosa com uma produção de 20 mil arrobas de Café, uma das melhores produtoras do município. Em 1914, propriedade exclusiva de Antônio Correia Barbosa, tinha a área de 254 alqueires de terras, com 408 mil pés de café. Passou a Fazenda à filha deste último, Dora, casada com Joaquim da Cunha Bueno Júnior que, na crise econômica de 1929, a abandonou em mãos de seus empregados, até 1934, quando a vendeu por escritura de compromisso a Nilo Ferraz de Abreu; este, no ano seguinte, transferiu o compromisso a Raimundo Cruz Martins e Celso Maria de Melo Pupo que a tiraram do abandono cultivando-a até 1945, quando, por acordo em pleito judicial, foram obrigados a desistir do compromisso que a viúva e filhos de Joaquim da Cunha Bueno Júnior recusavam-se a cumprir. Dentro do acordo, foi a fazenda vendida a José Leal que a transferiu a Dario Freire Meireles; este a dividiu em chácaras para venda, sendo a sede do casal Sônia e Luís Pires Barbosa Neto, num bairro agro-industrial da cidade de Valinhos (figs.).

Engenho-Fazenda Mato Dentro (hoje Santa Rita do Mato Dentro)

Antiga sede da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, dividida a sua área em outras fazendas, em 1890 pertencia ao senador Bento Augusto de Almeida Bicudo; em 1900, a Bicudo & Branco, com produção de 20 mil arrobas de café; em 1914, novamente ao senador Bento Bicudo, com 280 alqueires de terras e 400 mil pés de café. Este proprietário, falecendo sem descendentes, teve herdeiros que venderam a fazenda a Sílvio de Oliveira Andrade, possuidor de 1922 a 1924, sucedido, respetivamente, por Benedito Ferreira, João Dias Rodrigues, Agostinho de Camargo Morais, Paulo de Camargo Morais, Armando Silva, Wilson Lemos de Morais, e mais um que permutou a fazenda por dez mil alqueires de terras no Estado do Pará, com F. Lunardeli. A antiga sede, que já classificamos como um dos "Grandes Solares do Açúcar", foi adatado para máquina de beneficiar café, sendo construída, a seu lado, nova casa-sede. (Figs.).

Engenho - Fazenda Mato Dentro

Fundada pelo tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, em 1806, passou este fundador, entre 1818-20, à ~~sua~~ filha e genro, Francisco Egídio de Sousa Aranha, dedicando-se este inteiramente à vida agrícola, desenvolvendo as culturas de café ~~asdfg~~ deixadas pelo sogro, para atingir, em 1851, produções de 8 mil arrobas de açúcar e 7 mil arrobas de café. Francisco Egídio faleceu em 1860, com oitenta e dois anos, assumindo a administração a ~~sua~~ esposa viúva, meeira com os filhos. Em 1871, ~~seu~~ filho Joaquim Egídio de Sousa Aranha, depois Marquês de Três Rios, vendeu suas seis partes no engenho-fazenda a seus sobrinhos, dos quais era tutor, filhos de sua irmã Petronilha casada com Francisco Inácio do Amaral Lapa, ambos falecidos. A 24/10/1874, o engenho era visitado pelo Príncipe Conde d'Eu e, em 1879, faleceu a Viscondessa de Campinas.

Pedro Egídio de Sousa Aranha era o proprietário da fazenda em 1885, com 200 mil pés de café, terreiros atijolados e máquina de benefício acionada à água. Sua viúva, Ana Joaquina do Prado Aranha, era a proprietária da fazenda em 1900, com produção de 12 mil arrobas de café. Em 1914 era de Queirós Aranha e Soares e depois de José de Lacerda Soares, todos descendentes do fundador, até 1950 quando foi vendida a estranho que a passou imediatamente ao Governo do Estado que ali fez fazenda experimental subordinada ao Instituto Biológico, conservada a magnifica sede do fundador. (Figs.)

Engenho-Fazenda Mato Dentro de Baixo (Vila Brandina)

Em terras destacadas do Engenho do Mato Dentro e doadas pela Viscondessa de Campinas à filha Maria Brandina, casada em 1836 com Álvaro Xavier da Silva Camargo, que fundou o engenho neste mesmo ano; em 1886 a fazenda pertencia à viúva Maria Brandina de Sousa Aranha, com 230 mil pés de café em terra massapé, dispondo de máquina de benefício à água e terreiros atijolados. Falecida Maria Brandina, pertencia a fazenda, em 1900, a Cândido Álvaro & Irmão (Antônio Álvaro de Sousa Camargo), com produção de 9 mil arrobas de café. Em 1914 pertencia a este último sob a razão de Antônio Álvaro & Bueno, ficando depois só propriedade do primeiro que, ao falecer, deixou para os filhos a fazenda, e ela se tornou de um adquirente das partes dos demais, Lafaiete Álvaro de Sousa Camargo, prefeito de Campinas, casado com sua prima Odila Egídio de Sousa Santos. Este casal, sem descendentes e proprietário de três fazendas, transformou a fazenda em fazenda de criar gado puro holandês e de produzir leite do qual distribuía gratuitamente às crianças pobres, dando ao imóvel o nome de Vila Brandina. Preparando a partilha de seus bens, destinaram a fazenda Santa Luzia aos herdeiros dele; a Santa Odila, aos herdeiros dela; e a Vila Brandina à fundação que eles instituíram sob o nome Fundação Odila e Lafaiete Álvaro, para que ela continuasse distribuindo, então em maior escala, o leite às crianças necessitadas.

Ao se instituir a fundação Odila e Lafaite Álvaro, com reunião solene de sua diretoria e convidados, o autor, que ocupava o cargo de primeiro tesoureiro da primeira diretoria da fundação, escolhido pelos demais diretores, teve a incumbência de saudar o casal benemérito, o que fez com afirmativas como: "

> "Nesta solenidade, senhores, vemos o império da bondade; institui-se um grande acervo patrimonial para menores desamparados; fundamenta-se com solidez uma instituição de beneficiência que desenvolverá sua ação assistencial no vasto campo da infância necessitada, num âmbito ainda não atingido em nosso município".

Engenho Fazenda Morro Alto

Constando em testamento do Guarda-mór Manuel Teixeira Vilela, feito em 1820, com área de um quarto de légua de testada por três quartos de fundo, passou a seu filho, Antônio Manuel Teixeira, falecido em 1850, que deixou o engenho para seu filho único Francisco Teixeira Vilela, com uma produção (1851-58) de duas mil arrobas de açucar. Curiosos são os dados encontrados em seguida: Em 1885, propriedade de José Guatemozim Nogueira com cem mil pés de café, terra vária, máquina de benefício à água, terreiro de "terra branca"; em 1891 foi distribuída uma escritura na qual Elisiário Alvaro de Sousa Camargo hipoteca a fazenda Morro Alto; em 1896, a Companhia Sul Brasileira Territorial e Colonizadora vende a fazenda Morro Alto a Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida e seu filho José Guatemozim Nogueira; em 1900 é de José Guatemozim Nogueira, com produção de 4 mil arrobas de café; em 1914 é de José Guatemozim Nogueira, com 1.340 alqueires de terras e cem mil pés de café; em 1918 é avaliada entre os bens deixados por Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida.
É certo que a fazenda ficou no quinhão que coube a José Guatemozim Nogueira, que ali instalou um haras notabilizado por seus produtos de valor. Sua sede foi coberta pelas águas da represagem do rio Atibaia.

Fazenda Morro das Pedras (Valinhos)

Propriedade de Camilo Xavier Bueno da Silveira, pelo seu falecimento passou à sua viúva, Francisca de Camargo Andrade, casada em segundas núpcias com Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida que, pelo casamento se tornou proprietário de parte da fazenda; em 1900 produzia a fazenda 5 mil arrobas de café, e, em 1914 tinha 160 alqueires de terras, com 191 mil pés de café.

Fazenda Palmeiras (Cabras)

Fazendo parte das terras do Engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão, adquirido em 1820 pelo Capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, foi a fazenda heradada pelo seu enteado e genro, o Barão de Itatiba, que passou a seu filho Floriano Ferreira de Camargo Andrade, a quem pertencia em 1885, com 130 mil pés de café em terra massapé, com máquina de benefício à água e terreiros atijolados. Em 1914 era de propriedade de Humberto Ferreira de Camargo, com 107 alqueires de terras e 116 mil pés de café. Em 1920 foi comprada por Euclides Vieira; posteriormente adquiriu-a Antônio Martineli que a tranferiu a seu casal de filhos, ela a artista Marilú Martineli, com a sede de precioso mobiliário tradicional. (Figs.)

Fazenda Palmeiras (Anhumas)

Propriedade, em 1851, de Manuel Leite de Barros, herdou-a seu filho Antônio Leite de Barros. Em 1885, pertencia à viúva deste, Maria Carolina de Arrúda Barros, com 100 mil pés de café, máquina de benefício à água e terreiros de terra branca arenosa, produzindo, em 1900, 13.500 arrobas de café, da a mesma proprietária.

Fazenda Palmeiras (Sumaré)

Em 1885, pertencia a Antônio Benedito de Morais Teixeira, com 90 mil pés de café, máquina de benefício a vapor e terreiros de terra.

Fazenda Palmeiras (Singer)

Francisco Eugênio Pacheco e Silva era seu proprietário em 1900 com produção de 6.000 arrobas de café; passou, em 1911, à família Von Zuben. Desde 1950 é propriedade da Companhia Singer do Brasil, Indústria e Comércio Ltda., que conserva a velha sede, restaurada, com especial cuidado, usando-a para as convenções de seus auxiliares. (Figs.).

Fazenda-Chácara Paraíso

Tudo indica que a presente fazenda e a que vamos tratar adiante, ambas de nome Paraíso, tivessem composto uma só propriedade que lhes transmitiu o nome. A fazenda-chácara, em 1890, era da Baronesa de Paranapanema e, em 1900 produzia 3.500 arrobas de café, e, em 1914, da mesma titular, tinha a área de 120 alqueires de terras com 140 mil pés de café. Falecida a Baronesa, seus herdeiros dividiram as terras, urbanizando-as integralmente (figs.).

Fazenda Paraíso

Como já dissemos, esta fazenda e a anterior, deveriam compor uma só propriedade. Esta, em 1900, era de Avelino Valente e outros, produzindo 4 mil arrobas de café. Em 6/11/1896, Floriano R Ferreira & Irmão, venderam parte da fazenda Paraíso, a Avelino & Couto (Antônio Francisco de Andrade Couto e Avelino Valente); na mesma data Francisco Alves de Almeida Sales vendeu parte da mesma fazenda, aos mesmos compradores. Em 1914, era a fazenda de Viúva Valente & Filhos, com 130 alqueires de terras e 194 mil pés de café. Foi toda urbanizada.

Fazenda Pau-d'Alho

Fez parte da ~~xxxxxxx~~ sesmaria de Antônio de Cerqueira César, com as fazendas Anhumas e Santa Cândida. Destacada da área total, em 1885 pertencia ao Comendador Manuel Carlos Aranha (depois Barão de Anhumas), com 300 mil pés de café, máquina de benefício acionada à água, e terreiros atijolados, sendo deste mesmo ano, a notícia do "Diário de Campinas", ~~em~~ de 11/12/1885, de que o Comendador Aranha acabava de contratar professor para seus escravos menores.

Em 1900 pertencia à Baronesa de Anhumas, produzindo 14 mil arrobas de café e, em 1914, à mesma titular, com 500 alqueires de terras, inclusive a Fazenda Santa Maria, e 517 mil pés de café. A casa-sede atual da Fazenda, segundo Manuel Carlos Aranha Neto, é a primeira construção executada em Campinas pelo engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Com criação de gado puro, holandês preto e branco, pertence a

(Figs.).

Fazenda Pau Grande (veja Anhumas)

Fazenda Pedra Alta

~~Xxxxxx~~ Parte do engenho de Nossa Senhora das Dores, do Padre Diogo Antônio Feijó, destacou-se e, em 1885, pertencia a Maria Gertrudes dos Santos Castro, com o nome de São João da Pedra Alta, com 130 mil pés de café em terra preta e vermelha superior, máquina de benefício a vapor e terreiro de terra branca arenosa. ~~A~~ em 12/11/1895, era de Lourenço de Almeida Sampaio e outros, que a venderam para Ana de Arruda Camargo Andrade. Em 1900, em conjunto com a fazenda São Pedro, da mesma proprietária, ~~xx~~ produziu 18 mil arrobas de café. É hoje de

Fazenda Pedra Branca

Foi propriedade de Francisco Pompeu do Amaral, e depois de sua viúva Gertrudes Egídio Pompeu do Amaral, a quem pertencia em 1900, com produção de 10 mil arrobas de café. Levada à praça em 1902, arrematada pela firma Prado, Chaves & ~~Comp~~ Cia., em 1914 era de propriedade de Carlos de Morais Bueno, com 200 alqueires de terras e 200 mil pés de café. Pertenceu a Cândido Ferreira de Camargo que em 1940 tinha 517 hectares de terras; hoje pertence ao engenheiro Carlos Alberto de Barros Coelho que teve o zelo de restaurar suas construções tradicionais, mobiliando-as com preciosidades do passado. Seu mobiliário do salão de jantar, que esteve também na Fazenda Cachoeira, pertenceu ao casal primeiro proprietário citado, assim como a biblioteca especializada que conserva, pertenceu ao filho deste casal, o cientista Abelardo Pompeu do Amaral. (Figs.).

Fazenda Pedras

Fundada em terras da sesmaria de Cláudio Furquim de Campos e outros, foram seus herdeiros os filhos do Comendador José Franco de Andrade, entre os quais Júlio Franco de Andrade e sua mulher, e Luís de Abreu Pereira Coutinho e sua mulher, Francisca Carolina de Andrade, esta filha do Comendador, que se uniram, em 1874, na firma Coutinho & Andrade, adquirindo glebas de outros herdeiros, e compondo a fazenda com 146 escravos. Luís de Abreu Pereira Coutinho tornou-se, depois, o proprietário exclusivo e, em 1900, ele falecido, era a fazenda propriedade de Viúva Coutinho & Filhos, com produção de 18 mil arrobas de café. Em 1914, pertencia a fazenda ao filho deste último casal, Francisco de Andrade Coutinho, com 210 alqueires de terras e 350 mil pés de café. A filha de Francisco de Andrade Coutinho, casada com Francisco da Cunha Bueno, foi a proprietária seguinte, deixando-a, ao falecer, a seus filhos, entre os quais Luís da Cunha Bueno e a esposa de José Cerquinho de Assunção. Em 1976, a fazenda foi vendida a Sérgio Pinho Melão.

Fazenda Pico

Em 1885 pertencia a Maria da Rocha Camargo, viúva de Domingos Leite Penteado (Domingos Ruivo); tinha 188 mil pés de café, máquina de benefício movida à água e terreiros de terra. Sucedeu a Maria da Rocha Camargo, na propriedade, o seu filho Francisco da Rocha Leite Penteado que, no mesmo ano, era vizinho de sua mãe como proprietário da Fazenda São Francisco. Em 1900, na posse do segundo proprietário, tinha a fazenda 110 alqueires de terras e 131 mil pés de café.

Mais tarde, em 1914, era de Francisco de Paula Pacheco, com 60 alqueires de terras e 105 mil pés de café. A seguir foi fracionada e vendida, a maior parte anexada à Fazenda Atibaia (Fazendiha), já de Sílvio Maia, desaparecendo sua sede e benfeitorias.

Fazenda Pinheiros (Valinhos)

Era o Marquês de Três Rios senhor da metade desta fazenda, quando tinha área total de 180 alqueires de terras, ou 455 hectares, "confrontando com dependências da estação de estrada de ferro de Valinhos, e com terras de João Nogueira Ferraz, do tenente-coronel Antônio Carlos Pacheco e Silva e outros. Em 1885 pertencia ao genro do Marquês, João Francisco de Andrade Franco, com 140 mil pés em terras salmorão, máquina de benefício a água e terreiros atijolados. Em 1900 era de Alfredo Franco de Andrade, com produção de 5 mil arrobas de café, e do mesmo proprietário em 1908.

Fazenda Pitangueiras

Compondo a sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, pertenceu a José Elias de Oliveira Fernandes, casado com Antônia de Andrade, sobrinha de Úrsula Franco de Andrade que fracionou a sesmaria. Passou a José Teodoro de Oliveira Andrade, a Nelson de Oliveira Andrade e Amélia de Camrgo Andrade e filhos, depois dividida e vendida.

Fazenda Ponte Alta

Foi a [illegible] sesmaria do Capitão-mór Floriano de Camargo Penteado e outros, onde este capitão-mór montou engenho produtor de 1.550 arrobas de açúcar no ano de 1798, engenho do qual houve referências em 1832. Em 1885 pertencia ao neto do Capitão-mór, Álvaro Xavier de Camargo Andrade, com 60 mil pés de café em terra roxa, máquina a vapor de benefício e terreiros de terra; em 1900, do mesmo proprietário, produzia 4 mil arrobas de café, e conservando em 1914, 1600 alqueires de terras e 140 mil pés de café. Em 1950 tinha 3.947 hectares de terras. Pertence à"Companhia Agro-Pecuária Monte d'Este", produzindo café, algodão, milho, leite, criando gado holandês puro sangue. Figs.).

Engenho Fazenda Quilombo

Foi registrada como "Bens Rústicos" em 1818, propriedade com mil braças (2.200 metros) de testada, por 2.250 (4.950 metros) de sertão, que deu origem a várias fazendas, sendo a de nome Quilombo, hoje na chamada estrada da Ródia. Estava, então, na propriedade do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, com 40 escravos.

[illegible]

Fazenda Recreio

Em terras da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, fundou-se a fazenda Recreio que teve a sua sede construída pelo seu propietário Joaquim Paulino Barbosa Aranha, em 1871, segundo a tradição; do mesmo proprietário, em 1885, tinha 150 mil pés de café em terra vermelha, com máquina de benefício a vapor e terreiro de terra. Sucedeu Joaquim Paulino o seu genro José Francisco Aranha que, em 1900, teve produção de 6 mil arrobas de café; vendeu sua fazenda, por volta de 1910, a Teodoro de Sousa Campos que a possuiu por dois anos, passando-a a novo proprietário. Pertence a A. L. M. Schoneboom.

Fazenda Riachuelo

Fez parte das terras da fazenda Laranjal, de Luciano Teixeira Nogueira, que, enviuvando de sua primeira esposa em 1852, destacou terras para herdeiros seus. Em 1874, Joaquim Teodoro Teixeira Nogueira, filho do primeiro, também viúvo de sua primeira esposa, já residente na fazenda Riachuelo, adquiriu partes de seus filhos do primeiro casamento; tinha, em 1885, 70 mil pés de café, possuía o primeiro descascador construído pela Companhia Mac Hardy, com separador e brunidor, ventilador Arens, tudo movido à água, e com terreiros atijolados. Este proprietário vendeu a fazenda, em 1891, a Ascendino Reis e João de Cerqueira Mendes.

Em 1900 era propriedade de Mendes & Reis, produzindo 5 mil arrobas de café, e em 1914, da mesma firma, com 65 alqueires de terras e 80 mil pés de café. Absorvida por propriedade vizinha, desapareceram todas as suas benfeitorias, sendo proprietários atuais, herdeiros de Said Abdala.

Fazenda Ribeirão

No bairro da Boa Vista, em 1914 era de Francisco Ferreira de Camargo Andrade, com 97 alqueires de terras e 36 mil pés de café. Em 1940 pertencia a Antônio Serafim , com 306 hectares de terras.

Fazenda Rio da Prata

Pertencendo à sesmaria de Ana Joaquina da Silva Prado, a encontramos em 1830 como engenho de açúcar e, em 1867, com de quatro irmãos, netos do terceiro casamento da sesmeira, Manuel Elpídio Pereira de Queirós, Francisca Emília de Queirós, Marcolina Pereira de Queirós e Antônio Carlos Pereira de Queirós, quando requereram ao Bispo de São Paulo a passagem da fazenda da paróquia de Jundiaí para a de Campinas, em cujo território se situava.

Em 1890, era de Queirós & Aranha. Em 1900, pertencia à Baronesa de Anhumas (neta do mesmo terceiro casamento da sesmeira citada) com produção de 12 mil arrobas de café; em 1914, com 600 alqueires de terras, tinha 315 mil pés de café. Posteriormente, passou a fazenda ao filho dos Barões de Anhumas, Luís de Queirós Aranha e, depois, ao filho deste, Manuel Carlos Aranha, neto, Segundo informou este proprietário, a fazenda, por nela não residirem seus donos, senhores de outras fazendas, nunca teve casa-sede.

Hoje (1978) nela reside o último proprietário, em ala da grande senzala (a maior que encontramos em Campinas) hábil e sabiamente adatada para residência. Esta antiga senzala ainda abriga instalações da gerência e administração, além de outras residências. No interior do quadrado da senzala, se encontra piscina e campo de tenis.

Além do inteligente aproveitamento da sólida senzala, a organização da Fazenda, detentora de prêmios de incentivo à cultura, encanta pela sua perfeição econômica e social, com todos os tra-

143 e 144

balhos otimamente conduzidos, e distribuição humana, justa e generosa dos seus lucros, a toda a população da fazenda, que, com este fator, é selecionada e fixada ao solo da propriedade, com a excelência da organização, como a vimos em . Figs.

Fazenda Rio das Pedras

O grande latifúndio de Francisco Antônio de Sousa passou, por sua morte, a seu filho e herdeiro Francisco Inácio de Sousa Queirós que o deixou a suas filhas, cabendo o Rio das Pedras a Isabel Augusta, casada com o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira. Engenho de proprietários residentes em São Paulo, não tinha sede condigna, até que o conselheiro Albino mandou construir a casa residencial, que sua neta, Camila Barbosa de Oliveira, descreve como "enorme casarão com seus catorze quartos, salões, corredores, banheiros, cozinhas e depensas" (143), no qual figuravam "duas telas assinadas por Barandier", "retratos do Conselheiro e de seu pai Luís Antônio Barbosa de Oliveira" (144).

Em 1882, produziu o engenho, 2 mil arrobas de açúcar e, em 1885, na posse do Conselheiro, tinha o engenho-fazenda 150 mil pés de café em terra arenosa roxa, cultivando cana com produção de 30 mil quilos e aguardente "em aparelhos modernos". Em 1900 era de Viúva Barbosa & Filho, com produção de 4 mil arrobas de café, destacando-se como local de férias preferido por Ruy Barbosa e sua família. Passou, em seguida, a Albino José Barbosa de Oliveira, neto, que a deixou para seus filhos; estes a venderam para membro da famíla Almeida Almeida Prado, cujos sucessores a fracionaram para venda. 3 figs

Fazenda Rosário

Propriedade do Barão de Atibaia, nela hospedou, em 24/10/1874, o príncipe Conde d'Eu. Em 1885 era da Baronesa de Atibaia, com 150 mil pés de café em terra massapé vermelha, com máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados; em 1900, da mesma titular, produzia 5 mil arrobas de café. João Pereira & Irmão eram os proprietários em 1914, com 325 alqueires de terras e 156 mil pés de café.

Fazenda Roseira (Campo Grande)

Em 1885 era de Antônio Carlos de Almeida Nogueira, com 150 mil pés de café em terra branca arenosa, com máquina de benefício a água e terreiros de terra. Em 1900 era da viúva Paula Joaquina de Camargo Nogueira, produzindo 7 mil arrobas de café; em 1914, da mesma, tinha 230 alqueires de terras, com 160 mil pés de café.

Fazenda Roseira (Jaguari)

Entendemos que fazia parte da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida; em 1890 era de Floriano Ferreira & Irmão, e em 1900, de Carlos Ferreira & Irmão, filhos do primeiro; depois de Estanislau Ferreira de Camargo, produzindo 18 mil arrobas de café. Em 1914, seu proprietário era Joaquim Penteado, com 220 alqueires de terras e 285 mil pés de café.

Fazenda Salto Grande (Americana)

Parte da sesmaria de Domingos da Costa Machado, nela foi construído um dos "Grandes Solares do Açúcar"; o Teixeira Vilela, pelo fundador do engenho, guarda-mór Manuel Teixeira Vilela, latifundiário. Foi legado ao filho do fundador, José Manuel, que faleecu sem deixar descendentes, passando a propriedade a seu irmão comendador Antônio Manuel Teixeira, senhor do patrimônio paterno por compra de partes de suas irmãs, Joana e Ana Joaquina, desta por escritura de 29/12/1834. Disse o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt que Antônio Manuel, era possuidor de seis fazendas com seiscentos escravos.

Em 1870, era a fazenda de Francisco de Campos Andrade; dele temos o original de um contrato lavrado de próprio punho e assinado pelo engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, em data de 1/8/1885, que transcrevemos:

"Pela quantia de reis, nove contos e oitocentos mil reis, se obriga o baixo-assinado a fazer executar na Fazenda Salto Grande, pertencente ao Sr. Major Francisco de Camos Andrade, as obras seguintes:

a) Ponte Sobre o Rio Atibaia - Fará substuir os pés aos vinte cavaletes que suportam o taboleiro sobre a seção do rio, ligando cada tanchão a duas peças novas por meio de braçadeiras de ferro e longas cavilhas do mesmo metal. Estabelecerá entre os montantes de cada cavalete uma sólida cruz de travamento e um par de tirantes horizontais ("moises"). Em toda a extensão da ponte (mesmo na parte que se acha em seco) fará colocar, a ambos os lados, guarda-corpos de conveniente solidez.

c) Rego d'Água - Em o lugar da bomba d'água para as máquinas, fará construir em alvernaria de pedra seca, onde convier, um paredão para a canalização das águas até o ponto em que o rego se acha ainda em estado de conduzir água às máquinas. Estabelecerá à entrada do canal, um registro sólido de madeira ou ferro, munido de parafuso e roda para regularização do volume de águas. Fará desobstruir a entrada do mesmo canal, fazendo saltar as rochas que embaraçam presentemente a passagem das águas.

c) Casa de Máquinas - Substituirá vinte e seis pilares de madeira por outros tantos em tijolos na parte em que se acha situada a serraria. Demolirá as cortinas de barrote entre os montantes (esteios) que suportam a cobertura e as levantará em meio tijolo sobre baldrame de pedra seca. Fará rebocar internamente todos os ditos muros e rejuntar a cal as faces externas. Fará substituir todo o encaibramento e ripamento, assim como as peças avariadas da cobertura, e retelhará de novo fazendo o emboço a barro.

d) Casa dos Tendais - Substitutirá, como na casa de máquinas, os muros externos, em barrotes por paredes em meio tijolo, conservan-

do os pés direitos ou esteios de madeira. Fará os baldrames em pedra seca com trinta centímetros de espessura, quando sob o solo, e de sessenta quando em elevação. As faces internas dos mesmos serão rebocadas e as externas rejuntadas a cal. Serão sobstituídas as folhas do portão que ali faltam.

e) Moinho - Serão restaurados os pés direitos na parte superios e colocados sobre pilares de pedra seca que suportarão o soalho. A coberta será restaurada em duas partes, quer em relação à armadura, quer em relação ao telhado. O soalho permanecerá no estado atual, procurando-se apenas nivelá-lo.

O proprietário fornecerá toda a madeira, tijolos e pedras necessárias às obras, devendo este último material ser extraído à custa do abixo assinado. Todos os carretos necessários ao andamento regular do serviço serão feitos pelo proprietário.

Pelas obras acima mensionadas pagará o proprietário a soma de nove contos e oitocentos mil reis em três prestações iguais em períodos que serão estabelecidos por mútuo acordo durante os trabalhos, devendo o último coincidir com a sua conclusão.

Campinas 1º de agosto de 1885.

(a) Franco. P. Azevedo

Pela soma de mais cento e sessenta e oito mil reis, se obriga o abaixo assinado a substituir todos os esteios de madeira por pilares de tijolos na casa de máquinas.

(a) F. Azevedo"

Ressumando honestidade e perfeito sentir de homem responsável, o documento acima, de próprio punho, é remanescente de um século, atestando particularidades da vida campinense de trabalho e dignidade.

O Album de Campinas - 1922 - publicado pela Prefeitura desta cidade, relata: A Fazenda Salto Grande, "desde 1906 ficou peretencendo à firma Raulison, Muller & Comp.; porém só no ano de 1911, por obra inteligente do saudoso chefe comendador Francisco Muller, ficou organizada com os critérios racionais baseados na cultura moderna". "A área total da Fazenda é de 1812 hectares dos quais 800 são cultivados, sendo as culturas principais: Algodão, Cana, Milho, Arroz, Alfafa, Fumo, Feijão e diversos outros cereais". "Então a fazenda se tornou verdadeiro centro experimental, já que sua direção imprimia este caráter em seus trabalhos. Produção em três anos: algodão 45.000 arrobas em caroço ou 13.775 em rama; cana (aguardente) 1.000 de pipas de 500 litros; milho, 2.400 sacas de 100 litros; arroz, 1.000 sacas de 100 litros; fumo 30.000 kilos em folhas; feno e gramínias, 100.000 kilos; feno de alfafa, 50.000 kilos; sorgo para vassouras, 10.000 kilos; feijões comestíveis e forrageiros, 700 kilos; charutos estilo toscano, fermentados, 300.000".

Teve uma inteligente administração municipal de Ameri-

cenas, o cuidado de adquirir o grande solar, sede da fazenda, restaurá-lo, convindo com a Secretaria de Cultura do Estado a instalação, neste imóvel tradicional, de um museu histórico. Erradamente alguém indicou este solar como sendo objeto de cenas do romance de José de Alencar, quando esta fazenda, realmente, o romancista encontrou fora do município de Campinas, à margem direita do rio Piracicaba. (Figs.

Fazenda Samambaia - Valinhos

Em 1900 ainda era propriedade da Baronesa de Atibaia, passando, depois, a João Pereira & Irmão (João e Justo Pereira da Silva).

Fazenda Sant'Ana - Sousas

Fundada em terras da sesmaria de Francisco Xavier da Rocha (Cachoeira Grande), sua metade foi comprada, aos 17/2/1896, de João de Assis Lopes Martins, por Albino José Barbosa de Oliveira (filho), que, em 1900 teve uma produção de 5 mil arrobas de café; em 1914, a metade pertencia à sua viúva, Luísa Atàiba Barbosa de Oliveira, com 50 alqueires de terras e 250 mil pés de café. No inventário por falecimento de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, falecido em 1918, consta de seus bens a metade desta fazenda Sant'Ana. Pertenceu a Eliseu Teixeira de Camargo que, com a vizinha fazenda Barreiro, nelas desenvolveu elevadas criações de gado puro sangue; pertence hoje a seus herdeiros. (Figs.).

Fazenda Sant'Ana - Anhumas

Em 1914 pertencia a Lafaiete de Arruda Camargo, com 100 alqueires de terras, e 79 mil pés de café. A cidade alcançou-a, e está hoje urbanizada (fig.).

Fazenda Sant'Ana do Cuiabano

Sua localização afigura estar em terras da sesmaria de Francisco Xavier da Rocha, Cachoeira Grande. Em 1885 era de José Rodrigues do Prado, alcunhado "O Cuiabano", mesmo sendo de família tradicionalmente paulista. É de se admitir que, de sua área, se destacaram terras para a formação da fazenda que foi de Vitorino de Castro e hoje do seu filho Otávio Bierrenbach de Castro, e fazenda São João, de José Pupo Nogueira, hoje fazenda Fontoura. Sant'Ana do Cuiabano, já destacadas as duas citadas, em 1885 tinha 140 mil pés de café em terra salmorão branco, com máquina de benefício à água;

em 1900 pertencia a Turíbio Leite de Barros, com produção de 5 mil arrobas de café, e do mesmo proprietário em 1914 com 180 alqueires de terras e 150 mil pés de café. Foi depois propriedade de Cid de Castro Prado e hoje é de Maria Antonieta e Augusto da Rocha Azevedo (figs.).

Fazenda Sant'Ana do Lapa

Em busca da fazenda Soledade, residência de Hércules Florense como pai e tutor de seus filhos que receberam da avó materna a fazenda em doação, desenvolvemos maior pesquisa já que havia uma tradição da citada propriedade ter passado a se chamar "Do Lapa". ~~Deparamos, então~~, Foi-nos facultado o trabalho de Estevão Leão Bourroul, "Hércules Florence", ~~registrando referindo~~ que se refere ao testamento, de 1/9/1851, de Cândida Maria de Vasconcelos Barros, viúva do comendador Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, que legou a seus netos a fazenda Soledade.

Em 15/1/1856, Hércules Florence registrou em livro competente, a fls. 104, da freguesia de Campinas, pelo vigário Antônio Cândido de Melo, as terras da fazenda Soledade, pertencentes aos herdeiros de Cândida Maria de Vasconcelos Barros, situadas no distrito da cidade de Campinas, a três léguas da mesma, perto da estrada de Amparo. "Acham-se nelas casas de morada, plantações de café e fábrica de café; sua extensão regula-se em 550 braças de Leste a Oeste, e pouco mais ou menos o mesmo de Norte a Sul. Estas terras foram de sesmaria e são possuídas atualmente por escrituras de vendas feitas pelo falecido capitão José de Sousa Siqueira (II) e por Francisco de Sousa.

Em nossas pesquisas de sesmarias, não encontramos uma de José de Sousa Siqueira (II) e Francisco de Sousa; certamente eles adquiriram as terras por compra. Encontramos a escritura de 1/10/1873, pela qual Manoel Amador Bueno Machado Florence e sua mulher venderam parte de terras dividindo com o córrego Barretos, Arlindo Teixeira Nogueira, Hércules Florence e Filhos e Francisco de Paula Sousa, venda de "um sítio com cafesais e benfeitorias" neste município, à margem direita do rio Atibaia, a Francisco de Sousa Leite.

Tal propriedade, sendo vizinha de Arlindo Teixeira Nogueira (Laranjal-Joaquim Egídio), de Hércules Florense, e estrada para o Amparo, na margem direita do Atibaia, localiza Hércules e seus filhos (fazenda Soledade), na atual fazenda Sant'Ana do Lapa.

Encontramos e em 1885, expondo na Exposição Agrícola de Campinas, a fazenda de Francisco Bueno de Lacerda, "proprietário no bairro de Atibaia, com 70 mil pés de café em terra salmorão, com máquina de benefício a vapor e terreiros" de ladrilho e terra, à margem direita do Atibaia e junto à ponte chamada "do Padre Abel" que

também era Camargo Lacerda. Esta fazenda, Francisco de Camargo Lacerda, por escritura distribuída a 7/7/1891, vendeu a José Bonifácio de Camargo. Este a revendeu, por escritura distribuída a 11/1/1896, a Antônio Carlos do Amaral Lapa, que deu este seu último apelido de família à sua propriedade. Dele era a fazenda em 1900, com produção de 6.500 arrobas de café. Este último proprietário faleceu repentinamente a 1/9/1907, e seu genro, Amadeu de Camargo Andrade, tornou-se o proprietário, tendo, em 1914, 148 mil pés de café em 160 alqueires de terras. A fazenda pertence hoje a Maria Lúcia Kernke (Figs.

Fazenda Santa Bárbara

Em 1885 pertencia a Luís Ângelo Gonzaga, no bairro da Boa Vista, com 60 mil pés de café em terra branca e roxa. Em 1900 era de Luísa Leite de Camargo Penteado; em 1914 de Artur de Queirós Guimarães, na Boa Vista, com 250 alqueires de terras, 90 mil pés de café, 10 do mesmo em 1940.

Fazenda Santa Cândida - Anhumas

Desmembrada da sesmaria de Antônio de Cerqueira César, foi de Caio Pinto Guimarães que, em 1940 tinha 427 hectares, passando depois a seu genro Carlos Eduardo de Macedo Rangel que a possuía em 1977.

Fazenda Santa Clara

Da sesmaria de Alexandre Barbosa de Andrade, em 1890 pertencia ao Barão de Anhumas, e, em 1914, a seu filho Carlos Norberto de Sousa Aranha, com 120 alqueires de terras e 154 mil pés de café.

Fazenda Santa Cândida - Capivari

Possivelmente tenha pertencido à sesmaria de Ana Joaquina da Silva Prado; em 1914 era de José Egídio de Queirós Aranha, com 250 alqueires de terras e 200 mil pés de cafe. Em 1978 era do médico Celso Junqueira Meireles, que a herdou do seu pai; tinha enorme casa-sede que foi demolida. (Figs.

Fazenda Santa Escolástica (veja fazenda Dois Córregos)

Fazenda Santa Genebra

Do latifúndio de Francisco Antônio de Sousa, que o deixou para o filho Francisco Inácio de Sousa Queirós. Falecendo este, o latifúndio se dividiu em duas propriedades, chamando-se a presente, Morro Alto, cabendo à herdeira e filha, Genebra Miquilina, casada com o primo Luís de Sousa Resende, filho dos Marqueses de Valença, que iniciou a plantação de café em 1852. Ela, muito moça, faleceu em São Paulo, em 1855, deixando o viúvo em completo desinteresse pela pro-

priedade, até que seu pai, o Marquês de Valença, adquiriu-a, mudando o nome para Fazenda Santa Genebra, em homenagem à nora falecida. Em 1856, faleceu o Marquês, conservando a Marquesa a fazenda até seu falecimento em 1877.

Como herança ficou a fazenda para o filho dos Marqueses, o Barão Geraldo de Resende que construiu o sobrado-sede, transformou a propriedade em fazenda-modelo, com ótima organização e administração, sendo-lhe obrigatório receber visitas dos mais ilustres visitantes oficiais estrangeiros, quer no Império, quer na República, tendo lá estado o príncipe Conde d'Eu em 1884. Como disse um memorialista, "Santa Genebra era um mostruário de labor agrícola. Ali ensaiavam-se todos os processos de lavoura, espalhavam-se todas as sementes, experimentavam-se todos os instrumentos rústicos. Não vinha estrangeiro ao Brasil, interessado pela lavoura que o geverno não encaminhasse a Campinas, com carta para o fidalgo fazendeiro". "O nome de Santa Genebra era levado para a Europa, citado, proclamado, e a fazenda-modelo, afixada como reclamo, fazia a propaganda do Brasil em todo o mundo".

À fazenda, o Barão Geraldo de Resende anexou pequenas propriedades vizinhas, a propriedade ~~tendo~~, em 1889, passou a ter uma área de 1.250 alqueires de terras; faleceu o Barão a 6/10/1906, tendo sido chefe conservador na política de Campinas, vencendo candidato republicano às vésperas da proclamação da republica, como deputado geral.

No século atual, pertenceu a fazenda a Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos, a ~~Rxdxx~~ José Pedro de Oliveira, e à sua viúva Jandira Pamplona de Oliveira, que se iguala, em amor à fazenda, ao seu antecessor, o Barão Geraldo de Resende. (Figs.

Fazenda Santa Luzia

Parte do latifúndio do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, passou a ~~xxx xxxxx~~ Francisco José de Camargo Andrade que a possuía em 1885, com 80 mil pés de café, máquina de benefício à água, terreiros atijolados. Em 1914 era de Antônio Benedito de Castro Mendes, com 60 alqueires de terra e 83 mil pés de café; depois, de ~~xxxxx~~ Lafaiete Álvaro de Sousa Camargo, e hoje a Arno S.A. (Figs.

Fazenda Santa Maria

Fundada para cultura de café pelo comendador Antônio Manuel Teixeira, que construiu a vasta casa-sede, passou a seu filho único, Francisco Teixeira Vilela. Foi adquirida pelo falecido desembargador Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, para seu filho que a possui. (Figs.

Santa Maria do Herbert Sevi, foi de Bª Anhumas

Fazenda Santa Mônica

Fazenda Santa Teresa da Serra

Pertencia a Avelino Antero de Oliveira Valente, por escritura distribuída a 3/12/1874, foi vendida ao advogado Cândido Ferreira da Silva Camargo que reconstruiu a casa-sede, aproveitando o segundo lanço, de serviços, e construindo o novo para cômodos sociais e de repouso. Em 1885 tinha 100 mil pés de café, máquina "por turbina" e terreiros atijolados; em 1900 produzia 4.500 arrobas de café, e, em 1914, tinha 72 alqueires de terras com 113 mil pés de café. Pertence a herdeiros do Dr. Cândido Ferreira. Figs.

Fazenda Santa Úrsula, veja Jaguari

Com o nome de Jaguari, foi fundada em terras da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, pelo seu irmão e condômino na sesmaria, Antônio Correia Barbosa (II), casado com Úrsula Xavier de Andrade, e falecido em 1839. Sua viúva assumiu a direção de todos os seus negócios, inclusive os da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, seu cunhado falecido sem geração. Coube a esta senhora o fracionamento das terras da sesmaria, exigido pelas plantações de café. Sua filha, Luísa Ursulina, casou-se com Camilo Xavier Bueno da Silveira, falecendo no seu segundo parto, quando nasceu a sua filha Luísa que foi criada pela avó que lhe legou a fazenda Jaguari. Depois do nascimento da neta em 1847, a proprietária Úrsula Xavier construiu o grande sobrado-sede, em cuja porta principal, na bandeira de ferro, estão as suas iniciais, U. X. A, ainda engenho com produção de 6 mil arrobas de açucar.

Casando-se a legatária da fazenda, Luísa, com o advogado João Ataliba Nogueira, mais tarde Barões de Ataliba Nogueira, com a morte de Úrsula Xavier tomaram posse da fazenda legada que hospedou, em 1874, o príncipe Conde d'Eu, em viagem pela província. Em 1885 tinha o Barão 120 mil pés de café em terra massapé branca, máquina "a turbina" e terreiros atijolados; em 1900, produzia 6 mil arrobas de café; em 1914, tinha o Barão 450 alqueires de terras com 224 mil pés de café.

Falecendo o Barão em 1921, com 88 anos de idade, manteve-se na propriedade da fazenda, sua filha Úrsula, casada com Celso de ~~Morais~~ Camargo Morais; o casal modificou a frente do sobrado, substituindo o pequeno pretório por outro diante de toda a fachada. Por falecimento do casal, a fazenda passou à propiedade do filho Al-Alberto de Ataliba Nogueira de Morais, o que o faz senhor de fazenda que está com seus antepassados desde 1800.

Fazenda Santo André - Anhumas

Propriedade de Carlos Olímpio Leite Penteado, em 1885 tinha 100 mil pés de café, em terra massapé, com máquina de benefício à água, e terreiros de terra vermelha; em 1900 produzia 8 mil arrobas de café; em 1922 ainda era do mesmo proprietário. Pertence a José David Martins. Figs.

Fazenda Santo Antônio da Boa Vista

Parte da sesmaria de Cláudio Furquim de Campos e outros, alto Atibaia, as terras pertenciam ao filho do primeiro sesmeiro, João Francisco de Andrade, e foram doadas ao neto deste para a fundação da fazenda. Fundando-a Antônio Franco de Andrade, em 1850, ~~este~~ deixou ~~a a propriedade~~ a para sua viúva Amélia de Campos, que se casou novamente, com Francisco Antônio da Costa Braga, de quem teve um casal de filhos. A fazenda passou à ~~sua~~ filha deste casamento, Delfina de Campos Abreu, que, ~~xxxxxxxxxx xxxxxx xxxxxxxx~~ em 1914, tinha 100 alqueires de terras, com 138 mil pés de café. Esta última proprietária, vendeu a fazenda ao criador Junqueira, que a transferiu ao desembargador Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, falecido e sucedido na propriedade pelas suas filhas. Tinha ali o desembargador, preciosa coleção de peças tradicionais. Figs.

Fazenda Santo Antônio da Cachoeira (veja Engenho-Fazenda Cachoeira)

Fazenda Santo Antônio da Cachoeira - bairro dos Lopes.

Em 1885, pertencia a Antônio de Araújo Roso, com 80 mil pés de café, em terra salmorão fino, máquina de benefício à água e terreiros de terra branca arenosa; em 1900, era do mesmo, produzia 4.500 arrobas de café. Foi propriedade de Avelino Manga, Humberto ~~Nex~~ Netto e T. M. Lange.

Fazenda Santo Antônio da Figueira - médio Atibaia

Pertence a Lincoln Junqueira de Azevedo, e está indicada com o nome de Fazenda Espírito Santo do Atibaia. Figs.

Fazenda Santo Antônio das Mangueiras

Maria Augusta de Mendonça Doque era a proprietária em 1885, com 200 mil pés de café em terra massapé branca, com máquina de benefício à água e terreiros atijolados, sob o nome de fazenda Santo Antônio de Pádua; em 1890, da mesma, foi chamada de fazenda Santo Antônio da Cachoeira. Desta proprietária, passou a fazenda a seu genro Joaquim Álvaro de Sousa Camargo, que fez a fazenda conhecida como de Joaquim Alves, registrando a Comissão Geográfica do Estado, em um de seus mapas, como fazenda da Viúva Roque.

Em seguida passou a fazenda à propriedade de Ernesto Crissiúma de Figueiredo, a quem pertencia em 1950, com 413 hectares, e depois a outros proprietários, até Jorge Eduardo Stockler. Figs.

Hoje pertence a [illegible]

Fazenda São Bento - Paulínia

Em terras da sesmaria de Joaquim José Teixeira Nogueira, que era, em 1832, engenho do Floriano de Camargo Penteado; passou a outros proprietários. Pertence hoje a Nivaldo Gonçalves Torres; a velha sede foi destruída em parte por incêndio que sacrificou móveis e outras peças tradicionais conservadas. (Figs.

Fazenda São Clemente

Em 1890 consta como pertencente a Elisiário Álvaro de Sousa Camargo. Em 1900 era de Orozimbo Maia, com produção de 4 mil arrobas de café; em 1914, do mesmo, media 160 alqueires de terras, com 115 mil pés de café.

Fazenda São Domingos - Valinhos

Fez parte do latifúndio de Luís Antônio de Sousa, destacada para formar a fazenda Jurema, sob a qual já tratamos, mudando este nome para fazenda São Domingos quando propriedade de Otávio Neto que construiu a nova sede. Pelo seu falecimento, foi a fazenda dividida em chácaras, ficando a sede como propriedade das religiosas Irmãs de Jesus Crucificado. (Figs.

Fazenda São Francisco - Atibaia

Em 1885 era de Assis Pacheco & Filhos, com 200 mil pés de café em terra massapé pedregulhosa, com máquina de benefício a vapor; em 1900, de Luís de Assis Pacheco, com produção de 5 mil arrobas de café.

Fazenda São Francisco - Paulínia

Cremos que a esta fazenda se referiu Zaluar: "o sítio chamado São Francisco, pertencente ao Sr. Pedro Egídio, pitorescamente colocado à margem do Atibaia, e tão agradável pela sua posição topográfica como produtivo pela cultura de cana, de que aí existem as mais bonitas plantações que tenho visto. Vizinha fica a fazenda do Sr. tenente-coronel José Egídio, montada com excelente serraria de madeira". Em 1915 era de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, e em 1934 dos comerciantes Gagliardi. Passou à Cia. Química Ródia Brasileira, com 4.825 hectares. Fig.

Fazenda São Francisco - Alto Atibaia

Em 1885 era propriedade de Francisco da Rocha Leite Penteado, com 80 mil pés de café em terra salmorão branco, com máquina de benefício à água e terreiros de terra branca. Em 1900, com a fazenda Pico anexada, tinha 172 mil pés de café, produzindo 10 mil arrobas.

Fazenda São Francisco - Quilombo

Sesmaria do Quilombo de Joaquim José Teixeira Nogueira, foi a fazenda de seu filho o capitão Francisco Teixeira Nogueira, que a deixou para filho homônimo.

Fazenda São João do Atibaia

Parte da sesmaria de Alexandre Barbosa de Andrade, foi propriedade de Morais Bueno, de Armando Silva e hoje é de Wilson

Lemos de Morais, com cultura de café e criação de gado leiteiro. (Figs.

Fazenda São João da Boa Vista - Valinhos

Era de Francisco Rodrigues do Prado, o Cuiabano, em 1885, com 70 mil pés de café em terra salmorão, com máquina de benefício a água e terreiro de terra branca. Passou a José Pupo Nogueira a quem pertencia em 1900, produzindo 6.500 arrobas de café; em 1914, era de José de Castro Prado, com 100 alqueires de terra e 100 mil pés de café. Adquirida por Cândido Fontoura Silveira, passou a chamar-se fazenda Fontoura, e hoje pertence a herdeiros deste último proprietário. (Figs.

Fazenda São João da Cachoeira - Valinhos

Antônio Carlos Pacheco e Silva era seu proprietário em 1885, com 105 mil pés de café em terra massapé superior, com máquina de benefício a água e terreiros atijolados. Em 1900, do mesmo, produzia 4 mil arrobas de café. Em 1914 era de Orozimbo Maia, com fontes de água ~~radio-ativa~~ radiativa, que o proprietário fez analizar, transformando a fazenda em hotel de repouso.

Fazenda São João da Pedra Alta - veja Pedra Alta

Fazenda São Joaquim - Cabras

Parte do latifúndio do Sertão, comprado pelo capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, ~~em 1888 xxx~~ passou ao Barão de Itatiba, ao filho deste, Joaé Ferreira Penteado, à viúva ~~xxxxx~~ Maria Eleutéria de Campos Ferreira sob a razão social de Viúva Ferreira & Genro. Em 1914 pertencia a Celestino de Cicco, e hoje a seus herdeiros. (Figs.

Fazenda São José do Atibaia

Pertenceu a Américo Ferreira de Camargo (I) até que sua família a vendeu para o vizinho, Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo. Em 1914 era de Leão Cerqueira, com 298 alqueires de terras e 140 mil pés de café; deste prorietário criou-se para a fazenda a alcunha de "Leão". Hoje é de José Peres de Oliveira.

Fazenda São José - Cabras

Do latifúndio do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, pertenceu a Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga; em 1885 tinha 200 mil pés de café em terra salmorão e em 1900 do filho do Barão, Clodomiro Ferreira de Camargo, produzindo 8 mil arrobas de café. Do mesmo em 1914, tinha 180 alqueires de terras com 200 mil pés de café.

Fazenda São José da Boa Vista - Valinhos

De Augusto de Sousa Bueno, em 1895 foi vendida a José Teodoro de Oliveira Andrade. Em 1914, de Joaquim Policarpo Aranha, filho do Barão de Itapura, tinha 104 alqueires de terras e 98 mil pés de café.

Fazenda São José - Jaguari

Fazendo parte da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, pertencia, em 1885, a Joaquim Paulino Barbosa Aranha, com 80 mil pés de café em terra massapé, máquina de benefício a vapor e terreiro de terra.

Fazenda São Lourenço

Em março de 1876, Eliseu Leite de Barros vendeu esta fazenda a José Inocêncio de Godói, com cafezal e benfeitorias. Em 1900 era de Antônio José Machado, passando, após, a Vicente Ferrão, e a sua filha Isabel Fragoso Ferrão, a quem pertencia em 1914, com 101 alqueires de terras e 152 mil pés de café. Passou depois à propriedade da viúva Isabel Penteado Meireles a quem ainda pertence. (Figs.

Fazenda São Pedro

Tinha sido latifúndio do Padre Diogo Antônio Feijó, e depois de 1875, passou à propriedade de Pedro Américo de Camargo Andrade, que em 1885 a possuía com 150 mil pés de café, em terra massapé, com máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados; em suas terras, cortadas pela estrada de ferro Mojiana, construiu-se a estação Pedro Américo. Cremos que com este proprietário foram as terras divididas em duas fazendas, São Pedro e Pedra Alta, separadas pela estrada pública São Quirino-Fazendinha. Em 1890 era da herança de Pedro Américo e passou a seu filho Américo Ferreira de Camargo, que a vendeu à pessoa de fora de Campinas, passando, depois, a Antônio da Silva Prado que nela reside, dando-lhe rigoroso trato. (Figs.

Fazenda São Pedro - Cabras

Parte do latifúndio de Floriano de Camargo Penteado, passou a seu genro o Barão de Itatiba, ao filho deste, Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, com produção, em 1900, de 10 mil arrobas de café, e, em 1885, com 200 mil pés de café em terra salmorão, máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados; do mesmo, em 1900, produzia 10 arrobas de café. Pertence hoje a Orlando Borghi (figs. (

Fazenda São Pedro - Macuco

Camilo Xavier Bueno da Silveira era seu proprietário em 1890. Em 1900 era de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, produzindo 3 mil arrobas de café; passou a seu filho Francisco de Andrade Nogueira, à filha e genro deste, Luís de Queirós Guimarães, e a filhos deste último casal. (Fig.

Fazenda São Quirino - Anhumas

Entendemos que participava da sesmaria de Manuel Fernandes de São Paio. Em 1885 era de Quirino & Irmão, e, em 1900, de José Paulino Nogueira, produzindo 8 mil arrobas de café; passou à sua filha Ester e ao genro Paulo Nogueira de Almeida Nogueira, e hoje pertence aos netos destes, Paulo Nogueira Neto e José Bonifácio Coutinho Nogueira (figs.).

Fazenda São Quirino - Anhumas

Entendemos que participava da sesmaria de Manuel Fernandes de São Paio, cujos descendentes a possuíam em 1885 sob a firma de Quirino & Irmão, sendo em 1900 de José Paulino Nogueira, quando produzia 8 mil arrobas de café. Deste proprietário passou à sua filha Ester e ao seu genro Paulo de Almeida Nogueira, e hoje pertence aos netos deste último, Paulo Nogueira Neto e José Bonifácio Coutinho Nogueira.

Nela se cultiva a tradição com aproveitamento útil das velhas construções; sua sede tradicional de grandes proporções tem, como entrada principal, pretório com seu madeiramento, colunas, gradil, etc., todo de pinho-de-Riga, importado da França mediante catálogo, e montado no local - forma curiosa de comércio que pode indicar a origem de muito material do mesmo pinho, encontradiço em construções da segunda metade do século passado.

Seu vasto terreiro de seca do café, em plataformas de nível vário, carinhosamente conservado sem se privar de aperfeiçoamentos modernos de trabalho, mantém o antigo portão monumental e as vetustas taipas divisórias. Um reflorestamento com sabor de floresta natural pela variedade de essências, forma um habitat que acolhe fauna selvagem domesticada, e reproduz um ambiente romântico de sertania. Figs.

Fazenda São Vicente - Anhumas

Tudo indica que tenha participado da área do latifúndio do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, chamada Fazendinha, depois do seu filho e herdeiro, o Barão de Limeira. Em 1900 era de Baronesa de Limeira & Filhos, produzindo 6 mil arrobas de café. Em 1914 era de Alice e Carlos Pais de Barros, filha e genro dos Barões, com 200 alqueires de terras e 92 mil pés de café. Hoje está dividida entre herdeiros deste último casal, sendo a sede de Rubens Pais de Barros. Figs.

Fazenda Serra d'Água (ou Vista Alegre)

Falecendo o Marquês de Três Rios a 19/5/1893, fez-se em São Paulo, onde residia, o inventário de seus avultados bens, no qual consta, sobre esta fazenda, então com o nome de Vista Alegre: "mede cerca de duzentos alqueires ou quatrocentos e oitenta e quatro hectares, compreendendo a seção denominada - Botafogo - que o inventariado adquiriu por compra à Baronesa da Limeira, com confrontação com as fazendas de Francisco de Barros Paula Sousa, Herculano Pompeu, ~~da Ramalho~~ Dona Gertrudes Pompeu do Amaral & Filhos e, em seguida, a estrada de São Paulo e as fazendas de Dois Córregos de Silvano Pacheco e Silva & Irmão, Nicolau Lange, Maria Camila, Francisco Fernandes de Abreu e fazendas desmembradas da "Tapera" do Dr. França Carvalho e Dr. Leôncio de Carvalho, contendo casa de moradia e mais benfeitorias" e ~~a~~ 93 mil pés de café.

Em 1940 pertencia a Benedito Amstalden Júnior, com 150 hectares. Depois foi adquirida pelo Exército Nacional, que ali estabeleceu uma criação de cavalos e estação de remonta.

Fazenda Sertão

Antiga sesmaria de Antônio da Cunha Raposo Leme, que não a cultivou, foi vendida ao brigadeiro ~~Ma~~ José Joaquim da Costa Gavião, que nestas terras fundou o engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão e fazenda Cabras, vendendo toda a gleba, em 1820, ao capitão-mór Floriano de Camargo Penteado. Deste passou a seu filho capitão Francisco José de Camargo Andrade, que ~~a deixou para sua herdeira Maria Luísa Nogueira de Camargo~~ em 1851, teve uma produção de 4 mil arrobas de açúcar. Falecido este proprietário em 1869, ficou a fazenda para sua terceira esposa, Maria Luísa Nogueira de Camargo que contraiu novas núpcias com Antônio Pompeu de Camargo (II).

Em 1885 pertencia ao Conde de Três Rios (depois Marquês) até seu falecimento em 1893, ~~deixando-a~~ que a deixou ~~a~~ para seus netos, filhos de ~~su~~ seu falecido filho Carlos Egídio de Sousa Aranha. Em 1900 pertencia a um deles, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, com uma produção de 12 mil arrobas de café; em 1914, do mesmo, com 200 alqueires de terras e 330 mil pés de café. Em 1950 era de João Antônio de Sousa Ribeiro, passando depois a Manuel de Almeida Filho, falecido e com sua esposa Maria Cecília Cardoso de Almeida, sucedidos por três filhas

e um filho, este falecido sem geração, e elas casadas com Luís Augusto de Sousa Ferraz, Armando de Lara Nogueira Filho e

(Figs.

Fazenda Sete Quedas - (Boa Esperança)

Era a sede do latifúndio de José Rodrigues Ferraz do Amaral, e continuou depois do desligamento de outras fazendas oriundas do mesmo latifúndio; permanecendo com o mesmo proprietário até seu falecimento em 1819. Passou à propriedade de seus filhos, cabendo a sede ao Visconde de Indaiatuba que construiu o palácio para sua residência (fig.); em 1885 pertencia à Viscondessa de Indaiatuba, com 312 mil pés de café em terra massapé, com máquina de benefício à água e terreiros atijolados. Em 1900 era da filha e genro dos Viscondes, Jessy e Augusto de Sousa Queirós, com uma produção de 17 mi mil arrobas de café; em 1914, da viúva Jessy do Amaral Sousa Queirós, com 500 alqueires de terras e 400 mil pés de café, e em 1950 era propriedade de Fernão Pompeu de Camargo, sobrinho dos Viscondes, quando tinha área de 1.283 hectares de terras. (Figs.

Fazenda Sete Quedas - Jaguari

Parte da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida, falecido sem geração e sucedido pelo irmão Antônio Correia Barbosa (II), à viúva deste coube fracionar a propriedade sob a influência da cultura cafeeira. Assim, Úrsula Franco de Andrade vendeu terras a seu sobrinho Antônio Américo de Camargo Andrade, que nelas fundou a fazenda Sete Quedas, aumentendo-lhe a área com escritura distribuída a 18/2/1876, de compra feita a Joaquim Policarpo Aranha (Barão de Itapura). Sucessores de Antônio Américo foram sua filha Amélia e o marido e primo José Teodoro de Oliveira Andrade, que em 1900 tinham produção de 6 mil arrobas de café. Este mesmo casal, em 1914, possuía, com as propriedades anexadas, Sete Fogões e Poço, 500 alqueires de terras com 360 mil pés de café. Sete Quedas passou ao filho destes, Sílvio de Oliveira Andrade, que hoje possue seu uso e fruto, sendo a nua propriedade de seus filhos. Figs.

Fazenda Sítio Grande (veja Chapadão)

Fazenda Soledade (veja Sant'Ana do Lapa)

Fazenda Tamburi

Em 1900 era propriedade de Prado Aranha & Filho, com produção de 6 mil arrobas de café. Em 1914, de Narcisa A. S. Aranha & Filho (Narcisa viúva de Pedro Egídio de Sousa Aranha) com 200 alqueires de terras e 130 mil pés de café. Em 1940 pertencia a Arnaldo von Zuben, com 399 hectares.

Fazenda Tapera - Valinhos

Parte do latifúndio do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, em 1890 pertencia a Carlos Leôncio de Carvalho e Carlos A. de França Carvalho; em 1914, a Antônio von Zubem com 100 alqueires de terras e 108 mil pés de café, passando depois a Francisco von Zuben.

Fazenda Taquaral

Sesmaria de Francisco Barreto Leme, pertenceu a seu filho Bernardo Guedes Barreto com sociedade do brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Em 1851, era engenho de Francisco de Paula Bueno, produzindo 2 mil arrobas de açúcar; do mesmo em 1885, era fazenda de café com 170 mil pés, em terra roxa e massapé, máquina de benefício a vapor e terreiros de terra. Em 1900 de Gabriel Rodrigues de Castro produzindo 3 mil arrobas de café; e, em 1914, de Turíbio de Morais Teixeira, com 90 alqueires de terras e 130 mil pés de café. De Joaquim Bento Alves de Lima, em 1950, com 248 hectares de terras, foi urbanizada, ficando a sede remanescente do Instituto de Café. É bairro da cidade.

Fazenda Taubaté

Propriedade de José Teixeira Nogueira de Camargo, falecido em 1844, ficou para sua esposa Ana Eufrosina de Almeida, falecida em 1879, em cujo inventário de bens consta "um bangüê e o sítio" que ficou para o filho Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida; este, em 1885 tinha 100 mil pés de café em terras massapé e arenosa, em 1900 produzia 8 mil arrobas de café, em 1914 tinha 600 alqueires de terras com 180 mil pés de café. Joaquim Teixeira legou a fazenda vinculada à sua filha Joana Nogueira Pompeu do Amaral, que em 1950 tinha 984 hectares, e que deixou a fazenda para os filhos que a venderam.

Fazenda Três Pedras

Parte do latifúndio Sertão do capitão-mór Floriano de Camargo Penteado, foi fundada pelo seu neto Joaquim Floriano Novais de Camargo, casado com sua prima Bárbara, filha dos Barões de Itatiba; construiu a casa-sede que tem na porta principal a data de 1871. Em 1885, do mesmo, tinha 150 mil pés de café em terra salmorão, máquina de benefício a água, terreiros atijolados. Passou ao filho Dario Novais Ferreira de Camargo, com 170 mil pés de café e área de 180 alqueires, em 1914; dela foi destacada área para a fundação da fazenda Santa Helena. Herdeiros deste último a venderam a Olavo Sacchi que carinhosamente restaurou a sede e taipas de muros divisórios dando-lhes magnífica visão do século passado. (Figs.

Fazenda Vila Carlito

Maria A. de Morais Aranha a possuía em 1914, com 28 alqueires e 37 mil pés de café. Foi depois de Osvaldo Bueno, de Eduardo Mário da Silva Ramos, que em 1950 tinha 135 hectares, e hoje é de Veridiana Prado.

Fazenda Vista Alegre (veja Serra d'Água)

Fazenda Vila Brandina (veja Mato Dentro de Baixo)

Capítulo IV

DOCUMENTÁRIO DE CAMPINAS

O Livro do Tombo - Comentários à Breve Notícia - Atos da Fundação no Livro do Tombo - Paleografia e Diplomática - Óbitos do Cemitério das Campinas - Os Tombamentos e o Espaço.

O Livro do Tombo é de instituição canônica e deverá conter histórico e registro completo da vida da paróquia, com todos os seus bens e movimentação deles. O de Campinas, de sua primeira paróquia, a de Nossa Senhora da Conceição, foi aberto, encerrado e rubricado pelo Provisor do Bispado, Gaspar de Sousa Leal, que rubricou todas as folhas e mais os documentos relativos à história de Campinas e que lhe foram adicionados e numerados na seqüência da numeração das demais páginas do livro, em data de 9 de janeiro de 1776 (fig. 1).

Com o termo de abertura a fls. 1, traz a fls. 2 e 2v. a primeira história de Campinas sob o título de "Breve notícia da fundação ou ereção desta freguesia de N. S. da Conceição das Campinas", escrita pelo primeiro vigário Frei Antônio de Pádua Teixeira, e se acha íntegra, sem qualquer rasura ou alteração, desafiando quem a queira submetê-la à perícia grafológica capaz de mostrar sua integridade. Vai reproduzida em fotocópia e será comentada e interpretada em partes, para mais perfeitas conclusões (pgs 3 e 4)

Depois de anotações sobre a vida da paróquia, a fls. 6, está o original do pedido feito ao governador do bispado, de licença para se erigir uma capela na paragem de Campinas. Não traz nenhuma assinatura este pedido, podendo-se concluir de outros documentos, que ela ~~foi~~ veio acompanhada de um rol de nomes dos interessados no pedido, ou sejam, de moradores com roças entre Jundiaí e Jaguari.

Ao alto da petição está o despacho deferindo o pedido. No verso a informação prestada e assinada pelo vigário de Jundiaí, padre Inácio Paes de Oliveira. A fls. 7, vem o original do terceiro pedido, agora iniciado por nove nomes de interessados, porém sem nenhuma assinatura e, certamente, sem mesmo ter sido visto pelos que, com seus nomes, o acompanham.

Esta terceira petição, a que apresenta na abertura os nomes dos que seriam requerentes, exige um exame cuidadoso, já que a lista está composta de nomes que Benedito Otávio considera co-fundadores de Campinas, o que consideramos erro de interpretação. O texto sem subscritores e com dois despachos, tudo escrito com a mesma letra, denunciam que a petição foi feita e despachada na capi-

tombo (Cf. [illegible] gráficas do [illegible] o tombo [illegible] [illegible] "Campinas. [illegible] [illegible] [illegible]

tal, sem interferência dos imaginários co-fundadores. Adiante examinaremos o texto, para constatar a identidade grafológica do despacho com o texto da petição, uma vez que mostramos em nosso trabalho, "Campinas, seu Berço e Juventude" (145), que Barreto Leme colheu nomes em círculo de família, sem total autorização dos mesmos, como o do "mais estabelecido" que era José de Sousa e Siqueira e que negou autenticidade de sua assinatura, na forma atestada pelo vigário de Jundiaí.

Sendo estes sertões trilhados por muitos tempos com a estrada das Minas do Goiás, esteve alguns anos este caminho inculto,

Nesta afirmativa revela Frei Antônio de Pádua a demora no povoamento da região de Campinas, como focalizamos em trabalho nosso (146), demora causada pelo gigantismo das matas que cobriam as terras campinenses. Nem mesmo os primeiros sesmeiros vieram povoá-las no que concordou com a nossa interpretação o Professor Mário Neme dizendo: "Assim, por exemplo, para falar na área da futura Campinas, o coronel Antônio da Cunha Abreu, que tão cioso se mostrara de suas terras entre 1728 e 1732, teria em seguida se desinteressado inteiramente. Personagem importante então na cidade de São Paulo, onde ocupou cargos públicos, além do de provedor do registro do rio Jaguari em 1735-35 (função que devia ter exercido por meio de proposto), Cunha Abreu adquirira, em 1739, com seu cunhado Manuel Pires, uma sorte de terras no rio Moji-Mirim aos herdeiros de Amador Bueno (L 9 Fls. 84). Mas depois disto não mais aparece relacionado com a região"(147).

depois vieram aos poucos principalmente Taubateanos

A força que levou Frei Antônio a citar em primeiro lugar e "principalmente Taubateanos", fortalece a nossa interpretação de ser Barreto Leme um pioneiro. Veio com sua família, mulher e filhos, no outono de 1741, acompanhado por parentes chegados, em busca de terras fertilíssimas.

Teve sesmaria, como está em sua própria declaração ao levantar, certificar e assinar o recenseamento de 1775. Mas quando se estabeleceu em Campinas, ainda não possuía sesmaria, pois os recenseamentos de 1767 a 1774 não o indicam com esta qualidade; o recenseamento de 1774, o qualifica de roceiro em "sítio por escritura", escritura, certamente, de posse, já que outra não havia em Campinas. O mesmo se diz nos levantamentos populacionais seguintes, até o do ano de 1775 que o consigna senhor de "sítio de uma légua de terras em quadra que as houve por sesmaria".

a fazer aqui suas habitações por acharem fertilíssimas as terras, e suposto viviam com muita fartura de mantimentos,

Procuraram os primeiros povoadores as terras mais férteis de Campinas, e as cultivaram; e foram, indiscutivelmente, estas altas qualidades produtivas do solo, o atrativo para famílias que viviam "de roça" em terras de menor força. Vencendo a mata gigante, tinham elas terras novas, cheias de humus, profundíssimas em sua camada fértil de alta qualidade.

Pelo que se chegou a conhecer das primitivas construções da cidade, representadas na figura à página 163 do li-

vro "Retratos da Velha Campinas" (148), os sítios dos primeiros povoadores não passariam de casas de pau-a-pique cobertas de palha até um tempo de progresso quando se fizeram as telhas côncavas, de fabricação fácil, muito primitivas mas que vieram marcar um passo de melhoria para as habitações.

> contudo pereciam fortemente pela falta de Sacramentos, sem os quais no decurso de trinta anos faleceram perto de quarenta pessoas; isto por nenhuma causa mais, do que pela grande longitude e distância em que existiam os moradores de sua Fraguesia de Jundiaí;

Não havia, por aqueles tempos, quem não tivesse formação profundamente católica. A doutrina era essencial no cultivo mental desde a infância; a crença em Deus profunda, a religiosidade formando a mentalidade do homem como verdades indiscutíveis e de fé impositiva como partícipe da própria natureza humana. Nestes bairros rurais, afastados de suas freguesias, era escassa a assitência religiosa que se ministrava pelo pároco ou, no caso de visinhança com caminho trilhado habitualmente por viajantes, como Campinas, por sacerdotes itinerantes que não eram raros na estrada de Goiás.

Francisco Barreto Leme fixando-se em Campinas em 1741, passou trinta anos, até 1772, conformado com a quase nula assistência eclesiástica, o que fazia nascer nas famílias ou em reuniões delas, as práticas de orações conjuntas, "as rezas" habituais em nossos roceiros, louvando Deus mesmo sem o ambiente de uma igreja (149).

Em 1772, não só a necessidade de assistência religiosa para uma população que de 1767 a 1775 não teve aumento, como também o idealismo de fundar um povoado urbano, teria levado Barreto Leme a projetar sua capela, impressionando o elemento eclesiástico com a revelação da falta de assistência religiosa por trinta anos, como contava o povoamento rural das terras campinenses.

> por cuja razão tão aflitos e desconsolados que muitas vezes sucedeu alcançarem licença para serem desobrigados em seus próprios sítios dos preceitos quaresmais,

Este é um trecho que bem confirma não haver em Campinas, até 1774, quaisquer ajuntamentos urbanos; a desobriga era cumprida "em seus próprios sítios".

> e para se sepultarem os mortos se fez um Cemitério, que serviu até à nova ereção desta Freguesia.

Única construção de uso coletivo do bairro rural era o cemitério. Ele se localizava ao lado da atual matriz de São Benedito e foi utilizado até a ereção da freguesia, até a fundação de Campinas urbana. Com a matriz provisória, de pau a pique e coberta de sapé, passaram os enterramentos dos senhores de roças, e de suas famílias, a ser feitos dentro da igreja; os escravos e agregados tinham suas sepulturas no adro da matriz. O primeiro cemitério

mais tarde passou a servir e a se denominar cemitério dos cativos. (150).

Para evitarem as calamidades espirituais que padeciam, intentaram requerer freguesia a parte,

Aflora deste trecho a intenção de Barreto Leme de fundar em suas terras um núcleo urbano, uma vila. Em sua petição nada se revela deste seu intento, mas em manifestações de outras autoridades que externaram xxxxxxx desígnios do fundador, repetiram-se as afirmações dos desejos de fundar freguesia, ou seja, povoado, [redacted]. Esta aspiração idealística de Barreto Leme, não se poderia revelar em primeiras petições, pois iriam merecer o indeferimento por solicitar o que não tinha justificativa para alcançar deferimento.

Barreto Leme tinha de construir por etapas: capela, depois freguesia com povoado indispensável para haver paróquia. Ele não manifestava sua intenção, mas ela se revela em palavras dos que deviam opinar sobre a realização do fundador, como no trecho acima transcrito e outra documentação que adiante citaremos.

e sempre tinham por termo de sua esperança a oposição de sua pobreza,

Enquanto a cidade de São Paulo tinha população
+ com fortunas que atingiam a

em Campinas os mais abastados, com patrimônio superior a 100$000, eram os seguintes: [illegible]:

José de Sousa e Siqueira.....	1:500$000
Francisco Barreto Leme.....	730$000
Félix do Amaral Gurgel.....	400$000
Manuel Vieira da Maia.....	192$000
Silvestre Martins Nogueira...	180$000
Salvador de Pinho.....	100$000
João Barbosa do Rego.....	100$000

conforme [redacted] verificação que fizemos no original do recenseamento, excluídos os moradores de Rocinha. Sendo do primeiro para o segundo, a diferença de mais do dobro, era mesmo para chamar o José de Sousa e Siqueira "o mais estabelecido", como disse o vigário de Jundiaí.

até que Deus por sua infinita misericórdia foi servido facilitar-lhes os meios para conseguirem o grande tesouro que hoje possuem; por que sucitou valoroso ânimo ao grande zelo de Francisco Barreto Leme, por cujo empenho e cuidado conseguiram no ano de 1772 licença do Reverendíssimo Governador do Bispado para erigirem sua freguesia a parte desmembrada da de Jundiaí, a que eram sugeitos,

Estavam assim iniciados os trabalhos para a fundação de Campinas, graças "ao grande zelo de Francisco Barreto Leme"."Freguesia a parte", repete o historiador-vigário, denunciando a intenção do fundador Barreto Leme que pedia licença para elevar uma capela, certo de estar lançando a semente de uma paróquia, de uma vila.

Ao Livro do Tombo foi anexada a primeira petição dos citados moradores, numerada e rubricada, como as demais páginas, pelo provedor do bispado Gaspar de Sousa Leal. Nela os pseudos requerentes não apuseram suas assinaturas, que constam de rol a parte. Está o pedido nesta palavras:

"Dizem os inclusos assinados, existentes nos limites entre Jundiaí e Moji-Mirim, que eles suplicantes, para maior cômodo e bem de suas almas, desejam erigir à sua custa uma capela na paragem chamada Campinas, onde tenham valimento espiritual, se não sempre, ao menos em várias ocasiões que por ali se acharem sacerdotes; o que também justifica se achar na mesma paragem um cemitério bento para sepultamento dos fieis, que foi concedido por ser notoriamente difícil ter o recurso da sua Matriz, pois não dista menos de dez léguas"(151)

Sem data, a petição dirigida ao Ordinário, no alto da página recebeu o despacho do governador do bispado: "informe o Reverendo Pároco sobre todo o alegado e se o lugar nomeado é suficiente com as condições requisitas pela Constituição. São Paulo 13 de setembro de 1772." (a) Toledo(152). (pg 5)

Não demorou o vigário de Jundiaí para cumprir a ordem superior e, no verso da petição, informou:

"Informei-me de pessoas fidedignas sobre o alegado na petição retro me certificam ser o lugar destinado para capela, que pretendem erigir os conteúdos no rol, suficiente, suposto ser a paragem algum tanto deserta, e dista desta freguesia dez léguas. As pessoas assinadas no rol as mais delas pobríssimas, exceto o da cadeceira, que nega ser a firma sua, e me diz que para a fatura da dita capela não pretende concorrer com coisa alguma, sendo o mais estabelecido daquele lugar; é verdade estar na paragem chamada Campinas um cemitério, inda que com pouca decência pelo pouco zelo dos moradores. É o que na verdade passo a V. Senhoria, que mandará o que for servido. Jundiaí 25 de outubro de 1772. De V. Sª. O mais humilde súdito" (a) Inácio Paes de Oliveira. (153).

Objetou o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt: "nunca pude saber quem era este único abastado"; "desconfio, porém, que o reverendo pároco foi fácil naquilo que asseverou, pois não podia isso ser exato com relação a Barreto Leme" (154). Realmente não podia ser exato com relação a Barreto Leme, o maior fator intelectual e material da fundação; mas não era ele o mais abastado como já demonstramos à página , era José de Sousa e Siqueira.

Cinquenta e nove dias depois do primeiro despacho, e quarenta dias depois da informação do vigário de Jundiaí, já estavam atendidos os campinenses. O governador do bispado, Antônio de Toledo Lara, despachou a petição: "Com escritura de dote de bens de raiz que rendam ao menos seis mil réis anualmente para a reparação e fábrica da capela que intentam, tornem. S. Paulo 5 de novembro de 1772" (a) Toledo (155). (pág 6)

figura

Mas, entre 5 de novembro de 1772 e 18 de janei-

ro de 1773, fatos relevantes descobriram as intensões [redacted], de Barreto Leme, e teria ele, talvez por nova petição, revelado seu intento de fundar Campinas como nova freguesia. É o que ressalta da provisão seguinte:

"Aos que esta minha Provisão virem saúde e paz para sempre em o Senhor que de todos é verdadeiro remédio e salvação. Faço saber que por sua petição me representaram os moradores do mato grosso (156) da Vila de Jundiaí que, requerendo-me eles suplicantes para erigirem uma Capela na paragem chamada Campinas (157), onde pudessem ser socorridos com os Sacramentos, dos quais pela longa distância da sua Freguesia padeciam grave falta, morrendo no decurso de dezoito anos a esta parte, vinte e três pessoas sem os Sacramentos da Confissão e Eucaristia, fui eu servido mandar que juntassem escritura de dote de bens de raiz, que rendesse ao menos anualmente seis mil reis para a reparação e fábrica da Capela, e como mais fácil achavam erigir nova Freguesia onde são moradores sessenta e uma famílias (158) com trezentas e cinquenta e sete pessoas de confissão, o que tudo se via do rol que juntavam, e que levantariam Matriz com todo o paramento necessário e casa para o Reverendo Pároco; pedindo-me por fim de sua súplica lhes concedesse o referido; e atendendo a esta tão justa, como louvável súplica, lhes mandei passar a presente pela qual lhes concedo faculdade para erigirem a dita Igreja no lugar que assinar o Reverendo Pároco da Vila de Jundiaí, que fará vistoria na paragem que dizem os suplicantes na forma da Comissão que para esse efeito lhe é enviada, com cláusula de que será a Igreja de taipas de pilão ao menos, e coberta de telhas, e de não ser benção, e aprovada sem primeiro ser aprovada aliás sem primeiro se determinar e constituir cõngua suficiente para o Reverendo Páraco que servir a dita Igreja, e fábrica dela. Dada nesta Cidade de São Paulo sob o selo das Armas de sua Excelência Reverendíssima, ou sem ele ex-causa, e meu sinal aos dezoito de Janeiro de 1773. E eu, Francisco Leandro Xavier de Toledo e Rendon, Escrivão da Câmara Episcopal o escrevi" (a) Antônio de Toledo Lara. (159)

Seguiram-se as providências que cabiam ao governador do bispado, e ele não as retardou. No mesmo dia, 18 de janeiro, baixou ordem ao vigário de Jundiaí, que se dirigisse "à paragem chamada Campinas entre essa Freguesia e Moji-Mirim, e sendo aí procederá a vistoria no lugar que os mesmos tiverem destinado para edificarem a Igreja, e examinando se este tem os requisitos que aponta a Constituição do Bispado" e "achando-o conforme ela determina, o elegerá e assinará para edificação da mesma Igreja dando as direções que aponta a mesma Constituição nos lugares citados para a Capela-Mór e porta da Igreja. Seguirão os rumos que nela se determinará e se o não achar com capacidade assinará (160) o que

achar melhor na dita paragem".

Havia custas a pagar e o registro do mandado só se fêz em 10 de maio. O vigário de Jundiaí cumpriu o mandado em 22 de setembro e no Livro Tombo, à página 9 e 9v. estão os documentos aqui citados, como sejam o mandado, o termo de apresentação e o termo de juramento, para lavrar-se na página 10 o auto de vistoria. Nestes documentos são repetidas as designações de "paragem chamada Campinas, Bairro do Mato Grosso", o que também se encontra no auto de vistoria que, pelas particularidades valiosas que contêm, passamos a transcrever:

"Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesuscristo de mil setecentos e setenta e três anos, aos 22 dias de setembro do mesmo ano, nesta paragem chamada Campinas, Bairro do Mato Grosso, onde pretendem os moradores fazer sua Igreja Paroquial, aonde eu escrivão ao diante nomeado fui vindo, com o Reverendo Juiz Comissário o Padre Inácio Paes de Oliveira, vigário encomendado na vila de Jundiaí, para, em virtude do mandado retro do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Governador do Bispado de São Paulo, o Cônego Antônio de Toledo Lara, eleger e demarcar o lugar para a dita Igreja, e sendo aí procedemos a vistoria no lugar que os moradores têm destinado para edificarem sua Igreja, o qual lugar examinamos com o dito Reverendo Juiz Comissário, e achamos ter os requisitos que aponta a Constituição, e como achava o dito lugar conforme determina a mesma Constituição, fêz o dito Reverendo Juiz Comissário assinalar o lugar para a edificação da dita Igreja, pondo no lugar da Capela-Mór uma Cruz, e assinalando o lugar da porta da Igreja seguindo o rumo do Sul, e demarcando não só o âmbito da Capela-Mór, a qual tem quarenta palmos de comprido, e de largura trinta e dois palmos; e o corpo da Igreja até o arco cruzeiro, tem de comprido oitenta e cinco palmos e de largura o corpo da mesma Igreja trinta e dois palmos, sendo em virtude do mandado retro de que de tudo para constar mandou o dito Juiz Comissário lavrar este Auto em que assinou, Eu Antônio Marques Barbosa, Escrivão eleito que o escrevi". (a) O Vigário Inácio Paes de Oliveira(161).

Estavam realizados os principais atos necessário à fundação de Campinas. Restava levantar a igreja paroquial, para instituir-se a freguesia e distrito, com a primeira missa indispensável para o ato da fundação. Então, já estaria construída a casa do vigário e mais outra como patrimônio da matriz, a serem seguidas de construções particulares de feição urbana, de que nada havia até aqui. Voltemos a continuar reproduzindo e comentando a "Breve Notícia" histórica do Livro do Tombo:

> e foi visitado e demarcado o lugar para nova Matriz pelo Reverendo Vigário de Jundiaí em 73, e nisto ficaram até a chegada do Exmº. e Rvmº. Sr. D. Frº. Manuel da Ressureição, Bispo desta Diocese, ao qual repre-

sentando-se lhe o estado, em que jaziam, foi ele servido pela sua inata piedade conceder que fizessem sua Capela interina até concluir a nova Matriz e nomeou para Pároco ao R. Fr. Antº de Pádua, Religioso da ordem dos Menores de S. Francisco (162)

Uma virtude deste primeiro vigário de Campinas revela-se em tudo quanto deixou escrito: sua modéstia. Nada atribuiu a ele mesmo nas realizações pela fundação e criação de Campinas, e, se registrou seu trabalho de tirar esmolas à beira da estrada, para construir a igreja, teve o intuito de incentivar seu substituto para que logo chegasse ao término da construção.

No trecho acima, fere a atenção a forma que usou referindo-se à comunicação ao Bispo: "representando-se-lhe o estado em que jaziam", sem dizer quem representou. Tão elogioso para com Barreto Leme, não negaria registrar mais este serviço do fundador; e outra pessoa não faria esta representação, além do próprio vigário, parente e insigne colaborador de Barreto Leme.

Feitas as demarcações no ano de 1773 pelo vigário de Jundiaí, "nisto ficaram", diz o primeiro historiador de Campinas. Evidentemente faltou recurso para a elevação das custosas taipas e cobertura de telhas, como exigia a Constituição, para se criar a freguesia.

Somente Frei Antônio, dos mínimos de São Francisco, amigo do fundador e seu parente, estaria em condições de alcançar do bispo, também franciscano, a exceção de autorizar freguesia em sede provisória, o que se concedeu, certamente, com o compromisso de Frei Antônio de aceitar a pobre vigaria e pugnar pela construcão da matriz definitiva.

A representação citada pelo historiador vigário, e que constitue, em original, a folha oito do Livro do Tombo, não contém assinaturas e apenas se inicia com os nomes que seriam dos requerentes, mas que não a assinaram. É ela um exemplo de ausência de assinaturas dos requerentes e foi feita por pessoa que também não a assinou, mencionando, apenas, os que desejaria para seus signatários.

~~Estes nomes, e mais outros sem significação e até de pessoa que nunca residiu em Campinas, Francisco Pereira de Magalhães, foram afixados no monumento da fundação da cidade, perpetuando um erro histórico.~~ É o seguinte o teor da petição:

"Dizem o Capitão José de Sousa de Siqueira, Francisco Barreto Leme, Diogo da Silva Rego, José da Silva Leme, Domingos da Costa Machado, Francisco Pereira de Magalhães, Salvador de Pinho, Luís Pedro de Almeida, e Bernardo Guedes, moradores em Bairro do Mato grosso e Fregueses até agora da Vila de Jundiaí, que eles suplicantes alcançaram licença do Reverendo Governador do Bispado, que então servia o Cônego Antônio de Toledo Lara, para erigir uma Matriz com a vocação de Nossa Semhora da Conceição, em o lugar chamado das Campinas, como melhor

constará dos requerimentos e despachos que se acham na Câmara Eclesiástica dessa Cidade, por experimentarem os deveres gravíssima falta, ficando distantes da Vila de Jundiaí dez até catorze léguas, por cuja causa têm morrido neste Bairro mais de trinta pessoas, por não haver tempo de se chamar o Reverendo Pároco, pela longitude do caminho por cuja razão, depois de obtida a licença para a edificação, já deram os suplicantes princípio às taipas e as vão continuando com muito fervor, zelo e cuidado; mas como levará tempo considerado até se pôr em termos de servir, para tanto,

> P. a V. Ex~~cia~~a. Rvm~~a~~a. que, atendendo à urgente necessidade que têm representado os suplicantes, se digne conceder-lhes licença para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível para servir enquanto se não conclui a dita Matriz" (163).

Leva a petição acima transcrita, no alto, com letra igual à de seu contexto, dois despachos do Ordinário Diocesano, o primeiro de 6 de maio e o segundo de 7 do mesmo mês. Diz o primeiro:

> "O nosso Escrivão da Câmara nos remeta os requerimentos; e despachos de que se trata nesta petição. Palácio Episcopal, em 6 de Maio de 1774. (a) Bispo de S. Paulo.

Figura 7.

O segundo diz o seguinte:

> "Concedemos a licença que pedem. Palácio Episcopal, em 7 de Maio de 1774" (a) Bispo de S. Paulo.

Figura 8

constará dos requerimentos e despachos que se acham na Câmara Eclesiástica dessa Cidade, por experimentarem os deveres gravíssima falta, ficando distantes da Vila de Jundiaí dez até catorze léguas, por cuja causa tem morrido neste Bairro mais de trinta pessoas, por não haver tempo de se chamar o Reverendo Pároco, pela longitude do caminho por cuja razão, depois de obtida a licença para a edificação, já deram os suplicantes princípio às taipas e as vão continuando com muito fervor, zelo e cuidado; mas como levará tempo considerado até se por em termos de servir, para tanto,

P. a V. Excia. Rvma. que atendendo à urgente necessidade que tem representado os suplicantes, se digne conceder-lhes licença para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível para servir enquanto se não conclue a dita Matriz" (163).

Leva a petição acima transcrita, no alto, com letra igual a de seu contexto, dois despachos do Ordinário Diocesano, o primeiro de 6 de maio e o segundo de 7 do mesmo mês. Diz o primeiro:

"O nosso Escrivão da Câmara nos remeta os requerimentos; e despachos de que se trata nesta petição. Palácio Episcopal em 6 de Maio de 1774. (a) Bispo de S. Paulo.

O segundo diz o seguinte:

"Concedemos a licença que pedem. Palácio Episcopal em 7 de Maio de 1774" (a) Bispo de S. Paulo.

Uma só pessoa redigindo a petição e os despachos do prelado, prova que ela foi feita em São Paulo, certamente com inteiro desconhecimento das pessoas cujos nomes a iniciam. A identidade da letra apurada por grafólogo, entre as suas indicações, traz uma prova de indiscutível valor na palavra requerimentos com seu erre inicial inconfundível. Vê-se o erre na segunda linha do clichê, na palavra abreviada requerimento, do despacho (fig 9)

figura 9 clichê

Compare-se no clichê o erre da terceira linha do fragmento do texto, na mesma palavra requerimento (fig 10)

figura 10 clichê

Para uma petição redigida e despachada em São Paulo, é difícil acreditar que alguém, com ela, viajasse por dezena de dias, a cavalo, colhendo assinaturas de roceiros que residiam separados, desde Rocinha (Vinhedo) até o rio Jaguari. Ela foi feita com inteiro desconhecimento das pessoas cujos nomes estão nela exarados.

Certa a licença para a capela provisória, foi, sob a direção de F. Pedroso, construída de paus a-prumo, paus ~~roliços~~ trazidos do mato no ombro de Luís Antônio de Carvalho Banhos, e serviu de sede da paróquia por sete anos. O primeiro vigário, exercendo seu ministério no Convento de São Francisco em São Paulo, com duas grandes e suntuosas igrejas, a dos frades e a dos terceiros, deixou manifestada a sua impressão sobre a igreja interina, chamando-a "capelinha". Esta expressão, repetida por comentaristas, fez

supor que se tratava, realmente, de uma capela pequenina, comum em beira de estrada, que, geralmente, eram levantadas onde se havia praticado algum assassínio.

Salvador Caruso pintou-a, em tela a óleo, como capelinha de beira de estrada, para relembrar a primeira missa, e localizou os devotos assistentes com os joelhos em terra, fora da capela, pois a que pintou não poderia conter os fiéis (fig. 11). A "capelinha", porém, era uma igreja, como revelam os assentamentos de óbitos, consignando enterramentos de senhores de roças e seus familiares, dentro da igreja, junto a grades, confessionário, capela-mór, etc., demonstrando dimensões de uma igreja.

José de Castro Mendes, corrigindo o erro do primeiro quadro pintado por Salvador Caruso, representou, também em pintura, a igreja interina. Mas escapou a este talentoso pintor, historiador e musicista, as dimensões da capela, e seu madeiramento fundamental de paus roliços (gif. [illegible] paus roliços).

o qual celebrou a primeira Missa depois de a benzer e procedendo as demais cerimônias na dita Capelinha aos 14 de julho do ano de 74.

Neste catorze de julho de 1774, se benzeu a matriz e se celebrou a primeira missa em Campinas, o que significou a fundação da cidade, como ato jurídico e como ato material, após os preparativos de pedidos de licença para as construções, elevação dos edifícios e criação oficial da freguesia, num caso raro de coincidência, e quando começou a viver o povoado urbano de Campinas.

Até então, nada de urbano existia em Campinas que, desta data, passou a se formar como povoado, o que não existia desde Rocinha (Vinhedo) até o rio Jaguari. Erros de interpretação têm perturbado os estudos sérios de vários fatos históricos de Campinas, e a alguns nos referiremos adiante.

O 14 de julho representou, assim, uma instituição religiosa e uma instituição civil, pois, na época, da união de Igreja e Estado, constituía a freguesia uma divisão territorial, civil e religiosa, do termo da vila. Campinas, nesta data em que se fundou o núcleo urbano, foi elevada a freguesia e distrito, componente do termo, ou município, de Jundiaí.

A capela interina figura
a fazer

achando-se nesse dia o Reverendo Padre Mestre Frei Manuel de Santa Gertrudes Auliar, Presidente atual do Mosteiro de São Bento e o Reverendo Padre Antônio do Prado e Siqueira, Vigário de Moji-Mirim, os quais ajudaram a solenizar aquele dia de tão universal contentamento

Para nós que temos hoje a independência da Igreja, está aqui um exemplo da união ao Estado, útil especialmente para o Estado. Instalado o distrito que hoje classificamos civil, a cerimônia se constituiu de bênção da capela interina, missa solene com assistência de mais dois sacerdotes da alta hierarquia católica, constituindo, também, instalação da freguesia e marcando a fundação de Campinas. E nenhuma despeza teve a Coroa com uma nova fundação e instalação de distrito, com a elevação dos prédios da matriz, o provisório e o definitivo "de taipa e coberto de telhas".

E não só o ato solene se deve ao vigário, mas, especialmente, a instituição da freguesia, a construção da matriz definitiva, de taipa e coberta de telhas. A capela, depois igreja, era fator indispensável ao desenvolvimento populacional, na vida urbana que atraía o comércio e criação de atividades mais exigentes de civilização e desenvolvimento, tão procuradas pelas administrações de então, como necessárias à consolidação de posse do imenso território. Foi o missionário religioso, desde o descobrimento, um fator de fixação, após a penetração ao alcance da Coroa.

o qual todo se deve ao fundador Francisco Barreto Leme em primeiro lugar; pois ansioso não anelava outra cousa mais que aumentos da sua Matriz.

Francisco Barreto Leme, fundador de Campinas, tem sofrido atentados de elementos desta mesma cidade, em sua glória de fundador. Primeiro, com a distinção que fez Benedito Otávio (164) para os nomes que abriram a petição de licença para instalar-se a matriz em capela provisória. Por este culto historiador, nove elementos foram citados como signatários da referida petição.

Esta petição, cujo original está no Livro do Tombo, não foi assinada, como demonstramos acima, e foi feita para imediato despacho na capital, tudo -petição e despachos- pelo mesmo escrevente e, por isso, certamente sem conhecimentos dos pretensos signatários que tiveram seus nomes no alto da petição, para personalizá-la, procurando demonstrar o interesse da vasta zona em que residiam, estendida a partir de Rocinha e transpondo a paragem de Campinas.

É evidente que estavam alheios a detalhes dos trabalhos de Barreto Leme e de Frei Antônio de Pádua, trabalhos que

se desenvolviam em São Paulo, e que não poderiam depender da colheita de assinaturas de roceiros que viviam espalhados em longínqua região, três dias de viagem afastados da capital.

Outros fatores para consolidar o erro histórico, foram a elaboração dos subsídios para a história de Campinas, [redacted], estampados na Monografia Histórica do Município de Campinas como já citamos, e a afixação de tais nomes no monumento da fundação da cidade erguido na praça Guilherme de Almeida.

A lista de nomes, tendo em primeiro lugar o nome de Francisco Barreto Leme, deve ter provindo do citado rol de moradores que acompanhou a primeira petição para construir-se uma capela. Nesta lista, estaria na cabeceira o nome "do mais estabelecido", como disse o vigário de Jundiaí, Padre Inácio Paes de Oliveira, que, como demonstramos, era José de Sousa e Siqueira. Mas Benedito Otávio [redacted] inicia sua lista com o nome de Francisco Barreto Leme. Fora este, os que se lhe seguem, ou são parentes próximos, e alguns de pouca idade, de Barreto Leme, ou são moradores mais afastados, como Francisco Pereira de Magalhães, residente em Rocinha, de quem nunca se encontrou qualquer vínculo com a região, a fundação e a vida de Campinas.

Campinas deve sua fundação a Barreto Leme, idealizador e executor dos atos de sua fundação, e doador do solo em que se fundou e construiu grande parte da atual cidade, uma área de 2.722.500 metros quadrados, ou sejam, mais de cem alqueires paulistas de terras.

Uma das indicações do zelo de Barreto Leme e indiferença da maioria dos moradores, está na falta que fez ele ao falecer, provocando pedido ao capitão-general para a nomeação de novo diretor do povoado, afim de obrigar a população nos trabalhos das obras da matriz que ficaram estacionadas com a morte do fundador.

Teve o fundador uma colaboração eficiente na dedicação de Frei Antônio de Pádua, ostensivo elemento nos trabalhos preparatórios desenvolvidos na capital da Capitania, sacrificado vigário em freguesia sem renda, pedinte de esmolas com que levantou as paredes, construindo, com falta apenas de acabamentos, a matriz de Campinas, nos moldes exigidos pela Constituição do bispado.

> Esta se acha no estado presente coberta de telhas, e espera-se que com brevidade se ponha suficiente

Não deixam dúvidas as palavras de Frei Antônio sobre sua obra construindo a primeira matriz de Campinas. Estavam elevadas as taipas com os batentes que se colocam quando se pilam as taipas; estava coberta de telhas, e sendo o piso de terra, não poderiam faltar as folhas de porta e janelas, [redacted]

em construção de taipa e chão natural, sugeitos a estragos pelas chuvas. Teto ela não teve, a não ser um de pano, até 1806-14. Altar, imagens, confessionário, pia batismal e mais, seriam transportados da "capela interina". Pouca coisa faltaria, como disse o vigário, "espera-se que com brevidade se ponha suficiente".

Mas, (aqui avulta o valor dos trabalhos de Frei Antônio) se toda a construção exigiu um tempo que medeia de 14 de julho de 1774 até, no máximo, 1778, portanto um período de quatro anos, a brevidade prevista pelo primeiro vigário gastou mais de três anos do tempo do segundo vigário que, insofismavelmente, não se igualava em zelo ao seu antecessor.

Frei Antônio de Pádua Teixeira exerceu o vicariato de 14 de julho de 1774 a 16 de novembro de 1778 quando entregou a sua paróquia. Retirou-se para o seu convento de São Paulo, continuando aí e em Itu, ~~para onde seguiu após~~, permanecendo nesta vila até a morte que findou uma vida edificante.

> conforme o zelo que tiver o novo Pároco que vier, interpondo a sua diligência e o seu cuidado em pedir esmolas aos viandantes, que vão para as minas de Goiás, e por todos os fiéis que puder, e pelo mesmo povo lembrando-se que é seu único emprego o adorno da Igreja sua esposa, cuja falta faz que se vejam os Templos de Deus arruinados, e os ornamentos e mais alfaias indignas de servir com a devida decência, e sobretudo tenham fé em Deus, que nada lhes há de faltar.

Reflete este trecho o coração, o caráter e a formação apostólica de Frei Antônio. Transmite ele as suas qualidades, não só aqui reveladas, como em sua conduta, em sua vida inteiramente a serviço de Deus. Reflete este trecho casos de pouco zelo ou falta de recursos para os cuidados da Igreja. Havia poucos sacerdotes, disciplina indulgente pelas agrestes condições do país e comunicações difíceis entre o clero e autoridades eclesiásticas, carência de recursos da população que atravessava o periodo intermediário entre as fabulosas descobertas de minas e a florescente industrialização e exportação do açúcar: o período das roças.

> Esta freguesia principiou sem haver um vintém, e até agora se tem gasto para cima de setecentos mil réis, e nada deve, e assim assista-nos o Divino auxílio que por meio da diligência que há de sempre ir em aumento, principalmente [redacted] ajuntando-se muita gente, o que é verossímil, acabada a Matriz.

Uma capela e, melhormente, uma freguesia ou matriz, era um centro de aglutinação de moradores e um conseqüente motivo para se desenvolver o comércio. Deveria bafejá-lo um interes-

se econômico que o impelisse para o desenvolvimento.

Campinas teve sua capela e sua matriz, mas sua população rural se conservou de roceiros. O comércio que encontramos após a fundação, e que indica a formação de vida e população urbana em ascenção, se registrou com demora, mas a indicação de moradores "residentes na freguesia", distintos dos que tinham sítios, roças e produção agrícola, indicam início de urbanização que se efetivou a partir da fundação, como bem indicou o primeiro vigário na primeira história de Campinas, esta "Breve Notícia" escrita de próprio punho ~~do vigário~~ de Frei Antônio de Pádua Teixeira. É este o nome completo do vigário, filho do Capitão Domingos Teixeira Vilela e de Ângela Isabel Nogueira, e, por esta, neto do Capitão-Mór Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, fundador de Baependi. Os pais do vigário residiram em Campinas onde faleceram, sendo sepultados dentro da Matriz. Houve outro Antônio de Pádua Teixeira, sobrinho do vigário, nascido em Itu em 1784, que também se encaminhou para a vida religiosa dos Mínimos de São Francisco, em cuja ordem ingressou em 1801, falecendo em 1802, antes de se ordenar.

PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

Indispensável é o valimento da paleografia e da diplomática, especialmente, para a data da fundação e primeira missa, pois não tem faltado confusões causadas por comentaristas bisonhos na especialização. Chega-se a dizer que "a paleografia estuda o corpo do documento; a diplomática a alma". O desconhecimento destes ramos perturba o estudo e exposição da história, perturbação que não é, como há quem suponha, controvérsia, pois não pode haver controvérsia em desnível de conhecimentos.

A base documental da fundação da cidade, que estamos percorrendo, o documento no qual se registrou a data da primeira missa, é a "Breve Notícia da Fundação", escrita de próprio punho do primeiro vigário, documento que estamos reproduzindo. E o vigário asseverou ter celebrado a primeira missa da freguesia, "na dita Capelinha aos 14 de Julho de 1774".

O desconhecimento do que era a caligrafia há duzentos anos passados deixa que se pratique o erro de supor um 2 onde está escrito um 4, admitindo o articulista que o 4 fechado na parte superior e com haste voltada em baixo para a direita, é o número 2.

Na paleografia aplicada, dúvida sobre numeração (e mesmo sobre letras), é facilmente derimida quando outros números vêm escritos no mesmo texto, como ocorre na "Notícia Histórica", na qual se encontram grafados os números 2, 3 e 4 que, comparados, esclarecem que a primeira missa foi celebrada a 14 (e não a 12) de julho de 1774 (e não 1772), como se constata das fotografias do Livro do Tombo (figuras 14, 15, 16 e 17), nas quais estão bem visíveis e diferenciados os números 2, 3 e 4, sem qualquer rasura.

O número 4 está, nas mesmas fotografias, a provar que é indispensável o conhecimento e a prática da peleografia, podendo-se ainda ponderar que os despachos episcopais autorizando a construção da capela provisória na qual se instalou a freguesia, é do bispo que em 1772 não era bispo e se achava em Portugal, não podendo, assim, autorizar missa no Brasil.

Consideramos ainda um erro, este de diplomática, querer dar ao Morgado de Mateus as honras de fundador intelectual ou material, da cidade. Analisando-se o ato de assinar um bando por alta autoridade, impõe a justiça que se aprofunde no conhecimento da causa desta assinatura e dos seus dizeres, dos quais surgirá o valor do documento, que não foi para promover uma fundação que, aliás, já estava promovida dois anos antes do ato, como desejou e executou, desde 1772, Francisco Barreto Leme. O ato do Morgado teve o intuito de se aproveitar das realizações já efetivadas

de Francisco Barreto Leme, com o desejo de se elevar o capitão-general diante dos chefes e senhores, recomendando-se à Corte de Lisboa.

Ponderadamente usamos o termo aproveitar em nosso trabalho "Campinas, seu Berço e Juventude", à página 48, como ressalva ao uso que fizemos em páginas anteriores, do bando do Morgado de Mateus quando desejávamos uma prova de que em Campinas nada havia de urbano até 1774. Aproveitar significa, e assim desejamos dizer, "prevalecer-se, utilizar-se, tirar proveito, vantagem".

Francisco Barreto Leme foi um pioneiro no povoamento rural. Atraiu para Campinas seus conterrâneos, o que está confirmado pelo primeiro historiador de Campinas, Frei Antônio de Pádua, que registrou ser esta cidade, primitivamente, "sertões", e Campinas se povoou para uma vida exclusivamente rural, até pelas alturas do ano de 1772, quando conseguiram a licença "para erigirem sua freguesia à parte, desmembrada da de Jundiaí". Mas não é este o único testemunho das intenções de Barreto Leme de fundar povoado, almejando "sua freguesia à parte", o que quer dizer, desejando um povoado urbano.

A 22 de setembro de 1773, o vigário de Jundiaí visitou o bairro rural de Campinas, com a incumbência de demarcar os alicerces da igreja que desejavam construir seus moradores, autorizados pelo governador do bispado, Antônio de Toledo Lara. E desta visita assinou um ato de vistoria, no qual declarava textualmente ter ido à "paragem chamada Campinas, bairro de Mato Grosso, onde pretendem os moradores fazer igreja paroquial".

Ora, ninguém faz uma igreja paroquial sem a intenção de criar povoado urbano para ela, o que prova que o autor intelectual e material da fundação de Campinas, foi Francisco Barreto Leme, "por cujo empenho e cuidado" se obteve a necessária licença para esta fundação. Já nesta altura dos acontecimentos, tudo fundamentado e em execução, tratou o Morgado de se infiltrar nesta realização para seu engrandecimento perante a corte de Lisboa. Tinha o bando os seguintes termos:

> "Porquanto tenho encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada Campinas do Mato Grosso, distrito de Jundiaí, em sítio onde se achar melhor comodidade, e é preciso dar forma certa à formatura da referida Povoação; ordeno que esta seja formada em quadras de sessenta ou oitenta varas cada uma e daí para cima, e que as ruas sejam de sessenta palmos de largura, mandando formar as primeiras casas nos ângulos das quadras, de modo que fiquem os quintais para dentro a entestar uns com os outros. São Paulo vinte e sete de maio de mil setecentos e setenta e quatro" (a) Luís Antônio de Sousa (165).

Diz o Morgado de Mateus que mandava formar povoação

"em sítio onde se achar melhor comodidade", quando deveria honestamente dizer que se formasse sôb normas, a povoação que Barreto Leme já, desde 1772, estava tratando de fundar e para a qual tinha obtido aprovação do bispado em 5 de novembro de 1772, com demarcação da igreja matriz e seus alicerces em 22 de setembro de 1773, e portanto, com sítio escolhido, aprovado e demarcado.

O desconhecimento da paleografia e da diplomática, provocou confusões para que uma só pessoa publicasse na imprensa da cidade, estes desencontros:

Em 27 de maio de 1973 - "Acredito que tenha provado de maneira a não deixar dúvida alguma, que a data da fundação de Campinas, é de fato, de direito historicamente a de 27 de maio de 1774".

Em 1º de setembro de 1973 -"Está documentado e provado, de acordo com as exigências e cânones exigidos pelos historiadores, que a futura cidade de Campinas já possuía existência legal em 1732". "Não é pssível que a cidade que em 1773 já era freguesia, tenha sido fundada em 1774".

Em 22 de setembro de 1973 - "vou mostrar no próximo artigo que a data da fundação de Campinas deve ser considerada a de 27 de maio de 1774, transcrevendo três documentos que provam isso".

Em 29 de setembro de 1973 -"Francisco Barreto Leme é considerado o fundador de Campinas, e por que não Antônio da Cunha de Abreu, que obtivera a sesmaria de 1728, confirmada em 15 de novembro de 1732 ?"

Em 6 de outubro de 1974 - "Quando Campinas foi fundada por um bando de 27 de maio de 1774, portanto data oficial de sua fundação, já era povoada".

Em 17 de junho de 1976 - "A importante personagem da antiga Porvincia Paulista obtivara as terras que foram o ponto de partida da fundação de Campinas, 15 de novembro de 1732, data exata da fundação desta cidade".

Em 8 de outubro de 1977 - "Hoje em dia os Campineiros já estão aceitando a data da fundação de Campinas como sendo em 15 de Novembro de 1732 e não mais 14 de Julho de 1774, por que posso provar o que escrevi em meu livro sobre a história de Campinas enquanto "pesquisadores" se baseiam no Livro do Tombo da Igreja, propositadamente alterado conforme provo com um almanaque que possuo, publicado há 98 anos! História só se faz com documentos, e isto eu os tenho às pampas a partir de 1701, com referência a história maravilhosa desta cidade." !

ÓBITOS DO CEMITÉRIO DAS CAMPINAS

De um idôneo pesquisador, Mário Mazzuia, recebemos a dádiva da cópia de registro de óbitos do "Cemitério das Campinas", anotados em livros de Jundiaí. Iniciou o pesquisador em 1744 levando-a até 1787, dando-nos os moradores de Campinas entre os anos de 1753-77, para enriquecer seu trabalho que vem confirmar conclusões nossas. Barreto Leme, chegado a Campinas em 1741, viu se avolumarem os seus companheiros e os penosos enterramentos em Jundiaí, o que provocou a cercadura de terreno para cemitério, depois de obtida a indispensável autorização diocesana. Iniciados os enterramentos locais em 1753, foram eles encerrados em 1774, ano da fundação da cidade, com a freguesia, e início de atividade do nosso cartório eclesiástico.

Valioso repositório de indicações diversas sobre a gente povoadora rural de Campinas, o reproduzimos aqui para ser útil a estudiosos da história local:

"30/10/1753 - Francisco, marido de Josefa, ambos de nação Banguela, escravos de José de Sousa e Siqueira; foi sepultado no Cemitério das Campinas desta Freguesia e lhe administrou os Sacramentos da Penitência o Vigário de Moji.

2/ 7/1754 - José, solteiro, escravo de Francisco Barreto Leme, foi sepultado no Cemitério das Campinas, freguesia de Jundiaí, o Vigário Francisco José de Lara.

10/11/1754 - inocente, filha de Francisca, escrava de José de Sousa e Siqueira, sepultada no Cemitério das Campinas, desta freguesia.

15/11/1754 - Narciso, filho de Martinha, escravo de João Fernandes Preto, sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia de Jundiaí.

8/ 8/1755 - Jacinta, 80 anos, viúva de Mateus, ambos escravos de José de Sousa, sepultada no Cemitério das Campinas, freguesia de Jundiaí.

27/ 1/1756 - Teresa, administrada de José de Sousa Siqueira, mulher de Boaventura, escravo do mesmo, sepultada no Cemitério das Campinas, freguesia desta.

25/ 2/1756 - Ventura, solteiro, escravo de José Sousa Siqueira, sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia de Jundiaí. (índio).

27/ 2/1756 - José, solteiro, escravo de João Rodrigues da Cunha, sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia de Jundiaí.

2/10/1758 - Ana, inocente, filha natural de Antônio Bueno e de Maria solteira, forra, foi sepultada no Cemitério das Campi-

nas, distrito desta freguesia de Jundiaí.

26/10/1759 - Joaquim, filho de José, escravo de José de Sousa de Siqueira, sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia de Jundiaí.

16/11/1759 - João, inocente, batizado em casa por João Correia de Miranda, filho de Maria, forra, agregada do sobredito João Correia, foi sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia.

21/11/1759 - Pedro, solteiro, filho de Mônica, administrada de Silvestre Martins Nogueira, sem sacramentos por ser de repente e a distância muita; foi sepultado no Cemitério das Campinas, freguesia desta vila. Vigário Francisco José Guedes.

26/ 3/1760 - Maria, viúva, escrava de Francisco Barreto Leme, sepultada no Cemitério das Campinas, distrito desta freguesia de Jundiaí.

18/ 2/1761 - Escolástica, filha de Pedro e sua mulher Francisca, escravos de José Sousa de Siqueira, sepultada no Cemitério das Campinas, desta freguesia.

29/ 9/1761 - Ana, viúva, escrava de Fernandos Paes de Siqueira, sepultada no Cemitério das Campinas, desta freguesia.

2/ 9/1762 - Vicente, escravo de Francisco Barreto Leme, sepultado no Cemitério das Campinas, freguesia de Jundiaí.

5/ 7/1763 - Teresa, solteira, escrava de Francisco Barreto Leme, sem sacramentos por dizerem foi acidente, e por ser longe, não achei quem me informasse do contrário, foi sepultada no Cemitério das Campinas.

27/10/1764 - Francisca, mulher de Pedro, escravos de José de Sousa Siqueira, sepultada no Cemitério das Campinas.

3/ 4/1765 - Salvador, filho de Martinho Teles, forro, sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia. Vigário Francisco José Guedes.

23/ 8/1767 - João Rebelo, pardo, viúvo, não souberam informar de quem. Está enterrado no Cemitério das Campinas.

28/ 8/1767 - Inácio, mudo, , escravo de Diogo da Silva Rego, sem sacramentos por não dar lugar (segundo me informou) por ser repentina, freguês desta freguesia e morador no mato que vai para Goiazes. Está enterrado (segundo me informou) no Cemitério das Campinas. Vigário José Rodrigues Bueno.

30/ 9/1767 - Paulo, solteiro, escravo de José da Cunha Franco, freguês de São Roque, sem Sacramentos, pois acudindo o Padre com toda a violência, já o achou morto, isto em distância de dez léguas, com pouca diferença, no rancho de Francisco e sua mulher Tomásia. Está enterrado no Cemitério das Campinas, segundo se me diz.

5/ 1/1768 - Felícia Moreira, mulher de Martinho Teles, parda, morador no Mato de Goiás. Sepultada no Cemitério das Campinas.

7/ 7/1770 - José , 30 anos, escravo de Félix do Amaral, sepultado no Cemitério das Campinas, por grande distância desta Matriz, de seis léguas, morador no Campo Grande.

30/ 8/1770 - Domingos José Lino, forro, natural da Vila de Santos, casado com Gertrudes Moreira, natural da cidade de São Paulo, sepultado no Cemitério das Campinas, desta freguesia, morador no Mato Grosso.

4/11/1771 - Pedro, 60 anos, escravo de Francisco Barreto Leme, casado com Antônia, escrava do mesmo. Está sepultado no Cemitério das Campinas, morador das Campinas.

3/ 8/1772 - Alexandre, solteiro, escravo , filho de João e Josefa, escravos de José de Sousa de Siqueira; com os Sacramentos da Penitência e extrema Unção, dos quais era capaz, de idade de dez para onze anos, pouco mais ou menos. Está sepultado no Cemitério das Campinas. Freguês desta freguesia e morador no Bairro do Mato Grosso. Por ser verdade fiz este termo, digo assento em que me assino. Inácio Paes de Oliveira.

10/10/1772 - Maria, forra, solteira, 60 anos, mais ou menos, sem Sacramentos por ser sua morte repentina, segundo me informou o seu administrador, em cuja casa assistia, Luís Pedroso de Almeida, homem verdadeiro, sepultada no Cemitério das Campinas, Freguês desta freguesia, morador no Bairro do Mato Grosso.

10/ 3/1773 - Inês, solteira,escrava de Francisco Xavier de Almeida, 60 anos, mais ou menos, sepultada no Cemitério das Campinas, moradora no Bairro do Mato Grosso.

27/ 8/1773 - Eva, faleceu da vida presente, 20 anos, solteira, escrava de Ângelo Preto, sem sacramentos por ser sua morte repentina. Está sepultada no Cemitério das Campinas, freguesa desta freguesia e moradora no Bairro do Mato Grosso. Vigário Inácio Paes de Oliveira.

27/ 8/1773 - Rita, inocente, filha de Isabel de Lima, forra, e de pai incógnito, de idade de três anos, pouco mais ou menos; está sepultada no Cemitério das Campinas.

5/12/1773 - Braz, forro, índio da Aldeia de Barueri, solteiro, de seus pais não souberam informar, 20 anos mais ou menos. Está sepultado no Cemitério das Campinas.

30/ 5/1774 - Luzia, 18 anos, solteira, escrava de José de Sousa de Siqueira, morte repentina. Está sepultada no Cemitério das Campinas. Freguês desta freguesia e moradora no Bairro do Mato Grosso.

Moradores nas Campinas do Mato Grosso, e sepultados em Jundiaí:

30/10/1767 - Teresa de Lima, viúva do defunto Antônio Correia, morador no Mato Grosso, está enterrada dentro desta Matriz. Por ser sumamente pobre, foi feito por amor de Deus.

16/11/1770 - Francisco, inocente, filho de Antônia, escravo de

Francisco Xavier de Almeida, pai incógnito, sepultado dentro da Igreja, morador no Bairro do Mato Grosso.

26/ 5/1771 - João, solteiro, escravo, 50 anos, escravo de Manuel Vieira da Maia, sepultado no Adro desta Igreja Matriz. Morador no Bairro do Mato Grosso.

2/ 8/1772 - Maria, 60 anos, solteira, escrava de Caetano Vieira, sem Sacramentos por amanhecer morta em sua cama, sepultada no Adro. Moradora Bairro Mato Grosso.

24/ 9/1772 - Ana da Silva, 36 anos, casada com Antônio Rodrigues da Cunha, sepultada dentro da Igreja. Moradora no Bairro do Mato Grosso.

20/ 6/1777 - Joaquim, 30 anos, solteiro, escravo de Gaspar de Godói Castanho, freguês da freguesia das Campinas. Foi sepultado no Adro da Igreja Matriz de Jundiaí.

NOTAS PARA RODAPÉS

1 . Eduardo Prado, "Coletâneas".

2 . Alfredo Moreira Pinto, ano de 1898, "Campinas - Impressões de Viagens" 49.

3 - Roberto César Covian, professor da Universidade Estadual de Campinas.

4 . Residia em Rocinha (Vinhedo).

5 . José Carlos de Ataliba Nogueira, "Teoria do Município" na Revista de Direito Público, VI 7 a 12.

6 . Waldomiro Benedito de Abreu, "Ninguém Fundou Pindamonhangaba" III na Revista de História, XLIX 187.

7 . Caio Mário da Silva Pereira, "Instituições de Direito Civil" I 272.

8 . Caio Mário da Silva Pereira, ob. cit. I 152. Noticiou o "Diário de Campinas" a 29/12/1888: "Já foram remetidos para todas as Paróquias desta Província, os livros destinados ao registro civil, todos devidamente abertos, rubricados e encerrados pelo Dr. Secretário do Governo. O registro civil entrará em execução no dia 1º de janeiro do ano vindouro" (pesquisa de José Nogueira Novais).

9 . Paulo Florêncio da Silva Camargo, "A Igreja na História de São Paulo".

10. Revista dos Tribunais", CXXIII, fascículo 477, 556.

11. Américo Jacobina Lacombe, "Introdução ao Estudo da História do Brasil" 6 e 50.

12. Alexandre Herculano, "Opúsculos" I 223, terceira edição.

13. Benedito Otávio de Oliveira, "Almanaque de Campinas", 1914, 32.

14. Frei Domingos Vieira, "Tesouro da Língua Portuguesa".

15. Júlio Mariano, "A Peste das Bexigas", "Correio Popular" 20/12/1966.

16. Livro do Tombo da Câmara Municipal de Campinas (pesquisa de Arnaldo Machado Florence).

17. Omar Simões Magro, "As Casuarinas","Correio Popular" 3/10/1976.

18. Arquivo Público do Estado, recenseamentos.

19. Mário Mazzuia, "Jundiaí Através de Documentos" 74 e 115, conta que Barreto Leme já era juiz ordinário de Jundiaí a 1/1/1744.

20. Pedro Calmon, "Espírito da Sociedade Colonial", 30: "O Engenho honrava, como outrora o castelo. Ter engenho equivalia a ser dono de terra hereditária - senhoriagem que foi título, e ao qual se atribuíam isenções e prerrogativas". "O Senhor de engenho", mesmo sem outro documento além do seu livro Razão, era meio-fidalgo"."Quisera el-rei multiplicar os engenhos, e decretara o enobrecimento dos que os constrissem". "Um engenho de açúcar, porém, requeria importante capital, um considerável começo de riqueza".

21. Celso Maria de Mello Pupo, "Campinas, seu Berço e Juventude", 62, relaciona senhores de engenho e produções em 1798.

22. Desde o próprio Barreto Leme, houve roceiros chamdos "senhores de engenho", com evidente exagero no trato de sitiantes com engenho-

ca e produção de rapadura e aguardente. Barreto Leme foi senhor de sesmaria, mas roceiro, pois verdadeiros engenhos de açúcar só tiveram meios de mantença, com a exportação para Lisboa, o que se efetivou depois de 1790.

23. Benedito Otávio de Oliveira, "Campinas Antiga" 34.
24. Benedito Otávio de Oliveira, ob. cit. 41.
25. Rafael de Andrade Duarte, "Campinas de Outrora" 39.
26. Celso Maria de Melo Pupo, ob. cit. 141.
27. Celso Maria de Melo Pupo, ob. cit. 142.
28. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.
29. João Camilo de Oliveira Torres, "A Democracia Coroada" 422.
30. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 225.
31. Celso Maria de Melo Pupo, na "Monografia Histórica de Campinas" 197.
32. João Camilo de Oliveira Torres, ob. cit. 440-41
33. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, "Comentários À Constituição Brasileira", prefácio.
34. Josefina Sarmento, no"Diário de Campinas" de 6/12/ 1885.
35. Rubino Lacarra, professor universitário, conferência pronunciada na Academia Campinense de Letras aos 16/7/1979.
36. Wanderley Pinho, "Salões e Damas do Primeiro Reinado" 99.
37. Vitor Caruso, "Album de Campinas" de 1922.
38. Cartório Eclesiástico de São Paulo, "Registro das Provisões" 36, fls. 305.
39. Celso Maria de Melo Pupo, sobre a Matriz Nova ou Catedral de Campinas, publicou no "Correio Popular": "Arte Cabocla" em 24/5/ 1957; "A Catedral e o Bazin Brasileiro" em 24/6/1964; "A Nossa Catedral" (entevista) em 28/5/1967; "A Arte de Nossa Catedral" em 25/2/1969.
40. A. Emílio Zaluar, "Peregrinação Pela Província de São Paulo" 153.
41. Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.
42. Largo do Rosário (hoje praça Visconde de Indaiatuba).
43. Largo da Catedral.
44. Praça Antônio Pompeu, antiga praça do Pelourinho.
45. Praça Bento Quirino.
46. Antônio Francisco de Andrade.
47. Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 35, 190, 191.
48. José de Castro Mendes, "Efemérides" 34.
49. Leopoldo Amaral em "Campinas Recordações" 340, conta que era muito estimado em Campinas o Padre Antônio Casimiro, orador, muitas vezes, em nossas procissões do Enterro e nas festas da Semana Santa".
50. Benedito Otávio de Oliveira,
51. Wanderley Pinho, "Salões e Damas do Segundo Reinado" 92.
52. "O Constitucional" de 19/5/1880.

53. Dona Coralie Décourt Homem de Melo, na lucidez de sua inteligência, comemorou, a 1/5/1978, o centenário de seu natalício.
54. Benedito Otávio de Oliveira, no livro de memórias de Dona Ana Fortuna Rosa.
55. Antônio Pompeu de Camargo, "Em 1875" 47.
56. Celso Maria de Melo Pupo, "Duas Visitas Imperiais" em "Notícia Biográfica e Histórica" na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
57. Benedito Otávio de Oliveira, "Campinas Antiga" 22.
58. Arquivo Público do Estado. Felisberto Pinto Tavares, natural de Braga, era senhor de engenho em Moji-Mirim em 1820, engenho confiado a administrador e que, neste ano, produzira 1.200 arrobas de açúcar, com seus trinta e dois escravos.
59. Benedito Otávio de Oliveira, ob. cit. 32.
60. Maria Lúcia de Sousa Rangel Ricci, em valioso trabalho "A Sociedade Brasileira na Época da Independência", conferência pronunciada em 6/7/1972, retrata o nosso meio social bafejado pela influência resultante da presença da Corte de Lisboa transladada para o Rio de Janeiro em 1808. Menor não seria, num município, a repercussão da visita do Imperador.
61. Ricardo Gumbleton Daunt neto, "Diário da Princesa Isabel".
62. Amélia de Resende Martins, "Um Idealista Realizador" 308.
63. Leopoldo Amaral, ob. cit. 461.
64. Arquivos do Museu Arquidiocesano de Campinas.
65. Benedito Otávio de Oliveira, no "Correio Paulistano" de 30/4/1921.
66. Celso Maria de Melo Pupo, "Campinas, Seu Berço e Juventude" 30.
67. Paulo Thedim Barreto, "Casas de Câmara e Cadeia" na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, XI 86.
68. Leopoldo Amaral, ob. cit. 519.
69. Pelágio Lobo, "Eloi Cerqueira" na imprensa da Capital em 16/10/1949.
70. Livro do Tombo da Catedral.
71. Rafael Duarte de Andrade, ob. cit. 192-3.
72. Clado Ribeiro Lessa, "Mobiliário Brasileiro dos Tempos Coloniais" em "Estudos Brasileiros" VI 8.
73. Américo Jacobina Lacombe, "Introdução ao Estudo da História do Brasil" 97.
74. Celso Maria de Melo Pupo, "O Cinco de Fevereiro" no "Correio Popular" de 7/2/1965.
75. Pais do General Bento Bicudo.
76. Coleção da Professora Zina de Castro Bicudo.
77. Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 43.
78. Albino José Barbosa de Oliveira, "Memórias de Um Magistrado do Império" 256.

79 . Camila Barbosa de Oliveira, "Águas Passadas..." 97.
80 . Francisco de Carvalho Soares Brandão Neto, em "Um Passado Glorioso" 238, reproduzindo de "O Comércio de São Paulo" de 15/2/1899.
81 . Edmur de Aguiar Whitaker, "A Família Aguiar Whitaker" 100.
82 . José Luís de Almeida Nogueira, "A Academia de São Paulo" 287.
83 . "Gazeta de Campinas" de 2/5/1882.
84 . Inventário de Ângela Isabel Maria de Sousa.
85 . Caldas Aulete, "Dicionário...." I 652.
86 . Candelabro de mais de duas velas em distribuição circular (fig)
87 . Uma tradição errada afirma ser Floriano de Camargo Penteado quem recebeu a visita de Saint Hilaire; este engano se desfaz com a verificação de datas, pois, em 1819, Camargo Penteado ainda não era capitão-mór agregado.
88 . Boris Kossoy, "Hércules Florence" 19.
89 . Boris Kossoy, ob. cit. 11.
90 . Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 16.
91 . Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 203.
92 . Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 20.
93 . Segunda metade do século dezenove.
94 . Alexandre Herculano, "Lendas e Narrativas" I 276-7, 13ª edição; "O Monge de Sister" I 119, 11ª edição.
95 . José Luís de Almeida Nogueira, ob. cit. IV 285.
96 . Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 42.
97 . Rafael de Andrade Duarte, ob. cit. 35.
98 . Colhido por Ana Cândida Pompeu de Camargo.
99 . "Inventários e Testamentos" XLIII 169.
100 . "Inventários e Testamentos"
101 . Hernâni da Silva Bruno, "O Que Revelam os Inventários Sobre Escravos e Gente de Serviço", na Revista do Arquivo Público Municipal, 1978.
102 . Celso Maria de Melo Pupo, "Campinas, Seu Berço e Juventude" 100.
103 . Júlio Mariano, ob.cit. e "Campinas de Ontem e de Anteontem"110.
104 . Leopoldo Amaral, "Campinas",em "O Estado de São Paulo" 14/12/1920
105 . Frei Domingos Vieira, ob. cit. I 688 e V 1029.
106 . Ou cheia de bondade.
107 . Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ob. cit. 38.
108 . Arquivo de seus descendentes.
109 . Caio Mário da Silva Pereira, ob. cit.
110 . Mário Mazzuia, "Jundiaí Através de Documentos" 75.
111 . Celso Maria de Melo Pupo, ob. cit. 18.
112 . Mário Mazzuia, ob. cit. 75.
113 . Ricardo Gumblenton Daunt, "Reminiscências...." no Catálogo da Exposição de 1885 19.
114 . Mário Mazzuia, ob. cit. 70.

115 - Mário Mazzuia, ob. cit. 95
116 . Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 67
117 . Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 62
118 . Celso Maria de Mello Pupo, "A Primeira Luta Política..... na Monografia Histórica de Campinas, 197.
119 . Mário Mazzuia, ob. cit. 75.
120 . Luís Gonzaga da Silva Leme, "Genealogia Paulistana" VII 29.
121 . Mário Mazzuia, ob. cit. 75.
122 . Pesquisa de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas.
123 . Ricardo Gumbleton Daunt, "Diogo Antônio Feijó", e Arquivo Público do Estado.
124 . Arquivo Público do Estado, recenseamentos.
125 . Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 197.
126 . Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 197.
127 . Câmara Municipal de Campinas.
128 . Arquivo Público do Estado, recenseamentos.
129 . Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 197.
130 . Celso Maria de Mello Pupo, "Campinas, seu Berço e Juventude 62
131 . Mário Neme, "História" I 89, da Coleção Museu Paulista.
132 . Exerceu a capitania geral de 1797 a 1802.
133 . Estes tempos anormais, eram os de perseguição movida contra os Teixeira-Nogueiras, pelo capitão-general Melo e Castro.
134 . Bangüê: fogão de tijolos para grandes tachos ou tachas.
135 . Cremos que só eram acionados por elemento humano. Encontramos na iconografia engenhos de açucar acionados por escravos.
136 . Nilo Cairo, "O Livro da Cana de Açúcar" 74, cedido gentilmente pelo agronomo Antônio Lazarim Segala.
137 . Nilo Cairo, ob. cit. 73.
138 . Ou escravos.
139 . Omar Simões Magro, no "Diário do Povo" de 23/9/1939.
140 . Waldomiro Franco da Silveira, "História de Atibaia", ano 1950.
141 . Benedito Otávio de Oliveira, "Campinas Antiga" 11.
142 . "A Cidade", Campinas, 31/8/1902.
143 . Camila Barbosa de Oliveira, "Águas Passadas" 73.
144 . Camila Barbosa de Oliveira, ob. cit. 6
145 . Celso Maria de Melo Pupo, ob. cit. 42.
146 . Celso Maria de Melo Pupo, ob. cit. 13.
147 . Mário Neme, tese aprovada no 1º Congresso de História no Estado de São Paulo, 14 - realizado em Campinas em 1972.
148 . José de Castro Mendes, "Retratos da Velha Campinas" 163.
149 . Francisco Barreto Leme logo firmou o seu prestígio no termo de Jundiaí, onde se tornou sitiante na paragem das Campinas do Mato Grosso. Vindo de Taubaté em 1741, já em 1743 se elegia para a Câmara de Jundiaí, como juiz ordinário com exercício em 1º de janeiro de 1744 (veja Mário Mazzuia, "Jundiaí Através de Docu-

mentos; 74). Não cremos, mesmo Barreto Leme compondo a Câmara de Jundiaí, que ele residisse com a família na parte urbana da vila, pois em 1745 seu filhos, em petição ao vigário de Taubaté, diziam-se residentes na freguesia de Jundiaí e não na vila; e freguesia era a expressão mais usada para designar toda a região fora da vila, quando a parte urbana se designava vila. As viagens a cavalo entre Jundiaí, Campinas e o arraial de Moji dos Campos, eram habituais àqueles exímios e resistentes cavaleiros. Barreto Leme pertenceu ainda, como juíz ordinário a outras Câmaras, e Silvestre Martins Nogueira, Manuel Vieira da Maia, Antônio Machado Ribeiro, José de Sousa e Siqueira e Simão Tavares da Silva, nelas tiveram posições eletivas, todos indicados nos recenseamento como residentes no bairro do Mato Grosso.

150 . O cemitério bento não testifica a existência de povoado ou qualquer início de urbanização. Ele existia para servir o pessoal das roças, escravos e agregados, como se prova com a lista de sepultamentos neste cemitério, feita no cemitério de Jundiaí e gentilmente enviada ao autor pelo emérito pesquisador Mário Mazzuia.

151 . Livro do Tombo, 6, documento original.

152 . Livro do Tombo, 6, documento original.

153 . Livro do Tombo, 6v. documento original.

154 . Ricardo Gumbleton Daunt, "Re miniscências do Distrito de Campinas", no catálogo da 1ª Exposição Regional de 1885, 10.

155 . Livro do Tombo, 6 - documento original.

156 . De Mato Grosso era chamado o bairro que se estendia pelo termo de Jundiaí, abrangendo Rocinha (Vinhedo) e a "paragem" de Campinas, até o rio Jaguari.

157 . Veja-se que antes da fundação da cidade, a região já tinha este nome, sendo inteiramente esquecidos os "três campinhos".

158 . Esta população de 61 famílias e 357 pessoas de confissão, se refere ao bairro de Mato Grosso com Campinas e Rocinha (Vinhedo). Criada a freguesia de Campinas, nela não se incluiu Rocinha, ficando a população de Campinas, em sua fundação, com 35 famílias e 188 pessoas.

159 . Livro do Tombo, 8 e 8v - documento original.

160 . O verbo assinar, também significa "apontar, mostrar; demarcar, limitar" e com tais sentidos está empregado no documento transcrito.

161 . Livro do Tombo, 10.

162 . As freguesias se criavam por ato do bispo diocesano; quando a criação era precedida de autorização da Coroa e com vigários colados (inamovíveis e nomeados por concurso) , os cofres reais lhes pagavam a côngrua (recursos para a subsistência própria). Muitas, porém, eram as freguesias sem côngrua, como consta de

de relação feita pelo próprio bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, a 14 de setembro de 1777: "Vila de Atibaia - o Vigário atual desta Freguesia é amovível, porque não é Igreja Colada, e nem tem Côngrua da Fazenda Real". "Vila de Jundiaí - O Vigário desta Freguesia é amovível porque não é Igreja Colada, nem tem Côngrua da Fazenda Real", e nestes mesmos termos o Bispo relaciona as freguesias de Santo Amaro, Cotia, São Roque, Araçariguama, Nazaré, Juqueri, Conceição de Guarulhos, Campinas, Jaguari "elevada à vila em 1797 com o nome de Bragança", Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Jacareí, São José da Paraiba (hoje São José dos Campos) Piedade, Facão (hoje Cunha), Sorocaba, Araritaguaba (hoje Porto Feliz), Paranapanema (hoje Piracicaba), Faxina, Apiaí, Moji-Mirim, Moji-Guassú, Ubatuba, São Luís de Paraitinga, Xiririca, e outras que se localizam em Estado nosso vizinhos. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IV de 351 a 418). Poderíamos ainda citar Afonso d'Escragnole Taunay que em sua "História Geral das Bandeiras", I 28, afirma que "existiam na cidade e Recôncavo 62 igrejas, das quais 16 eram freguesias; em nove destas serviam vigários pagos pelo rei; nas outras, curas sustentados pelos paroquianos". Provado está que el-rei não cuidava muito da criação de freguesias, deixando-as para os bispos residentes no país.

178 — 163 . Livro do Tombo [illegible]

182 164 . Benedito Otávio de Oliveira, "Campinas e a Independência" 5.

186 — 165 . Benedito Otávio de Oliveira e Vicente Melilo, "Almanaque de Campinas de 1914, 20.

166 .